

Relatório e Contas 2025



30
anos

MENSAGEM DO PCA E DO PCE PARA O RELATÓRIO E CONTAS BCI 2025

O exercício de 2025 decorreu num contexto macroeconómico particularmente adverso, marcado por uma contração da Economia Moçambicana e por choques climáticos severos. Neste contexto, o BCI manteve uma actuação disciplinada, prudente e consistente, assegurando a continuidade do seu papel de referência no sistema financeiro moçambicano e preservando a confiança dos seus Clientes. A nível nacional, a economia registou uma contração, com três trimestres consecutivos de variação negativa, ainda que o último trimestre tenha evidenciado sinais de recuperação, com o PIB a crescer 4,7%, num ambiente de inflação controlada. No plano internacional, o crescimento global manteve-se moderado, num contexto de tensões comerciais e de instabilidade geopolítica, com impacto nos mercados e nas condições de financiamento, exigindo do BCI uma actuação prudente, bem como o reforço da monitoria de riscos e uma maior proximidade com os Clientes.

Ciente da sua responsabilidade no apoio ao crescimento económico do país em 2025, o Banco prosseguiu uma actuação estratégica orientada pelos princípios de Solidez, Inovação e Proximidade. Ao longo do ano, reforçou a sua transformação digital, modernizou a rede física de distribuição e continuou a investir no desenvolvimento do seu capital humano, consolidando um modelo de negócio resiliente e orientado para o futuro, suportado na robustez da governação e no compromisso das suas pessoas, sustentado pela confiança dos Clientes e alinhado com a promoção sustentável de Moçambique.

No que diz respeito à modernização da rede física, foram reabilitadas e modernizadas diversas Agências, alinhadas com a nova imagem institucional, proporcionando espaços mais funcionais e acolhedores. Em paralelo, foram igualmente introduzidas soluções que simplificam a interacção com o Banco, com destaque para a evolução dos canais digitais, a adesão remota ao eBanking e-Daki e o reforço de soluções de auto-atendimento. A implementação do Sistema Electrónico de Gestão de Atendimento (SEGA) e o recurso a soluções baseadas em inteligência artificial contribuíram para ganhos relevantes de eficiência, redução de tempos de espera e melhoria da qualidade de serviço, tendo, assim, sido enriquecida a experiência dos Clientes, no acesso ao atendimento e aos produtos e serviços do Banco.

Ainda na esfera tecnológica, foram implementadas soluções críticas para o reforço da eficiência operacional, incluindo sistemas de gestão de risco, modelos de avaliação de crédito e processos automatizados. A cibersegurança permaneceu uma prioridade central na actividade do Banco, com o reforço dos mecanismos de protecção, monitorização e resposta a incidentes, assegurando elevados padrões de segurança e confiança.

No domínio da transformação digital, que abrange os processos internos e a relação com o Cliente, o Banco continua a apostar nesta área como um dos principais vectores da sua evolução. Em 2025, registou-se um crescimento significativo na utilização dos canais digitais que se traduziu num aumento do volume de transacções realizadas. Foram implementadas soluções inovadoras, incluindo novas funcionalidades na App do BCI e a integração de outros serviços. Por outro lado, o Banco participou activamente em iniciativas estruturantes com impacto no sistema financeiro nacional, nomeadamente o desenvolvimento de soluções de transferências instantâneas, reforçando a eficiência e a interoperabilidade dos serviços.

O segmento de Retalho e Empresas apresentou uma evolução positiva, reflectida no crescimento da base de Clientes e no aumento da transaccionalidade, tendo esta sido impulsionada pela maior utilização de cartões e canais digitais, beneficiando igualmente da modernização da rede comercial e do reforço da proximidade. No Segmento Corporate, o Banco reforçou a sua actuação junto de Grandes Empresas e Investidores, com enfoque na captação de investimento e no apoio a sectores estratégicos da economia, promovendo soluções especializadas e incentivando a utilização de canais digitais, o que contribuiu para uma maior eficiência e proximidade, bem como para a integração das Pequenas e Médias Empresas nas cadeias de valor dos grandes projectos.

O BCI manteve a sua posição de liderança no sistema bancário nacional, servindo cerca de 2,5 milhões de Clientes em todo o território nacional. A sua presença continua a ser a mais extensa e capilar do sistema financeiro, suportada por uma rede de 211 unidades de negócio, 505 ATMs e 9.677 terminais de pagamento, promovendo assim a inclusão financeira e o acesso aos serviços bancários do BCI. Reafirmou, igualmente, a sua liderança no Sistema Financeiro Moçambicano, reflectida em quotas de mercado que, em Dezembro de 2025, se situaram em 24,64% no Crédito, 24,32% nos Depósitos e 21,96% nos Activos, reforçando a sua posição no sistema bancário moçambicano. Estes indicadores traduzem uma relação de confiança construída de forma consistente, ao longo do tempo, através de uma presença próxima e de um serviço orientado para as necessidades reais dos moçambicanos.

Num contexto desafiante, o BCI reforçou a sua proximidade junto dos diferentes segmentos de Clientes, sejam Particulares, Pequenas e Médias Empresas, Grandes Empresas assim como Instituições, através de campanhas de dinamização direccionadas, nomeadamente nas áreas de crédito, domicilição de rendimentos e actualização de dados. Em paralelo, foram promovidas campanhas orientadas para o incentivo à utilização dos canais digitais do Banco, com destaque para a App e-Daki e o eBanking. As parcerias estabelecidas com diferentes entidades contribuíram para o reforço da proposta de valor do Banco, promovendo a utilização dos seus meios de pagamento e consolidando a sua presença institucional.

Em termos financeiros, 2025 revelou-se um ano de evolução positiva da actividade core do BCI, apesar do referido enquadramento particularmente exigente. O Produto Bancário cresceu 4,23% face ao período homólogo, sustentado pelo desempenho da Margem Financeira, que aumentou 7,11%, reflectindo a eficiência na gestão do custo dos recursos, num contexto de redução da taxa MIMO ao longo do ano e tendo em conta a diminuição das Reservas Obrigatórias ocorrida em Janeiro de 2025. As Comissões Líquidas evoluíram positivamente, impulsionadas pela recuperação da Banca Electrónica, em linha com o aumento dos volumes de transacções digitais e a maior utilização dos meios de pagamento electrónicos por parte dos Clientes do BCI. Em paralelo, o Banco reforçou a sua eficiência operacional, com o rácio Cost-to-Income a fixar-se em 44,32% (2024: 46,21%), evidenciando os ganhos resultantes da estratégia de optimização e racionalização de custos. Não obstante este desempenho, o Resultado Líquido foi impactado por factores não recorrentes, nomeadamente o reforço das imparidades para as exposições à dívida pública, em resposta ao agravamento do risco soberano, e pelos custos extraordinários associados aos processos de devolução de comissões, mantendo-se ainda assim num nível sólido.

O capital humano continua a constituir um pilar essencial no trajecto de afirmação do BCI. O Banco encerrou o ano com uma equipa maioritariamente nacional (99,7% do efectivo), caracterizada pela diversidade, competência e compromisso, com uma representatividade feminina de 55% do total.

Foram promovidas diversas iniciativas de formação e desenvolvimento, reforçando a capacidade de adaptação a um sector em constante transformação. A integração de novos talentos e a promoção de uma cultura organizacional baseada na Integridade, na Proximidade e no Profissionalismo contribuíram para o fortalecimento do desempenho global.

As funções de Gestão do Risco e de Compliance reforçaram o seu papel na mitigação de riscos e na garantia de conformidade com o enquadramento legal e regulatório vigente, contribuindo para a transparência e credibilidade da instituição. A ética, a integridade e a protecção do consumidor financeiro continuam a constituir valores estruturantes da actuação do Banco, reflectindo-se na implementação de diversas iniciativas, incluindo acções regulares de formação e sensibilização dos Colaboradores, com vista ao reforço de uma cultura institucional diferenciada.

O BCI prosseguiu igualmente o seu compromisso no domínio da Responsabilidade Social, apoiando iniciativas

de carácter humanitário, educacional e comunitário. As acções desenvolvidas reflectem a vocação do Banco para contribuir activamente para o bem-estar das comunidades e para o desenvolvimento social do país, reforçando a sua identidade como instituição próxima e comprometida com todos os moçambicanos.

A Sustentabilidade consolidou-se como um eixo transversal à estratégia do Banco, integrando critérios ambientais, sociais e de governação (ESG). A incorporação destes critérios nas decisões e na gestão da actividade tem vindo a reforçar a capacidade de antecipação de riscos e a criação de valor a longo prazo.

O reconhecimento obtido ao longo de 2025, através de diversificadas distinções nacionais e internacionais, constitui um reflexo da consistência estratégica do Banco e um incentivo para continuar a elevar os padrões da sua actuação, com ambição, rigor e sentido de responsabilidade.

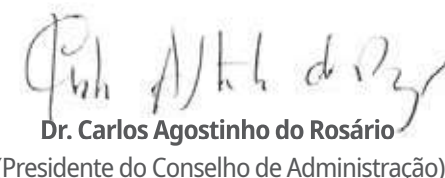
O percurso trilhado pelo BCI só foi possível graças ao contributo efectivo de todos os que, diariamente, constroem o BCI. Expressamos, assim, o nosso reconhecimento aos nossos Clientes, pela confiança contínua; às autoridades

reguladoras, pelo acompanhamento rigoroso; aos nossos parceiros institucionais, fornecedores e correspondentes, pela colaboração; aos órgãos sociais, pela supervisão e orientação; e aos nossos Accionistas, pelo apoio estratégico que nos concedem.

Dirigimos uma palavra especial aos Colaboradores, cuja dedicação e resiliência foram determinantes para enfrentar um dos períodos mais exigentes da história recente do BCI. O seu compromisso foi, uma vez mais, a base do desempenho alcançado.

O ano de 2025 não foi o ano que projectámos, mas foi enfrentado com responsabilidade, determinação e sentido de missão. Saímos deste ciclo mais fortes, mais conscientes dos desafios e com uma visão reforçada para o futuro.

O BCI continuará a afirmar-se como um Banco Próximo, Inovador e Comprometido com o desenvolvimento de Moçambique. É com esta convicção que olhamos o Futuro com confiança, com responsabilidade e com a certeza de que continuaremos a construir, lado a lado com os nossos parceiros a apoiar o desenvolvimento de um país mais resiliente, sustentável, inclusivo e próspero.



Dr. Carlos Agostinho do Rosário
(Presidente do Conselho de Administração)



Dr. Francisco Pinto Machado Costa
(Presidente da Comissão Executiva)



30 anos | **É daqui o futuro.**

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

(Milhares de Meticals)

Balanco	Dez-23	Dez-24	Dez-25	Δ% 25/24	Δ Absoluta
Activo Total	209 856 237	231 375 865	240 527 082	3,96%	9 151 217
Volume de Negócios	233 269 304	261 690 286	263 958 682	0,87%	2 268 396
Crédito Bruto a Clientes	73 738 642	78 207 207	72 269 669	(7,59%)	(5 937 538)
Crédito MN	61 908 865	65 466 063	62 623 273	(4,34%)	(2 842 790)
Crédito ME	7 732 308	9 387 964	7 712 148	(17,85%)	(1 675 816)
Crédito com Recursos Consignados	4 097 469	3 353 180	1 934 248	(42,32%)	(1 418 932)
Recursos de Clientes	159 530 663	183 483 079	191 689 014	4,47%	8 205 934
Capitais Próprios	30 837 364	32 153 832	37 084 327	15,33%	4 930 495
Rácio de Transformação	45,85%	42,26%	37,20%	(5,07pp)	
Volume de Negócio por Colaborador	85 322	94 337	97 690	3,55%	3 353
Resultados					
Produto Bancário	20 940 776	21 464 700	22 373 541	4,23%	908 841
Margem Financeira	15 728 388	16 472 957	17 644 792	7,11%	1 171 835
Margem Complementar	5 212 388	4 991 744	4 728 749	(5,27%)	(262 994)
Custos Operacionais ¹	9 019 102	9 919 623	9 916 608	(0,03%)	(3 015)
Imparidades e Provisões do Exercício ²	1 884 891	4 280 325	9 472 656	121,31%	5 192 331
Imposto sobre Resultados	1 855 349	1 225 025	(620 561)	(150,66%)	(1 845 586)
Resultado Líquido	8 181 434	6 039 727	3 604 838	(40,31%)	(2 434 890)
Rendibilidade					
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	10,07%	9,72%	9,48%	(0,24pp)	
Rendibilidade do Activo Total Médio (ROAA)	3,89%	2,64%	1,47%	(1,17pp)	
Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROAE)	29,74%	19,26%	10,15%	(9,11pp)	
Custos Operacionais / Produto Bancário (Cost-to-income)	43,07%	46,21%	44,32%	(1,89pp)	
Produto Bancário por Colaborador	7 586	7 738	8 280	7,00%	543
Qualidade de Crédito					
Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL) Metodologia EBA	3,84%	2,84%	6,84%	4,00pp	
Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL) ³ Metodologia BdM	11,02%	10,97%	14,18%	3,21pp	
Cobertura do Crédito Vencido pela Imparidade do Crédito EBA	111,51%	70,19%	37,60%	(32,59pp)	
Cobertura do Crédito Vencido pela Imparidade do Crédito BdM	80,25%	79,10%	73,56%	(5,53pp)	
Cost of Risk	0,18%	1,01%	0,95%	(0,06pp)	
Solvência					
Fundos Próprios ⁴	21 796 561	24 803 919	31 515 501	27,06%	6 711 581
Activos Ponderados pelo Risco	89 551 074	106 319 324	100 248 834	(5,71%)	(6 070 490)
Rácio Capitais Próprios / Activo Total	14,69%	13,88%	15,42%	1,5pp	
Rácio Core Tier I	25,19%	23,95%	31,34%	7,38pp	
Rácio de Solvabilidade ⁵	24,34%	23,33%	31,44%	8,11pp	
Quotas de Mercado					
Depósitos	25,39%	25,78%	24,32%	(1,46pp)	
Crédito	25,80%	26,94%	24,64%	(2,30pp)	
Activos	22,89%	22,73%	21,96%	(0,77pp)	
Outros Indicadores					
Nº de Agências	211	211	211	0,00%	-
Nº de Colaboradores	2 734	2 774	2 702	(2,60%)	(72)
Nº de Clientes	2 285 251	2 368 020	2 481 984	4,81%	113 964
Nº ATM's	520	521	505	(3,07%)	(16)
Nº POS	10 831	11 818	9 677	(18,12%)	(2 141)

¹Custos Operacionais: inclui Gastos com Pessoal Gastos Gerais Administrativos e Amortizações do Exercício.
²Imparidades e Provisões do Exercício: inclui o reforço líquido de Imparidade de Crédito Imparidade de Outros Activos e Provisões diversas do Exercício
³Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL) - calculado com base no normativo de Basileia II (Crédito Vencido incluindo prestações vencidas). Durante o segundo trimestre de 2020 o BdM recomendou a revisão do conceito de NPL regulamentar que passou a incorporar todos créditos reestruturados que observavam atrasos a partir de 1 dia
⁴Fundos Próprios: calculados com base no estabelecido pelo Banco de Moçambique que assenta nas regras de Basileia II
⁵Rácio de Solvabilidade: calculado com base na metodologia definida pelo Banco de Moçambique que reflecte as regras de Basileia II e pressupõe um maior rigor no controlo dos níveis de adequação do capital das instituições.

O BCI - QUEM SOMOS

A nossa identidade é marcada pela cultura financeira e empresarial dos Grupos Caixa Geral de Depósitos e Banco Português de Investimento. Os traços essenciais da nossa cultura são a independência da gestão, a flexibilidade organizativa, o trabalho de equipa, a capacidade de antecipação e inovação, a rigorosa gestão de riscos e a criação segura de valor.



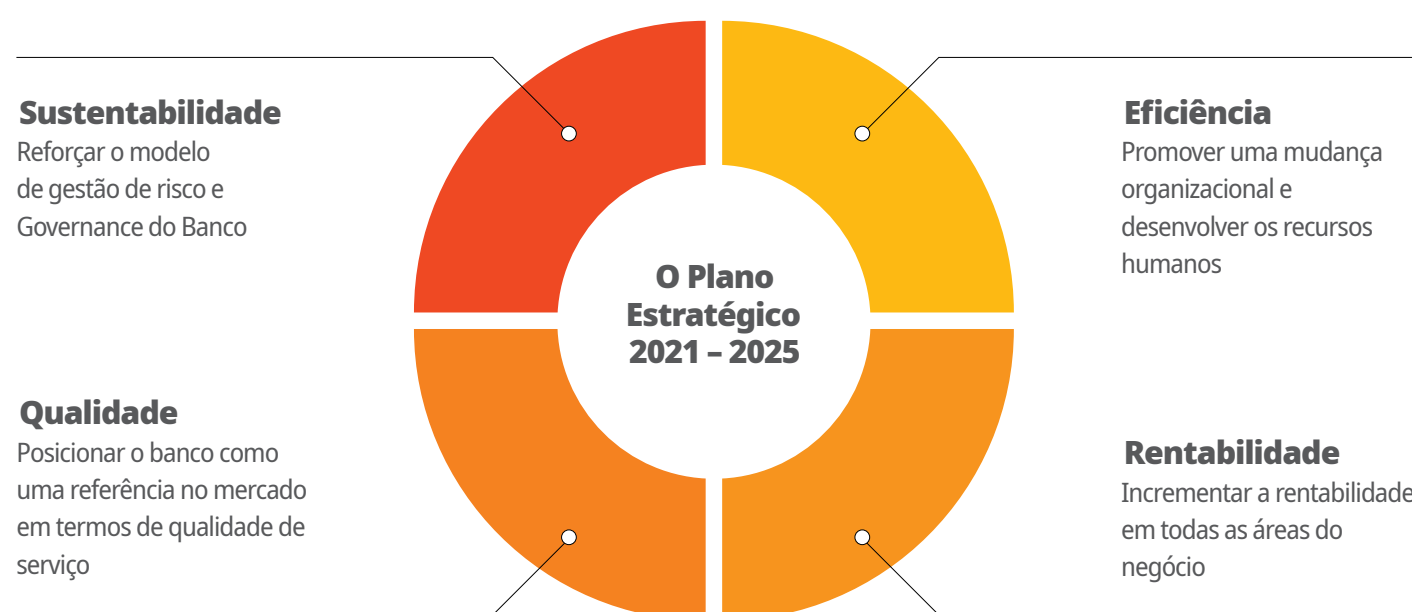
A Nossa Missão
 Ser um Banco de cultura Moçambicana e uma referência para o sistema financeiro no espaço da África Subsaariana, ao nível da aplicação das melhores práticas, da competitividade, da inovação e da qualidade de serviço.

A Nossa Visão
 Contribuir activamente para o desenvolvimento económico e social de Moçambique, criando Valor e gerando Satisfação para os Clientes, Accionistas, Colaboradores, Parceiros e Comunidade em geral, de modo socialmente responsável e sustentável.

A actividade do BCI e a relação com os seus stakeholders respeita **Os Nossos Valores:**

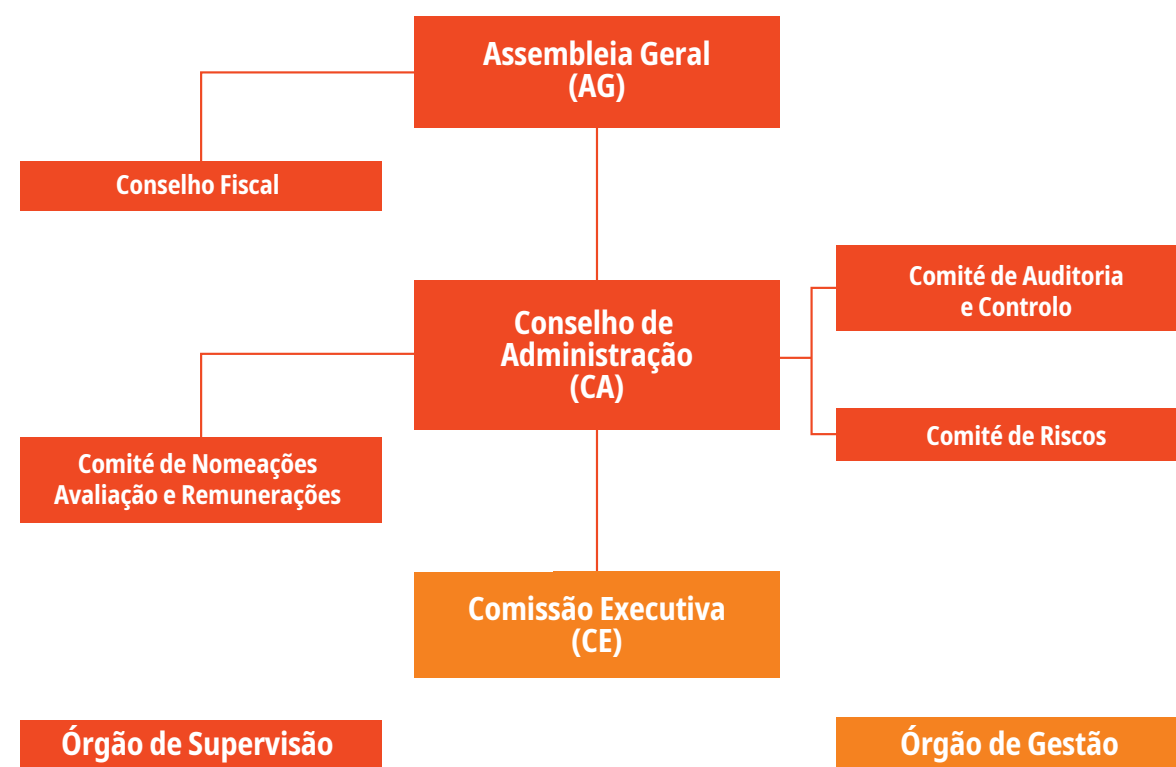


O Plano Estratégico estabelece as iniciativas e acções desenvolvidas pelo Banco com o intuito de gerar valor para os stakeholders, e assenta em 4 Pilares:



ÓRGÃOS SOCIAIS E MODELO DE GOVERNO

O nosso modelo de Governo assegura a clareza na distribuição de funções e responsabilidades entre os diferentes Órgãos e Comitês de gestão e de controlo, promovendo, deste modo, eficiência e transparência no processo de tomada de decisão, uma gestão adequada de riscos e a mitigação de potenciais conflitos



de interesse, com o propósito de gerar valor sustentável para os nossos stakeholders. A nossa estrutura de Governance integra a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e as respectivas Comissões Especiais Consultivas de Apoio à Governação Corporativa — designadamente o Comité de Auditoria e Controlo, o Comité de Riscos e o Comité de Nomeações, Avaliação e Remunerações — bem como a Comissão Executiva, tendo como órgão de fiscalização o Conselho Fiscal.

Ao Conselho de Administração, compete, entre outros, exercer os mais amplos poderes de gestão e representação do BCI, devendo subordinar-se às deliberações da Assembleia Geral, aprovar o Plano Estratégico, aprovar as políticas relativas à identificação, avaliação e gestão de riscos e as medidas de controlo interno que permitam gerir e mitigar de forma eficaz os riscos a que o Banco está exposto. Compete ainda ao Conselho de Administração, aprovar as políticas relativas ao governo societário em consonância com o previsto nos Estatutos, nas leis e disposições regulamentares aplicáveis, bem como assegurar o aperfeiçoamento contínuo do Modelo de Governo

e de Fiscalização implementados. O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva, a gestão corrente do Banco, fixando os limites da sua competência.

O acompanhamento contínuo das funções relevantes de controlo por parte do Conselho de Administração, é assegurado pelas nossas Comissões Especiais Consultivas e de Apoio à Governação Corporativa, compostas por membros não executivos do CA, por forma a assegurar a separação e a independência das funções de controlo, relativamente às funções de gestão.

Comissões Especiais Consultivas e de Apoio à Governação Corporativa

<ul style="list-style-type: none"> Avaliar e promover a eficácia das Funções de Risco e de Compliance. Monitorizar a estratégia de risco e a apetência pelo risco do BCI. Acompanhar as políticas de gestão de todos os riscos conexos com a actividade do BCI, sendo eles financeiros e não financeiros. Acompanhar os processos de rating. Definir e actualizar um plano de acção relativamente a todos os riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar a actividade da Comissão Executiva. Promover e acompanhar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, dos Estatutos do BCI, das normas internas e das recomendações emitidas pelas entidades de supervisão, e das políticas gerais e das normas e práticas internas. Acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação financeira. Assegurar a adequação e cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas adoptadas pelo BCI, nos termos do referencial contabilístico aplicável. Avaliar e promover a eficácia e eficiência da Função de Auditoria Interna. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover e acompanhar a elaboração e implementação no BCI, das normas corporativas da CGD, em matérias de avaliação, nomeação e remuneração dos colaboradores, incluindo os membros dos órgãos sociais. Identificar e avaliar os candidatos aos órgãos de administração e fiscalização, promovendo a diversidade nesses órgãos. Apresentar, anualmente, à Assembleia Geral do BCI, propostas de política de remuneração, incluindo os benefícios discricionários de pensão, respeitantes aos Membros dos órgãos de administração e fiscalização.
Comité de Riscos	Comité de Auditoria e Controlo	Comité de Nomeações, Avaliações e Remunerações

Os primeiros responsáveis das funções de controlo (Gestão de Risco, Compliance e Auditoria Interna), reportam, em termos funcionais, aos respectivos responsáveis dessas funções no Grupo CGD e às respectivas Comissões Especiais do CA, o que garante a sua maior independência da gestão do Banco, particularmente da Comissão Executiva.

No que toca à gestão corrente, a Comissão Executiva delega o acompanhamento e tomada de decisão sobre alguns temas específicos aos seus Conselhos, Comissões Delegadas e Comitês Gerais, nomeadamente:

- Fórum Estratégico (FE)
- Conselho de Crédito (CC)
- Conselho Delegado de Rating (CDR)
- Comité de Transformação (CTR)
- Comité de Produtos (CPR)
- Comité Geral de Continuidade de Negócio (CGCN)
- Comité de Custos e Investimentos (CCI)
- Comité de Gestão de Capital, Activos e Passivos (CALCO)
- Comité de Sistemas (IT Steering)
- Comité Operacional (CO)
- Comité de Experiência do Cliente (CEC)
- Comité de Sustentabilidade (CSU)
- Comité de Operações com o Estrangeiro (COE)
- Comité de Acompanhamento de Risco de Crédito (CARC)
- Conselho Delegado de Protecção de Dados (CDPD)

ÓRGÃOS SOCIAIS

A 31 de Dezembro de 2025, a composição dos Órgãos Sociais do BCI, cujo mandato de três anos iniciou em 2023, era representada pelo seguinte organograma:

Mesa de Assembleia Geral
Presidente: Prof. Dr. José Francisco de Faria Costa 1º Secretário: Dr. Sérgio Alexandre Cruz de Matos e Gois Caupers 2º Secretário: Dr. Maveja Aboobacar Ismael Mulima
Secretário da Sociedade
Dr. Sérgio Alexandre Cruz de Matos e Gois Caupers
Conselho de Administração (CA)
Presidente: Dr. Carlos Agostinho do Rosário 1º Vice Presidente: Dr. José João Guilherme 2º Vice Presidente: Dr. Luís Miguel Gubert Morais Leitão 3º Vice Presidente: Dr. Francisco Pinto Machado Costa Vogais: Dr. João Paulo Tudela Martins Dr. Pedro Costa Basto Monteiro Coelho Dra. Cecília Figueiredo Gaspar Dr. Raúl António Correia Saraiva de Almeida Dr. Pedro Ferraz Correia dos Reis Dr. Luís Filipe Costa Reis Marques de Aguiar Eng.º Rogério Paulo Cabacinha Lam Dr. Ibraimo Abdul Gafur Cassamo Bhai Dr. George Lenon Ibraimo Mandawa

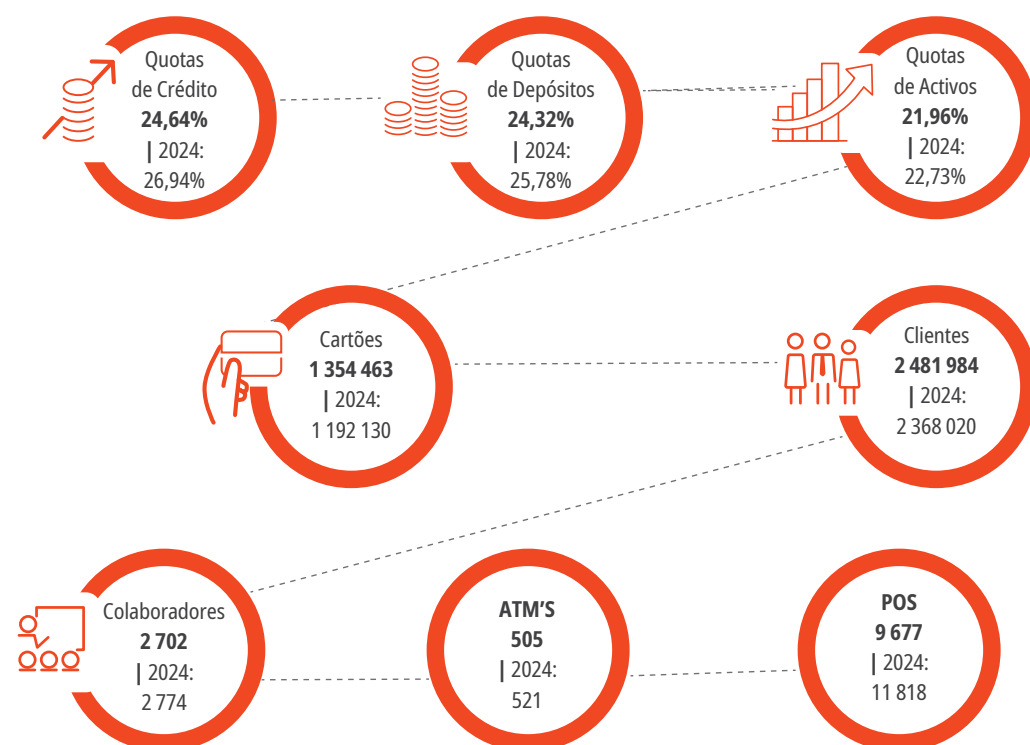
Comissão Executiva (CE)
Presidente: Dr. Francisco Pinto Machado Costa Vogais: Dr. Raúl António Correia Saraiva de Almeida Dr. Pedro Ferraz Correia dos Reis Dr. Luís Filipe Costa Reis Marques de Aguiar Eng.º Rogério Paulo Cabacinha Lam Dr. Ibraimo Abdul Gafur Cassamo Bhai Dr. George Lenon Ibraimo Mandawa
Conselho Fiscal (CF)
Presidente: Dr. Frederico José Ortigão da Silva Pinto Vogais: Dr. José Manuel Nunes Liberato Dr. Mário Vicente Sítio Suplente: Dr. João Miguel Pacheco de Sales Luís
Comité de Auditoria e Controlo (CAC)
Presidente: Dr. Pedro Costa Basto Monteiro Coelho Vogais: Dr. João Paulo Tudela Martins Dra. Cecília Figueiredo Gaspar
Comité de Nomeações, Avaliação e Remunerações (CNAR)
Presidente: Dra. Cecília Figueiredo Gaspar Vogais: Dr. João Paulo Tudela Martins Dr. Luís Miguel Gubert Morais Leitão
Comité de Riscos (CR)
Presidente: Dr. João Paulo Tudela Martins Vogais: Dr. Luís Miguel Gubert Morais Leitão Dra. Cecília Figueiredo Gaspar

DIMENSÃO E EVOLUÇÃO DO BCI

Preservamos a robustez e a solidez estabelecida ao longo dos últimos anos, mantendo a posição de liderança no sistema bancário nacional.

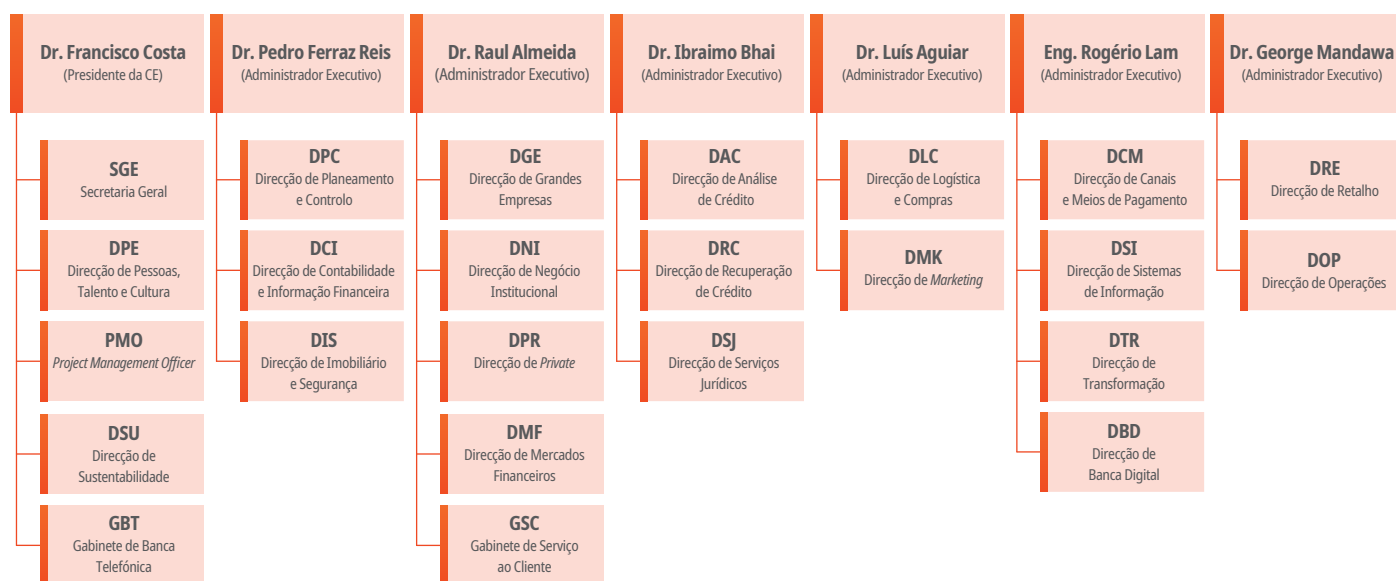
Servimos 2,5 milhões de Clientes no mercado nacional e

continuamos a ser instituição financeira com maior presença no Sistema Financeiro Moçambicano em termos de volume de negócio (Crédito e Depósitos) e Activos. Em 2025 atingimos as quotas de mercado em 24,64% no Crédito, em 24,32% nos Depósitos e em 21,96% nos Activos.



BCI disponibiliza serviços através de:
211 Agências
Ebanking
Call Center (Linha Fala Daqui),
aplicações móveis
(App BCI e Mobile)

PELOUROS DA COMISSÃO EXECUTIVA E ESTRUTURA SOCIETÁRIA

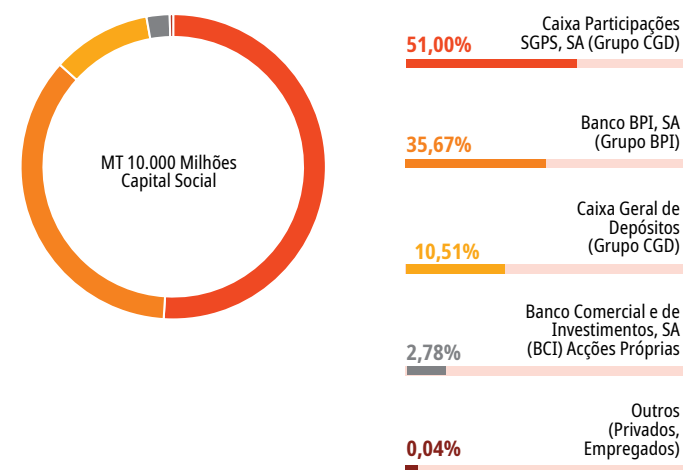


Notas:
O Dr. Pedro Ferraz Correia dos Reis faleceu no dia 19 de Janeiro de 2026, e consequentemente as Direcções que se encontravam sob a sua responsabilidade foram redistribuídas, tendo a DPC e a DIS passado para o Dr. Francisco Costa, e a DCI para o Dr. Raúl Almeida.

Após o falecimento do Dr. Pedro Reis, o Dr. Raúl Almeida, na qualidade de Administrador da DCI, assumiu a responsabilidade pelo processo de fecho de contas de 2025, incluindo o acompanhamento do processo de Auditoria Externa às contas.

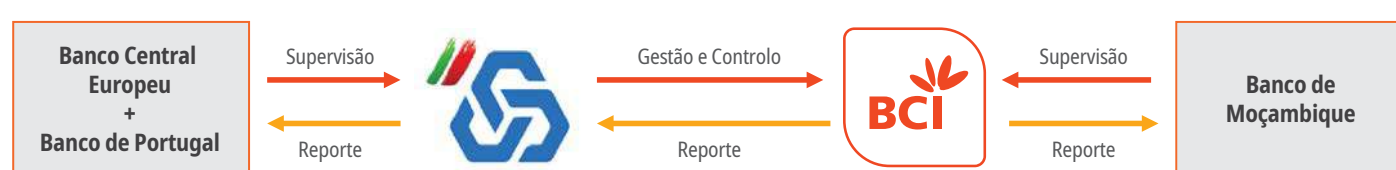
ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A estrutura accionista a 31 de Dezembro de 2025 é composta por três grandes investidores institucionais (Caixa Participações SPGS, S.A., Banco BPI, SA e Caixa Geral de Depósitos, S.A.) que, em conjunto, detinham 97,18% das acções, e vários outros investidores minoritários, com cerca de 0,04%, bem como 2,78% de acções próprias. O capital social do Banco está representado por 1.000.000.000 (mil milhões) de acções com o valor nominal de dez metacais cada.



A dimensão da participação do Grupo CGD na estrutura accionista do BCI e consequente consolidação das demonstrações financeiras, implica a necessidade de cumprimento integral das regras, políticas e normas corporativas do Grupo em termos de gestão da actividade, bem como o alinhamento a nível dos requisitos e modelo de reporte. Desta forma, o BCI está, ainda que indirectamente, sujeito ao quadro regulatório do Banco de Portugal e do Banco Central Europeu, sem, no entanto, descurar o

cumprimento do quadro legal moçambicano. Importa referir que, o facto de a CGD ser considerada uma instituição de relevância sistémica no sistema financeiro português e, em consequência, estar sujeita a requisitos mais rígidos de adequação de capital em base consolidada, reforça a necessidade de elevada prudência na gestão do BCI, a qual é consubstanciada nos limites internos e corporativos de apetência pelo risco que norteiam a prossecução da actividade do Banco.



PRÉMIOS E RECONHECIMENTO EM 2025

O sucesso da nossa estratégia e o nosso compromisso com a qualidade de serviço nas diversas linhas de negócio e áreas de actuação, à semelhança dos anos anteriores, foi, em 2025, alvo de reconhecimento e distinção por parte de várias entidades internacionais e nacionais de relevância. **Agradecemos aos**

nossos Colaboradores pelo empenho diário e aos nossos Clientes pela confiança que tornam estas conquistas possíveis. Este reconhecimento reforça o nosso compromisso em continuar a oferecer excelência, inovação e confiança a todos.

PMR Africa Excellence (Diamond Arrow):



- Cartões de Crédito 2025
- Banca Empresas 2025
- Banca Particulares 2025

Global Business Magazine



- Melhor Banco de Responsabilidade Social 2025
- Banco mais Sustentável em Moçambique 2025
- Melhor Banco Comercial 2025

Global Business and Finances Magazine



- Melhor CEO Bancário em Moçambique
- Melhor Banco do Segmento Private de Moçambique
- Melhor Banco de Retail de Moçambique

The Global Economics



- Melhor Banco Comercial 2025
- Melhor Banco de Responsabilidade Social 2025

Global Business Outlook



- Banco com Melhor Atendimento ao Cliente em Moçambique

International Business Magazine



- Banco Mais Inovador do Ano em Moçambique 2025
- Melhor Serviços Bancários Digitais em Moçambique 2025

DINAMIZAÇÃO COMERCIAL E ACTIVAÇÃO DA MARCA

No âmbito das actividades direccionadas aos diversos segmentos, nomeadamente, Clientes Particulares, Pequenas e Médias Empresas, Grandes Empresas e Clientes Institucionais (Empresas Públicas, Instituições do Estado e ONG), e em consonância com a estratégia traçada, adoptamos acções específicas para promover a satisfação e fidelização dos Clientes, a angariação de novos Clientes, a captação de Recursos e colocação de Crédito. Adicionalmente, realizamos acções para promover várias soluções bancárias como os Meios de Pagamento e os Serviços de Banca Electrónica. Das acções realizadas destacam-se as seguintes:

CAMPANHAS E DINAMIZAÇÃO:

Campanha de Crédito aos Funcionários Públicos 2025

Mantivemos o foco no apoio aos funcionários públicos com o Crédito ao Consumo de Taxa Fixa, destacando a rápida capacidade de desembolso, em média, de 48 horas. A solução oferece novas possibilidades em termos de colocação e gestão de financiamentos, sendo o reembolso efectuado através de prestações de valor fixo. Em 2025, a carteira registou um crescimento de 4% face ao período homólogo.

Campanha de Incentivo de Actualização de Base Dados de Clientes

Implementámos, a partir de Julho, uma campanha de incentivo de actualização da base de dados de Clientes. Notificámos os clientes com dados desactualizados por e-mail e SMS, incentivando a actualização presencial nos Centros Exclusivo ou através dos canais digitais (App BCI e Website).

A actualização de dados promove uma comunicação eficaz, assegura um atendimento personalizado e seguro, minimiza

erros operacionais e fortalece a confiança dos clientes, estando em conformidade com os requisitos regulatórios.

Campanha de Domiciliação de Salários e Transaccionalidade

A Campanha de Domiciliação de Salários e Transaccionalidade, sob o mote "Habilita-te a ganhar tako todo o ano", teve como objectivo incentivar a domiciliação de salários e a utilização regular dos meios de pagamento e canais digitais do Banco. A presente campanha decorre de Julho de 2025 a Junho de 2026. Até Dezembro de 2025, foram registadas 29 mil adesões ao serviço de domiciliação de salários, dos quais 22% são novos clientes. A iniciativa inclui um modelo de incentivos com seis sorteios bimensais, tendo premiado, no total, 30 Clientes a nível nacional.

Dinamização dos Canais e-Daki e da Transaccionalidade nos canais eBanking e App

Realizamos junto dos clientes do BCI a dinamização dos Canais e-Daki, no período de 01 de Abril a 31 de Julho. Esta iniciativa teve como objectivo promover boas práticas e a fidelização dos clientes que optam pelos canais eletrónicos, potenciar a redução do uso dos balcões como canal preferencial para a realização de transações bancárias, contribuindo para o descongestionamento das Unidades de Negócio, bem como incentivar os clientes a utilizarem de forma recorrente as plataformas digitais do Banco.

Dinamização do Segmento BCI Universal

Reforçamos a dinamização da oferta do Segmento BCI Universal, que conta com mais de 2,2 milhões de Clientes. A acção visava incremento da penetração média de produtos por cliente, por meio da promoção integrada dos produtos e serviços do Banco, nomeadamente Cartões, canais digitais, Poupança e Crédito, com forte envolvimento das Unidades de Negócio, apostando na proximidade, atendimento personalizado.

Dinamização de cartões de débito e/ou de crédito (Dia do Pai e da Mãe)

Promovemos, entre Março e Maio de 2025, a utilização dos meios de pagamento do Banco por parte dos nossos colaboradores. A iniciativa teve como objetivo incrementar o uso dos cartões de débito e crédito enquanto meios de pagamento preferenciais no dia a dia, reforçando o papel dos colaboradores como utilizadores e promotores das soluções do Banco.

Distribuição de Guarda-Sóis

No âmbito da estratégia de visibilidade e proximidade à comunidade, promovemos a distribuição de cerca de 300 guarda-sóis em zonas urbanas de Maputo, Beira, Quelimane e Nampula. A acção reforçou a presença da marca junto a vendedores informais, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho desses agentes económicos.

Dinamização do Segmento BCI Jovem – Mês da Poupança

No âmbito do Mês da Poupança, realizamos uma iniciativa de literacia financeira dirigida a adolescentes e jovens entre os 14 e 18 anos, em três escolas secundárias da cidade de Maputo (Dom Bosco, Solidariedade e Santo António). A acção teve como objectivo promover a gestão do orçamento pessoal e o conhecimento prático sobre poupança, através de actividades educativas, sociais e culturais.

PARCERIAS:

No âmbito da estratégia de dinamização dos meios de pagamento e de reforço da proposta de valor para os clientes, firmámos parcerias comerciais com diversas entidades de diferentes sectores de actividade.

Ao longo do período em referência, estabelecemos parcerias com a ProComputers, Marcas Perfumaria, Clínica Óptica, Hotel Polana, Hotel Meliá, Executive Nails, Moldarte e Bettos Look. Estas parcerias tiveram como objectivo promover a utilização dos Cartões BCI, fortalecer a relação com os clientes e reforçar a presença da marca junto de parceiros estratégicos.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E FEIRAS DE EXPOSIÇÃO

Em 2025, reforçamos o nosso compromisso em estar mais próximo dos nossos clientes e parceiros através da participação activa em eventos e feiras de exposição.

Acreditamos que a presença em eventos é essencial para partilhar a visão, destacar o impacto no sector financeiro e reafirmar o BCI como um Banco de referência, alinhado com as necessidades da sociedade.

FACIM 2025 – Dinamização Comercial

Marcamos presença como Alto Patrocinador na 60ª edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM), com um *stand* inovador focado na promoção dos canais digitais e produtos bancários, como eBanking, cartões pré-pagos, abertura de contas e crédito para funcionários públicos. O espaço contou ainda com uma área de *networking* e apoio técnico especializado. Durante o evento, premiámos os clientes que aderiram a produtos e serviços com brindes exclusivos, fortalecendo a proximidade e o relacionamento com o público.

Economic Briefing – CTA

Marcamos presença no *Economic Briefing*, realizado em Maputo e organizado pela Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA). Na sua 17.ª edição, o evento abordou o tema “Dinâmicas de Negócio no IV Trimestre de 2024 e Análise da Conjuntura Actual”.

No fórum, o Presidente da Comissão Executiva (PCE) do BCI, Francisco Costa, destacou que a Banca Moçambicana está preparada para apoiar a recuperação económica do País, reforçando o papel do setor financeiro como motor de estabilidade e crescimento económico.

XX Conferência Anual do Sector Privado (CASP)

A XX Conferência Anual do Sector Privado (CASP) foi um evento chave em Moçambique, de 12 a 14 de Novembro de 2025, em Maputo, sob o lema “Reformar para Competir: Caminhando para o Relançamento Económico”, reunindo Governo e empresas para debater investimentos, reformas e o ambiente de negócios, com foco em PPPs, infraestruturas, e dinamização de PME, visando a recuperação económica.

Cimeira de Gás & Energia

Participámos no 10.º aniversário da Cimeira e Exposição de Gás & Energia de Moçambique, principal encontro da indústria energética do país. Marcamos presença numa mesa-redonda sobre “Soluções Financeiras Sustentáveis para Energias Renováveis” e por meio dum *stand* institucional, onde apresentámos soluções financeiras direccionadas ao sector, com apoio de uma equipa de gestores especializados.

Conferência RENMOZ 2025

Participámos na 4.ª edição da Conferência Empresarial sobre

Energias Renováveis – RENMOZ 2025, integrando o painel sobre “Financiamento da Transição Energética”. Participamos nos debates referentes aos mecanismos de apoio financeiro para o setor privado e destacámos o papel do Banco como promotor de energias renováveis em Moçambique, disponibilizando linhas de financiamento acessíveis e de elevado impacto económico e social, para apoio a empreendedores, comunidades e PMEs, especialmente em regiões com acesso limitado à rede eléctrica.

Francisco Costa no evento “SóEles”

O nosso Presidente da Comissão Executiva, Francisco Costa, participou como orador no programa empresarial “SóEles”, em Maputo, partilhando experiências profissionais, destacando a importância da atitude como elemento diferenciador na liderança e na vida, sintetizando a sua visão numa fórmula simples e poderosa: “**Conhecimento x Atitude = Resultado**”, para referir que o resultado é fruto do conhecimento aliado à atitude.

6ª Edição das Conferências do Índico

Marcamos presença na 6ª Edição das Conferências do Índico, realizada em Maputo, subordinada ao tema “Ambiente, Desenvolvimento e Governança”. Neste fórum reafirmámos o nosso compromisso com as práticas ESG (Ambientais, Sociais e de Governança), sublinhando que estas são essenciais para a sustentabilidade e resiliência do sector financeiro em Moçambique.

Destacamos o papel fundamental do sector bancário na promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo, salientando que, para o BCI, a integração de práticas ESG no sector financeiro vai para além do simples cumprimento das normas regulatórias.

Escola Portuguesa – Comemorações do Dia de Portugal

Mantivemo-nos como patrocinador e parceiro activo das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das comunidades portuguesas, realizadas no recinto da Escola Portuguesa de Moçambique, em Maputo. Durante o evento, disponibilizámos um *stand* com área de *networking* e actividades para crianças, incluindo roleta de brindes BCI e jogos de bola, que se tornaram um dos pontos altos da festa anual.

Evento de prova de vinhos em parceria com a Revista Negócios

Com o objectivo de proporcionar uma experiência diferenciada aos clientes dos segmentos *Private*, Exclusivo, Centros de Empresa e Corporate, realizámos um evento restrito de prova de vinhos, concebido para estimular os sentidos, promover o convívio e reforçar a ligação dos clientes à marca.

O evento decorreu num ambiente reservado, no qual os convidados participaram numa viagem enológica, conduzida por um sommelier, destacando qualidade, elegância e origem distintas dos vinhos.

A ECONOMIA EM 2025

ECONOMIA INTERNACIONAL

O Banco Mundial¹ (BM) descreve o ano 2025 como um período de crescimento económico global moderado e significativamente mais resiliente do que o esperado, apesar da histórica escalada das tensões comerciais. Essa resiliência resultou de um forte adiamento das trocas comerciais em antecipação da entrada em vigor das novas tarifas mais proteccionistas, de ajustamentos nas cadeias de abastecimento, de uma repercussão limitada das tarifas, de condições financeiras globais mais favoráveis e de um aumento do investimento ligado à inteligência artificial. Contudo, à medida que estes factores se dissipam, prevê-se um abrandamento da actividade global e da criação de emprego.

Taxa de crescimento do PIB – Principais Blocos Económicos

Diferencial face à divulgação de Junho de 2025

Taxa de crescimento do PIB (%)	2025*	2026**	2025	2026
Economia Mundial	2,7	2,6	0,4	0,2
Economias Desenvolvidas	1,7	1,6	0,5	0,2
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4,2	4,0	0,3	0,2

Fonte: Banco Mundial, Janeiro 2026

* Estimativa

** Perspectiva

Inflação Global

No que respeita a inflação global, o ano 2025 foi caracterizado pela continuação do processo desinflatório iniciado em 2023, uma vez que o impacto das tarifas sobre a inflação dos preços dos produtos, particularmente nos EUA, foi mais limitado do que se previa inicialmente. Apesar de permanecer acima do nível pré-pandemia, a inflação global continuou a aproximar-se das metas dos Bancos Centrais, embora com notável heterogeneidade entre e dentro dos grupos de países.

O Fundo Monetário Internacional² (FMI), estima que a inflação global tenha se fixado em 4,1% em 2025, traduzindo uma desaceleração face a 2024, não obstante se ter mantido em níveis persistentemente elevados nos EUA.

É de salientar que o agravamento das tensões entre os EUA, Israel e Irão em 2026 poderá gerar pressões inflacionárias a nível global, dado o papel estratégico dos países do Médio Oriente na oferta energética global e a importância do estreito de Ormuz para o comércio mundial de petróleo e gás, podendo culminar numa crise inflacionária e consequente ajustamento das políticas monetárias por parte dos principais Bancos Centrais.

Economias Desenvolvidas

Segundo o BM³, a estimativa de crescimento económico das economias avançadas é de 1,7% em 2025, nível similar ao observado em 2024, num contexto de resiliência à escalada das tensões comerciais e ao aumento da incerteza política. O impacto do aumento das tarifas comerciais por parte dos EUA foi menos significativo do que o esperado, devido, essencialmente, à antecipação da comercialização de bens antes do início da vigência das tarifas.

Para 2026, o BM perspectiva um crescimento de 1,6% para o bloco das economias avançadas, penalizado pelo impacto dos aumentos recentes das tarifas e pela susceptibilidade a novas mudanças nas políticas comerciais e fiscais.

Nos EUA, o BM estima que a actividade económica tenha abrandado para 2,1% em 2025, penalizada pela redução das exportações e dos gastos do consumidor condicionados pela persistente inflação e pela paralisação do Governo Federal no último trimestre do ano. Entretanto, o aumento acentuado do investimento em equipamentos e estruturas relacionados com a Inteligência Artificial (IA) ajudou a sustentar o crescimento económico.

Após dois anos de actividade económica anémica na Zona Euro, o BM estima um crescimento de 1,4% em 2025, impulsionado, em grande medida, pela prorrogação da vigência das tarifas impostas pelos EUA, bem como pelo crescimento mais forte do que o esperado na procura interna.

Taxa de crescimento do PIB das Economias Desenvolvidas

Diferencial face à divulgação de Junho de 2025

Taxa de crescimento do PIB (%)	2025*	2026**	2025	2026
Economias Desenvolvidas	1,7	1,6	0,5	0,2
EUA	2,1	2,2	0,7	0,6
Zona Euro	1,4	0,9	0,7	0,1

Fonte: Banco Mundial, Janeiro 2026

* Estimativa

** Perspectiva

Economias Emergentes e em Desenvolvimento

O BM⁴ estima que o crescimento nas economias emergentes e em desenvolvimento em 2025 foi de 4,2%, mais forte do que o esperado (3,9% perspectiva divulgada em Junho). O comércio, especialmente as exportações, teve um desempenho melhor do que o previsto, apesar da revisão em alta das tarifas por parte dos EUA e da elevada incerteza. Importa evidenciar que o crescimento significativo das exportações foi justificado, principalmente, pela procura robusta por semicondutores impulsionada pelo aumento dos investimentos em equipamentos digitais e relacionados com a IA, em grande medida, nos EUA.

Para 2026, o BM prevê uma desaceleração da actividade económica dos Países Emergentes e em Desenvolvimento para 4,0%, podendo ser penalizada pelos desenvolvimentos da política comercial global, à medida que a procura externa abranda.

O crescimento da economia da China abrandou para 4,9% em 2025, estima o BM, e reitera que não obstante o crescimento da segunda maior economia do mundo ter desacelerado, representa uma revisão em alta de 0,4pp face à perspectiva divulgada em Junho. Esta revisão em alta reflecte o apoio fiscal adicional do Governo e as exportações mais robustas que o esperado.

Entretanto, o crescimento do investimento abrandou, penalizado, principalmente, pela contracção no investimento imobiliário. É de referir que a política monetária continuou a ser expansionista, uma vez que a inflação prevaleceu em níveis baixos, reflectindo a procura doméstica moderada.

Na região da África Subsaariana, a actividade económica mostrou sinais de recuperação gradual, com uma estimativa de crescimento regional de 4,0% para 2025, após ter crescido 3,7% em 2024, impulsionada pela moderação da inflação, apreciação dos preços das *commodities*, particularmente do ouro, outros metais preciosos e café, que impeliram as receitas fiscais em vários países.

No que concerne a África do Sul, o BM estima uma recuperação da actividade económica nos 1,3% em 2025, impelida pelo

fornecimento de eletricidade mais fiável, uma colheita agrícola abundante e uma recuperação da confiança empresarial no final do ano. Os esforços de consolidação fiscal e uma meta de inflação mais baixa reforçaram ainda mais o sentimento dos investidores.

Taxa de Crescimento do PIB das Economias Emergentes e em Desenvolvimento

Diferencial face à divulgação de Junho de 2025

Taxa de crescimento do PIB (%)	2025*	2026**	2025	2026
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4,2	4,0	0,3	0,2
Rússia	0,9	0,8	-0,5	-0,4
China	4,9	4,4	0,4	0,4
Índia	7,2	6,5	0,9	0,0
América Latina e Caribe	2,2	2,3	-0,1	-0,1
África Subsaariana	4,0	4,3	0,3	0,2
Nigéria	4,2	4,4	0,6	0,7
África do Sul	1,3	1,4	0,6	0,3

Fonte: Banco Mundial, Janeiro 2026

* Estimativa

** Perspectiva

Política Monetária

Em 2025, a postura adoptada por parte de vários Bancos Centrais foi expansionista, dada a continuidade do processo de desinflatório global e a desaceleração da actividade económica mundial.

A Reserva Federal dos EUA, reviu em baixa a taxa de juro de referência em 0,75pp ao longo do ano, para o intervalo entre 3,50% e 3,75%, o nível mínimo registado desde 2022, não obstante a inflação ter permanecido acima da meta definida de 2% durante todo o ano 2025.

O Banco Central Europeu deu continuidade ao ciclo de revisões em baixa da taxa de juro de referência em 2025 e reduziu o custo dos empréstimos em 1pp para os 2,15%.

O Banco Central da China reviu em baixa a taxa de juro directora em 0,1pp para 3,00%, o nível mínimo histórico, visando continuar a impulsionar a segunda maior economia do mundo, bem como reduzir as pressões deflacionárias.

Na África do Sul, o Banco Central local deliberou a redução em 1pp para os 6,75%, justificada pelas projecções favoráveis da inflação.

Commodities

De acordo com o BM⁵, o índice de preços das *commodities* minorou em 7,0% em 2025 e poderá reduzir na mesma magnitude em 2026, contudo permanece cerca de 20% acima da média de 2015-2019, reflectindo a redução da procura global por energia e *commodities* industriais. Este facto ocorre num cenário de actividade económica global moderada, com destaque para o abrandamento do crescimento económico na China, bem como de enfraquecimento do comércio antecipado de *commodities* (*front-loading*).

Importa referir que, em 2025, o mercado de *commodities* foi impactado por uma confluência de factores que penalizaram os preços para níveis abaixo dos observados em 2024. A contínua actividade económica moderada, as restrições comerciais e a elevada incerteza em relação à política económica global, bem como os choques de oferta relacionados com o clima, afectaram o mercado de *commodities*, com destaque para as cotações da energia.

Ao longo do ano de 2025, a cotação média do gás natural na Europa registou uma apreciação, impulsionada pelos receios em torno da oferta. A guerra no Médio Oriente aumentou a incerteza nos mercados, enquanto as restrições às importações de gás da Rússia elevaram a dependência pelo Gás Natural Liquefeito (GNL) da Noruega (que registou restrições no fornecimento devido aos problemas técnicos no campo de Troll, responsável por 40% da produção de gás do país), bem como dos EUA (actualmente o principal fornecedor de GNL para a Europa). Ademais, as reservas europeias permaneceram abaixo da média histórica por um período prolongado, exigindo esforços urgentes para o reabastecimento até 1º de Novembro, a fim de garantir reservas suficientes antes do inverno.

O preço do carvão deprecou em 2025, penalizado, em grande medida, pela oferta robusta por parte da China, o maior produtor de carvão ao nível mundial. Em 2025, a produção de carvão da China atingiu o nível máximo de sempre de cerca de 4,83 bilhões de toneladas métricas, um aumento de aproximadamente 1,2% em relação a 2024. Todavia, a queda dos preços foi limitada pelas

¹ Relatório *Global Economic Prospects* – Janeiro de 2026

² Relatório *World Economic Outlook* – Janeiro de 2026

³ Relatório *Global Economic Prospects* – Janeiro de 2026

⁴ Relatório *Global Economic Prospects* – Janeiro de 2026

⁵ *Global Economic Prospects – January 2026*

perspectivas de incremento do consumo por parte da China, igualmente o maior consumidor global, após o país sinalizar que poderá colocar em funcionamento mais 100 centrais termoelétricas a carvão para geração de energia, com vista a garantir a segurança energética face às incertezas económicas globais, decorrentes das tensões comerciais e geopolíticas.

Segundo o BM, em 2025, o preço médio do petróleo Brent se fixou nos USD 69,0 por barril. Com a expansão da produção da OPEP+ em 2025, se espera que os mercados petrolíferos enfrem desequilíbrios crescentes ao longo de 2026.

Ademais, os preços globais do petróleo poderão crescer se a OPEP+ reverter os aumentos na produção de petróleo. Além disso, existe a possibilidade de novas sanções e outras perturbações nas exportações de petróleo relacionadas com as tensões geopolíticas no Médio Oriente, cenário que se agravou no início de 2026, com a guerra promovida por Israel e EUA contra o Irão, a invasão da Ucrânia pela Rússia e os desenvolvimentos na República Bolivariana da Venezuela.

Em relação aos preços dos metais, os preços do ouro apreciaram em 42% em 2025, devido à forte procura dos investidores, às compras contínuas dos bancos centrais e aos fluxos de capitais para activos seguros, face às tensões geopolíticas elevadas e incerteza política.

Importa referir que, durante o ano de 2025, a cotação do alumínio apreciou, impelida pelas crescentes preocupações em torno da redução da oferta. A China, maior produtor mundial deste metal, reiterou a sua prioridade de limitar a capacidade da produção

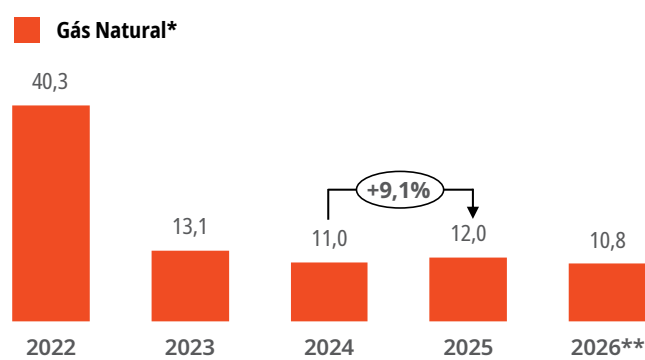
para conter as pressões deflacionárias. Em 2025, o país esteve prestes a ultrapassar o seu limite de produção de 45 milhões de toneladas, podendo forçar as fábricas a absterem-se de aumentar a produção em 2026.

Adicionalmente, devido aos altos custos de energia, falhas de equipamentos, dificuldade em obter bauxita e riscos geopolíticos, foram suspensas as principais fundições em outros países, incluindo Islândia, Moçambique e Austrália. Além disso, a pretensão das fundições chinesas de construir novas fábricas na Indonésia continuou condicionada aos custos mais altos de energia e riscos regulatórios locais.

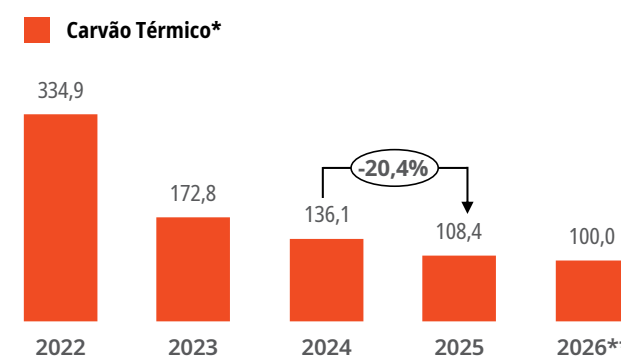
No que concerne às commodities agrícolas, o BM prevê que, após permanecerem amplamente estáveis em 2025, os preços agrícolas poderão depreciar ligeiramente em 2026, reflectindo o aumento da oferta.

Importa salientar que os preços no mercado de commodities poderão registar quedas mais acentuadas caso se registre: (i) um crescimento global mais fraco do que o esperado; (ii) um período de incerteza política económica mais prolongado do que o assumido; e (iii) excesso adicional na oferta de petróleo.

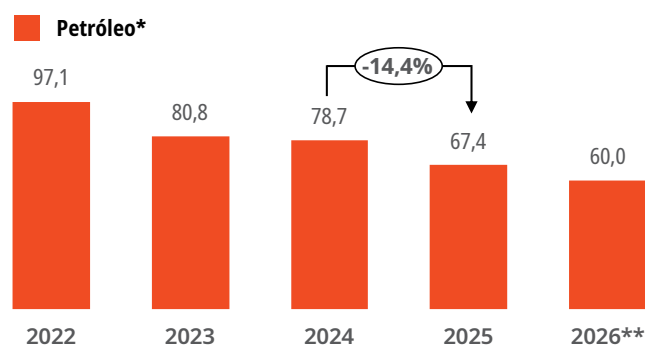
Por outro lado, as perspectivas de incremento de preços que poderão resultar: (i) da intensificação das tensões geopolíticas; (ii) do impacto de sanções adicionais ao petróleo; (iii) da redução de oferta decorrente de restrições comerciais adicionais; (iv) de condições climáticas desfavoráveis; e (v) do lançamento mais rápido do que o esperado de novos centros de dados.



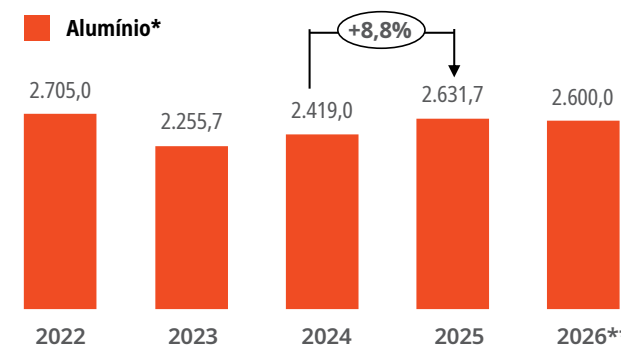
* Unidade de medida: USD/Milhão de unidades térmicas britânicas
** Perspectiva



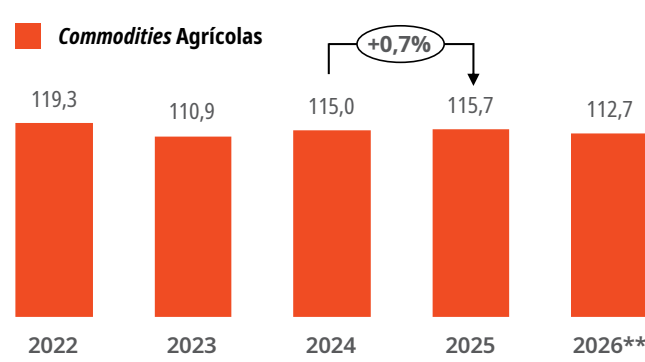
* Unidade de medida: USD/Tonelada métrica
** Perspectiva



* Unidade de medida: USD/Barril
** Perspectiva



* Unidade de medida: USD/Tonelada métrica
** Perspectiva



** Perspectiva

Fonte: Banco Mundial, Pink Sheet divulgado em Março de 2026; e Banco Mundial, Commodity Markets Outlook – divulgado em Outubro 2025.
Nota: Os preços reflectem a média mensal.

ECONOMIA MOÇAMBICANA

Produto Interno Bruto

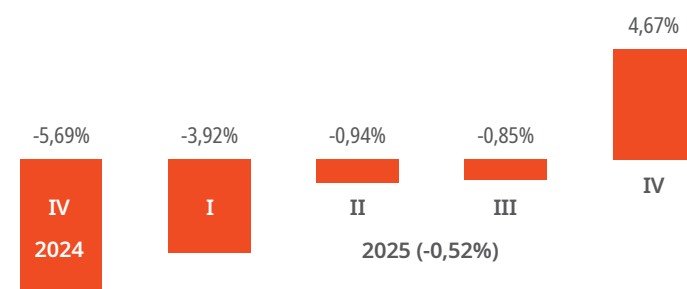
Segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE)⁶, a actividade económica cresceu em 4,67% em termos homólogos, no IV trimestre de 2025, após uma contracção cumulativa de -1,89% nos três trimestres anteriores. Este crescimento reflecte, maioritariamente, o desempenho da indústria transformadora.

Não obstante o panorama económico influenciado pelas dificuldades de retoma da capacidade produtiva após os conflitos pós-eleitorais, bem como pelos impactos de choques climáticos cada vez mais devastadores, o último trimestre do ano foi beneficiado pelo desempenho determinante do sector secundário com uma variação positiva de 4,87%, com destaque para o ramo da Indústria Manufactureira (13,58%), seguido pelo ramo de Construção (4,01%). O sector primário foi o segundo que mais contribuiu, com uma variação positiva de 4,55%, com

destaque para o ramo da Indústria de Extração Mineira (6,64%).

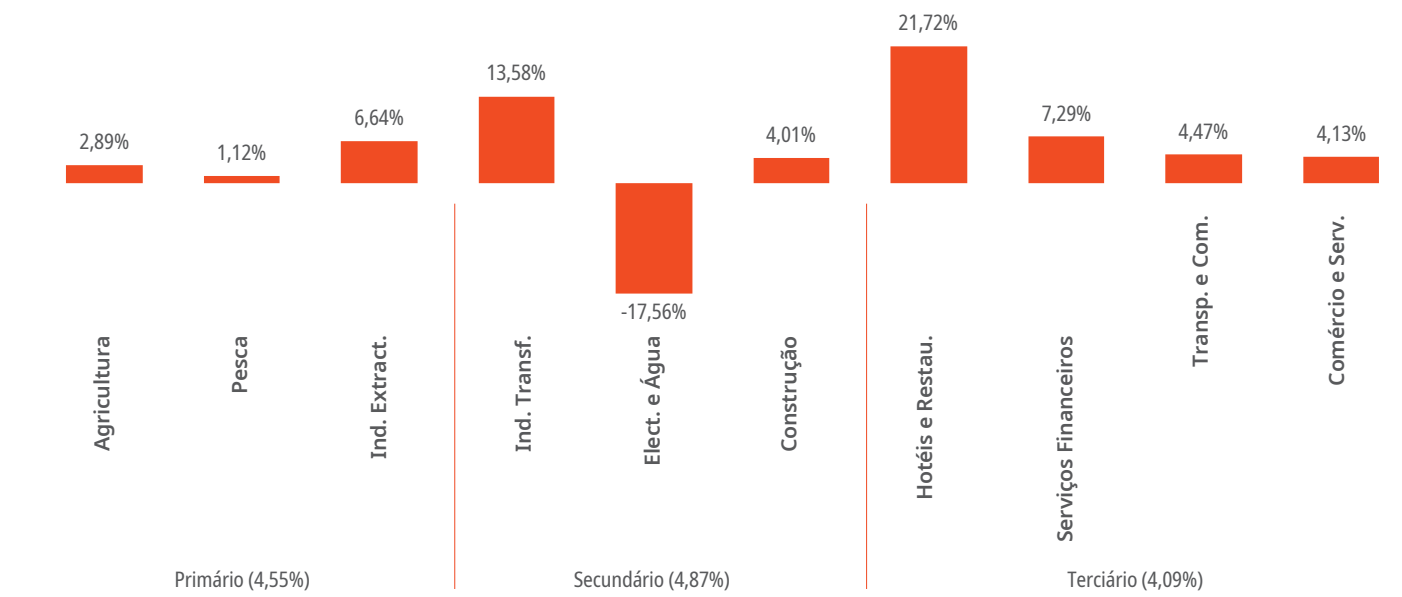
Em termos acumulados, ao longo do ano 2025, o Produto Interno Bruto teve um desempenho abaixo das expectativas, tendo contraído em -0,52%, após o crescimento de 2,15% em 2024, sendo esta a primeira contracção anual desde o ano 2020, aquando dos impactos da COVID-19.

Crescimento Trimestral do PIB



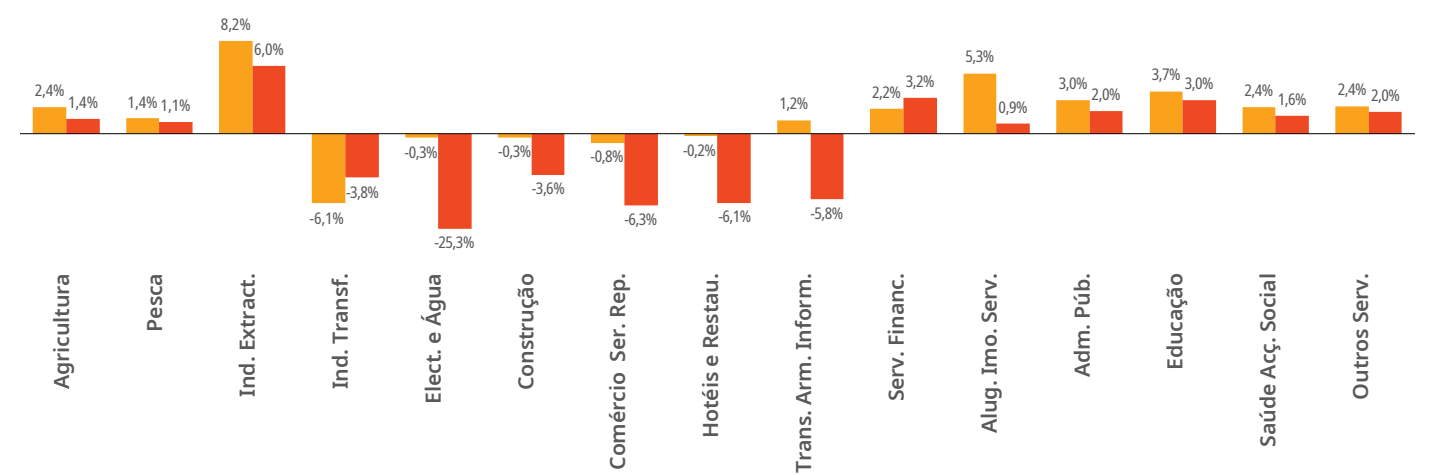
Fonte: INE, Fevereiro 2026

Sectores com crescimento mais dinâmico na economia no IV Trimestre de 2025



Fonte: INE, Fevereiro 2026

Taxa de Crescimento do PIB por Ramo de Actividade 2025 vs 2024



Fonte: INE, Fevereiro de 2026

Perspectivas de evolução da actividade económica em Moçambique

O Governo de Moçambique⁷ perspectiva que o crescimento da economia recupere gradualmente para cerca de 3,2% em 2026, impulsionado por melhorias no sector extractivo, bem como as reformas em curso no ambiente de negócios. As autoridades referem que a recuperação moderada evidencia a necessidade de acelerar a produtividade, avançar com as reformas e atrair investimento privado para além das indústrias extractivas.

O Banco de Moçambique (BdM)⁸ perspectiva, para o médio prazo, que a actividade económica recupere gradualmente, excluindo a produção de GNL, porém, a um ritmo mais lento, devido aos efeitos dos choques climáticos na produção agrícola e nas infraestruturas diversas.

Segundo o FMI⁹, prevê-se que o crescimento económico excluindo o sector mineiro permaneça modesto, em torno de 2%, reflectindo a incerteza fiscal, a escassez de crédito devido às necessidades de financiamento do Governo e à dimensão do mercado cambial.

A agência de notação de crédito *Fitch Ratings*¹⁰ perspectiva uma lenta recuperação do económico em 2026, em resultado de diversos riscos, dentre os quais o provável encerramento da empresa de fundição de alumínio, MOZAL (que representa 3% do PIB e 12% das exportações), e as cheias no primeiro trimestre, embora a possibilidade da ocorrência de novas decisões de investimento, relacionadas com os projectos de GNL possam minimizar o impacto destes riscos.

Evolução e Projecções do PIB em Moçambique

Evolução do PIB	2023	2024	2025	2026*
Taxa de Crescimento Real (%)	5,44%	2,15%	-0,52%	
Fundo Monetário Internacional				2,80%
Banco Mundial				1,90%

* Perspectiva

Inflação

Em 2025, a taxa de inflação homóloga de Moçambique manteve-se baixa e estável, atingindo o nível mínimo de 3,23%, ao longo do ano, em Dezembro, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística.

Este desempenho, em linha com a perspectiva de um dígito do BdM, foi influenciado pela estabilidade da taxa de câmbio,

preços favoráveis das principais commodities de importação a nível internacional, assim como uma demanda doméstica reduzida. Importa referir que ao longo do ano, o nível geral de preços foi também sustentado pela redução dos preços dos combustíveis líquidos localmente e a isenção do IVA para os produtos de primeira necessidade, os insumos e maquinaria utilizados na indústria de açúcar e sabões.

Evolução da taxa de Inflação ao longo de 2025

Taxa de Inflação de Moçambique	dez-24	jan-25	fev-25	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25
Mensal	1,60%	1,45%	0,52%	0,06%	-0,38%	-0,36%	-0,07%	-0,22%	0,68%	0,29%	0,47%	0,29%	0,49%
Acumulada	4,15%	1,45%	1,98%	2,03%	1,65%	1,29%	1,20%	0,97%	1,66%	1,96%	2,44%	2,73%	3,23%
Média 12M	3,20%	3,25%	3,31%	3,46%	3,52%	3,60%	3,69%	3,77%	3,94%	4,14%	4,32%	4,45%	4,37%
Homóloga	4,15%	4,69%	4,74%	4,77%	3,99%	4,00%	4,15%	3,96%	4,79%	4,93%	4,83%	4,38%	3,23%

Fonte: INE/Janeiro de 2026

Perspectivas de evolução da inflação em Moçambique

O BdM¹¹ mantém suas perspectivas de inflação em um dígito, no médio prazo, não obstante a materialização de alguns riscos e incertezas associadas às projecções, com destaque para a ocorrência de inundações, bem como para a intensificação das tensões comerciais e geopolíticas.

Segundo o FMI¹², a inflação poderá ultrapassar a meta de 5% no médio prazo, reflectindo a contínua dependência do financiamento monetário.

	2023	2024	2025	2026*
Inflação homóloga	4,29%	4,15%	3,23%	
Fundo Monetário Internacional				6,00%

* Perspectiva

⁶ Contas Nacionais Trimestrais de 2025

⁷ IMF Country Report – January 2026

⁸ Comunicado de Comité de Política Monetária – Janeiro de 2026

⁹ IMF Country Report – January 2026

¹⁰ Fitch – Rating Action Commentary – January 2026

¹¹ Comunicado de Comité de Política Monetária – 28 de Janeiro de 2026

¹² IMF Country Report – January 28, 2026

Taxas de Câmbio

Ao longo do ano de 2025, o Metical manteve-se estável face ao Dólar, embora se tenham observado pressões sobre a procura, tendo depreciado face ao Rand e ao Euro, como resultado do desempenho destas moedas no mercado internacional.

Evolução das taxas de câmbio das principais moedas estrangeiras de referência

Evolução do câmbio	dez-24	jan-25	fev-25	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25
USD/MZN	63,91	63,91	63,90	63,90	63,91	63,91	63,90	63,90	63,91	63,91	63,91	63,91	63,91
ZAR/MZN	3,41	3,43	3,47	3,48	3,44	3,57	3,60	3,53	3,61	3,70	3,69	3,74	3,85
EUR/MZN	66,79	66,37	66,53	69,04	72,70	72,50	74,85	73,04	74,54	74,95	73,85	73,93	75,01

Fonte: Banco de Moçambique, 2025

Política Monetária

Durante o ano de 2025, o BdM deliberou rever em baixa o Coeficiente de Reservas Obrigatórias em 10pp nos passivos em moeda nacional e moeda estrangeira, visando disponibilizar mais liquidez para apoiar a economia na reposição da capacidade produtiva e da oferta de bens e serviços. Igualmente, manteve a tendência de redução da taxa MIMO, tendo efectuado cortes no total de 3,25pp nas seis reuniões ordinárias.

As decisões decorreram da consolidação das perspectivas de inflação em um dígito, no médio prazo, reflectindo, em parte, a tendência favorável dos preços internacionais de bens e serviços, não obstante a manutenção, a nível doméstico, de elevados riscos e incertezas associados às projecções.

Evolução das Taxas de Juro Directoras em 2025

Evolução das Taxas Directoras (%)	dez-24	jan-25	fev-25	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25
FPC	15,75	15,25	15,25	14,75	14,75	14,00	14,00	13,25	13,25	12,75	12,75	12,50	12,50
FPD	9,75	9,25	9,25	8,75	8,75	8,00	8,00	7,25	7,25	6,75	6,75	6,50	6,50
MIMO	12,75	12,25	12,25	11,75	11,75	11,00	11,00	10,25	10,25	9,75	9,75	9,50	9,50
R0s em moeda nacional	39,00	29,00	29,00	29,00	29,00	29,00	29,00	29,00	29,00	29,00	29,00	29,00	29,00
R0s em moeda estrangeira	39,50	29,50	29,50	29,50	29,50	29,50	29,50	29,50	29,50	29,50	29,50	29,50	29,50
PLR sistema	19,70	19,00	19,00	18,50	18,50	18,00	18,00	17,40	17,20	16,50	16,50	16,00	15,80

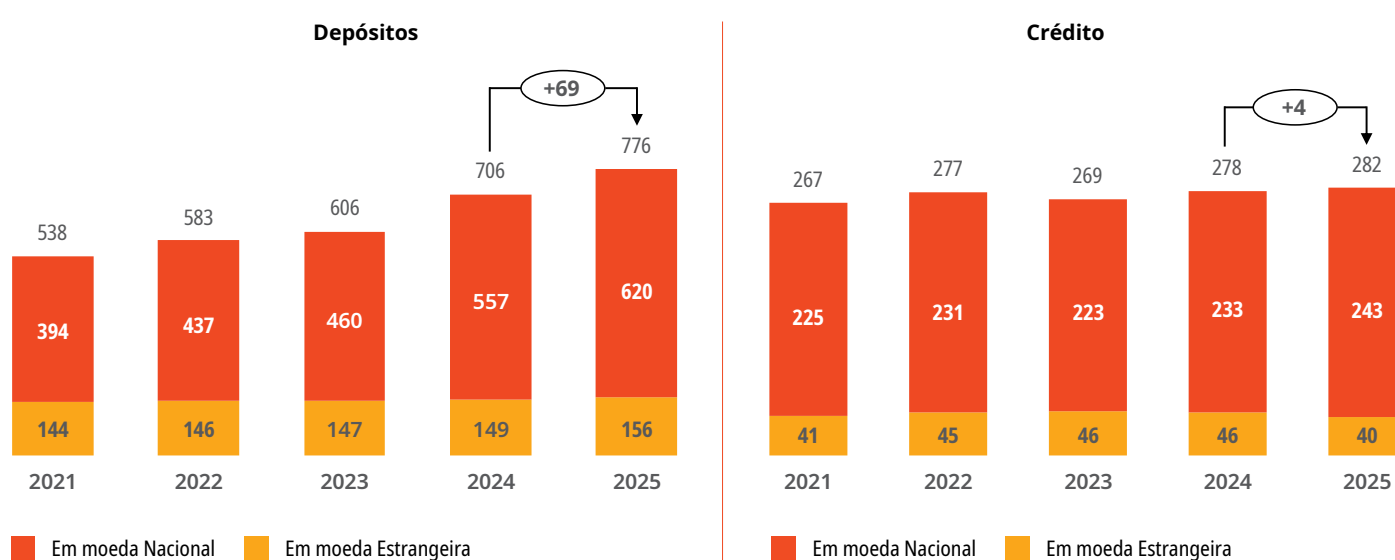
Fonte: Banco de Moçambique, 2025

Depósitos e Créditos

Segundo os dados do BdM¹³, de Dezembro de 2024 a Dezembro de 2025, o saldo da carteira de Depósitos do Sistema Financeiro incrementou em MZN 69 mil milhões para MZN 775 mil milhões, com destaque para o incremento dos Depósitos em Moeda Nacional.

No respeitante à carteira de Crédito, no mesmo período, o volume de financiamentos à economia aumentou em cerca de MZN 4 mil milhões para MZN 282 mil milhões, indicando uma ligeira recuperação do consumo e do investimento privado, que poderá ser explicada pelo alargamento do acesso ao financiamento, na sequência da descida da Prime Rate do Sistema Financeiro ao longo de 2025.

Evolução dos Depósitos e Crédito (Mil milhões de Meticals)



Fonte: Banco de Moçambique



Sistema Financeiro

Em 2025, o BdM continuou empenhado na consolidação do quadro jurídico e no reforço da solidez do sistema financeiro, com vista a adequá-los aos desafios emergentes intrínsecos à

sua actividade, bem como à complexa dinâmica das economias nacional e internacional, tendo emitido um conjunto de normativos (Avisos, Circulares, Leis e Decretos Lei), dos quais se destacam os seguintes, na actividade das instituições de Crédito:

Legislação e Regulamentação - 2025		
jan-25	Circular n.º 01/EMO/2025, de 28 de Janeiro	Aprovação da taxa de incidência de reservas obrigatórias e revogação da Circular N.º 02/EMO/2023, de 31 de Maio
abr-25	Aviso n.º 1/GBM/2025, de 9 de Abril	Regime excepcional de repatriamento e conversões de receita de reexportação de produtos petrolíferos
abr-25	Aviso n.º 2/GBM/2025, de 9 de Abril	Regime de repatriamento e conversão de receitas de reexportação de produtos petrolíferos
abr-25	Aviso n.º 3/GBM/2025, de 9 de Abril	Regime excepcional de provisões regulamentares mínimas
ago-25	Circular n.º 02/EFI/2025, de 1 de Agosto	Reporte de informação sobre limites à posição cambial e risco de mercado
ago-25	Aviso n.º 4/GBM/2025, de 1 de Agosto	Regime excepcional dos limites à posição cambial
out-25	Aviso n.º 5/GBM/2025, de 21 de Outubro	Envio de informação estatística ao Banco de Moçambique
out-25	Aviso n.º 6/GBM/2025, de 21 de Outubro	Directrizes de gestão de riscos climáticos
out-25	Aviso n.º 7/GBM/2025, de 21 de Outubro	Directrizes sobre o acesso e uso equitativo de produtos e serviços financeiros
nov-25	Circular n.º 03/EFI/2025, de 19 de Novembro	Auto-avaliação do risco cibernético
dez-25	Aviso n.º 8/GBM/2025, de 9 de Dezembro	Directrizes de reporte de incidentes tecnológicos e cibernéticos
dez-25	Aviso n.º 9/GBM/2025, de 09 de Dezembro	Estabelece os limites de pagamentos sobre o exterior efectuados através de cartões bancários
dez-25	Circular n.º 04/EFI/2025, de 19 de Dezembro - Altera a Circular n.º 01/EFI/2020, de 23 de Março	Procedimentos para o envio de informação sobre operações cambiais

EXPERIÊNCIA DO CLIENTE

No ano de 2025 mantivemos a Experiência do Cliente como prioridade estratégica, reforçando a proximidade, a capacidade de resposta e a oferta de soluções ajustadas às necessidades de Clientes Particulares, Empresas e Institucional. Apostámos em soluções financeiras flexíveis, no apoio à gestão de tesouraria e investimento, bem como na melhoria contínua dos canais digitais e do atendimento, assegurando a continuidade dos negócios dos nossos clientes e promovendo confiança num ambiente de maior prudência, nomeadamente:

- **Apostamos na formação e capacitação do pessoal**, em particular das equipas de *front office*, que constituiu outro eixo central da actuação em 2025. Foram desenvolvidas acções de formação orientadas para o reforço das competências técnicas, comerciais e comportamentais, assegurando que as equipas estejam cada vez mais preparadas para responder à crescente exigência dos clientes e à dinâmica do mercado.

Por forma a assegurarmos a actualização, a padronização e a conformidade dos preços dos produtos e serviços, bem como a melhoria da transparência e da consistência nas relações com os clientes, realizámos uma revisão integral do preço de produtos e serviços, alinhando-os com a classificação padronizada, de forma a reforçar a consistência e a transparência.

BANCA DE RETALHO E EMPRESAS

Em 2025, registou-se uma evolução positiva da actividade no segmento de Retalho e Empresas, reflectindo a confiança crescente dos clientes na marca e a consolidação do posicionamento do Banco neste segmento. O ano foi marcado por um forte crescimento da base de clientes (+5%), resultado de uma actuação consistente orientada para a proximidade, qualidade de serviço e criação de valor nas interações com os clientes.

A nossa estratégia esteve fortemente centrada no serviço ao cliente e na melhoria contínua da experiência. Esta abordagem permitiu não só reforçar o relacionamento com os clientes existentes, mas também dinamizar a captação e activação de novos clientes, traduzindo-se num aumento significativo da base de clientes activos.

No âmbito da transaccionalidade, registámos um crescimento expressivo, com destaque para a forte expansão dos cartões de débito (+28,14%) e de crédito (+19,34%), bem como para o aumento da utilização dos meios eletrónicos de pagamento. Paralelamente, concretizámos a reactivação da relação com uma base relevante de clientes, reforçando a recorrência das operações e a profundidade do relacionamento comercial.

Durante o ano, priorizámos a modernização da Rede Comercial, com a instalação de sistemas eletrónicos de gestão de atendimento, contribuindo para a melhoria do atendimento e para a redução dos tempos de espera. Adicionalmente, reabilitámos e modernizámos diversos balcões a nível nacional, proporcionando melhores condições de atendimento aos clientes e um ambiente de trabalho mais funcional para os colaboradores. Os resultados alcançados em 2025 reflectem a maturidade do processo de transformação do Banco, evidenciando ganhos consistentes em eficiência, qualidade de serviço e satisfação do cliente. O reforço da transaccionalidade, aliado à cultura de foco no cliente, rigor e profissionalismo, permitiu consolidar a confiança dos clientes e sustentar o crescimento do negócio.

- **Reabilitamos e modernizamos** 80 balcões, alinhados à nova imagem institucional, proporcionando ambientes mais confortáveis, funcionais e adequados a um atendimento de qualidade.
- **Introduzimos o pagamento** de propinas e mensalidades universitárias, via tablet, reduzindo tempos de espera e tornando o atendimento mais rápido e conveniente.
- **Facilitamos o acesso** aos canais digitais, com possibilidade de aderir ao serviço de eBanking através do website institucional, promovendo maior autonomia, conveniência e flexibilidade na gestão das contas.
- **Disponibilizamos uma solução autónoma e imediata para desbloqueio de PIN**, reduzindo deslocações aos balcões e reforçando a percepção de eficiência do serviço.
- **Reforçámos a actualização de dados nos Centros BCI Exclusivo** com o objectivo de melhorar a comunicação com os Clientes, elevar a Experiência de Atendimento e aumentar a eficiência operacional. Esta iniciativa promoveu um atendimento mais personalizado, assegurou maior conformidade regulatória e reforçou a confiança dos clientes deste segmento, com impacto positivo na satisfação e na qualidade do relacionamento.
- **Implementámos a 1.ª fase do Sistema Electrónico de Gestão de Atendimento (SEGA)**, com cobertura de 33% das Unidades de Negócio urbanas, melhorando a organização do atendimento, a gestão dos fluxos de clientes e reduzindo os tempos de espera nas agências.
- **Realizámos inquéritos de satisfação nas agências**, permitindo a recolha de *feedback* directo dos clientes e a identificação de oportunidades de melhoria contínua no atendimento.
- **Lançámos o piloto interno do Assistente Virtual do Banco**, com foco na melhoria da rapidez e consistência das respostas, na redução dos tempos de espera e no aumento da qualidade da informação disponibilizada nos canais digitais.

¹³ Síntese das Instituições de Crédito – divulgado em Fevereiro de 2026

CORPORATE, BANCA DE INVESTIMENTO E DESKS ESPECIALIZADOS

No segmento de Grandes Empresas e Banca de Investimento (DGE), reforçámos, em 2025, o nosso compromisso com o crescimento sustentável e com a proximidade aos clientes, através da presença nas principais regiões económicas do País. A carteira de clientes cresceu cerca de 5%, impulsionada pela captação de investidores estrangeiros e pela oferta de soluções financeiras diferenciadas.

O segmento Corporate representa cerca de 34% do volume de negócios do Banco, destacando-se como a principal área na captação de recursos em moeda estrangeira, cujo valor incrementou aproximadamente 15% face a 2024. Mantivemos o foco em sectores estratégicos como Oil & Gas, energia, mineração, logística, agricultura e serviços. No actual contexto de crescente preocupação com a sustentabilidade, assumimos uma postura proactiva no desenvolvimento e dinamização de linhas de crédito especializadas para apoio à iniciativas de promoção da sustentabilidade, contribuindo para uma gestão de risco mais robusta.

O ano de 2025 ficou igualmente marcado por uma forte aposta na transaccionalidade, com o incentivo à adopção de canais e serviços digitais, como eBanking, soluções host-to-host (H2H), cartões e outros meios electrónicos, contribuindo para ganhos de eficiência operacional e para uma experiência bancária mais ágil, flexível e segura para os nossos Clientes.

Reforçámos o apoio a sectores prioritários e estratégicos da economia, através de áreas de Negócio Especializado, organizadas em Desks, como o Agro, Energias Renováveis e o Conteúdo Local, com destaque para iniciativas que promovem a integração das PME's nas cadeias de valor dos mega-projectos. Deste modo, focamos na implementação de iniciativas nestas áreas, com equipas especializadas e experientes na implementação de linhas de crédito e soluções de financiamento acessíveis e estruturantes para o desenvolvimento do tecido empresarial, por meio de parcerias locais e internacionais, de elevado impacto económico e social.

Abaixo algumas áreas de prioritárias de actuação a nível do segmento Corporate em 2025, nas quais o BCI continuará focado, também no médio-prazo:

• Infra-estruturas e Project Finance

Reforçámos o apoio aos projectos de infra-estruturas, com foco em grandes projectos nacionais e iniciativas de investimento público-privado. Este segmento é crucial para o desenvolvimento económico, complementando sectores como Oil & Gas, energia e logística, onde já temos uma presença consolidada.

Participámos activamente na estruturação de financiamentos de médio e longo prazo, o que nos permitiu apoiar projectos com grande impacto económico. Esta actuação fortaleceu a nossa posição junto de investidores institucionais, entidades públicas e parceiros internacionais, consolidando o nosso papel como parceiro financeiro de referência em projectos estruturantes para o País.

• Comércio Externo e Trade Finance

O Comércio Externo e o *Trade Finance* continuaram a ser fundamentais para a nossa proposta de valor no segmento Corporate, especialmente no apoio a grandes empresas e multinacionais com operações de importação e exportação em sectores estratégicos, como à importação de combustíveis, de trigo (e outros bens alimentares essenciais), medicamentos, entre outros.

A aposta na utilização de instrumentos como Cartas de crédito, Garantias Bancárias, entre outros, contribuiu para o reforço da actividade, apesar do ambiente difícil em termos de disponibilidade cambial, tendo o BCI reiteradamente assumido uma posição de destaque no apoio ao mercado.

• Celebramos a Parceria com o Fundo de Garantia Mútua

Participámos na implementação do Fundo de Garantia Mútua, com o objectivo de ampliar e promover o acesso ao financiamento para as Médias e Pequenas Empresas. Este fundo, juntamente com outros instrumentos negociados pelo Governo de Moçambique, permite aos bancos partilhar e mitigar o risco de crédito, criando condições mais favoráveis para as empresas acederem ao financiamento.

Ao reduzir as exigências de garantias reais tradicionais, este mecanismo permite-nos expandir a base de empresas com condições para acesso a financiamento, incentivando o investimento produtivo, a formalização e a sustentabilidade dos negócios. Através deste mecanismo, os bancos têm maior flexibilidade para estruturar soluções de financiamento adaptadas às necessidades específicas de cada cliente, promovendo a inclusão financeira, especialmente para empresas com limitações nas garantias.

Esse modelo é particularmente importante para sectores como agronegócio, indústria, serviços e conteúdo local, e contribui para a redução das assimetrias no acesso ao crédito, e fomenta

o investimento privado e a criação de emprego. **Esta iniciativa, alinhada com as melhores práticas internacionais, reforça o nosso papel como parceiro de confiança no desenvolvimento económico sustentável.**

• Agronegócio

O financiamento ao agronegócio, com especial foco nas PME's, continua a ser nossa prioridade estratégica, mantendo uma posição de referência neste sector. Contribuímos para o desenvolvimento das cadeias de valor do agronegócio, através de suporte técnico especializado da equipa do Agrodesk, bem como por meio do desenvolvimento de parcerias que possibilitam a estruturação de linhas de crédito específicas para o sector, com condições diferenciadas, e ainda, através da participação em plataformas de promoção, debate e na procura de soluções que favoreçam o desenvolvimento do sector.

• Energias Renováveis

A nossa preocupação com a sustentabilidade e eficiência energética levou-nos a investir na capacitação e especialização no sector das energias renováveis, onde Moçambique tem grande potencial. A nossa estratégia visa criar condições para analisar e financiar projectos que integrem soluções energéticas sustentáveis, permitindo que mais empresas tenham acesso aos benefícios económicos, sociais e ambientais das soluções de maior eficiência energética.

Temos várias linhas de crédito dedicadas, como a BCI Eco Ambiental, em parceria com o KfW e com o Banco de Moçambique, e a Linha BCI SUPER, em parceria com a UNIDO e com o FUNAE. Estamos a trabalhar em novas parcerias e opções para expandir essas iniciativas em 2026, mantendo o nosso compromisso com a sustentabilidade, as energias renováveis e a eficiência energética, sendo esta uma prioridade estratégica transversal a todas entidades do Grupo CGD.

• Conteúdo Local

O desenvolvimento das cadeias de valor dos mega-projectos, especialmente no sector de Oil & Gas e outras áreas estratégicas, continua a ser uma das nossas principais prioridades. Pretendemos contribuir activamente para facilitar o acesso das PME's a essas cadeias de valor, através do desenvolvimento de soluções criativas e acessíveis, em parceria com os principais stakeholders desses grandes projectos, quer públicos, quer privados, por forma a promover a integração de um maior número de PME's moçambicanas nestas cadeias de valor.

Um exemplo disso, é a parceria com a SASOL, através da "Linha BCI Negócios SASOL", uma linha de crédito com condições favoráveis, exclusivamente dedicada a apoiar PME's moçambicanas que operam na província de Inhambane, onde está a ser desenvolvido o projecto de gás natural de Pande e Temane.

Igualmente participamos em iniciativas de literacia financeira promovidas por organizações e projectos como a MozUp, o Linkar liderado pela ENH, entre outros, cujo foco é a promoção da integração das PME's nas cadeias de valor da indústria do Oil & Gas.

Para 2026, esperamos um ano desafiante, **mas com oportunidades de crescimento no segundo semestre**, impulsionadas pela **retoma dos grandes projectos** e novos investimentos. Manter-nos-emos focados em soluções financeiras responsáveis, alinhadas com o *compliance*, sustentabilidade, digitalização e transição energética, consolidando o nosso papel como parceiro essencial para o desenvolvimento económico de Moçambique.

PRIVATE BANKING

O nosso segmento *Private*, posiciona-se como uma proposta de excelência dirigida a Clientes de elevado património. A sua actuação assenta num modelo de atendimento personalizado, com soluções financeiras ajustadas às necessidades individuais.

Em 2025, reforçámos a nossa estratégia comercial através de um programa de revitalização focado na dinamização do negócio e no aprofundamento das relações com os Clientes, o que permitiu um crescimento do volume do negócio de 2% face ao ano anterior, e um aumento da base de Clientes activos em 7%, evidenciando a atractividade da proposta de valor do segmento.

O desempenho foi sustentado por uma estratégia de proximidade, assessoria personalizada de investimento e realização de eventos exclusivos nomeadamente: Comemoração do Dia da Mulher Moçambicanas; Exposição "Pequenos Artistas-Grandes Emoções"; e Prova de Vinhos, que contribuíram para o fortalecimento das relações de confiança e fidelização.

NEGÓCIO INSTITUCIONAL

No segmento de Negócio Institucional (DNI), continuámos em 2025 a reforçar o nosso compromisso com o apoio ao segmento Estado, aos organismos tutelados, bem como as ONGs e Embaixadas. Mantivemos o foco na modernização das nossas soluções com o objectivo de melhorar o serviço ao cliente e a sua experiência, com recurso a tecnologias e práticas de mercado que permitiram aprimorar a eficiência e a capacidade de resposta às necessidades específicas dos clientes.

No âmbito da integração tecnológica, o Banco esteve envolvido no desenvolvimento de soluções para conectar os sistemas do BCI com as plataformas do Estado, visando otimizar processos como pagamento de impostos, recolha de receitas e gestão tributária. Dessa forma, colaboramos com o CEDSIF e outros parceiros, na implementação de várias iniciativas, com destaque para: **i) SISPE** – Sistema de Pagamentos ao Estado, com módulos adicionais para recolha de receitas e prestação de serviços; **ii) SINEM** – Sistema de Informação e Negociação em Bolsa (BMM); **iii) BUSCOR** – Bilhética Eletrónica, em coordenação com o Ministério dos Transportes e Agência Metropolitana de Transporte de Maputo; e **iv) AT** – Projetos de colecta de impostos e gestão tributária.

Além disso, continuamos a expandir a base de clientes que utilizam eBanking e soluções de conexão entre sistemas, facilitando a integração com plataformas digitais do Estado e melhorando a eficiência e acesso aos serviços financeiros.

Para o próximo ano, manteremos o foco na **proximidade com o cliente**, na **capacitação contínua da equipa** e na **gestão rigorosa de risco e compliance**, assegurando um serviço sustentável e eficiente.

BANCA DIGITAL - INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

O ano de 2025 ficou marcado pelo reforço da nossa estratégia de transformação digital, assente na melhoria contínua da experiência nos canais electrónicos, na consolidação das capacidades tecnológicas e no lançamento de funcionalidades inovadoras que nos aproximam dos nossos Clientes, respondendo às exigências de um mercado em constante evolução.

A aposta na transaccionalidade digital guiou grande parte das nossas iniciativas, com o objetivo de elevar tanto a frequência de uso como o volume de operações realizadas nos canais digitais. Registámos crescimento significativo da base de utilizadores activos face a 2024, alcançado 12% no canal Internet (App e eBanking), enquanto o volume de transacções cresceu em 15%.

No canal e-Daki *134#, tanto a base de Clientes activos como o volume de transacções duplicaram, reflectindo a relevância deste serviço para inclusão digital, especialmente para Clientes que privilegiam soluções simples e acessíveis. Registamos uma evolução positiva no parque de Cartões de Débito e de Crédito, com crescimento de 11% e 6%, respetivamente, resultado da melhoria da experiência de utilização, bem como do aumento da aceitação destes meios de pagamento.

Para incentivar a migração de operações presenciais para plataformas digitais, realizámos campanhas com premiação aos Clientes, promovendo hábitos de utilização e consolidando a autonomia digital.

Lançámos novas funcionalidades que reforçaram conveniência, rapidez e autonomia no acesso aos serviços bancários.

Destacámos a nossa participação no projecto nacional de Transferências Instantâneas, já em fase avançada de desenvolvimento e com testes técnicos concluídos. **Implementámos a Adesão Remota ao eBanking**, uma iniciativa pioneira no mercado, com suporte de **uma página explicativa no Website**, que apresenta requisitos, etapas e orientações dirigidas ao Cliente, reforçando a clareza e reduzindo dúvidas, **eliminando a necessidade de deslocação à agência**.

Também disponibilizámos o pagamento de contribuições ao Instituto de Segurança Social (INSS) na aplicação do Banco (App e-Daki), facilitando operações para empresas e trabalhadores independentes. Igualmente expandimos funcionalidades no canal USSD e-Daki *134#, incluindo cancelamento e atualização de contactos.

A **modernização da experiência do Cliente** incluiu a simplificação de fluxos, coerência visual e reforço da componente de self-service, permitindo o pedido, activação e bloqueio de cartões directamente na App e-Daki. Optimizámos a gestão de credenciais do Internet Banking, reduzindo pressão sobre as agências e chamadas na Linha do Cliente, e **lançámos o Assistente Virtual BCI com recurso a Inteligência Artificial generativa**.

Mantivemos a expansão de tablets corporativos para pagamento de serviços, garantindo operações mais rápidas e eficientes, e melhorámos a página de Sustentabilidade no website institucional, apresentando de forma clara os compromissos do Banco nas dimensões ESG - Ambiental, Social e de Governação. **A segurança continuou a ser a nossa prioridade, e deste modo reforçámos os mecanismos de proteção, políticas de prevenção à fraude e sistemas de deteção em tempo real**, acompanhados de acções de consciencialização internas e externas.

Para 2026, continuaremos a **expandir os fluxos digitais de adesão e contratação de produtos**, **reforçar a integração omnicanal e aprofundar a inclusão financeira** através de **soluções digitais simples, acessíveis e centradas nas necessidades dos Clientes**. Mantemos o compromisso de evoluir com transparência,

proximidade e foco na experiência do Cliente, garantindo que a inovação tecnológica seja acompanhada de estabilidade, credibilidade e acessibilidade para uma franja cada vez maior do mercado moçambicano.

TECNOLOGIA

Ao longo do ano, implementámos soluções críticas que transformaram a interacção com os nossos clientes e a eficiência das nossas operações core. Neste âmbito, destacamos seguintes iniciativas:

- **Iniciámos a produção da nova solução de gestão de operações de estrangeiro**, garantindo total conformidade com os novos protocolos SWIFT e otimizando fluxos de pagamentos internacionais.

- **Implementámos a nova solução integrada de Credit Scoring**, que utiliza modelos avançados para uma decisão de mais celeridade e rigorosa a nível das operações de crédito.

- **Digitalizámos o processo de gestão de officios**, garantindo maior rastreabilidade e rapidez na resposta a entidades externas.

- **Implementámos a nova solução de abertura de conta na agência com validação biométrica**, melhorando a segurança no registo de novos clientes.

- **Criámos uma área dedicada à automação robótica de processos**. Esta iniciativa visa a redução do risco operacional e dos tempos de execução dos processos, contribuindo para melhoria da eficiência operacional e da qualidade de serviço.

Mantivemos o foco do desenvolvimento de funcionalidades nos canais digitais, destacando-se, o **novo onboarding nos canais digitais no site institucional**, simplificando todo o processo, sem comprometer a sua segurança, bem como o **piloto do novo Assistente Virtual baseado em LLM (Large Language Models)**, elevando o patamar de autoatendimento e suporte ao cliente através de interfaces de conversação natural.

Para sustentar o crescimento digital, reforçámos a base tecnológica do Banco com o Investimento contínuo no aumento da capacidade de processamento e armazenamento, com especial foco na resiliência dos sistemas e na baixa latência das comunicações e implementámos uma nova Gestão Integrada de Ativos e uma solução de vanguarda para a gestão do ciclo de vida de desenvolvimento aplicacional (ALM), garantindo maior controlo e qualidade do código produzido.

Num cenário de ameaças crescentes, mantivemos a cibersegurança como prioridade absoluta em 2025. Reforçámos as soluções de identificação de vulnerabilidades e conformidade. Na protecção de sistemas e dados, implementamos novas ferramentas de classificação de informação e gestão de acessos privilegiados, além de automatizarmos o processo de revisão periódica de acessos na nova plataforma de gestão de identidades e acessos. Igualmente expandimos os exercícios de *Red Teaming* e testes de penetração (simulações de ataques, por forma a testar as defesas e melhorar a segurança cibernética), assegurando que os nossos planos de resiliência e continuidade de negócios estejam preparados para enfrentar os cenários mais adversos.

A conformidade não é apenas uma obrigação, mas um pilar de confiança. Em 2025 realizámos uma revisão profunda das políticas e procedimentos de TI para responder aos novos requisitos de Governação de Dados e cibersegurança (alinhamento com DORA, BCBS 239 e outras directivas).

Participamos activamente nos principais fóruns de tecnologia, abordando as melhores práticas em torno da utilização segura da Inteligência Artificial, a evolução da regulamentação nacional sobre utilização de serviços Cloud, a Sustentabilidade Tecnológica (Green IT), entre outros.

A transformação de 2025 não foi apenas tecnológica. Ao integrarmos digitalização, automação, IA e uma governação robusta, estamos preparados para os desafios de uma economia digital, mantendo a segurança, a resiliência e a confiança no centro da transformação digital.

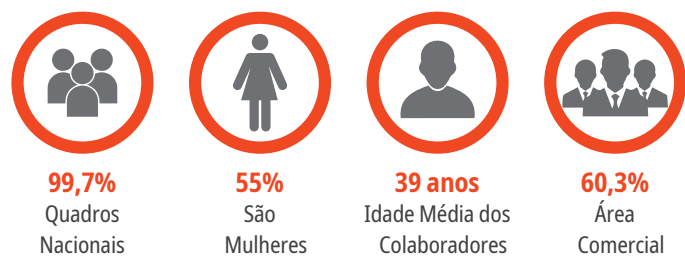
PESSOAS, TALENTO E CULTURA

Em 2025, reforçámos de forma clara o nosso compromisso com o fortalecimento da cultura organizacional, colocando as Pessoas como o centro das nossas atenções. A valorização, reconhecimento e proximidade, afirmaram-se como pilares necessários no processo, orientados para a promoção de um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e motivador, capaz de potenciar o bem-estar, o sentido de pertença e o envolvimento das equipas com o objectivo de assegurar a melhoria contínua no serviço de excelência aos nossos clientes.

Mantivemos a aposta na capacitação e desenvolvimento das equipas, investindo em abordagens inovadoras e digitais que acompanhem as tendências actuais. A ética e a conduta responsável permanecem no centro das acções, orientando as Pessoas para o cumprimento da missão.

A integridade, o profissionalismo, o rigor, a proximidade e a inovação são valores fundamentais para o BCI e permaneceram no centro das decisões e práticas de gestão, orientando o comportamento individual e colectivo e assegurando o alinhamento com a visão do BCI.

ACTIVIDADES, INDICADORES E RESULTADOS



O nosso quadro de pessoal era composto por **2.702 colaboradores**, dos quais 99,7% de nacionalidade moçambicana, reflectindo a forte aposta na valorização de quadros nacionais. **A Área Comercial concentrou 60,3% do efectivo.** A estrutura manteve-se maioritariamente jovem, com **62,7% dos colaboradores até aos 40 anos. A média de idade é de 39 anos e antiguidade média de 12 anos**, assegurando um equilíbrio entre dinamismo e experiência. Estes indicadores reflectem a estratégia de fidelização e a imagem de um Banco jovem, com energia, dinâmico e, também, com experiência para assumir com confiança o seu compromisso perante os Clientes e demais *stakeholders*.

As mulheres representam cerca de 55% do efectivo total, com presença relevante em funções de gestão, evidenciando progressos em matéria de igualdade de género.

Ao longo dos anos temos vindo a consolidar o nosso compromisso com a igualdade de género, em alinhamento com os princípios ESG, passando a integrar as temáticas de DEI (Diversidade, Igualdade e Inclusão), na gestão de pessoas.

Em 2025, o programa de graduados contou com **584 graduados**. Este programa assume-se, não apenas como um mecanismo de inserção profissional inicial, mas também como uma ferramenta de desenvolvimento contínuo através da exposição dos graduados a diferentes áreas e desafios do negócio, para a consolidação de competências técnicas, comportamentais e éticas.

REMUNERAÇÃO, PREMIAÇÃO E RETENÇÃO

Durante o ano de 2025, no contexto da política de retenção e fidelização dos colaboradores, foram reconhecidos e valorizados, através da alteração da situação remuneratória e/ou funcional, cerca de **2.249 colaboradores (84,0% do efectivo)**. Estes resultados evidenciam avanços significativos nas práticas de Gestão de Pessoas, evidenciando as estratégias de retenção e uma cultura mais coesa. A redução do *turnover* e da taxa de desvinculação demonstra a eficácia das iniciativas voltadas ao bem-estar e ao desenvolvimento dos colaboradores, contribuindo para um ambiente de trabalho mais humanizado e produtivo, consolidando assim a nossa posição como uma referência do maior banco do mercado.

DESENVOLVIMENTO DE TALENTOS

A formação profissional manteve-se como prioridade estratégica, com **202.543 horas de formação realizadas e 37.165 participações**, incidindo sobretudo em liderança, excelência no atendimento, compliance e segurança cibernética. **Foram igualmente atribuídas 64 bolsas de estudo para formação académica superior**, alinhadas com o desenvolvimento individual com as necessidades estratégicas do Banco.

CULTURA, SAÚDE E BEM-ESTAR

A cultura do Banco **esteve patente em todos os programas desenvolvidos com o intuito de melhorar o ambiente organizacional**. Priorizamos a saúde e bem-estar das equipas, trazendo diferentes programas orientados para acções de **humanização organizacional**, com propósito de criar um ambiente de trabalho onde cada um se sinta mais valorizado e apoiado.

Investimos numa cultura que possibilite, esporadicamente, o trabalho em ambiente diferente do habitual, trazendo a possibilidade de maior interacção e aproximação das equipas.

Ao longo do ano, demos seguimento às iniciativas existentes e introduzimos novas acções, para reforçar a proximidade, o bem-estar e o envolvimento dos colaboradores, bem como para promover a responsabilidade social. Entre as principais acções destacam-se:

- **Reuniões com os Administradores:** momentos de interacção entre os colaboradores e os Administradores das áreas, reforçando a cultura de proximidade, permitindo a apresentação de contributos de melhorias para o Banco.
- **Maior envolvimento dos colaboradores em causas sociais:** promovendo maior integração com as comunidades.

- **Apoio psicossocial:** cerca de 400 colaboradores beneficiaram de ajuda psicossocial, reforçando o compromisso e preocupação com a saúde mental e emocional.

- **Apoio em calamidades naturais:** 104 colaboradores, afectados por calamidades naturais e instabilidade sociopolítica beneficiaram de apoio psicossocial e/ou financeiro, para garantir a sua sobrevivência pós-ocorrência.

- **Educação Financeira:** promovemos sessões de educação financeira para alguns colaboradores, priorizando os que se encontravam em situação crítica, ajudando-os a gerir melhor os seus recursos.

- **Implementámos Programa de pré-reforma:** colaboradores próximos da idade de reforma, passaram a beneficiar de um programa de pré-reforma, auxiliando na transição para nova etapa das suas vidas.

- **Caminhada daqui:** mais de 1000 colaboradores participaram nas caminhadas, que visam promover a saúde física e mental dos colaboradores e seus familiares.

- **Saúde ocupacional:** foram realizadas visitas e contactos de proximidade, com o intuito de assegurar a saúde e segurança no local de trabalho.

- **“Ciclo de Conversas”:** uma iniciativa que pretende promover o diálogo, a troca de ideias e a partilha de experiência e conhecimento entre Colaboradores. Durante estas conversas abordamos temas relevantes e actuais para o Banco, onde se pretende promover um espaço de reflexão, com a presença de quadros do Banco, como painelistas e moderadores.

- **Lançamento do Programa de Mentoria:** uma iniciativa enquadrada no Ciclo de Conversas, que visa fortalecer os laços entre os colaboradores através da aproximação e com o objectivo de desenvolver habilidades essenciais para o desenvolvimento pessoal de cada colaborador.

- **“Vibes matinais”:** iniciativa criada para promover a proximidade com um encontro matinal mensal com café em que cada Direcção terá a oportunidade de ser anfitrião.

- **Peça Teatral:** iniciativa implementada no âmbito na revisão, divulgação e vivência dos valores institucionais do BCI, nomeadamente, Integridade, Proximidade, Rigor, Profissionalismo e Inovação.

GESTÃO DE RISCOS

Para o BCI, a gestão de riscos constitui uma actividade de elevada importância para a qual se encontram definidos, na Política de Gestão de Risco e no Programa de Gestão de Riscos, os princípios orientadores, a estrutura organizativa, as suas responsabilidades e o sistema de avaliação e monitorização. A política de Gestão de Riscos do Banco procura manter uma relação adequada entre os Capitais Próprios, a Sustentabilidade e Rentabilidade.

A função de Gestão de Risco do BCI baseia-se num modelo de governação que pretende, simultaneamente, respeitar as melhores práticas na matéria, conforme estabelecido nas Directrizes de Gestão de Risco, e garantir solidez e eficácia ao sistema de identificação, medição, monitorização, reporte e controlo dos riscos financeiros (crédito, mercado, liquidez, taxa de juro no balanço) e não financeiros (de estratégia e negócio, operacional, IT e Cibersegurança, reputacional, climático e ambiental, *compliance* e conduta) a que o Banco está ou poderá vir a estar exposto.

Para uma gestão de risco adequada e eficaz, o Banco tem formalizada a sua apetência pelo risco, aprovada pelo Conselho de Administração através de duas ferramentas, o *Framework* de Apetência pelo Risco – RAF (*Risk Appetite Framework*), e a Declaração de Apetência pelo Risco – RAS (*Risk Appetite Statement*), que definem os níveis de risco que o Banco está disposto a assumir, considerando as suas estratégias de risco e de negócio, e o respectivo enquadramento na Apetência pelo Risco do Grupo CGD. O RAS é revisto anualmente, em conjunto com os restantes Processos Estratégicos de Risco, que incluem a autoavaliação anual do perfil de risco, onde se procede à avaliação do perfil de risco da instituição, as estruturas de gestão, controlo, mitigação e governo associadas, bem como o surgimento de novos riscos (emergentes ou potenciais), incluídos na taxonomia de Riscos.

O exercício económico de 2025 foi marcado por revisões em baixa do rating da dívida soberana moçambicana, e do respectivo *outlook*, pelas principais agências de *rating* internacionais, destacando-se a *Standard & Poors* (S&P) que, em Março, fez um *downgrade* do rating do País na moeda local para *Selective Default*, e reviu o *outlook* para negativo. Por conta deste *downgrade* do rating do país, associado a atrasos no pagamento dos títulos de dívida pública, e considerando uma abordagem *forward looking* mais

prudente, o BCI agravou os factores de risco (PD e LGD) para as exposições soberanas (títulos de dívida pública, linhas bilaterais e crédito avalizado) a nível do modelo de imparidade, o que resultou num reforço significativo de imparidades para estas exposições.

Destacámos, igualmente, a marcação em *Stage 3* de todo o crédito ao Estado (incluindo Bilhetes de Tesouro), adoptando uma postura de maior prudência por parte do banco.

Em Abril de 2025, o BdM publicou a lista dos Bancos de acordo com a sua importância sistémica, tendo o BCI passado do escalão 1, com requisitos de capital adicional de 2%, para o escalão 2, com requisitos de capital de 3%, sendo assim obrigado a cumprir com o rácio de solvabilidade de 15% (12% geral + 3% de *buffer* de Importância Sistémica) contra os anteriores 14% (12% + 2%), continuando a liderar o ranking dos Bancos de Maior Importância Sistémica no mercado moçambicano.

Ainda assim, fruto de uma gestão consistentemente prudente, que passou, por exemplo, pela retenção integral dos Resultados Líquidos do exercício económico de 2024 e pela constituição de imparidades conservadoras em 2024 e 2025, mantivemos o cumprimento com folga de todos os rácios regulamentares.

No âmbito do reforço do compromisso do BCI com a transformação e fortalecimento da função de Gestão de Risco, procedemos a actualização e fortalecimento dos instrumentos, políticas e procedimentos que regem a gestão de riscos no Banco, com destaque para:

- Activação do Plano de Continuidade de Negócio, na sequência dos conflitos pós-eleitorais ocorridos entre o 4º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025.
- Actualização de diversas Políticas de Gestão de Riscos financeiros e não financeiros, com realce para o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio e a Política de Gestão de Riscos Climáticos e Ambientais.
- Foco na melhoria contínua da gestão das reclamações dos clientes.
- Implementação de iniciativas previstas no DORA (*Digital Operational Resilience Act*).
- Preparação e envio ao supervisor dos Elementos Informativos para Elaboração de Plano de Resolução da entidade, referente a Junho de 2025, conforme os requisitos do Aviso 04/GBM/2022 em conjugação com a Circular 07/EFI/2022.
- Revisão anual do Programa de Gestão de Riscos para 2025 nos termos do Aviso 4/GBM/2013.
- Revisão semestral do Perfil de Risco do Banco que este ano passou a incluir uma classificação global do mesmo.
- Produção e envio do Relatório do ICAAP de 2024 e a realização dos Testes de Esforço (Análises de Sensibilidade e Análise de Cenários), nos termos das Circulares Nº 2/SCO/2013 e Nº 5/SCO/2013, ambas do Aviso 20/GBM/2013, bem como o envio para o Banco de Moçambique o Plano de Recuperação com referência ao ano 2024 e do Relatório da Disciplina do Mercado com referência a Junho de 2025 para o Banco de Moçambique.
- Implementação dos novos modelos de *Scoring*, de *Pricing* e da Central de Balanços.
- Realização do exercício do ILAAP e apoio ao Conselho da Administração na elaboração do LAS (Declaração da Adequação de Liquidez).
- Acompanhamento e certificação dos planos de acção das deficiências de controlo interno e Disseminação da Cultura de Risco.
- Produção do Relatório de Autoavaliação que, de acordo com o Aviso 02/2025 do Banco de Portugal, passou a ser emitido com referência a Setembro.
- Reforço dos controlos de segunda linha, por forma a mitigar riscos financeiros e não financeiros, especialmente os de carácter operacional, com respectivo reporte ao Comité de Riscos.

GESTÃO DE COMPLIANCE E CONDUTA

A Gestão de Risco de *Compliance* é um pilar fundamental na estrutura de governo da nossa instituição. Num ambiente regulatório cada vez mais complexo e dinâmico, adoptamos uma abordagem robusta e transversal à Gestão de Risco de *Compliance*, com o objectivo de proteger os interesses dos nossos Clientes e o Capital do Banco, enquanto garantimos que todas as acções e operações estejam alinhadas com as melhores práticas do mercado e aos mais elevados padrões de ética e conduta. Ao

longo do ano 2025, reforçamos o nosso compromisso com a transparência, a integridade e a confiança no sector bancário, por meio de uma actuação diligente e assertiva na mitigação do risco *Compliance*, nas suas diversas categorias.

Compliance e Conformidade Regulatória

Em 2025, a actividade da Função *Compliance* assentou na implementação e consolidação de um vasto conjunto de processos e procedimentos de suporte às políticas internas aprovadas bem como às novas exigências regulamentares, o que permitiu a melhoria dos níveis de conformidade legal em vários domínios da actuação do Banco. Com efeito, fortalecemos o programa de *compliance* através do ajustamento dos mecanismos internos para acautelar quaisquer eventuais situações de risco de *compliance*, e promover uma cultura comprometida com a ética e altos padrões de conduta empresarial.

O ano de 2025 foi marcado por um conjunto relevante de alterações regulamentares emitidas pelo Banco de Moçambique, incidindo sobre matérias cambiais, prudenciais, protecção do consumidor financeiro, riscos climáticos, reporte estatístico, dentre outros. Neste contexto, procedemos à actualização do acervo normas internas, de modo a assegurar o adequado enquadramento às novas disposições regulamentares.

Gestão de Conduta e Ética

A Conduta e a Ética sustentam a credibilidade e a integridade da nossa instituição. Num ambiente corporativo dinâmico e cada vez mais exigente, garantir que todos os colaboradores sigam práticas éticas e comportamentais, adequadas é crucial para manter a confiança dos nossos clientes e demais *stakeholders*, assegurar o cumprimento das normas legais e promover um ambiente de trabalho saudável e produtivo.

O Código de Conduta mantém-se como instrumento central de referência institucional, sendo de cumprimento obrigatório por todos os colaboradores. Em 2025, assegurámos a sua divulgação contínua através de diversas acções de formação, abrangendo 2.570 colaboradores.

Reforçámos, igualmente, a iniciativa *“Tone from the Top”*, no âmbito da campanha BCIntegridade, promovendo o envolvimento activo da Alta Administração na promoção de uma cultura organizacional assente nos princípios de integridade, ética e sustentabilidade, consolidando a actuação dos Órgãos de Gestão enquanto principais orientadores do comportamento ético, alinhado com o código de conduta e com os valores da instituição.

Complementarmente, desenvolvemos uma peça teatral de sensibilização, em parceria com o “Teatro Gungo”, destinada aos colaboradores do Banco, com o objectivo de ilustrar a aplicação prática dos valores do Banco nas actividades. Esta iniciativa, concebida como instrumento de reforço comportamental, permitiu promover a reflexão sobre situações concretas do ambiente de trabalho contribuindo, transversalmente, para o fortalecimento da cultura institucional, para a melhoria do alinhamento interno e para o incremento da conduta ética.

No domínio da protecção do consumidor financeiro, implementamos normas internas que definem e asseguram os princípios de actuação e regras de conduta e de protecção do consumidor financeiro a serem observados pelo Banco, na mitigação do risco de conduta. Igualmente disponibilizamos a Conta Básica/Simplificada, em linha com as orientações do supervisor no âmbito da inclusão financeira.

Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (PBC/CFT)

O BCI está comprometido com as mais exigentes práticas no âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento ao Terrorismo (PBC/CFT), tendo definido e implementado um conjunto de políticas, procedimentos e sistemas de controlo que permitem avaliar e mitigar os possíveis riscos inerentes aos seus clientes e às relações de negócio com estes estabelecidas, com vista ao cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor, bem como as recomendações específicas do supervisor e demais entidades relevantes sobre esta matéria.

Para o efeito, dispomos de várias ferramentas informáticas que permitem a monitorização da actividade bancária no âmbito da PBC/CFT, salientando-se as aplicações dedicadas à monitorização de contas e clientes, que se traduz num processo contínuo, sistemático e em função de indicadores estabelecidos com base numa abordagem baseada no risco (*Risk Based Approach*), à classificação do perfil de risco dos clientes e à filtragem de clientes sancionados e de pessoas politicamente expostas. Possuímos um sistema de filtragem de Clientes, robusto e que permite a geração de alertas e tratamento célere dos mesmos, permitindo aumentar os níveis de eficácia e eficiência operacional.

Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas

O modelo de governo do Banco tem como pressuposto a efectiva separação entre as funções de administração e de fiscalização, o que contribui para a prevenção e mitigação de diversos riscos

inerentes à actividade de uma instituição de crédito, entre os quais os riscos de corrupção e infracções conexas.

No âmbito do sistema de controlo interno, encontram-se implementadas medidas permanentes que visam assegurar a prevenção e repressão do crime de corrupção e infracções conexas, as quais se reflectem em diversos procedimentos e normas internas, sendo de destacar o Código de Conduta, a Política de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas, a Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses e o Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares.

Ainda no âmbito desta Política, prevê-se a possibilidade de os Colaboradores comunicarem situações que sejam do seu conhecimento e entendam enquadráveis no fenómeno da corrupção, através dos mecanismos definidos, internos ou externos, através do Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares.

Cibersegurança e Protecção de Dados

Em matéria de protecção de dados e cibersegurança, asseguramos o cumprimento da Política de Protecção de Dados Pessoais e das directrizes corporativas de segurança da informação, com supervisão do *Data Protection Officer* e alinhamento com os normativos do Banco de Moçambique.

A nossa Política de Protecção de Dados Pessoais visa fomentar uma cultura interna de protecção de dados, contribuindo também para o reforço transversal do compromisso dos membros dos órgãos sociais e de todos os Colaboradores com o cumprimento da protecção de dados pessoais.

RESPONSABILIDADE SOCIAL – CONTRIBUIR PARA A NOSSA COMUNIDADE

Reforçamos o nosso compromisso contínuo em contribuir para o desenvolvimento da comunidade por meio de acções de Responsabilidade Social Corporativa, integrando-as de forma estratégica na sua actuação no mercado moçambicano.

Em 2025, implementamos um conjunto diversificado de iniciativas enquadradas em programas de apoio à Inclusão Financeira e Social, Educação, Saúde e Desporto, visando promover o bem-estar das comunidades moçambicanas.

APOIO À INCLUSÃO FINANCEIRA

No âmbito da Responsabilidade Social Corporativa, desempenhamos um papel fundamental na promoção da inclusão social das camadas mais vulneráveis. Desde o lançamento do Programa de Educação Financeira pelo Banco de Moçambique, no contexto das celebrações do Dia da Poupança, temos contribuído para o desenvolvimento da literacia financeira da população moçambicana. Realizamos diversas acções de sensibilização sobre poupança e utilização de serviços financeiros, através de palestras, workshops, jogos e concursos. Também distribuímos brindes alusivos à data em escolas, universidades, instituições públicas e privadas, ONGs, redes sociais e meios de comunicação.

Realizamos sessões de Educação Financeira alinhadas com a Política de Educação e Inclusão Financeira do BCI, sustentada pela Estratégia Nacional de Inclusão Financeira.

As acções de Literacia Financeira decorreram ao longo do ano, com destaque para a *Global Money Week (GMW)*, uma iniciativa internacional lançada em 2012, dedicada à sensibilização para a educação financeira. Coordenada pela Child and Youth Finance International, a 13.ª edição foi realizada em Março, sob o lema “Reflecta antes de seguir: finanças sábias hoje, sucesso amanhã”. Em 2025, a iniciativa teve lugar em escolas, universidades e mediatecas do BCI, nas cidades de Maputo e Beira.

APOIO À INCLUSÃO SOCIAL

No contexto da Responsabilidade Social Corporativa, desempenhamos um papel fundamental dedicando esforços significativos para promover a inclusão social das camadas mais vulneráveis tendo como principais realizações:

BCI celebra o Mês da Mulher com homenagem às comerciantes moçambicanas

Por ocasião da celebração do Dia e do Mês da Mulher Moçambicana, nos unimos numa acção especial de homenagem à mulher, percorremos vias públicas e escalaram mercados emblemáticos nas cidades de Maputo, Matola, Beira e Nampula. Oferecemos pochetes do BCI a mulheres comerciantes, com objectivo de proporcionar maior comodidade na movimentação de dinheiro, no seu dia-a-dia.

Chá de Conexões

Realizamos, no nosso auditório em Maputo, o evento “Chá de Conexões”, uma iniciativa promovida em parceria com a *New Faces New Voices* (NFNV), no âmbito das celebrações do Mês da Mulher. Sob o tema “Mulheres na Indústria Extractiva: Empreendedorismo, Inovação e Sustentabilidade”, o encontro reuniu líderes inspiradoras que partilharam experiências, desafios e conquistas, promovendo a reflexão sobre o papel transformador da mulher no sector e reforçando o nosso compromisso com a inclusão, a liderança feminina e o desenvolvimento sustentável.

BCI reafirma apoio ao “Be Like a Woman”

Reafirmamos o nosso apoio ao programa , lançado em Maputo, na sua 3ª edição, iniciativa promovida pela EY Moçambique, em parceria com a *New Faces New Voices* (Graça Machel Trust). O programa consolida-se como uma plataforma de referência no fortalecimento da liderança feminina, reunindo mulheres de diversos sectores, corporativo, empreendedorismo e impacto social.

Dirigido a profissionais a partir dos 28 anos, combina mentoria, masterclasses e ferramentas de gestão, promovendo capacitação, partilha de experiências e integração em redes de influência nacionais e internacionais.

Mafalala Walking Tour

Em parceria com o Museu Mafalala, promovemos o Mafalala *Walking Tour*, uma experiência cultural que levou os nossos colaboradores ao coração de um dos bairros mais emblemáticos e históricos de Maputo, acompanhados pelo Presidente da Comissão Executiva, Francisco Costa, e membros da Comissão Executiva.

Guiados por Ivan Laranjeira, Diretor do Museu Mafalala, percorremos a Avenida Marien Ngoabi, passando por escolas, pelo lendário campinho da Mafalala, mesquitas e murais que homenageiam figuras como José Craveirinha, Noémia de Sousa e Eusébio, até chegarmos ao Museu Mafalala.

Esta iniciativa fortaleceu a nossa ligação à comunidade, celebrando a história, a cultura e as raízes que moldam o presente e inspiram o futuro.

Apoia famílias afectadas pelo ciclone Jude

Apoiámos famílias afectadas pelo Ciclone Jude através de donativos de produtos alimentares não perecíveis, ao Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), em Nampula. Esta ação solidária foi possível graças ao empenho dos nossos colaboradores, reafirmando o nosso compromisso com a comunidade nos momentos de maior necessidade.

AJOSMO – Associação dos Jovens Surdos de Moçambique:

No âmbito da Semana Internacional das Pessoas Surdas marcamos presença no workshop organizado pela Associação dos Jovens Surdos de Moçambique (AJOSMO), celebrada sob o lema: “Não há Direitos Humanos Sem Direitos de Língua de Sinais”. Prestámos apoio logístico e fornecemos produtos alimentares, contribuindo para melhores condições de acolhimento e participação dos beneficiários, reforçando o nosso compromisso com o bem-estar e a inclusão social.

Makobo – Plataforma de Solidariedade:

Ao longo do ano 2025, mantivemos o nosso apoio contínuo às iniciativas da Makobo – Plataforma de Solidariedade, designadamente à acção “Sopa Solidária”, em curso desde 2009, contribuindo para a promoção da segurança alimentar e do bem-estar social. Através desta parceria, assegurámos a disponibilização de refeições nutritivas a crianças e idosos em situação de vulnerabilidade, contando igualmente com a participação activa dos colaboradores do BCI na preparação e distribuição das refeições.

APOIO À EDUCAÇÃO

O BCI tem contribuído para o desenvolvimento da educação através de várias iniciativas, nomeadamente a doação de equipamento informático às escolas, incentivo à leitura através da oferta de obras literárias e didáticas a bibliotecas, oferta de material escolar a orfanatos, apoio a jornadas científicas e premiação dos estudantes finalistas de cursos de nível médio e superior das principais universidades e institutos politécnicos do País.

Programa de Reforço Nutricional Winnua – Mocuba (Zambézia):

Renovámos o apoio ao Programa de Reforço Nutricional nas escolas de Mocuba Sisal, na província da Zambézia, que assegura a distribuição diária de leite de soja às crianças, beneficiando cerca de 1.583 alunos. Em 2025, registou-se um incremento, em valor e volume (litros), na ordem dos 6%. Esta intervenção contribui para a melhoria da nutrição, o desenvolvimento da comunidade de Lobué e a redução do abandono escolar, garantindo estabilidade nutricional ao longo do ano lectivo e reforçando a capacidade de aprendizagem dos alunos.

Associação Kutsaka – Bilene (Gaza):

Marcamos presença no workshop organizado pela Associação Kutsaka, no distrito de Bilene, Província de Gaza, com a actuação centrada no apoio a crianças desfavorecidas e vulneráveis dos 3 aos 5 anos (pré-escolar) e dos 6 aos 9 anos, promovendo a alfabetização, a preparação para o ensino formal e a realização de acções de formação em literacia financeira.

O nosso apoio abrangeu igualmente o Clube de Embaixadores da Associação, capacitando jovens líderes e promovendo educação, cidadania e sensibilização ambiental, beneficiando cerca de 600 pessoas nas escolas locais.

BCI e Girl Move Academy renovam parceria para capacitação de mulheres e raparigas:

Renovámos a parceria com a *Girl Move Academy*, apoiando o Programa Change de Liderança e Inovação Social. Garantimos bolsas para capacitar jovens mulheres em situação de vulnerabilidade, particularmente aquelas em risco de abandono escolar, uniões prematuras ou gravidez precoce, promovendo a educação e o surgimento de novas líderes em Moçambique. Desde 2019, mais de 300 jovens já beneficiaram desta iniciativa.

Associação Heartseed – Ilha de Moçambique:

Apoiámos o Centro de Acolhimento e Desenvolvimento Educativo para crianças em situação de vulnerabilidade na Ilha de Moçambique, sob gestão da Associação Heartseed, uma associação moçambicana não-governamental e sem fins lucrativos. Esta iniciativa destina-se a crianças em situação de vulnerabilidade e exclusão social na Ilha de Moçambique, promovendo uma educação humanizada, o empoderamento pessoal, uma nutrição equilibrada, a redução do impacto ambiental e o desenvolvimento local.

Associação Um Pequeno Gesto (UPG) – Chokwé (Gaza):

Mantivemos o nosso apoio ao projecto da Associação Um Pequeno Gesto (UPG), promovendo a inclusão de 511 crianças no ensino pré-escolar ao 12.º ano e oferecendo sessões de literacia financeira a alunos e professores, reforçando a educação e o desenvolvimento de competências desde cedo.

ChildFund Moçambique:

Mantivemos a nossa parceria com a ChildFund Moçambique, apoiando a construção de um furo de água na Escola Primária de Maroto, em Zavala, para garantir acesso seguro e próximo a água potável à comunidade escolar.

Projecto “Daqui para Aqui” – Metrobus:

Lançámos, em parceria com a Sir Motors, o programa “DAQUI PARA AQUI”, que promove intercâmbio cultural entre 240 crianças de Maputo e Matola, proporcionando visitas educativas a locais históricos e culturais com transporte em autocarros eléctricos.

ACAMO – Associação de Cegos e Deficientes Visuais de Moçambique:

Reforçamos o nosso compromisso com a inclusão de pessoas com deficiência visual e a cidadania plena, doando bengalas, materiais e livros em Braille à ACAMO, por ocasião do Dia Internacional da Bengala Branca.

Campanha BOOST Mediatecas BCI:

Realizámos a cerimónia de graduação da Campanha BOOST Mediatecas BCI, em parceria com a Academia Boost, certificando 67 jovens beneficiários de 100 bolsas de formação. O evento integrou a 2.ª Conferência Digital da Academia Boost, sob o lema “Liderar com visão e gerir com coragem”, incluindo momentos de inspiração, dinâmicas interativas e a premiação dos “Líderes do Futuro”. A iniciativa promoveu inclusão digital, valorização do talento jovem, capacitação de líderes e empreendedores, e reforçou o compromisso com a educação de qualidade e a transformação social.

APOIO À SAÚDE

Hospital Geral da Machava – Serviço de Pediatria:

Mantemos, desde 2011, uma parceria com os serviços de Pediatria do Hospital Geral da Machava, através da doação regular de leite destinado às crianças lactentes internadas nas enfermarias.

Hospital Central de Maputo – Serviço de Gastroenterologia:

Reforçámos a parceria com o Hospital Central de Maputo, desde 2019, apoiando o Serviço de Gastroenterologia com 50 bandas elásticas para tratamentos endoscópicos, reforçando a segurança dos pacientes e a eficácia clínica.

Oferta de Cabazes nas Maternidades e Centros de Acolhimento de Cabo Delgado:

Oferecemos 400 cabazes a crianças e mães em maternidades e orfanatos de Cabo Delgado, envolvendo os nossos colaboradores e autoridades locais.

Palestra sobre cancro de mama em Maputo:

Em Outubro, realizámos na Mediateca do BCI, em Maputo, uma palestra de consciencialização sobre o cancro da mama, no âmbito do Outubro Rosa, com a participação de estudantes universitários e a orientação da Dra. Eunice Monjane e da representante da Associação da Luta Contra o Cancro, Celisa Silveira Quelhas.

Ação solidária de doação de sangue:

Promovemos uma acção solidária de doação de sangue na Cidade de Maputo, com palestra de sensibilização e visitas aos departamentos do Banco, reforçando a importância deste gesto de generosidade, alusivo ao Dia Nacional do Dador de Sangue.

Solidariedade com pacientes internados nos serviços de oncologia do HCM:

Num gesto de solidariedade e empatia, levámos esperança e conforto aos pacientes do serviço de Oncologia do Hospital

Central de Maputo, entregando kits com lençóis, produtos de limpeza, livros, kits de higiene, turbantes e boinas. Esta iniciativa, conduzida por colaboradores voluntários.

Natal Solidário nas Pediatrias dos Hospitais ao nível do País:

Mantemos o nosso compromisso com a saúde e bem-estar infantil, realizando regularmente acções solidárias nas pediatrias dos hospitais provinciais. Anualmente, oferecemos cerca de 1.492 cabazes alimentares e brinquedos, proporcionando não só apoio material, mas também momentos de alegria, conforto e inspiração às crianças internadas e às suas famílias.

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Parceria com a BIOFUND

Apoio a projectos de protecção da biodiversidade através do Cartão Bio, um cartão de débito biodegradável, cuja utilização pelos clientes permite ao BCI canalizar parte da receita para apoio aos projectos da Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND).

Dia Mundial do Ambiente - Colaboradores do BCI em acção na Costa do Sol

Unimo-nos com mais de 100 colaboradores para celebrar o Dia Mundial do Ambiente, promovendo a limpeza da Praia da Costa do Sol. Contámos com a participação do INAMAR, do Conselho Municipal de Maputo, estudantes universitários e do ambientalista Carlos Serra Jr., num gesto coletivo de cidadania ambiental e de impacto positivo na comunidade

Workshop temático: ‘Água – O Valor Invisível’

Acolhemos no nosso auditório o workshop “Água – O Valor Invisível”, em parceria com as Águas da Região Metropolitana de Maputo (AdRMM). Reunimos colaboradores, parceiros e especialistas para debater a gestão responsável da água, refletindo sobre sua importância para a saúde pública e o desenvolvimento sustentável. Partilhámos as medidas implementadas pelo Banco para reduzir o consumo de água e promover práticas sustentáveis, destacando acções educativas, melhorias infraestruturais e políticas alinhadas aos ODS. O painel “Escassez, Crise Hídrica e Metas de Impacto Imediato” permitiu trocar experiências e soluções aplicáveis ao contexto moçambicano.

APOIO À CULTURA

Contribuímos para a educação, arte e cultura moçambicanas, apoiando a divulgação de obras literárias e científicas e promovendo expressões artísticas diversas. A intervenção neste domínio materializa-se, nomeadamente, através do patrocínio à edição e publicação de vários livros, bem como a disponibilização dos espaços das Mediatecas de Maputo, Beira, Nampula e Ilha de Moçambique para consultas bibliográficas, serviços de internet e espaços de estudo e de leitura de jornais e revistas.

Ao longo do período, apoiámos 22 obras literárias e 10 exposições de arte, integrando publicações e atividades culturais como leituras públicas, workshops e concertos, fortalecendo o acesso da comunidade à arte e à cultura e promovendo educação, criatividade e reflexão crítica.

Igualmente estabelecemos parcerias estratégicas que ampliaram o alcance das nossas iniciativas culturais, incluindo:

- **Associação Boa Coisa:** Uma entidade cultural sem fins lucrativos, pertencente ao Grupo Videre, Lda., cuja missão é promover e apoiar a arte e a cultura moçambicana a nível nacional e além-fronteiras. No âmbito desta parceria, durante 2025, promoveu-se projetos como a Fábrica de Sonhos e a exposição “Entre Letras e Cores” - pintura de Coana e textos de Paulina Chiziane.
- **Ubuntu Educacional:** Em parceria com a Mediateca, realizou uma Feira do Livro, no dia 23 de Abril, alusiva ao Dia Mundial do Livro.
- **Academia Boost:** Disponibilizamos bolsas de estudo para cursos oferecidos pela Academia Boost a custo zero aos nossos jovens Clientes com dificuldades de acesso à internet ou a equipamentos informático.
- **Parceria com o Instituto Camões:** No âmbito da política de responsabilidade social e do compromisso com a valorização da cultura e das artes em Moçambique, através das Mediatecas, estabelecemos uma parceria com o Camões - Centro Cultural Português (CCP).

APOIO AO DESPORTO

Federação Moçambicana de Futebol (FMF)

Renovamos a parceria com a Federação Moçambicana de Futebol, garantindo a continuidade o apoio à selecção nacional masculina de futebol moçambicano. O BCI é parceiro da FMF desde 2007.

Igualmente relançámos, em parceria com a Federação Moçambicana de Futebol, o Cartão Mambas, reforçando a inclusão financeira e aproximando a marca da Selecção

Nacional dos adeptos. O cartão oferece benefícios, como 20% de desconto em bilhetes, e parte das comissões reverte para apoiar projetos da Federação e as seleções nacionais, incentivando os moçambicanos a apoiarem os Mambas no CAN Marrocos 2025.

BCI lança programa nacional de oferta de bolas às penitenciárias

Em Novembro, lançámos, o programa nacional de distribuição de 2.500 bolas a prisões, quartéis e escolas de formação da Polícia. A iniciativa promoveu a inclusão social, a saúde e o bem-estar através do desporto, incentivando estilos de vida saudáveis, fortalecendo a disciplina, o espírito de equipa e a convivência.

Caminhada 'Be Like a Woman' com forte adesão em prol da inclusão feminina

Realizámos a primeira caminhada do programa Be Like a Woman, em parceria com a EY Moçambique e a New Faces New Voices, reunindo cerca de 130 participantes, mentores, facilitadores e convidadas especiais. A iniciativa contou com a presença de Bruno Dias, Office Managing Partner da EY Moçambique, e de Francisco Costa, Presidente da Comissão Executiva do BCI, reforçando o nosso compromisso com a liderança feminina, a inclusão e a promoção de oportunidades equitativas na progressão profissional, ampliando o impacto social do programa.

Caminhadas Daqui

Ao longo do ano 2025, foram realizadas duas edições da Caminhada BCI, que reuniram colaboradores de diversas regiões do país, no âmbito de uma iniciativa orientada para a promoção da saúde, do bem-estar e do reforço dos laços de convívio, bem como do espírito de equipa e de família que caracteriza a Instituição.

Apoio à 5ª Edição do BCI Open de Xadrez e Olimpíadas das Escolares de Xadrez BCI:

Voltámos a apoiar a Federação Moçambicana de Xadrez na 5.ª edição do BCI Open de Xadrez – 2025, realizada na KaTembe, Maputo. O torneio reuniu centenas de jogadores nacionais e internacionais, com prémios de relevo, consolidando-se como o maior torneio aberto do país e integrando as comemorações dos 50 anos da Independência Nacional. No âmbito de promover a importância do xadrez, lançámos o projeto "Olimpíadas Escolares de Xadrez BCI", abrangendo sete distritos e 43 escolas da província de Maputo, incentivando educação, raciocínio estratégico, disciplina e inclusão social ao levar o xadrez às salas de aula como ferramenta de aprendizagem e desenvolvimento juvenil.

SUSTENTABILIDADE

Importância de práticas ESG no BCI

No BCI, a sustentabilidade é, em particular, o ESG, emergiram em 2025 como um vector de valor e de risco. A sustentabilidade tornou-se um factor estrutural de antecipação, decisão e continuidade na gestão corrente. A crescente percepção nacional sobre a abundância de recursos naturais e os desafios climáticos tem impulsionado uma transformação do modelo de responsabilidade corporativa, que se integra intrinsecamente à nossa estratégia de negócios. Nesse contexto local de redefinição de valor, surge como potencial resposta à necessidade de padronizar e dar materialidade de impacto a essa agenda. Quando à gestão ESG está verdadeiramente incorporada nos processos e funciona de forma integrada, refletimos antecipadamente sobre o que pode não ser funcional, quais os impactos aceitáveis e quem decide quais planos entram em ação. Neste contexto, a nossa função de gestão de risco reforça a sua capacidade de antecipação, reduzindo a necessidade de resposta improvisada ao inesperado. Estratégia e realidade aproximam-se, a governação liga-se à decisão e a continuidade ganha capacidade de execução.

É neste enquadramento que a Experiência do Cliente assume um papel central. Perante uma maior exigência regulatória com a entrada em vigor em Abril de 2026 do Aviso Prudencial 06/GBM/2025, a crescente pressão climática e clientes mais informados e críticos, os princípios ESG passam a ser vividos, percebidos e avaliados na nossa Experiência do Cliente.

Na actualidade, os clientes já demonstram uma valorização crescente por marcas que evidenciam, de forma concreta e consistente, preocupações ambientais, sociais e de governação. A decisão de escolha de uma instituição financeira deixou de assentar exclusivamente na qualidade técnica dos produtos e serviços, passou a integrar fatores intangíveis como ética, responsabilidade, transparência e impacto positivo na sociedade e no planeta.

Em 2025, a confiança, a integridade, a responsabilização, a equidade e o respeito passaram a ser vividos não apenas como princípios institucionais, mas como componentes reais da relação com os clientes e consumidores dos nossos serviços bancários, que procuram uma marca comprometida com o planeta e com a sociedade. Este posicionamento traduziu-se em maior transparência nas ações, campanhas de sensibilização institucional sobre produtos e serviços sustentáveis, workshops e num atendimento que reforça a articulação entre os compromissos ESG e a criação de valor para o cliente.

Avançamos de forma estruturada nas três dimensões do ESG, com impacto direto e percebido na experiência dos nossos clientes.

Ambiental (E)

Em 2025, os nossos clientes valorizaram práticas orientadas para a redução do impacto ambiental, como a diminuição do uso de plástico, a adoção de embalagens e comunicações mais sustentáveis nos planos interno e externo, e a implementação de ações concretas de sustentabilidade. Os clientes sentiram-se parte ativa da solução em iniciativas com adesão e espírito de ativismo e voluntarismo dos nossos colaboradores.

Social (S)

No âmbito do nosso programa de cidadania, voluntariado e responsabilidade social, passamos a envolver, de forma alargada, clientes, parceiros, fornecedores, provedores de serviços, cooperativas, associações, ONG e outros stakeholders. Este movimento de envolvimento, abrangência e mobilização, assente num forte espírito de solidariedade, consolidou o verdadeiro significado da inclusão e marcou de forma clara o último exercício.

As ações de inclusão, diversidade, apoio à comunidade e tratamento justo dos colaboradores geraram impacto positivo no plano, e, na percepção externa e interna dos clientes, que procuram marcas com propósito e com as quais se identificam. Somos hoje reconhecidos como uma instituição socialmente responsável, reforçando a ligação emocional e a confiança na relação com os nossos públicos.

Governança (G)

A transparência, a integridade, a ética nos negócios e a boa gestão inspiram confiança e assumem-se como factores relevantes na escolha dos nossos clientes. Esta realidade é sentida diariamente. A implementação futura de modelos de scoring e de inquéritos de satisfação direcionados aos clientes da rede Particulares e Corporate permitirá maior acuidade na análise da experiência e orientará a melhoria contínua desta relação. O cliente atual, mais informado e atento às práticas comerciais, reage com maior rapidez, tornando os efeitos na reputação da marca mais imediatos.

A boa execução interna e a aderência consistente ao tema transversal da Sustentabilidade permitiram, em 2025, abrir uma janela pela qual os nossos clientes observam, avaliam e se reveem no nosso compromisso e no alinhamento com os padrões ESG. A integração consistente do ESG na Experiência do Cliente gerou benefícios claros e sustentáveis.

Os clientes tendem a demonstrar maior proximidade e fidelização face a marcas que partilham publicamente os seus valores sociais. Esta ligação manifesta-se em workshops corporativos provinciais, interações intensificadas com empresas e megaprojetos a nível nacional, bem como com entidades públicas cuja atuação se centra em vetores de desenvolvimento social com foco comunitário, nomeadamente na educação, saúde, bem-estar e nutrição.

As ações desenvolvidas conferiram igualmente um diferencial competitivo relevante, tanto na captação de novos clientes nos diferentes segmentos de negócio em que somos preponderantes, como junto de públicos sensíveis a causas sociais e ambientais.

Buscamos assegurar coerência entre o que comunicamos e as práticas que implementamos. Esta consistência reforça a autenticidade da nossa proposta de valor e consolida relações duradouras — a reputação e a credibilidade da marca BCI são hoje amplamente reconhecidas.

A proximidade contínua e consistente com os clientes materializou-se, também, do ponto de vista interno, através de ações concretas ancoradas na Experiência do Cliente. A criação do Comité de Experiência do Cliente reforçou o nosso modelo de atenção e de atuação junto dos seus stakeholders, estruturando um sistema de feedback contínuo, promovendo maior transparência nos processos e reforçando a nossa capacidade de resposta, desde o seu ecossistema operacional até às políticas de governação.

Na relação com clientes-fornecedores, privilegamos a comunicação clara e estruturada de práticas de compras sustentáveis, promovendo comportamentos alinhados com princípios de responsabilidade ética e ambiental ao longo da cadeia de valor. Esta abordagem incluiu a partilha de informação sobre a origem dos materiais utilizados, preocupações com as condições de trabalho nas unidades fabris, próprias ou de parceiros, e iniciativas destinadas à redução das emissões de carbono ao longo da cadeia de fornecimento. A produção de questionários eletrónicos para aferir compromissos desse ecossistema, a preparação e a introdução de comunicações de fácil percepção e de resposta imediata, são disso um bom exemplo.

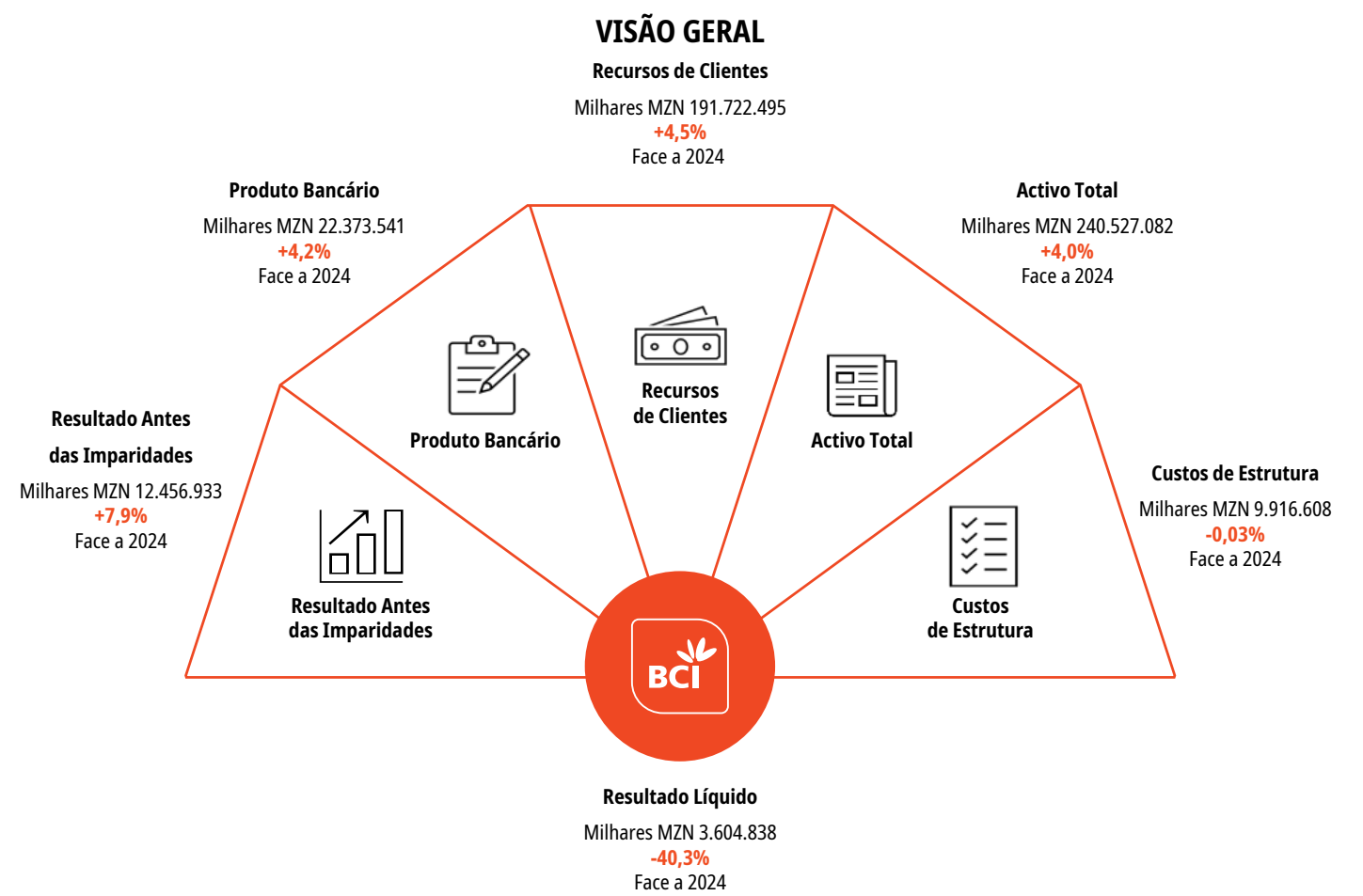
A Experiência do Cliente afirma-se, assim, como um meio para evidenciar práticas ESG e reforçar a confiança do mercado.

A tomada de decisão de consumo é hoje um processo mais complexo. O cliente avalia não apenas o valor tangível dos produtos e serviços bancários, mas também os valores intangíveis associados às práticas ESG. Neste contexto, uma estratégia bem articulada de captação, fidelização e oferta, suportada por canais adequados e por um envolvimento consistente das lideranças, permite transmitir o compromisso da organização com a

sociedade e o meio ambiente, criando um círculo virtuoso de consumo responsável.

A tecnologia assume um papel central como facilitadora desta integração. Soluções digitais, plataformas de analytics e ferramentas de inteligência artificial apoiam a monitorização e o reporte das práticas ESG, reforçando a transparência e a comunicação com os stakeholders.

ANÁLISE FINANCEIRA 2025



O ano de 2025 decorreu num contexto macroeconómico adverso, caracterizado por incertezas e desafios, tanto a nível interno, como internacional, os quais condicionaram de forma significativa o desempenho da economia nacional.

No contexto internacional, a economia mundial registou um crescimento moderado, condicionado pelo agravamento das tensões no Médio Oriente e persistência do conflito armado na Ucrânia, os quais implicam riscos e incertezas na evolução dos preços das mercadorias, bem como pelo agravamento do proteccionismo decorrente da aplicação de novas tarifas comerciais pelos EUA.

A nível doméstico, 2025 configurou-se como um ano muito desafiante, num contexto marcado pela convergência de múltiplos eventos que comprometeram o desempenho económico e fragilizaram as finanças públicas. Entre os principais factores que moldaram este cenário, destacam-se:

- Impactos da instabilidade político-social pós-eleitoral de 2024, cujos efeitos se prolongaram até ao início de 2025, e afectaram negativamente a actividade económica, interrompendo as cadeias produtivas e logísticas essenciais, reduzindo a confiança dos investidores e previsibilidade do ambiente de negócios. Embora a situação social tenha estabilizado, a reposição da capacidade produtiva e a retoma da actividade económica têm sido lentas.
- Persistência da instabilidade militar na província de Cabo Delgado, que continuou a provocar atrasos nos projectos de exploração de Gás Natural na Bacia do Rovuma. No entanto, a partir do último trimestre do ano, registaram-se avanços relevantes a nível destes projectos, com destaque para a retoma do projecto da TotalEnergies e o anúncio da decisão final de investimento do Coral Norte FLNG. Estes desenvolvimentos reforçam o papel do País no sector energético global e geram perspectivas positivas quanto ao crescimento económico no médio prazo.
- Ocorrência de eventos climáticos adversos, com efeitos negativos sobre a produção agrícola e sobre as infraestruturas económicas e sociais essenciais.
- Revisão em baixa do rating da dívida soberana em moeda nacional pelas principais agências de rating internacionais, no primeiro semestre do ano, incluindo a Standard & Poor's Global Ratings (S&P), que colocou a notação em Selective Default (SD). Na sua avaliação mais recente, em Outubro de 2025, a S&P reafirmou esse rating, devido à persistência de fortes pressões sobre as finanças públicas.

v. Agravamento das fragilidades das finanças públicas, decorrente das restrições sobre a receita fiscal, devido à contracção da actividade económica, e das limitações na mobilização de recursos externos, o que limitou a capacidade do Estado de financiar plenamente os programas de desenvolvimento propostos. Essa pressão reflectiu-se no aumento do stock da dívida pública interna em 12,11% (MT +50.300 milhões), o que conjugado com os atrasos no serviço da dívida e com o downgrade do rating, afectou o funcionamento do mercado financeiro, reduzindo a demanda por títulos de dívida pública, reforçando assim, os sinais de agravamento do risco soberano.

Perante estas adversidades, a economia moçambicana entrou em recessão em 2025, tendo registado três trimestres consecutivos de contracção ao longo do ano. Contudo, no IV trimestre verificou-se uma inversão da tendência, com o PIB a crescer 4,7% em termos homólogos. Este desempenho permitiu reduzir a contracção acumulada para -0,52%, sinalizando o início de uma recuperação gradual da actividade económica.

A inflação homóloga fixou-se em 3,23% em Dezembro de 2025 (Dez-24: 4,15%), evidenciando uma tendência de desaceleração ao longo do ano, reflectindo a redução dos preços dos bens alimentares e bebidas não alcoólicas, bem como dos transportes. Face ao cenário de inflação baixa e considerando as perspectivas de manutenção em um dígito, no médio prazo, num contexto de estabilidade cambial, o Banco de Moçambique continuou o ciclo de redução de taxas iniciado em 2024, com o objectivo de impulsionar a recuperação da actividade económica. Nesta ordem, a Taxa MIMO reduziu para 9,50% (2024: 12,75%), correspondente a uma queda acumulada de 325 pb, o que conduziu a um ajustamento em baixa da Prime Rate do Sistema Financeiro (PLRSF), fixando-a em 15,80%.

Adicionalmente, em Janeiro de 2025, o Banco de Moçambique procedeu à revisão em baixa dos coeficientes de Reservas Obrigatórias em 10pp, para os Depósitos em moeda nacional e em moeda estrangeira, fixando-os em 29,00% e 29,50%, respectivamente, com o propósito de reforçar a liquidez, apoiar a reposição da capacidade produtiva e estimular a oferta de bens e serviços.

Diante deste contexto desafiante, o BCI demonstrou, uma vez mais, a resiliência do seu balanço a choques externos, assente no rigor, disciplina financeira e gestão prudente de riscos, preservando, deste modo, a robustez e a solidez construídas ao longo dos últimos anos. Esta resiliência é evidenciada pelo Rácio de Liquidez de 56,96% e pelo Rácio de Solvabilidade de 31,44%, ambos significativamente acima dos mínimos regulamentares, bem como pelos níveis sólidos de rentabilidade, sustentados pelo crescimento consistente dos proveitos operacionais e por uma gestão criteriosa de custos, reflectindo melhorias na eficiência operacional implementadas ao longo do ano.

RESULTADOS E RENTABILIDADE

Apesar deste contexto particularmente desafiador, o Produto Bancário do BCI registou um crescimento de 4,23% (MT +908,84 milhões) face ao período homólogo, sustentado pela evolução positiva da Margem Financeira, que aumentou 7,11%, como resultado da eficiência na gestão do custo de funding, no contexto da contínua redução da taxa MIMO ao longo do ano e da redução das Reservas Obrigatórias em Janeiro de 2025. Em simultâneo, as Comissões Líquidas registaram um aumento de MT 175,61 milhões, reflectindo a recuperação das Comissões da Banca Electrónica, em linha com o crescimento do volume de transacções digitais e da crescente utilização dos meios de pagamento electrónicos por parte dos clientes.

O Banco registou ainda uma melhoria significativa da Eficiência Operacional, com o Rácio Cost-to-Income a fixar-se em 44,32% (2024: 46,21%), resultado da contínua estratégia de optimização e racionalização dos Custos Operacionais.

Não obstante esta boa performance da actividade core, o Resultado Líquido do BCI foi penalizado pelos factores não recorrentes, a destacar: i. reforço significativo de Imparidade de Activos Financeiros (MT +4.549,99 milhões), em resposta aos sinais de deterioração do risco soberano, que despoletou o agravamento dos factores de risco para os Títulos de Dívida Pública a nível do Modelo de Imparidades do Banco; e ii. registo de um volume elevado de custos extraordinários associados aos processos de devolução de comissões e juros a clientes, referentes ao período de 2018 até à data, por instrução do Banco de Moçambique, no âmbito da interpretação do Aviso n.º 13/GBM/2017, actualizado pelo Aviso n.º 19/GBM/2017.

Ainda assim, o BCI alcançou em 2025 um Resultado Líquido sólido de MT 3.604,84 milhões, o que apesar de traduzir uma redução de 40,31% face aos MT 6.039,73 milhões registados no mesmo período de 2024, evidencia a resiliência do modelo de negócio do Banco, mesmo em contextos adversos. Esta evolução reflectiu-se nos principais indicadores de rentabilidade, com a Rentabilidade sobre Capitais Próprios (ROE) a situar-se em 10,15% (2024: 19,26%) e a Rentabilidade sobre Activos Médios (ROA) em 1,47% (2024: 2,64%).

Contudo, expurgando o impacto das Imparidades de Títulos de Dívida Pública acima referidas, o Resultado Líquido do BCI seria de MT 8.956,88 milhões em 2025, face aos MT 8.048,37 milhões de 2024, o que se traduz num incremento de MT 908,51 milhões (+11,3%).

(Milhares de Meticais)

Demonstração de Resultados	Dez-24	Dez-25	Variação	
			Absoluta	Relativa
Margem Financeira	16 472 957	17 644 792	1 171 835	7,11%
Margem Complementar	4 991 744	4 728 749	(262 994)	(5,27%)
Produto Bancário	21 464 700	22 373 541	908 841	4,23%
Gastos com Pessoal	5 575 872	5 834 138	258 266	4,63%
Outros Gastos Administrativos	3 492 866	3 255 942	(236 924)	(6,78%)
Amortizações e Depreciações	850 885	826 529	(24 357)	(2,86%)
Custo de Estrutura	9 919 623	9 916 608	(3 015)	(0,03%)
Resultados Antes das Imparidades	11 545 077	12 456 933	911 856	7,90%
Imparidades e Provisões	4 280 325	9 472 656	5 192 331	121,31%
Resultado Antes de Impostos	7 264 752	2 984 277	(4 280 475)	(58,92%)
Imposto	1 225 025	(620 561)	(1 845 586)	(150,66%)
Resultado Líquido	6 039 727	3 604 838	(2 434 890)	(40,31%)

Margem Financeira

Ao longo de 2025, a evolução da Margem Financeira foi significativamente influenciada pela política monetária do Banco de Moçambique. Por um lado, a manutenção do ciclo de redução das taxas de juro iniciado em 2024 contribuiu para a compressão da margem, e por outro, a redução dos coeficientes de Reservas Obrigatórias sobre os Depósitos em moeda nacional e moeda estrangeira impactou positivamente a sua evolução. Neste contexto, a Margem Financeira do Banco apresentou um desempenho resiliente, ascendendo a MT 17.644,79 milhões em 2025, evidenciando um crescimento de 7,11% face aos MT 16.472,96 milhões apurados em igual período de 2024. Este desempenho resultou, sobretudo, da redução significativa dos Juros e Encargos Similares (MT -2.284,61 milhões), com particular destaque para os Juros Pagos sobre Depósitos de Clientes, reflectindo a gestão prudente do custo dos recursos, por forma a mitigar o impacto da descida das taxas de juro sobre a Margem Financeira. Esta redução compensou a diminuição dos Juros e Rendimentos Similares (MT -1.083,62 milhões), assegurando, assim, a evolução positiva da Margem Financeira do Banco.

Adicionalmente, a redução das Reservas Obrigatórias libertou recursos não remunerados no BdM, permitindo o aumento das Aplicações em ICs, o que se traduziu num forte efeito volume positivo nos respectivos juros, que contribuiu para atenuar os impactos negativos da diminuição dos juros provenientes do Crédito e da carteira de Títulos, ambos pressionados pela queda generalizada das taxas de juro. Ainda assim, os Juros de Crédito mantiveram-se como a principal componente dos Juros

e Rendimentos Similares, com um peso de 55,61%, ainda que inferior aos 58,27% registados em 2024.

(Milhares de Meticais)

Margem Financeira	Dez-24	Dez-25	Variação	
			Absoluta	Relativa
Juros e Rendimentos Similares	24 757 833	23 674 210	(1 083 623)	(4,38%)
Juros e Encargos Similares	8 293 884	6 009 275	(2 284 609)	(27,55%)
Comissões Líquidas Associadas ao Custo Amortizado	9 008	(20 143)	(29 151)	(323,61%)
Margem Financeira	16 472 957	17 644 792	1 171 835	7,11%
Taxa da Margem Financeira	10,39%	9,96%		

Rendimento Líquido de Taxas e Comissões

Em 2025, as Comissões Líquidas ascenderam a MT 1.871,47 milhões, evidenciando um crescimento notável de MT 175,61 milhões (+10,35%) face aos MT 1.695,86 milhões alcançados no mesmo período de 2024. Este desempenho foi impulsionado pela maior utilização dos canais da Banca Electrónica, resultante da crescente digitalização dos serviços e do aumento do volume de transacções, em linha com a expansão da base de clientes.

Com o efeito, as Comissões Líquidas consolidaram o seu peso no Produto Bancário, passando de 7,90% em 2024, para 8,36% em 2025, evidenciando a relevância crescente das receitas da prestação de serviços e da Banca Electrónica na estrutura de rendimentos do Banco.

(Milhares de Meticais)

Comissões Líquidas	Dez-24	Dez-25	Variação	
			Absoluta	Relativa
Por garantias prestadas	337 501	303 784	(33 717)	(9,99%)
Por serviços prestados	375 326	341 442	(33 884)	(9,03%)
Por operações realizadas por conta de terceiros	107 101	124 565	17 464	16,31%
Banca Electrónica	1 619 902	2 108 150	488 248	30,14%
Outros rendimentos de comissões	359 510	325 465	(34 045)	(9,47%)
Comissões Recebidas	2 799 340	3 203 407	404 067	14,43%
Por serviços prestados por terceiros	3 872	2 427	(1 445)	(37,33%)
Banca Electrónica	851 150	1 047 551	196 402	23,07%
Comissões de correspondentes	91 538	101 241	9 704	10,60%
Outros gastos com comissões	156 921	180 723	23 802	15,17%
Comissões Pagas	1 103 480	1 331 942	228 462	20,70%
Comissões Líquidas	1 695 860	1 871 465	175 605	10,35%
Comissões Líquidas/Produto Bancário	7,90%	8,36%		

Resultados em Operações Financeiras

Em 2025, os Resultados de Operações Financeiras ascenderam a MT 2.498,68 milhões, reflectindo uma redução de MT 200,72 milhões (-7,44%) em relação aos MT 2.699,39 milhões registados em 2024. Este desempenho decorre do contexto macroeconómico desafiante, caracterizado pela redução da disponibilidade de divisas no mercado nacional, por conta da queda das exportações, o que limitou o volume de operações cambiais e contribuiu para a diminuição dos ganhos líquidos, impactando negativamente os resultados do período.

(Milhares de Meticais)

Resultados em Operações Financeiras	Dez-24	Dez-25	Variação	
			Absoluta	Relativa
Resultados em Operações Financeiras	2 699 392	2 498 679	(200 714)	(7,44%)
Ganhos em Operações Financeiras	127 599 237	156 128 361	28 529 123	22,4%
Perdas em Operações Financeiras	124 899 845	153 629 682	28 729 837	23,0%
Resultado em Operações Financeiras/Produto Bancário	12,58%	11,17%		

Outros Resultados de Exploração

Os Outros Resultados de Exploração cifraram-se em MT 354,64 milhões em 2025, representado uma redução significativa de 40,38% (MT -240,16 milhões) face aos MT 594,81 milhões alcançados em 2024. Esta evolução desfavorável foi essencialmente determinada pelo aumento dos Outros Gastos Operacionais (MT +257,67 milhões), com destaque para as Perdas de Exercícios Anteriores, que reflectem a devolução de comissões cobradas aos clientes no período de 2018 a 2024, conforme instrução do Banco de Moçambique, no âmbito da conclusão da implementação das recomendações decorrentes da inspecção de conduta e da supervisão comportamental, ao abrigo dos Avisos n.º 13/GBM/2017 e 8/GBM/2021. Ainda assim, o impacto negativo foi parcialmente compensado pelo bom desempenho dos Outros Rendimentos Operacionais (MT +17,51 milhões).

(Milhares de Meticais)

Outros Rendimentos Operacionais Líquidos	Dez-24	Dez-25	Variação	
			Absoluta	Relativa
Outros Rendimentos Operacionais	1 115 712	1 133 220	17 508	1,6%
Reembolso de Despesas	188 464	199 341	10 877	5,8%
Rendimentos de Prestação de Serviços Diversos	581 406	562 406	(19 000)	(3,3%)
Outros	345 842	371 473	25 631	7,4%
Outros Gastos Operacionais	520 905	778 578	257 673	49,5%
Perdas do exercício anterior e Perdas extraordinárias	156 642	369 344	212 702	135,8%
Outros	364 263	409 234	44 970	12,3%
Total	594 807	354 642	(240 164)	(40,38%)

Custos de Estrutura

Em 2025, o BCI deu continuidade às iniciativas de racionalização de custos e melhoria da eficiência operacional promovidas pelo Comité de Custos e Investimentos, com enfoque na optimização de processos, renegociação de contratos e centralização do procurement. Neste contexto, os Custos de Estrutura, que englobam os Gastos com Pessoal, Gastos Gerais Administrativos e Amortizações do Exercício, totalizaram MT 9.916,61 milhões, mantendo-se praticamente estáveis face ao período homólogo (MT -3,02 milhões). Esta evolução foi explicada, sobretudo, pela redução dos Gastos Gerais Administrativos (-6,78%) e das Amortizações e Depreciações (-2,86%).

Do total dos Custos de Estrutura, 58,83% correspondem aos Custos com Pessoal (56,21% em 2024), 32,83% aos Gastos Gerais Administrativos (35,21% em 2024) e 8,33% às Amortizações e Depreciações (8,58% em 2024).

(Milhares de Meticais)

Custo de Estrutura	Dez-24	Dez-25	Variação	
			Absoluta	Relativa
Gastos com Pessoal	5 575 872	5 834 138	258 266	4,63%
Outros Gastos Administrativos	3 492 866	3 255 942	(236 924)	(6,78%)
Amortizações e Depreciações	850 885	826 529	(24 357)	(2,86%)
Custo de Estrutura	9 919 623	9 916 608	(3 015)	(0,03%)
Produto Bancário	21 464 700	22 373 541	908 841	4,23%
Cost-To-Income	46,21%	44,32%	(1,89pp)	

Gastos com Pessoal

Em 2025, os Gastos com Pessoal cifraram-se em MT 5.834,14 milhões, comparativamente aos MT 5.575,87 milhões observados em igual período de 2024. Esta evolução resulta, principalmente, da actualização anual da tabela salarial no âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho, do processo de promoções por mérito e do aumento dos custos com Assistência Médica e Medicamentosa aos colaboradores. Apesar do aumento das remunerações acima referido, registou-se uma redução da Contribuição para Segurança Social, uma vez que foi descontinuada a incidência sobre a Participação nos Lucros e sobre os Subsídios de Férias e 13º Vencimento, após clarificação recebida do INSS sobre este assunto.

(Milhares de Meticais)

Gastos com Pessoal	Dez-24	Dez-25	Variação	
			Absoluta	Relativa
Remuneração dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	279 899	272 039	(7 860)	(2,81%)
Remuneração dos Empregados	4 444 398	4 606 137	161 739	3,64%
Remuneração fixa	1 979 563	2 097 114	117 551	5,94%
Subsídios	2 063 021	2 121 589	58 569	2,84%
Outras Remunerações	401 814	387 434	(14 381)	(3,58%)
Comparticipação para Segurança Social	198 089	169 096	(28 993)	(14,64%)
Outros Custos com Pessoal	653 486	786 865	133 379	20,41%
Total	5 575 872	5 834 138	258 266	4,63%
Rácio GP / Produto Bancário	25,98%	26,08%	0,10pp	

Gastos Gerais Administrativos

Os Gastos Gerais Administrativos totalizaram MT 3.255,94 milhões em 2025, o que representa uma redução significativa de 6,78% (MT -236,92 milhões), face aos MT 3.492,87 milhões registados em 2024, por via do impacto das medidas implementadas pelo Banco para a racionalização e optimização de custos, sem comprometer os investimentos na modernização das infraestruturas física e tecnológica e a melhoria da qualidade de serviço ao cliente. Destaca-se a contenção de despesas com Água, Energia e Combustíveis, Serviços Especializados, Publicidade, Rendas e Alugueres e Deslocações.

(Milhares de Meticais)

Gastos Gerais Administrativos	Dez-24	Dez-25	Variação	
			Absoluta	Relativa
Água Energia e Combustíveis	215 927	191 494	(24 433)	(11,32%)
Impressos e Material de Consumo Corrente	140 352	162 954	22 603	16,10%
Rendas e Alugueres	80 437	54 691	(25 746)	(32,01%)
Comunicações e Despesas de Expedição	612 246	598 732	(13 513)	(2,21%)
Deslocações Estádias e Representação	103 291	88 241	(15 049)	(14,57%)
Publicidade e Edição de Publicações	131 705	105 912	(25 793)	(19,58%)
Conservação e Reparação	328 768	353 303	24 535	7,46%
Seguros	58 187	65 947	7 761	13,34%
Serviços especializados	1 303 578	1 185 724	(117 854)	(9,04%)
dos quais:				
Serviços de consultoria	609 822	507 535	(102 287)	(16,77%)
Informática	527 763	502 772	(24 992)	(4,74%)
Segurança e Vigilância	165 993	175 417	9 425	5,68%
Outros Serviços e Fornecimentos de Terceiros	518 377	448 943	(69 434)	(13,39%)
Total	3 492 866	3 255 942	(236 924)	(6,78%)
Rácio GGA / Produto Bancário	16,27%	14,55%	(1,72pp)	

Amortizações e Depreciações do Exercício

As Amortizações do Exercício situaram-se em MT 826,53 milhões, em 2025, evidenciando uma redução de 2,86% face aos MT 850,88 milhões registados em 2024. Esta diminuição decorre da amortização, em 2024, de equipamentos de ambiente, que não careciam de substituição. Como resultado, registou-se uma melhoria no rácio de Amortizações sobre o Produto Bancário, que reduziu em 0,27pp.

(Milhares de Meticais)

Amortizações	Dez-24	Dez-25	Variação	
			Absoluta	Relativa
Activos Tangíveis	812 348	790 813	(21 535)	(2,65%)
De Serviço Próprio	550 901	537 724	(13 177)	(2,39%)
Imóveis	86 261	87 916	1 655	1,92%
Equipamentos	464 640	449 808	(14 831)	(3,19%)
Obras em Edifícios arrendados	35 560	33 874	(1 686)	(4,74%)
Activos em locação operacional	225 887	219 216	(6 672)	(2,95%)
Activos Intangíveis	38 537	35 715	(2 822)	(7,32%)
Total	850 885	826 529	(24 357)	(2,9%)
Rácio Amortizações / Produto Bancário	3,96%	3,69%	(0,27pp)	


30
anos

É daqui o futuro.

Rácio de Eficiência

O Rácio de Eficiência (*Cost-to-Income*) situou-se em 44,32% no final de 2025, o que se traduz numa melhoria de 1,89pp quando comparado aos 46,21% registados em 2024. Esta evolução reflecte o bom desempenho do Produto Bancário do Banco (+4,23%), associado à estabilidade dos Custos de Estrutura, conforme anteriormente detalhado.

Custos de Estrutura	Dez-24		Dez-25		Variação	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Gastos com Pessoal	5 575 872	5 834 138	258 266	4,63%		
Gastos Gerais Administrativos	3 492 866	3 255 942	(236 924)	(6,78%)		
Custos de Funcionamento	9 068 738	9 090 080	21 342	0,2%		
Amortizações	850 885	826 529	(24 357)	(2,9%)		
Custos de Estrutura	9 919 623	9 916 608	(3 015)	(0,03%)		
Produto Bancário	21 464 700	22 373 541	908 841	4,23%		
Cost-to-Income	46,21%	44,32%	(1,89pp)			
Rácio GP ¹ /Produto Bancário	25,98%	26,08%	0,1pp			
Rácio GGA ² /Produto Bancário	16,27%	14,55%	(1,7pp)			
Rácio Amortizações / Produto Bancário	3,96%	3,69%	(0,3pp)			

¹ GP - Gastos com Pessoal;
² GGA - Gastos Gerais Administrativos

Imparidade de Crédito e Outros Activos e Provisões Líquidas

Apostura assumida pelo Banco a nível das Imparidades e Provisões ao longo de 2025 foi muito influenciada pelo downgrade do risco país e pelo agravamento dos incumprimentos registados na dívida soberana, o que implicou maior incerteza sobre as perspectivas de evolução das finanças públicas. O Banco respondeu de forma prudente e alinhada com as melhores práticas internacionais em termos de gestão de risco e das normas internacionais de relato financeiro, por meio de reforços significativos de imparidades para as exposições soberanas, quer em Títulos de Dívida, quer em Crédito, com objectivo de assegurar uma cobertura destas exposições adequada ao nível de risco subjacente no Modelo de Imparidades do Banco.

Deste modo, em 2025, as Imparidades e Provisões Líquidas situaram-se em MT 9.472,66 milhões, o que corresponde a um incremento de 121,31% (MT +5.192,33 milhões) face aos MT 4.280,32 milhões registados no período homólogo. Esta evolução desfavorável decorre, sobretudo, do aumento das Imparidade de Títulos de Dívida Pública (Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro), a reflectir a postura mais prudente que o Banco tem assumido na cobertura destes activos, diante dos sinais de agravamento do risco soberano.

O incremento das Imparidades de Crédito, para além de reflectir os reforços associados às exposições ao Estado, traduz o objectivo de incrementar a cobertura das demais exposições, em antecipação a uma potencial degradação da qualidade da carteira de Crédito, associada à contracção da actividade económica.

As Provisões Líquidas apresentaram um desempenho desfavorável, a reflectir a constituição de provisões para devolução de comissões cobradas aos clientes no período de 2018 até à data, conforme indicações do Banco de Moçambique, em linha com o referido nos Outros Resultados Operacionais.

Imparidades e Provisões Líquidas	Dez-24		Dez-25		Variação	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Provisões	62 951	1 139 107	1 076 156	1709,50%		
Imparidade de Crédito e Activos Financeiros	3 681 736	8 251 389	4 569 653	124,12%		
Crédito	1 105 197	1 249 433	144 237	13,05%		
Activos Financeiros	2 912 996	7 462 987	4 549 991	156,20%		
Recuperação de Créditos Incobráveis	(336 457)	(461 031)	(124 575)	37,03%		
Imparidade de Outros Activos ¹	535 637	82 160	(453 478)	(84,66%)		
Total	4 280 325	9 472 656	5 192 331	121,31%		

¹ Inclui Imparidade de Outros Devedores e Outras Aplicações bem como Outros Activos Tangíveis e Activos Não Correntes Detidos Para Venda

Imposto do Exercício

Em 2025, a composição da rubrica Imposto do Exercício foi influenciada de forma substancial pelo valor significativo de imparidades de Títulos de Dívida Pública constituídas ao longo do ano, que ascenderam a MT 7.462,99 milhões. Dado que estas imparidades não são aceites como custo para efeitos fiscais, de acordo com o Código do IRPC, o seu valor foi adicionado à matéria colectável, tendo sido, portanto, tributado à taxa de 32%. Por forma a contrabalançar este impacto, foram registados Activos por Impostos Diferidos por Diferenças Temporárias associados a estas Imparidades.

A nível do resultado da actividade corrente tributável, devido ao montante significativo de Juros de Títulos de Dívida e operações no Mercado Monetário Interbancário (MMI), para as quais já haviam sido efectuadas retenções na fonte de montante expressivo (20%), o Imposto do Exercício registou um saldo

negativo de MT 620,56 milhões, face a um montante positivo de MT 1.225,03 milhões em 2024.

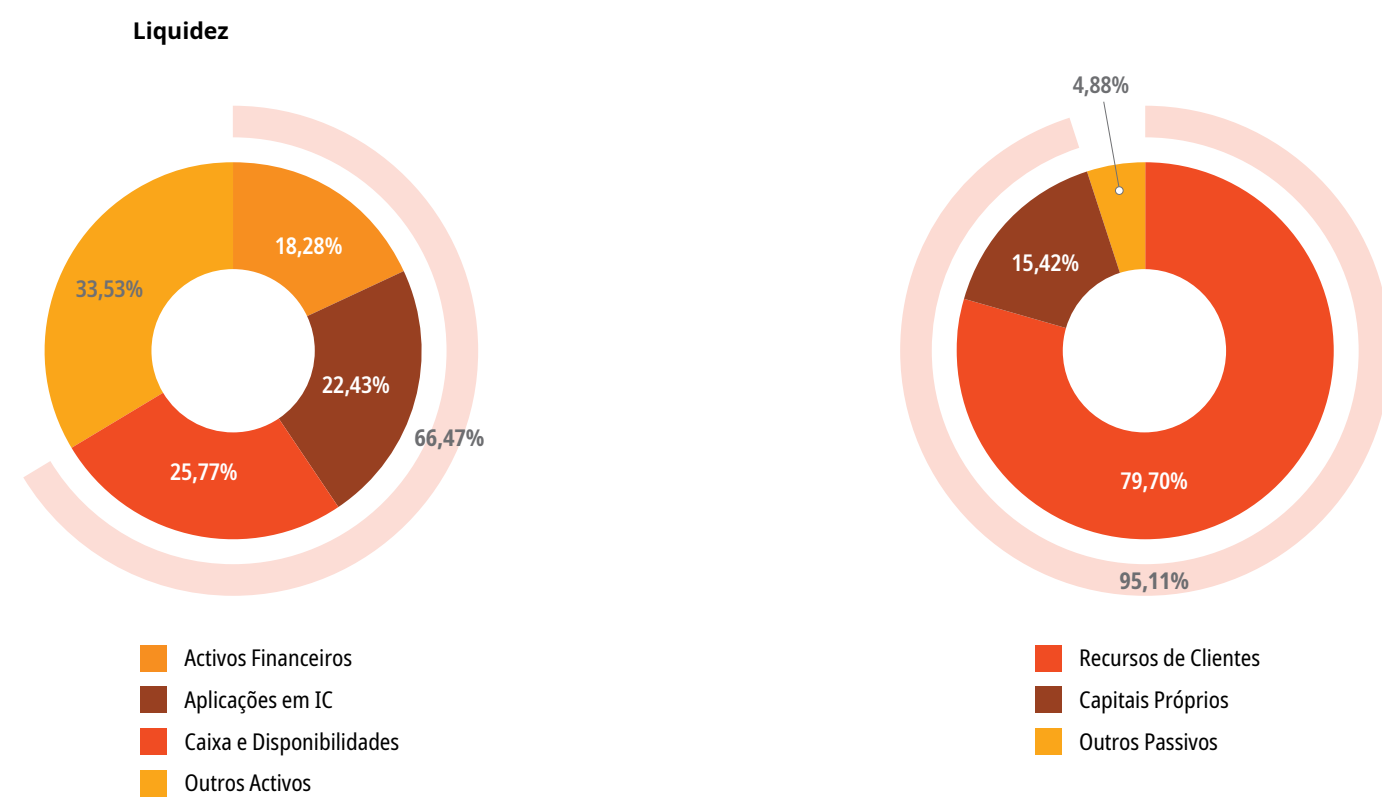
Desta forma o Imposto Corrente a liquidar ascende a MT 806,33 milhões (+30,34% acima do exercício anterior), derivado, maioritariamente, do referido impacto do adição das Imparidades de Títulos de Dívida Soberana à matéria colectável conforme referido.

Imposto do Exercício	Dez-24		Dez-25		Variação	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Imposto Corrente	618 620	806 334	187 715	30,34%		
Retenção na Fonte s/Títulos de Dívida e MMI	1 900 533	1 991 700	91 167	4,80%		
Correcção de Imposto relativos a Exercícios Anteriores	0	7 439	7 439	0,00%		
Imposto Diferido	(1 307 692)	(3 433 053)	(2 125 360)	(162,53%)		
Encargos com Impostos Diferidos	13 565	7 019	(6 546)	(48,26%)		
Total	1 225 025	(620 561)	(1 845 586)	(150,66%)		

Balanco

Em 2025, o BCI registou um crescimento sustentado do balanço, num contexto macroeconómico desafiante, evidenciando a solidez da instituição, ao mesmo tempo em que manteve níveis adequados de capitalização e de liquidez, assegurando a robustez e resiliência da sua posição financeira, essencial para enfrentar choques externos e sustentar a confiança dos stakeholders.

Deste modo, o Activo Total cifrou-se em MT 240.527,08 milhões em 2025, representando um crescimento de 3,96% em relação aos MT 231.375,87 milhões registados em 2024. Este desempenho foi impulsionado, sobretudo, pelo aumento dos Depósitos



Outros Activos incluem: Propriedades de Investimento, Investimentos em Filiais e Associadas, Activos por Impostos Correntes e Diferidos e Outros Activos.
Outros Passivos incluem: Responsabilidades Representadas por Títulos, Outros Passivos Subordinados, Passivos por Impostos Correntes e Diferidos, Outros Passivos e Provisões.

Balanco a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro 2025

Estrutura do Balanço	Dez-24		Dez-25		Variação	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Activo						
Caixa e Disponibilidades	81 311 146	61 972 285	(19 338 860)	(23,78%)		
Aplicações em Instituições de Crédito	16 264 393	53 926 173	37 661 779	231,56%		
Activos Financeiros	50 274 155	43 980 484	(6 293 671)	(12,52%)		
Crédito a Clientes	71 417 689	64 714 255	(6 703 434)	(9,39%)		
<i>Do qual Crédito com Recursos Consignados</i>	3 353 180	1 934 248	(1 418 932)	(42,32%)		
Activos Não Correntes Detidos Para Venda	1 125 160	745 916	(379 244)	(33,71%)		
Propriedade e equipamentos e activos de direito de uso	6 416 343	7 853 068	1 436 725	22,39%		
Outros Activos ¹	4 566 979	7 334 901	2 767 922	60,61%		
Total do Activo	231 375 865	240 527 082	9 151 217	4,00%		
Passivo						
Recursos de Clientes	183 483 079	191 689 014	8 205 934	4,47%		
Recursos de Bancos Centrais	32 904	19 747	(13 158)	(39,99%)		
Recursos de Instituições de Crédito	1 211 511	1 114 094	(97 417)	(8,04%)		
Recursos Consignados	3 418 706	1 989 307	(1 429 400)	(41,81%)		
Outros Passivos ²	11 075 831	8 630 594	(2 445 237)	(22,08%)		
Capitais Próprios	32 153 832	37 084 327	4 930 495	15,33%		
Total do Passivo e Capitais Próprios	231 375 865	240 527 082	9 151 217	3,96%		

¹ Inclui: Propriedades de Investimento, Investimentos em Filiais e associadas, Activos por Impostos Correntes e Diferidos e Outros Activos
² Inclui: Responsabilidades representadas por Títulos, Passivos Subordinados, Passivos por Impostos Correntes e Diferidos, Outros Passivos e Provisões.

(+4,5%), que permitiu investir a liquidez adicional em Aplicações em Instituições de Crédito (+231,56%), facto que compensou a redução da carteira de Crédito (-9,39%) e dos Activos Financeiros (-12,52%).

A carteira de Crédito a Clientes, excluindo o crédito financiado por Recursos Consignados, totalizou MT 70.335,42 milhões em termos brutos, registando um decréscimo de 6% face a 2024. Este desempenho negativo reflecte um contexto macroeconómico desfavorável, marcado pela contracção da actividade económica e, conseqüentemente, pela redução da procura de crédito, particularmente nos segmentos de Empresas e Institucionais, não obstante a descida das taxas de juro de mercado. Ainda assim, a redução foi parcialmente atenuada pelo crescimento do crédito ao consumo com taxa fixa.

Os Depósitos totalizaram MT 191.689,01 milhões, representando um incremento de 4,47% relativamente a 2024. O aumento dos Depósitos, aliado à redução da carteira de Crédito, resultou numa diminuição do Rácio de Transformação, que se situou em 36,19%, comparativamente aos 40,43% registados em Dezembro de 2024.

Nos Capitais Próprios pode-se observar uma evolução positiva, atingindo MT 35.986,83 milhões, correspondente a um crescimento de 15,33% relativamente a 2024, reforçando a solidez e a capacidade de absorção de choques externos por parte do Banco.

A estrutura do Balanço evidencia que o Banco detém adequados níveis de liquidez, com um total de 66,47% dos Activos a serem constituídos pelo agregado de Activos Financeiros, Aplicações em Instituições de Crédito, Crédito e Disponibilidades. O Activo Total foi financiado em 95,11% através de Depósitos de Clientes e dos Capitais Próprios.

Crédito a Clientes

O desempenho da carteira de Crédito foi essencialmente condicionado pela redução da procura por financiamento, afectada pela contracção da actividade económica, pela retracção do consumo das famílias e postergação de projectos de investimento das grandes empresas, num ambiente de elevada incerteza decorrente da conjuntura macroeconómica desfavorável, apesar da redução das taxas de juro de mercado.

A carteira de Crédito a Clientes Bruta, excluindo o Crédito com Recursos Consignados, registou uma diminuição de 6,04%, situando-se em MT 70.335,42 milhões em 2025, face aos MT 74.854,03 milhões observados no período homólogo. Esta evolução decorreu da redução do crédito concedido em moeda nacional a empresas, no montante de MT 2.842,79 milhões, e em moeda estrangeira, no montante de MT 1.675,82 milhões.

Em contrapartida, o Crédito ao Consumo apresentou um crescimento de MT 1.379,79 milhões, correspondente a uma variação positiva de 3,97%, reforçando a diversificação da carteira de crédito.

Relativamente ao Crédito com Recursos Consignados, a redução de MT 1.418,93 milhões resultou da amortização parcial, em conformidade com o plano financeiro.

Apesar da redução da carteira de Crédito, o Banco manteve firme a posição de liderança no sistema bancário nacional, ao atingir uma quota de mercado de 26,64% em Dezembro de 2025 (Dezembro 2024: 26,94%).

Quanto à Carteira de Crédito Líquida, a mesma registou uma redução de 9,39% (MT -6.703,43 milhões) face ao observado no período homólogo, ao cifrar-se em MT 64.714,26 milhões face aos MT 71.417,69 milhões.

Crédito a Clientes	Dez-24		Dez-25		Variação	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Crédito a Clientes (Bruto ex Recursos Consignados)	74 854 027	70 335 421	(4 518 606)	(6,04%)		
Crédito Moeda Nacional	65 466 063	62 623 273	(2 842 790)	(4,34%)		
Crédito Moeda Estrangeira	9 387 964	7 712 148	(1 675 816)	(17,85%)		
Crédito com Recursos Consignados	3 353 180	1 934 248	(1 418 932)	(42,32%)		
Crédito Bruto (Total)	78 207 207	72 269 669	(5 937 538)	(7,59%)		
Imparidade de Crédito Acumulada	(6 789 518)	(7 555 413)	(765 896)	11,28%		
Crédito a Clientes (Líquido)	71 417 689	64 714 255	(6 703 434)	(9,39%)		

Qualidade dos Activos e Imparidade

O rácio regulamentar de crédito em incumprimento (NPL) apresentou uma deterioração ao longo do exercício, ao evoluir de 10,97% em 2024 para 14,18% no final de 2025. Este desempenho reflecte um contexto macroeconómico adverso, que exigiu uma postura mais prudente por parte do Banco no reforço de imparidades, de forma a acomodar os potenciais impactos decorrentes das tensões pós-eleitorais, bem como do *downgrade* da dívida soberana em moeda nacional e dos seus efeitos sobre a qualidade da carteira de crédito.

A Imparidade de Crédito Acumulada totalizou MT 7.555,41 milhões no final de Dezembro de 2025, representando um aumento de MT 765,90 milhões em comparação com o montante registado no final de 2024. O custo do risco de crédito registou uma ligeira redução de 0,06 pp, fixando-se em 0,95% em 2025, contra 1,01% no exercício anterior.

A qualidade dos Activos, medida pelo rácio de NPL, apurado de acordo com os critérios da Autoridade Bancária Europeia (EBA), evidenciou também um agravamento, passando de 2,84% em 2024 para 6,84% em 2025. Esta evolução reflectiu, em parte, a conjuntura económica desfavorável e a deterioração do perfil de risco das grandes exposições.

O rácio de NPE cifrou-se em 26,19% em Dezembro de 2025, face a 10,15% registados no período homólogo, reflectindo a reclassificação, para *Stage 3*, da carteira de Obrigações do Tesouro, Bilhetes de Tesouro e grandes operações de crédito com garantia do Estado.

É daqui o futuro.

Indicadores calculados de acordo com os critérios da European Banking Authority (EBA)

(Milhares de Meticals)

Qualidade de Crédito	Dez-24	Dez-25	Variação
Crédito em Incumprimento (NPL)	4 758 841	12 186 621	7 427 780
Imparidade de Crédito Acumulada	6 789 518	7 555 413	765 896
Rácio do NPL (%)	2,84%	6,84%	4,00pp
Cobertura do NPL por Imparidades (%)	70,19%	37,60%	(32,59pp)
Rácio do NPE (%)	10,15%	26,19%	16,04pp
Cobertura do NPE por Imparidades (%)	22,15%	23,93%	1,78pp
Rácio do Custo do Risco (%)	1,01%	0,95%	(0,06pp)

Indicadores calculados de acordo com os critérios do Banco de Moçambique

(Milhares de Meticals)

Qualidade de Crédito	Dez-24	Dez-25	Variação
Crédito em Incumprimento (>90 dias)	8 583 935	10 254 707	1 670 772
Imparidade de Crédito Acumulada	6 789 518	7 555 413	765 896
Rácio do NPL (%)	10,97%	14,18%	3,21pp
Cobertura do Crédito Vencido por Imparidades (%)	79,10%	73,56%	(5,54pp)

Carteira de Títulos

A Carteira de Títulos Líquida do Banco que integra os Activos Financeiros ao Custo Amortizado, Activos Financeiros ao Justo Valor, e as respectivas Imparidades, alcançou o montante de MT 43.980,48 milhões em 2025, traduzindo-se numa redução significativa (-12,52%), relativamente aos MT 50.274,15 milhões registados em 2024, essencialmente em resultado do aumento das Imparidades, sendo que a carteira bruta se manteve estável.

O incremento das Imparidades no montante de MT 6.826,29 milhões, decorre, em grande medida, do aumento das imparidades associadas à carteira de títulos de dívida soberana, face à deterioração do seu perfil de risco.

Não obstante esta redução, os Activos Financeiros mantiveram uma expressão relevante na estrutura do activo do Banco, representando 18,09% do Activo total em Dezembro de 2025, comparativamente a 22,30% em 2024.

(Milhares de Meticals)

Activos Financeiros	Dez-24	Dez-25	Variação
			Absoluta Relativa
Custo Amortizado	42 742 076	36 453 939	(6 288 137) (14,71%)
Bilhetes do Tesouro	27 905 503	28 970 687	1 065 184 3,82%
Obrigações do Tesouro	17 534 020	17 007 987	(526 033) (3,00%)
Outros Títulos	58 920	57 921	(1 000) (1,70%)
Imparidade	(2 756 367)	(9 582 655)	(6 826 288) 247,66%
Justo Valor	7 532 079	7 526 545	(5 535) (0,07%)
Bilhetes do Tesouro	4 756 851	4 827 200	70 350 1,48%
Obrigações do Tesouro	2 500 754	2 411 073	(89 681) (3,59%)
Outros Títulos	274 475	288 271	13 796 5,03%
Total	50 274 155	43 980 484	(6 293 671) (12,52%)

Aplicações em Instituições de Crédito (IC's)

Em 2025, as Aplicações em Instituições de Crédito (IC's) no País registaram um crescimento expressivo de MT 33.238,88 milhões, totalizando MT 33.517,03 milhões, face aos MT 278,15 milhões registados em 2024. Este aumento representa um peso de 62,15% do total da rubrica (0,62% em Dezembro de 2024) e de 13,78% do total do Activo (0,12% em Dezembro 2024). Esta evolução foi impulsionada, sobretudo, pela redução dos coeficientes de Reservas Obrigatórias e pelo desempenho positivo dos passivos, em particular pelo crescimento dos Depósitos em moeda nacional, que reforçaram a liquidez disponível para aplicações remuneradas. Neste contexto de redução da carteira de crédito associada à contracção da economia, essa liquidez adicional tem sido rentabilizada em operações de *Reverse Repo* junto do Banco de Moçambique.

Adicionalmente, a revisão em baixa do *rating* soberano do país reforçou a abordagem prudente do Banco na gestão do risco e da liquidez. Neste contexto, o Banco passou a privilegiar Aplicações em *Reverse Repo* junto do Banco de Moçambique, mantendo a carteira de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro relativamente estável.

Por sua vez, as Aplicações no Estrangeiro registaram um crescimento na ordem de 27,42% (MT +4.384,03 milhões), alcançando MT 20.370,28 milhões em 2025, comparativamente aos MT 15.986,25 milhões registados em 2024, reflectindo o incremento da Carteira de Depósitos em Moeda Estrangeira e a redução das Reservas Obrigatórias.

(Milhares de Meticals)

Aplicações em IC's	Dez-24	Dez-25	Variação
			Absoluta Relativa
No País	278 148	33 517 032	33 238 884 11950,06%
No Banco de Moçambique	100 752	33 516 539	33 415 787 33166,46%
Em Outras IC's	177 397	493	(176 903) (99,72%)
No Estrangeiro	15 986 245	20 370 278	4 384 033 27,42%
Imparidade	0	38 863	38 863 0,00%
Total	16 264 393	53 926 173	37 661 780 231,56%

Estrutura de Financiamento

Ao longo de 2025, o BCI procurou, como habitualmente, garantir uma estrutura de financiamento do Activo estável, equilibrada e robusta, com os Depósitos de Clientes a consolidarem o seu papel como principal fonte de funding, representando 79,70% do total. Este elevado peso evidencia a confiança contínua dos clientes e a estabilidade da base de recursos do Banco, factores essenciais para sustentar a actividade de intermediação financeira e apoiar a execução da estratégia de crescimento sustentável.

Os Capitais Próprios contribuíram com 15,42% do financiamento do Activo, reforçando a solidez patrimonial e garantindo níveis confortáveis de adequação de capital e de solvabilidade.

(Milhares de Meticals)

Estrutura de Financiamento	Dez-24	Dez-25	Variação
Recursos de Clientes	183 483 079	191 689 014	4,47%
Recursos de Instituições de Crédito	1 244 415	1 133 841	(8,89%)
Recursos Consignados	3 418 706	1 989 307	(41,81%)
Outros Passivos ¹	11 075 831	8 630 594	(22,08%)
Capitais Próprios	32 153 832	37 084 327	15,33%
Total	231 375 865	240 527 082	3,96%

¹ Inclui: Responsabilidades representadas por Títulos Outros Passivos Subordinados e Passivos por Impostos Correntes e Diferidos Outros Passivos e Provisões


Recursos de Clientes

Os Recursos de Clientes ascenderam a MT 191.689,01 milhões em Dezembro de 2025, face aos MT 183.483,08 milhões registados em 2024, representando um crescimento de 4,47% (MT +8.205,93 milhões), sustentado pelo aumento tanto dos Depósitos à Ordem bem como dos Depósitos a Prazo. Esta evolução reflecte, por um lado, o efeito do crescimento da expansão da base monetária, num contexto de política monetária acomodatória e de aumento

do crédito à economia, e, por outro, o impacto positivo da angariação de novos clientes, beneficiando da ampla cobertura geográfica da rede de retalho do Banco.

O BCI manteve a sua posição de liderança no mercado de recursos, alcançando uma quota de mercado de 24,32% em Dezembro de 2025 (Dezembro de 2024: 25,78%), não obstante a ligeira redução face ao período anterior.

(Milhares de Meticals)

Recursos de Clientes	Dez-24	Dez-25	Variação	Peso sobre o Total		
			Absoluta Relativa	dez-24 dez-25		
Depósitos em MN	143 652 273	148 637 834	4 985 561	3,47%	78,29%	77,54%
À Ordem	98 568 196	102 823 054	4 254 858	4,32%	53,72%	53,64%
A Prazo	44 412 784	45 320 719	907 936	2,04%	24,21%	23,64%
Outros Depósitos ¹	259 381	269 201	9 820	3,79%	0,14%	0,14%
Juros a Pagar	411 911	224 859	(187 052)	(45,41%)	0,22%	0,12%
Depósitos em ME	39 830 807	43 051 180	3 220 373	8,09%	21,71%	22,46%
À Ordem	16 773 655	14 389 645	(2 384 010)	(14,21%)	9,14%	7,51%
A Prazo	22 873 114	28 460 230	5 587 115	24,43%	12,47%	14,85%
Outros Depósitos ¹	26 517	37 659	11 142	42,02%	0,01%	0,02%
Juros a Pagar	157 521	163 646	6 125	3,89%	0,09%	0,09%
Total	183 483 079	191 689 014	8 205 934	4,47%		

¹ Inclui: Depósitos com pré-aviso e Outros Depósitos

Depósitos por Moeda e por Produto

No que respeita à composição dos Recursos de Clientes, os Depósitos em moeda nacional continuaram a assumir um papel predominante, representando 77,54% do total da carteira em Dezembro de 2025 (Dezembro de 2024: 78,29%), tendo registado um crescimento homólogo de 3,47%. Esta evolução foi impulsionada pelo aumento tanto dos Depósitos à Ordem (+4,32%) como dos Depósitos a Prazo (+2,04%).

à Ordem representaram 61,15% do total, enquanto os Depósitos a Prazo corresponderam a 38,49%. Em termos de variação homóloga, os Depósitos à Ordem registaram um crescimento de 1,62% (MT +1.870,85 milhões) e os Depósitos a Prazo aumentaram 9,65% (MT +6.495,05 milhões), contribuindo para o reforço da base de financiamento e para uma maior estabilidade e previsibilidade da estrutura de funding da Instituição. Esta evolução dos Depósitos contribuiu positivamente para a robustez dos indicadores de liquidez do Banco ao longo do exercício.

Relativamente à estrutura dos Depósitos de Clientes, os Depósitos

(Milhares de Meticals)

Recursos de Clientes	Dez-24	Dez-25	Variação	
			Absoluta Relativa	
Depósitos à Ordem	115 341 852	117 212 700	1 870 848	1,62%
Moeda Nacional	98 568 196	102 823 054	4 254 858	4,32%
Moeda Estrangeira	16 773 655	14 389 645	(2 384 010)	(14,21%)
Depósitos a Prazo	67 285 898	73 780 949	6 495 051	9,65%
Moeda Nacional	44 412 784	45 320 719	907 936	2,04%
Moeda Estrangeira	22 873 114	28 460 230	5 587 115	24,43%
Outros Depósitos	855 330	695 365	(159 965)	(18,70%)
Total	183 483 079	191 689 014	8 205 934	4,47%

Rácio de Transformação

Apesar de um contexto macroeconómico desafiante, o BCI manteve o seu papel de agente dinamizador da economia, promovendo a concessão de crédito de forma prudente e alinhada com as políticas internas, as melhores práticas internacionais e a regulamentação em vigor. Em Dezembro de 2025, o Rácio de Transformação, indicador utilizado para

mensurar a capacidade do Banco de transformar Depósitos de Clientes em Crédito a Clientes, excluindo o crédito financiado por Recursos Consignados, situou-se em 36,19%, representando uma redução de 4,24 pp face a 2024. Esta evolução reflecte o crescimento dos Depósitos de Clientes (+4,47%), em simultâneo com a evolução da Carteira de Crédito (-6,04%).

(Milhares de Meticals)

Rácio de Transformação	Dez-24	Dez-25	Variação
			Absoluta Relativa
Recursos de Clientes	183 483 079	191 689 014	8 205 934 4,47%
Crédito Total (Excluindo Recursos Consignados)	74 854 027	70 335 421	(4 518 606) (6,04%)
Rácio de Transformação	40,43%	36,19%	(4,24pp)

Nota: ao incluir-se os Recursos Consignados o rácio seria de Dez-25: 37,20% vs Dez-24: 42,26%



Capitais Próprios e Solvabilidade

Os Capitais Próprios totalizaram MT 37.084,33 milhões, representando um aumento de 15,33% (MT +4.930,50 milhões) face aos MT 32.153,83 milhões registados no período homólogo. Esta evolução reflecte, essencialmente, a retenção de 100% do Resultado Líquido de 2024, no presente exercício, com a sua afectação a reservas livres, conforme deliberação da Assembleia Geral do BCI realizada em 29 de Abril de 2025.

A evolução positiva dos Capitais Próprios e o consequente aumento dos Fundos Próprios Regulamentares em MT 6.711,58 milhões, contribuíram para a manutenção de uma trajectória de reforço dos rácios de adequação de capital. O Rácio de Fundos Próprios de Base (Tier I) fixou-se em 31,34% em Dezembro de 2025 (24,11% em Dezembro de 2024), enquanto o Rácio de Solvabilidade Global se situou em 31,44%, representando um incremento de 8,11 pp face aos 23,33% registados em 2024. A

melhoria destes rácios resultou, essencialmente, do aumento dos Fundos Próprios por incorporação do resultado de 2024, aliado à redução do Activo Ponderado pelo Risco, com destaque para as componentes de risco de crédito e risco de mercado. Ambos os rácios se mantiveram confortavelmente acima dos mínimos regulamentares estabelecidos pelo Banco de Moçambique. No caso do Rácio de Solvabilidade, o requisito mínimo é de 12%, acrescido de um *buffer* adicional de 3%, aplicável ao BCI por se tratar de uma instituição de importância sistémica.

Neste contexto, o Banco manteve igualmente uma posição de elevados níveis de liquidez, com o Rácio de Liquidez a incrementar para 56,96% em Dezembro de 2025, significativamente acima do mínimo regulamentar de 25% (Dezembro de 2024: 43,08%). Este desempenho resulta, sobretudo, do crescimento dos Depósitos, aliado à redução do coeficiente das Reservas Obrigatórias ocorrida em Janeiro de 2025.

(Milhares de Meticais)

Capitais Próprios	Dez-24	Dez-25	Variação	
			Absoluta	Relativa
Capital Social	10 000 000	10 000 000	-	0,00%
Reserva Legal	10 000 000	10 905 959	905 959	9,06%
Outras Reservas e Resultados Transitados	5 769 946	11 261 283	5 491 337	95,17%
Reservas de Reavaliação	622 220	1 590 308	968 088	155,59%
Ações Próprias	(278 060)	(278 060)	-	0,00%
Resultado do Exercício	6 039 727	3 604 838	(2 434 890)	(40,31%)
Total	32 153 832	37 084 327	4 930 495	15,33%

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em conformidade com o Decreto-Lei nº 01/2022 – Código Comercial, com a Lei nº 20/2020 de 31 de Dezembro 2020 – Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, e demais legislação aplicável, atendendo à posição de Fundos Próprios do Banco, bem como ao Rácio de Solvabilidade e de liquidez significativamente acima dos limites prudenciais, assegurando assim uma situação robusta de capital e liquidez no Banco, o Conselho de Administração submeteu à Assembleia Geral de Accionistas a seguinte proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, no valor de MT 3.604.837.536,92 (Três mil, seiscentos e quatro milhões, oitocentos e trinta e sete mil, quinhentos e trinta e seis meticais e noventa e dois centavos):

- **Reservas Legais (15%):** MT 540.725.630,54 (Quinhentos e quarenta milhões, setecentos e vinte cinco mil, seiscentos e trinta meticais e cinquenta e quatro centavos);
- **Reservas Livres (25%):** MT 901.209.384,23 (Novecentos e um milhões, duzentos e nove mil, trezentos e oitenta e quatro meticais e vinte e três centavos); e
- **Distribuição de Dividendos (60%):** MT 2.162.902.522,15 (Dois mil, cento e sessenta e dois milhões, novecentos e dois mil, quinhentos e vinte e dois meticais e quinze centavos).

AGRADECIMENTOS E REFERÊNCIAS

Ao concluir a apresentação da actividade do Banco no exercício de 2025, o Conselho de Administração do BCI expressa o seu reconhecimento a todos os que contribuíram para a consolidação deste projecto, em especial:

- Aos nossos Clientes;
- Às autoridades monetárias e financeiras, pela forma como acompanharam e apoiaram no desenvolvimento da actividade do BCI;
- À Mesa da Assembleia-Geral e ao Conselho Fiscal, pela colaboração manifestada ao longo do exercício;

- Aos nossos Correspondentes;
- Aos nossos Fornecedores; e
- Aos Senhores Accionistas, pelo voto de confiança e pelo apoio e colaboração prestados.

Um especial reconhecimento é devido aos Colaboradores Daqui, pela atitude profissional e dedicação demonstrados no exercício das suas funções, não obstante os contínuos desafios do ambiente macroeconómico no qual o BCI opera, a qual merece os nossos sinceros agradecimentos.

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão anual do Banco Comercial e de Investimentos, SA, foi aprovado pelo Conselho de Administração a 20 de Março de 2026 e vai assinado pelos seus membros:

Dr. Carlos Agostinho do Rosário
 (Presidente do Conselho de Administração)

Dra. Cecília Figueiredo Gaspar
 (Vogal)

Dr. José João Guilherme
 (Vice-Presidente)

Dr. Raúl António Correia Saraiva de Almeida
 (Vogal e Administrador Executivo)

Dr. Luis Miguel Gubert Morais Leitão
 (Vice-Presidente)

Dr. Luis Filipe Costa Reis Marques de Aguiar
 (Vogal e Administrador Executivo)

Dr. Francisco Pinto Machado Costa
 (Vice-Presidente e Presidente da Comissão Executiva)

Eng.º Rogério Paulo Cabacinha Lam
 (Vogal e Administrador Executivo)

Dr. João Paulo Tudela Martins
 (Vogal)

Dr. Ibraimo Abdul Gafur Cassamo Bhai
 (Vogal e Administrador Executivo)

Dr. Pedro Costa Basto Monteiro Coelho
 (Vogal)

Dr. George Lenon Ibraimo Mandawa
 (Vogal e Administrador Executivo)



30
 anos

É daqui o futuro.



Demonstrações Financeiras



30
anos

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Notas	Valores Expressos em Meticais				
	Grupo		Banco		
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24	
Juros e rendimentos similares	9.1	23 664 110 926	24 742 438 256	23 674 209 699	24 757 832 881
Juros e encargos similares	9.1	(5 982 821 698)	(8 296 321 025)	(6 009 274 981)	(8 293 884 239)
Margem financeira estrita		17 681 289 228	16 446 117 231	17 664 934 718	16 463 948 642
Comissões líquidas associadas ao custo amortizado	9.2	(20 142 673)	9 007 996	(20 142 673)	9 007 996
Margem financeira		17 661 146 555	16 455 125 227	17 644 792 045	16 472 956 638
Ganhos/ (perdas) desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	9.3	26 439 674	38 296 470	26 439 674	38 296 470
Rendimentos de instrumentos de capital	9.4	3 963 591	1 684 685	3 963 591	1 684 685
Rendimento de taxas e comissões	9.5	3 203 406 674	2 799 339 883	3 203 406 674	2 799 339 883
Gastos com taxas e comissões	9.5	(1 338 092 579)	(1 104 021 855)	(1 331 941 863)	(1 103 479 896)
Resultados em operações financeiras	9.6	2 472 238 939	2 661 095 808	2 472 238 939	2 661 095 808
Outros resultados de exploração	9.7	365 411 125	610 983 054	354 642 200	594 806 598
Resultados operacionais		22 394 513 979	21 462 503 272	22 373 541 260	21 464 700 186
Gastos com pessoal	9.8	(5 839 243 092)	(5 580 417 819)	(5 834 137 752)	(5 575 871 842)
Outros gastos administrativos	9.9	(3 263 122 038)	(3 495 636 755)	(3 255 942 112)	(3 492 865 906)
Imparidade de crédito a clientes e outros activos financeiros	9.10	(8 251 390 479)	(3 681 921 704)	(8 251 390 479)	(3 681 921 704)
Imparidade de outros activos	9.10	(82 158 302)	(535 451 776)	(82 158 302)	(535 451 776)
Depreciações e amortizações	9.20/ 9.21/ 9.22	(796 389 368)	(828 994 877)	(826 528 587)	(850 885 311)
Provisões líquidas	9.32	(1 139 107 109)	(62 951 325)	(1 139 107 109)	(62 951 325)
Resultados antes de impostos		3 023 103 591	7 277 129 016	2 984 276 919	7 264 752 322
Imposto sobre o rendimento	9.11	610 511 863	(1 226 664 811)	620 560 618	(1 225 025 147)
Resultado Líquido		3 633 615 454	6 050 464 205	3 604 837 537	6 039 727 175
Resultado consolidado atribuível a:					
Accionistas do banco		3 615 830 494	6 047 330 477	3 604 837 537	6 039 727 175
Interesses que não controlam		17 784 960	3 133 727	-	-
Resultado por acção					
Resultado básico por acção	9.12	3,74	6,22	3,71	6,21
Resultado diluído por acção	9.12	3,74	6,22	3,71	6,21

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Notas	Valores Expressos em Meticais				
	Grupo		Banco		
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24	
Resultado Líquido		3 633 615 454	6 050 464 205	3 604 837 537	6 039 727 175
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado:					
Resultado de justo valor sobre activos financeiros		(27 360 162)	151 347 418	(27 360 162)	151 347 418
Imparidade de activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	9.34	1 043 370 541	445 102 167	1 043 370 541	445 102 167
Imposto diferido	9.34	151 187 694	(190 863 867)	151 187 694	(190 863 867)
Imposto diferido	9.34	1 167 198 073	405 585 718	1 167 198 073	405 585 718
Itens que não podem ser posteriormente reclassificados para o resultado:					
Ganhos e perdas actuariais		233 028 000	(180 065 000)	233 028 000	(180 065 000)
Variação ocorrida no exercício	9.23/ 9.29	(74 568 960)	57 620 800	(74 568 960)	57 620 800
Imposto diferido	9.34	158 459 040	(122 444 200)	158 459 040	(122 444 200)
Rendimento integral		4 959 272 567	6 333 605 723	4 930 494 650	6 322 868 693
Resultado consolidado atribuível a:					
Accionistas do banco		4 941 487 607	6 330 471 996	4 930 494 650	6 322 868 693
Interesses que não controlam		17 784 960	3 133 727	-	-
		4 959 272 567	6 333 605 723	4 930 494 650	6 322 868 693

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BALANÇO CONSOLIDADO E INDIVIDUAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Notas	Valores Expressos em Meticais				
	Grupo		Banco		
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24	
ACTIVO					
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	9.13	58 501 220 339	80 779 080 185	58 501 220 339	80 779 079 379
Disponibilidades sobre instituições de crédito	9.14	3 471 064 836	532 069 542	3 471 064 836	532 066 144
Aplicações em instituições de crédito	9.15	53 926 172 637	16 264 393 298	53 926 172 637	16 264 393 298
Activos financeiros ao custo amortizado	9.16	36 453 939 330	42 742 075 956	36 453 939 330	42 742 075 956
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	9.16	7 526 544 540	7 532 079 280	7 526 544 540	7 532 079 280
Crédito a clientes	9.17	64 652 390 834	71 311 187 621	64 714 255 257	71 417 689 145
Investimentos em subsidiárias	9.18	-	-	460 000	460 059
Activos não correntes detidos para venda	9.19	745 916 147	1 125 159 832	745 916 147	1 125 159 832
Propriedades de Investimentos	9.20	359 934 772	690 991 059	186 715 178	206 731 984
Propriedade e equipamentos e activos sob direito de uso	9.21	7 767 205 469	6 427 531 025	7 853 067 732	6 416 342 593
Activos intangíveis	9.22	217 019 085	167 570 044	217 019 085	167 570 044
Activos por impostos correntes	9.23	189 331 582	588 183 374	189 331 582	577 290 244
Activos por impostos diferidos	9.23	5 908 484 535	2 488 755 570	5 908 484 535	2 487 606 923
Outros activos	9.24	778 719 315	766 991 477	832 890 753	1 127 320 088
TOTAL DO ACTIVO		240 497 943 421	231 416 068 263	240 527 081 951	231 375 864 969
PASSIVO					
Recursos de Bancos Centrais	9.25	19 746 584	32 904 136	19 746 584	32 904 136
Recursos de instituições de crédito	9.26	1 114 093 976	1 211 511 028	1 114 093 977	1 211 511 028
Recursos de clientes	9.27	191 689 013 589	183 451 073 077	191 689 013 589	183 483 079 416
Recursos Consignados	9.28	1 989 306 720	3 418 706 457	1 989 306 720	3 418 706 457
Passivos por impostos correntes	9.29	215 991 807	-	217 781 792	-
Passivos por impostos diferidos	9.29	163 033 888	244 809 276	163 033 888	244 809 276
Responsabilidades com planos de benefícios definidos	9.30	180 405 000	360 964 000	180 405 000	360 964 000
Outros passivos	9.31	5 929 687 916	9 203 650 732	6 086 637 732	9 211 728 905
Provisões	9.32	1 982 735 541	1 258 329 271	1 982 735 541	1 258 329 271
TOTAL DO PASSIVO		203 284 015 021	199 181 947 977	203 442 754 823	199 222 032 489
CAPITAIS PRÓPRIOS					
Capital social	9.33	10 000 000 000	10 000 000 000	10 000 000 000	10 000 000 000
Reservas e resultados transitados	9.34	23 767 218 126	16 373 694 988	23 757 549 791	16 392 165 505
Acções próprias	9.33	(278 060 200)	(278 060 200)	(278 060 200)	(278 060 200)
Resultado do exercício		3 633 615 454	6 050 464 205	3 604 837 537	6 039 727 175
Accionistas do banco		3 615 830 494	6 047 330 475	-	-
Interesses que não controlam		17 784 960	3 133 730	-	-
Interesses que não controlam		91 155 020	88 021 293	-	-
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		37 213 928 400	32 234 120 286	37 084 327 128	32 153 832 480
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS		240 497 943 421	231 416 068 263	240 527 081 951	231 375 864 969

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.


30
anos

**É daqui
o futuro.**

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

	Notas	Capital	Ações Próprias	Reservas de Justo valor	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Remensuração de planos de benefícios definidos	Resultados do Exercício	Interesses que não controlam	Total
Saldo a 1 Janeiro 2025										
Rendimento integral do exercício		10 000 000 000	(278 060 200)	423 109 515	10 001 142 979	5 973 017 266	(23 574 772)	6 047 330 475	91 155 023	32 234 120 286
Lucros		-	-	-	-	-	-	3 615 830 494	17 784 960	3 633 615 454
Reservas de justo valor (activos financeiros)	9.34	-	-	123 827 533	-	-	-	-	-	123 827 533
Imparidade de activos financeiros ao justo valor	9.34	-	-	1 043 370 540	-	-	-	-	-	1 043 370 540
Remensuração de planos de benefícios definidos	9.34	-	-	-	-	-	158 459 040	-	-	158 459 040
		-	-	1 167 198 073	-	-	158 459 040	3 615 830 494	17 784 960	4 959 272 567
Aplicação do resultado líquido de 2024										
Reforço de reservas através de resultados		-	-	-	905 959 076	5 133 768 099	-	(6 047 330 475)	-	(7 603 300)
Outros movimentos	9.34	-	-	-	-	28 138 850	-	-	(3)	28 138 847
		-	-	-	905 959 076	5 161 906 949	-	(6 047 330 475)	(3)	20 535 547
Saldo a 31 Dezembro de 2025		10 000 000 000	(278 060 200)	1 590 307 588	10 907 102 055	11 134 924 215	134 884 268	3 615 830 494	108 939 980	37 213 928 400

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Notas	Capital	Ações Próprias	Reservas de Justo valor	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Remensuração de planos de benefícios definidos	Resultados do Exercício	Interesses que não controlam	Total
Saldo a 1 Janeiro 2024										
Rendimento integral do exercício		10 000 000 000	(278 060 200)	17 523 797	7 449 556 356	5 349 368 565	98 869 428	8 190 867 974	88 021 296	30 916 147 216
Lucros		-	-	-	-	-	-	6 047 330 475	3 133 727	6 050 464 202
Reservas de justo valor (activos financeiros)	9.34	-	-	-	-	-	-	-	-	(39 516 448)
Imparidade de activos financeiros ao justo valor		-	-	(39 516 448)	-	-	-	-	-	445 102 166
Remensuração de planos de benefícios definidos	9.34	-	-	445 102 166	-	-	-	-	-	(122 444 200)
		-	-	405 585 718	-	-	(122 444 200)	6 047 330 475	3 133 727	6 333 605 720
Dividendos aos accionistas	9.34	-	-	-	-	143 189 609	-	(5 149 590 235)	-	(5 006 400 626)
		-	-	-	-	143 189 609	-	(5 149 590 235)	-	(5 006 400 626)
Aplicação do resultado líquido de 2023										
Reforço de reservas através de resultados	9.34	-	-	-	2 551 586 623	480 459 092	-	(3 041 277 739)	-	(9 232 024)
		-	-	-	2 551 586 623	480 459 092	-	(3 041 277 739)	-	(9 232 024)
Saldo a 31 Dezembro de 2024		10 000 000 000	(278 060 200)	423 109 515	10 001 142 979	5 973 017 266	(23 574 772)	6 047 330 475	91 155 023	32 234 120 286

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

	Notas	Capital	Ações Próprias	Reservas de Justo valor	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Remensuração de planos de benefícios definidos	Resultados do Exercício	Total	
Saldo a 1 Janeiro 2025			10 000 000 000	(278 060 200)	423 109 515	10 000 000 000	5 992 630 762	(23 574 772)	6 039 727 175	32 153 832 480
Rendimento integral do exercício										
Lucros		-	-	-	-	-	-	3 604 837 537	-	3 604 837 537
Reservas de justo valor (activos financeiros)	9.34	-	-	123 827 533	-	-	-	-	-	123 827 533
Imparidade de activos financeiros ao justo valor	9.34	-	-	1 043 370 540	-	-	-	-	-	1 043 370 540
Remensuração de planos de benefícios definidos	9.34	-	-	-	-	-	158 459 040	-	-	158 459 040
		-	-	1 167 198 073	-	-	158 459 040	3 604 837 537	-	4 930 494 650
Aplicação do resultado líquido de 2024										
Reforço de reservas através de resultados	9.34	-	-	-	905 959 076	5 133 768 099	-	(6 039 727 175)	-	-
Outros movimentos		-	-	-	-	(2)	-	-	-	(2)
		-	-	-	905 959 076	5 133 768 097	-	(6 039 727 175)	-	(2)
Saldo a 31 Dezembro de 2025		10 000 000 000	(278 060 200)	1 590 307 588	10 905 959 076	11 126 398 859	134 884 268	3 604 837 537	-	37 084 327 128

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Notas	Capital	Ações Próprias	Reservas de Justo valor	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Remensuração de planos de benefícios definidos	Resultados do Exercício	Total	
Saldo a 1 Janeiro 2024			10 000 000 000	(278 060 200)	17 523 797	7 448 413 377	5 369 183 922	98 869 428	8 181 434 089	30 837 364 413
Rendimento integral do exercício										
Lucros		-	-	-	-	-	-	6 039 727 175	-	6 039 727 175
Reservas de justo valor (activos financeiros)	9.34	-	-	(39 516 448)	-	-	-	-	-	(39 516 448)
Imparidade de activos financeiros ao justo valor		-	-	445 102 166	-	-	-	-	-	445 102 166
Remensuração de planos de benefícios definidos	9.34	-	-	-	-	-	(122 444 200)	-	-	(122 444 200)
		-	-	405 585 718	-	-	(122 444 200)	6 039 727 175	-	6 322 868 693
Dividendos aos accionistas	9.34	-	-	-	-	143 189 609	-	(5 149 590 235)	-	(5 006 400 626)
		-	-	-	-	143 189 609	-	(5 149 590 235)	-	(5 006 400 626)
Aplicação do resultado líquido de 2023										
Reforço de reservas através de resultados	9.34	-	-	-	2 551 586 623	480 257 231	-	(3 031 843 854)	-	-
		-	-	-	2 551 586 623	480 257 231	-	(3 031 843 854)	-	-
Saldo a 31 Dezembro de 2024		10 000 000 000	(278 060 200)	423 109 515	10 000 000 000	5 992 630 762	(23 574 772)	6 039 727 175	-	32 153 832 480

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

É daqui o futuro.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Notas	Valores Expressos em Meticais			
	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Actividades operacionais				
Juros comissões trading de moeda e outros rendimentos recebidos	20 381 307 651	20 133 378 651	20 377 019 728	19 792 072 445
Juros comissões e outros gastos pagos	(7 519 223 165)	(9 579 537 759)	(7 519 384 976)	(9 576 559 014)
Pagamento a empregados e fornecedores	(9 829 745 438)	(9 372 102 557)	(9 813 842 401)	(9 360 717 893)
Juros recebidos de Títulos	8 714 266 269	7 287 524 133	8 714 266 269	7 287 524 133
Fluxo líquido proveniente de rendimentos e gastos	11 746 605 317	8 469 262 468	11 758 058 620	8 142 319 671
Aumentos (reduções) em:				
Aplicações em instituições de crédito	(37 599 705 914)	6 594 528 472	(37 599 705 914)	6 594 528 472
Créditos a clientes	5 762 847 004	(5 508 605 177)	5 807 484 105	(5 155 807 164)
Carteira de títulos	(3 255 777 142)	(5 078 803 587)	(3 255 777 142)	(7 543 317 910)
Outros activos	444 453 336	386 005 773	520 584 894	357 848 902
Fluxo líquido proveniente de activos operacionais	(34 648 182 716)	(3 606 874 519)	(34 527 414 057)	(5 746 747 700)
Aumentos (reduções) em:				
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(101 547 418)	14 927 965	(101 547 417)	71 167 518
Recursos de clientes	8 418 867 519	24 075 537 131	8 386 861 180	24 075 537 131
Outros passivos	442 892 658	(4 715 895 489)	874 661 344	(2 266 023 455)
Fluxo líquido proveniente de passivos operacionais	8 760 212 759	19 374 569 607	9 159 975 107	21 880 681 194
Fluxo líquido das actividades operacionais	(14 141 364 640)	24 236 957 556	(13 609 380 330)	24 276 253 165
Actividades de investimento				
Aquisições de activos tangíveis	(2 062 372 830)	(995 761 935)	(2 194 376 349)	(995 761 935)
Aquisições de activos intangíveis	(112 151 349)	(50 077 101)	(112 151 349)	(50 077 101)
Alienação de activos tangíveis	851 163 160	159 904 770	502 452 970	159 904 770
Fluxo líquido das actividades de investimento	(1 323 361 019)	(885 934 266)	(1 804 074 728)	(885 934 266)
Actividades de financiamento				
Dividendos distribuídos	(3 683 733 675)	(6 268 396 926)	(3 683 733 675)	(6 268 396 926)
Reembolsos de operações de financiamento através de contratos de locação	9.21 (166 314 810)	(182 467 641)	(217 581 207)	(221 763 250)
Fluxo líquido das actividades de financiamento	(3 850 048 485)	(6 450 864 567)	(3 901 314 882)	(6 490 160 176)
Aumento de caixa e seus equivalentes	(19 402 476 076)	16 921 927 712	(19 402 471 872)	16 921 927 712
Efeito das diferenças de câmbio	87 701 932	(21 768 990)	87 701 932	(21 768 990)
Caixa e seus equivalentes no início do período	81 251 200 532	64 351 041 809	81 251 196 328	64 351 037 605
Caixa e seus equivalentes no fim do período	61 936 426 388	81 251 200 531	61 936 426 388	81 251 196 327

Conciliação com os saldos constantes do balanço:

Notas	Valores Expressos em Meticais			
	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Caixa e equivalentes	61 936 426 388	81 251 200 531	61 936 426 388	81 251 196 327
(+) Cheques a cobrar sobre Instituições de Crédito no estrangeiro	9.14 16 813 116	27 991 646	16 813 116	27 991 646
(+) Cheques a cobrar sobre Instituições de Crédito no país	9.14 19 045 671	31 957 550	19 045 671	31 957 550
Total	61 972 285 175	81 311 149 727	61 972 285 175	81 311 145 523
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	9.13 58 501 220 339	80 779 080 185	58 501 220 339	80 779 079 379
Disponibilidades sobre instituições de crédito	9.14 3 471 064 836	532 069 542	3 471 064 836	532 066 144

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS ÀS CONTAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS
SÍNTESE DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS
1. Nota introdutória

O Banco Comercial e de Investimentos, S.A. (doravante designado por BCI ou simplesmente Banco) é uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, constituída em 17 de Janeiro de 1996, por tempo indeterminado. A actividade operacional do BCI iniciou a 19 de Abril de 1997. O BCI tem a sua sede em Maputo e rege-se pelos seus estatutos e demais legislação aplicável ao sector.

A actividade principal do BCI é a prestação de serviços bancários em todo o território nacional. A subsidiária IMOBCI, Limitada (IMOBCI) tem como objecto social a actividade imobiliária. O processo de fusão da subsidiária BPI Moçambique e do BCI foi concluído em 2025, tendo a BPI Moçambique sido consequentemente extinta por fusão. O conjunto do Banco e das subsidiárias é doravante designado por Grupo.

O BCI é uma subsidiária do grupo Caixa Geral de Depósitos, que tem a sua sede em Lisboa, Portugal.

2. Bases de apresentação

Em conformidade com o disposto no Aviso N.º 4/GBM/2007, de 30 de Março de 2007, do Banco de Moçambique, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor a 1 de janeiro de 2025. As IFRS incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee*.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio do custo histórico, modificadas pela aplicação do justo valor para os activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS exige a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos de aplicação das políticas contabilísticas, estando as principais estimativas e interpretações associadas à aplicação das políticas contabilísticas descritas na Nota 8.

Estas demonstrações financeiras estão expressas em Metical (MZN), arredondado para a unidade mais próxima, aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral de Accionistas, e, havendo necessidade, os accionistas podem instruir a reabertura e alteração das demonstrações financeiras após a sua emissão.

3. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

4. Apresentação das demonstrações financeiras

O Banco apresenta o seu balanço por ordem de liquidez, com base na intenção e capacidade de recuperar ou liquidar os activos ou passivos, respectivamente, e os activos e passivos financeiros no balanço são geralmente divulgados na forma não compensados, excepto quando os critérios de compensação de IFRS forem permitidos.

5. Mudanças nas políticas contabilísticas e divulgações

As políticas contabilísticas adoptadas são consistentes com as utilizadas no exercício anterior, excepto quanto à adopção das seguintes normas, emendas e revisões, as quais têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2025:

IAS 21 (alteração) 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade', esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e define como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinado o impacto da adopção desta alteração da norma nas demonstrações financeiras. Esta alteração à norma não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

i) Novas normas e emendas e interpretações emitidas pelo IASB com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros

As normas e interpretações que foram emitidas, mas que não se tornaram efectivas até à data das demonstrações financeiras do Banco, estão divulgadas de seguida. O Banco cumprirá estas novas normas e interpretações a partir da data de entrada em vigor estabelecida.

IFRS 18 (substitui a IAS 1), 'Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras', emitida pelo IASB em Abril de 2024, estabelece novos requisitos relativos à apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras (DF's), sendo aplicável a partir de 1 de janeiro de 2027 (com apresentação de informação comparativa), substituindo a IAS 1, com alterações relevantes em particular ao nível da Demonstração de Resultados (DR). A norma também exige a divulgação de métricas de desempenho da gestão (MPMs) e maior transparência na agregação de informações.

Principais Mudanças:

Apresentação: A norma introduz a necessidade de classificação dos rendimentos e despesas da demonstração de resultados em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto sobre o rendimento e operações descontinuadas, permitindo melhor comparabilidade.

Métricas de Desempenho da Gestão (MPMs): A norma inclui requisitos específicos de divulgação relativamente a subtotaís de desempenho que passam a ser sujeitas a requisitos formais de reconciliação com os subtotaís definidos pelas IFRS, tornando-as auditáveis.

Melhorias na Estrutura: A Demonstração dos Resultados passa a ter uma estrutura mais padronizada, aproximando-se da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Agregação e Desagregação: Requisitos reforçados para agrupar informações, detalhando melhor as despesas por natureza, quando apresentadas por função na DR.

IFRS 9 e IFRS 7 (Alteração), '*Classificação e mensuração de instrumentos financeiros*', em maio de 2024, o IASB divulgou alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7. Estas revisões decorrem do processo de revisão pós-implementação do capítulo de "Classificação e Mensuração", visando esclarecer aspectos técnicos e melhorar a comparabilidade das demonstrações financeiras.

As principais alterações incidem sobre: Reconhecimento e Desreconhecimento: Esclarecimento dos conceitos de data de reconhecimento e desreconhecimento de activos e passivos financeiros. Foi implementada uma opção de política contabilística que permite o desreconhecimento de passivos liquidados via sistemas de pagamento electrónico antes da data de liquidação, desde que cumpridas condições específicas.

Critério SPPI (Somente Pagamento de Principal e Juros): Orientação adicional para avaliar se fluxos de caixa contratuais cumprem o critério SPPI, com foco em:

- Activos com características de sustentabilidade ou fluxos contingentes.
- Activos com características "sem recurso" (non-recourse).
- Instrumentos contratualmente associados (contractually linked instruments).

Requisitos de Divulgação: Introdução de novas obrigações de divulgação para instrumentos com termos que possam alterar o valor ou o período dos fluxos de caixa devido a eventos contingentes, bem como divulgações adicionais para instrumentos de capital designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVOCI).

6. Bases de Consolidação
(a) Empresas subsidiárias (IFRS10)

O BCI detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas subsidiárias. Consideram-se empresas subsidiárias ou filiais aquelas entidades em que o Banco detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa, está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis do seu envolvimento com o investimento e tem a capacidade de afectar esses retornos através do seu poder sobre o investimento. Nas demonstrações financeiras individuais do BCI, as empresas subsidiárias são valorizadas ao custo histórico.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração de actividades empresariais são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição,

independentemente da existência de interesses que não controlam. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação do Grupo nos activos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração dos resultados.

Os custos directamente atribuíveis à aquisição são registados quando ocorrem em resultados do exercício.

Quando, à data de aquisição do controlo, o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *badwill*.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor, ou na proporção do justo valor dos activos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transacção.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses que não controlam são alocados na percentagem detida por estes, independentemente de assumirem um saldo negativo.

As transacções entre empresas do Grupo, e os saldos e os rendimentos e custos em operações entre empresas do Grupo, são eliminadas na consolidação assim como os lucros e perdas resultantes de transacções entre empresas do Grupo que sejam reconhecidos nos activos. As políticas contabilísticas das associadas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas do Grupo.

As subsidiárias são integralmente consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controlo cessa.

(b) Alterações nas participações em subsidiárias sem mudança de controlo

As transacções com interesses que não controlam são contabilizadas como transacções de capital, isto é, como transacções com os proprietários na sua qualidade de associados. A diferença entre o justo valor de qualquer contraprestação paga e a participação relevante adquirida do valor contabilístico dos activos líquidos da associada é registado nos capitais próprios. Os ganhos ou perdas em alienações de participações que não asseguram o controlo também são registados nos capitais próprios.

(c) Alienação das subsidiárias

Quando o Grupo deixa de ter o controlo de uma subsidiária, mas retém um interesse na entidade anteriormente controlada, o valor contabilístico da participação é reavaliado ao justo valor na data da alienação. O valor contabilístico é reconhecido em ganhos ou perdas.

7. Sumário das políticas contabilísticas materiais

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios aqui apresentados.

7.1 Operações em moeda estrangeira (IAS 21)

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados e apresentados em Metical, a moeda funcional e de apresentação do Grupo e do Banco.

À data do balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para meticais à taxa de câmbio diária divulgada pelo Banco de Moçambique e as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do período a que dizem respeito. A 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 foram aplicadas as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	31-12-2025	31-12-2024
EUR	75,01	66,79
USD	63,91	63,91
ZAR	3,85	3,41

Os activos não monetários em moeda estrangeira valorizados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que a transacção ocorreu. Os activos não monetários em moeda estrangeira valorizados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data de determinação do justo valor.

7.2 Reconhecimento de juros e comissões
7.2.1 Juros e rendimentos similares/ encargos similares

A margem financeira inclui o rendimento e encargo de juros sobre os instrumentos financeiros que são reconhecidos em resultados do Banco ao longo do tempo de vigência do instrumento financeiro. No cálculo dos rendimentos de juros

de crédito é deduzida a imparidade dos clientes em *stage 3*, em conformidade com a IFRS 9.

7.2.2 Rendimento com taxas e comissões

Os rendimentos com taxas e comissões são provenientes de diversos serviços que o Banco presta aos seus clientes. Os rendimentos com taxas e comissões geralmente são reconhecidos em resultados de acordo com o princípio do acréscimo e diferimento ao longo do tempo, excepto os rendimentos e taxas referentes a serviços imediatos. Os outros custos com taxas e comissões referem-se aos custos de transacções e serviços prestados por terceiros, os quais são reconhecidos na demonstração de resultados ao longo do tempo de vigência dos serviços ou mediante a recepção dos serviços.

Garantias prestadas: este rendimento resulta das operações de emissão de garantias, onde o Banco se torna garante de obrigações de terceiros e responde pelo risco de crédito resultante. O rendimento resultante é reconhecido no resultado pelo princípio do acréscimo e diferimento.

Serviços prestados: compreende diversos serviços que o Banco presta aos seus clientes, sendo de destacar: depósito e levantamentos, Operações de títulos e outros. Estas comissões são reconhecidas no resultado, imediatamente com a prestação do serviço.

Banca electrónica: Nesta rubrica o Banco regista as comissões provenientes das operações em ATM's, cartões Bancários, operações em POS's e transferências. Estas comissões são reconhecidas no resultado imediatamente com a prestação do serviço, excepto as anuidades de cartões que são especializadas por 12 meses.

7.3 Resultado básico e diluído por acção (IAS 33)

Os resultados básicos por acção são calculados dividindo o resultado atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Os resultados diluídos por acção são calculados ajustando o resultado atribuível a accionistas e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, assumindo a conversão de todas as acções ordinárias potenciais diluidores (número médio ponderado de outras acções) à data de relato.

7.4 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data da emissão ou aquisição e reduzido risco de variação de justo valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

7.5 Activos financeiros (IFRS 9)

A classificação dos activos financeiros pode ser efectuada em três categorias, usando diferentes critérios de mensuração (justo valor através de resultados, justo valor através do outro rendimento integral e custo amortizado). A classificação dos activos depende do modelo de negócio no âmbito do qual os activos financeiros são geridos e das características dos fluxos de caixa contratuais.

As compras e vendas regulares de activos financeiros são reconhecidas na data da transacção, a qual corresponde à data na qual o Grupo se compromete a comprar ou a vender os activos. O Banco classifica os activos financeiros da seguinte forma:

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado ("CA") se os seguintes critérios forem cumpridos:

- O activo é mantido com o objectivo de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os fluxos de caixa contratuais dos activos representam apenas pagamentos exclusivos de capital e juros ("SPPI").

Os activos financeiros incluídos nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo justo valor e posteriormente

mensurados ao custo amortizado. Os rendimentos de juros destes activos são reconhecidos através do método da taxa de juro efectiva. Quaisquer ganhos ou perdas geradas pelo seu desreconhecimento são reconhecidos diretamente em resultados do exercício.

Um activo financeiro é mensurado pelo justo valor através do outro rendimento integral ("JVORI/FVOCI") se os seguintes critérios forem cumpridos:

- O activo é mantido com o objectivo de receber fluxos de caixa contratuais ou para uma futura venda; e
- Os fluxos de caixa contratuais dos activos representam apenas pagamentos exclusivos de capital e juros ("SPPI").

Adicionalmente, no reconhecimento inicial de um instrumento de capital que não seja detido para negociação, e em que não se verifique uma retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de actividades empresariais à qual se aplica a IFRS 3, o Grupo pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de JVORI. Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento, e está apenas disponível para os instrumentos financeiros que cumpram a definição de instrumento de capital previsto na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efectuada ao abrigo das excepções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32.

Os activos financeiros incluídos na categoria JVORI são inicialmente reconhecidos e posteriormente mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são reconhecidas no rendimento integral ("RI"), excepto no reconhecimento dos ganhos ou perdas por imparidade, rendimento de juros e ganhos e perdas cambiais que são reconhecidas no resultado líquido.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transacção e subsequentemente mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes activos financeiros são registadas por contrapartida de outro rendimento integral e, no momento da sua alienação, os respectivos ganhos ou perdas acumuladas em outro rendimento integral são reclassificados para resultados.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral estão também sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas. As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados, por contrapartida de outro rendimento integral, e não reduzem a quantia escriturada do activo financeiro no balanço.

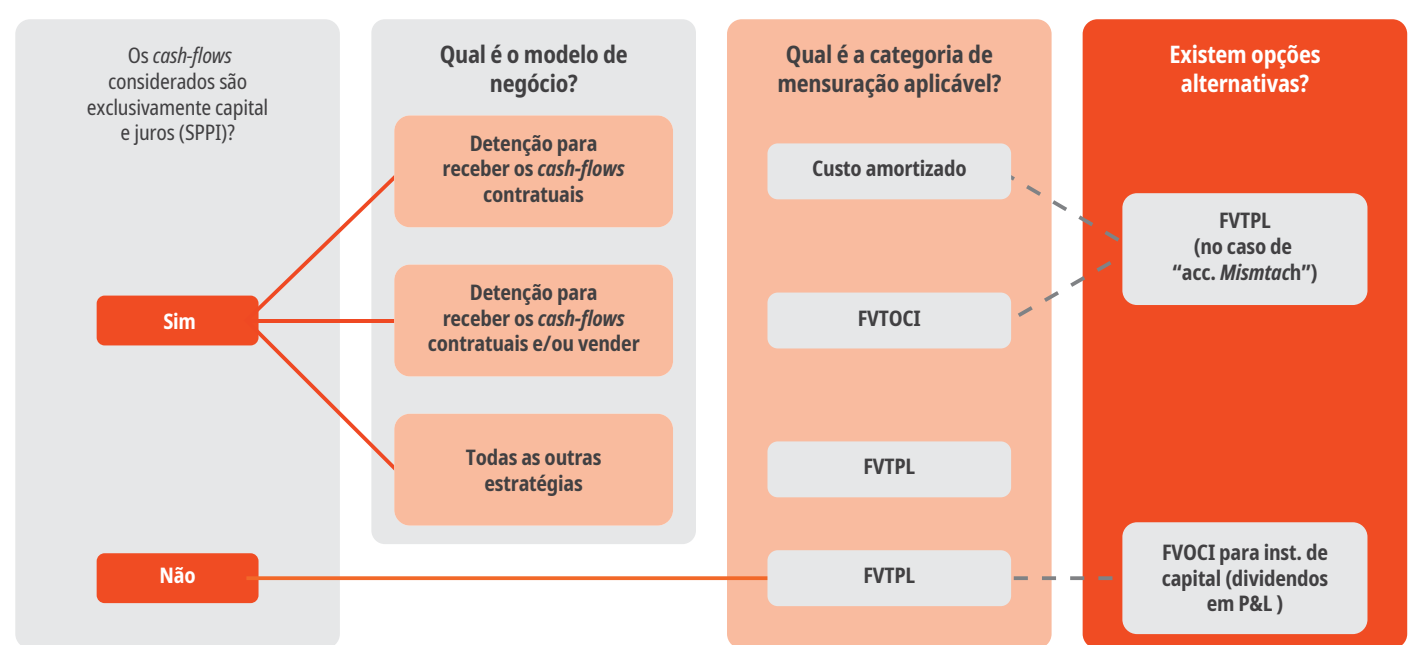
Os juros, prémios ou descontos dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos com base no método da taxa de juro efectiva.

Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Não é reconhecida imparidade para instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral e os respectivos ganhos ou perdas relativas a variações de justo valor são transferidos para "resultados transitados" no momento do seu desreconhecimento.

A categoria de Justo Valor Através de Resultados ("JVOR/FVTPL") é a categoria residual. Os activos financeiros devem ser classificados como JVOR se não cumprirem os critérios do JVORI ou do CA. Os activos financeiros incluídos na categoria JVOR devem ser mensurados ao justo valor com todas as alterações reconhecidas no resultado líquido. Os custos de transacção associados a estes activos financeiros são reconhecidos em resultados quando incorridos.

A imagem seguinte representa o processo de classificação, aplicado pelo Banco:



Desreconhecimento e modificação dos activos financeiros

O Banco desreconhece um activo financeiro quando, e apenas quando, expira o direito contratual ao recebimento dos cash flows ou o activo financeiro é transferido e a transferência se qualifica para desreconhecimento. O Banco transfere um activo financeiro se, e apenas se, forem transferidos os direitos contratuais ao recebimento dos cash flows desse activo financeiro ou se forem mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos cash flows, mas assume uma obrigação contratual de entregar esses cash flows a um ou mais beneficiários. No caso em que sejam mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos cash flows, o banco trata a operação como uma transferência apenas se todas as seguintes condições forem cumpridas:

- O Banco não tem a obrigação de pagar valores ao beneficiário excepto aqueles que sejam recebidos do activo original;
- O Banco encontra-se impedido pelos termos do acordo de transferência de vender o activo original; e
- O Banco tenha a obrigação de pagar os cash flows recebidos sem atrasos materiais e não seja permitido reinvestir esses cash flows até ao seu pagamento.

Modelo de negócio e teste SPPI

O Banco procede à revisão do seu Modelo de Negócio anualmente, o qual preconiza a classificação abaixo:

- Custo amortizado (Detenção para receber os fluxos de caixa contratuais):
 - Aplicação feita com o objectivo de receber os fluxos de caixa contratuais;
 - Os fluxos de caixa representam pagamentos de capital e juros;
 - São mensurados pelo valor de registo até ao vencimento.
- Justo valor através de outro rendimento integral (Detenção para receber os fluxos de caixa contratuais e/ou vender):
 - Aplicação feita com o objectivo de receber os fluxos de caixa contratuais ou de futura venda;
 - Os fluxos de caixa representam pagamentos de capital e juros;
 - São mensurados, diariamente, pelo preço do justo valor (calculado pela Direcção de Risco da CGD).

A classificação dos títulos é efectuada no momento do seu registo. De acordo com a IFRS 9, a classificação e mensuração dos activos financeiros depende das características dos cash flows contratuais. Desta forma, o Banco determina, para cada activo financeiro, se os cash flows contratuais previstos correspondem exclusivamente ao pagamento de capital e juros, conforme definido pela IFRS 9, sobre o capital em dívida, através da realização de teste SPPI. O teste SPPI baseia-se na análise do desempenho (performance) e das cláusulas contratuais (covenants) do activo financeiro. Para tal, o Banco avalia se as condições contratuais relativas a capital e juros são consistentes com as condições normalmente associadas a um contrato de crédito básico, em que os aspectos mais relevantes são geralmente a componente do rendimento do instrumento financeiro relativo ao valor temporal do dinheiro e o risco de crédito, podendo incluir considerações relativas a risco de liquidez, custos associados ao financiamento da operação e a margem de lucro associada. Desta forma, o Banco verifica se o desempenho dos activos financeiros inclui algum elemento que introduza excepção a riscos ou volatilidades não consistentes com a exposição de crédito básico, incluindo a existência de desfasamentos entre as componentes do rendimento do instrumento (por exemplo, periodicidade do indexante distinta da periodicidade de revisão da taxa de juro paga). Também avalia se os cash flows contratuais que poderão ser gerados ao longo da vida do instrumento são exclusivamente pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida, caso o activo financeiro inclua alguma condição contratual que possa alterar o prazo ou o montante dos cash flows contratuais.

Níveis do justo valor dos activos financeiros

O Banco mede o justo valor usando a seguinte hierarquia de justo valor que reflecte a importância dos inputs utilizados na mensuração:

- **Nível 1:** Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;
- **Nível 2:** Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como os preços) ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui os instrumentos valorizados com utilização de preços de mercado cotados em mercados activos para instrumentos similares, os preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos e outras técnicas de avaliação em que todos os insumos sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados do mercado;
- **Nível 3:** Técnicas de valorização utilizando insumos significativos não observáveis. Esta categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de avaliação inclui *inputs* não baseados em dados observáveis e os *inputs* não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em cotações de instrumentos similares

sempre que houver necessidade de ajustamentos não observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

Imparidade de activos financeiros

O Banco procede ao cálculo de imparidade para activos financeiros ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (instrumentos de dívida) em conformidade com a IFRS 9 que estabelece um modelo de cálculo com base em perdas esperadas. A metodologia aplicada pelo Banco encontra-se divulgada na Nota 9.37.

7.6 Locações (IFRS 16)

A IFRS 16 determina que um contrato é, ou contém locação, se este garante o direito de uso e controle de um activo identificável por um período de tempo em troca de pagamentos de uma retribuição e esse pressuposto afecta apenas o locatário.

Classificação e mensuração

a) Classificação

A norma prevê uma opção de não se classificar como locação os contratos de baixo valor ou com prazo até 1 ano. O Banco optou por classificar como locação apenas os contratos com prazo superior a 1 ano e excluiu da classificação os contratos de arrendamento de espaços para ATM's pelo facto de serem de valor baixo. O prazo utilizado em todas as análises equivale ao número de rendas que deverão ser pagas desde a entrada em vigor até ao final de cada contrato, tendo em consideração a probabilidade de renovação do mesmo dentro do horizonte temporal equivalente a dois Planos Estratégicos do Banco (6 anos).

b) Mensuração

O activo de locação deve ser mensurado inicialmente pelo custo, que inclui: a mensuração inicial do passivo de locação, acrescida de pagamento ou deduzida de incentivos realizados na data de entrada em vigor, ou antes dela, e acrescida de custos directos iniciais e custos estimados para desmontar, remover ou reabilitar o activo no final. Subsequentemente o activo deve ser mensurado pelo custo menos quaisquer depreciações acumuladas e imparidades acumuladas ou deve-se aplicar a IAS 36 Imparidade de Activos para determinar se o activo sob direito de uso está ou não em imparidade e contabilizar qualquer perda por imparidade identificada. Os activos de locação do Banco são registados pelo custo.

O passivo de locação deve ser mensurado pelo valor presente dos pagamentos de locação fixos. Estes pagamentos devem ser actualizados à taxa implícita no contrato se for aplicável, ou alternativamente usando a taxa de desconto, que é a taxa que o locatário teria de pagar se solicitasse um empréstimo para adquirir o activo no mesmo mercado, com as mesmas condições (prazo, qualidade do activo, garantias). Subsequentemente o passivo deve ser mensurado pelo aumento do valor de juros e reduzido pelo valor dos pagamentos com o reconhecimento em resultados do exercício da componente de juros.

7.7 Activos não correntes detidos para venda (IFRS 5)

Os activos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço seja essencialmente recuperado através da venda e que a mesma seja considerada como altamente provável. Estes activos podem considerar a activos isolados ou integrados num grupo de activos e passivos a alienar (grupo a alienar) ou sendo parte de uma unidade de negócio que se pretende alienar (operações descontinuadas). Para que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica, exceptuando as situações em que o atraso na venda do activo seja causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da entidade e se houver prova suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de vender o activo. Enquadram-se como excepções o seguinte:

- À data em que se compromete a planear à venda de um activo não corrente (ou grupo para alienação), uma entidade espera razoavelmente que outras entidades (não compradores) imponham condições à transferência do activo (ou grupo para alienação) que prolonguem o período exigido para que a venda seja concluída; e i. As acções necessárias para responder a essas condições não podem ser iniciadas antes de ser obtido um compromisso firme de compra; e ii. Um compromisso firme de compra é altamente provável dentro de um ano.
- Uma entidade obtém um compromisso firme de compra e, como resultado, o comprador ou outras entidades impõem inesperadamente condições à transferência

do activo não corrente (ou grupo para alienação), anteriormente classificado como detido para venda, que irão prolongar o período exigido para que a venda seja concluída; e i. Foram tomadas as acções tempestivas necessárias para responder às condições; e ii. Se espere uma resolução favorável dos factos que condicionam o atraso.

- c) Durante o período inicial de um ano, ocorrem circunstâncias que foram anteriormente consideradas improváveis e, como resultado, um activo não corrente (ou grupo para alienação) anteriormente classificado como detido para venda não é vendido até ao final desse período; e i. Durante o período inicial de um ano, a entidade envidou as acções necessárias para responder à alteração nas circunstâncias; ii. O activo não corrente (ou grupo para alienação) está a ser amplamente publicitado a um preço que é razoável, dada a alteração nas circunstâncias.

Caso algumas destas excepções seja aplicável, poderá o activo permanecer classificado nesta rubrica por um período superior a um ano.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados ou depreciados e são valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações efectuadas por entidades especializadas. Caso o valor registado em balanço seja inferior ao justo valor deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica adequada.

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos através da recuperação de créditos vencidos são registados pelo valor de arrematação e o valor em dívida é regularizado quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, por contrapartida do valor do crédito.

São também registados nesta rubrica os activos tangíveis do Banco retirados de uso (imóveis e equipamento descontinuados) e que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos de activos tangíveis pelo valor contabilístico (custo de aquisição líquido de depreciações e imparidades acumuladas) na data em que passam a estar detidos para venda e reavaliados posteriormente de forma equivalente aos activos recebidos por recuperação de crédito.

Quando, devido a alterações de circunstâncias do grupo, os activos não correntes, e/ou grupos para alienação deixam de cumprir com as condições para serem classificados como detidos para venda, estes activos e/ou grupos para alienação são reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos activos e são mensurados pelo menor entre:

- o valor contabilístico que tinham antes de terem sido classificados como detidos para venda, ajustado por quaisquer gastos de depreciação, caso esses activos não tivessem sido classificados como detidos para venda, e
- os valores recuperáveis dos itens na data em que são reclassificados de acordo com a sua natureza subjacente. Estes ajustamentos são reconhecidos nos resultados do exercício.

As variações das perdas por imparidade de um activo não corrente detido para venda são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos (Nota 9.10)". Não são reconhecidas mais-valias potenciais nestes activos. Decorrente da natureza do activo subjacente, o qual se destina à venda, e sendo esta imparidade não aceite como custo para efeitos fiscais, o banco procede ao registo de um Activo por Imposto Diferido.

Na data da venda, as mais ou menos valias realizadas nestes activos são registadas em resultados na rubrica "Outros resultados de exploração (Nota 9.7)", e é efectuado o correspondente ajustamento no Activo por Imposto Diferido.

7.8 Imparidade de activos não financeiros (IAS 36)

Os activos não financeiros, tais como os activos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, são sujeitos a testes de imparidade, quando e somente quando a ocorrência de certos eventos ou circunstâncias indicam que o valor contabilístico dos activos possa não ser recuperável.

O Banco avalia, à data de cada relato, ou com maior frequência caso tenham ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, o Banco estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do activo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

O cálculo do justo valor menos os custos de venda podem basear-se:

- no preço de venda acordado contratualmente numa transacção entre terceiros não relacionados, deduzindo os custos de venda;
- o preço de mercado se o activo for negociado num mercado activo; ou
- o justo valor calculado com base numa estimativa dos fluxos de caixa futuros que qualquer agente de mercado esperaria obter do activo.

No cálculo do valor em uso, aplica-se a metodologia dos fluxos de caixa descontados, que a entidade espera obter do activo, de acordo com a estratégia e orçamentos da gestão.

Na data de cada balanço, o Banco reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou ter reduzido. Caso exista tal indicação, o Banco estima a quantia recuperável do activo e reverte perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda. Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou à sua reversão, a depreciação/amortização dos respectivos activos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

7.9 Propriedades de investimento (IAS 40)

O Banco considera como propriedades de investimento as propriedades (edifícios) que são detidas para obter rendas, e/ou para valorização do capital, e não para: (a) uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou (b) venda no curso ordinário do negócio. As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo e os custos de transacção são incluídos na mensuração inicial. Após o reconhecimento inicial, o Banco valoriza as propriedades de investimento com referência a avaliações realizadas por entidades especializadas pelo método do rendimento. Os rendimentos provenientes das Propriedades de Investimento são reconhecidos na rubrica de "Outros resultados de exploração (Nota 9.7). A imparidade associada a propriedades de investimento, resultante das avaliações realizadas e do entendimento da gestão, é registada em imparidades de activos não financeiros (Nota 9.10). O custo referente ao AID – Activo por Imposto Diferido, associado a imparidades não aceites fiscalmente, é lançado como ajuste extra-contabilístico, garantindo a separação entre efeitos fiscais e contabilísticos, permitindo que o impacto económico seja refletido no resultado sem afetar a base fiscal.

7.10 Activos tangíveis (IAS 16)

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Os custos de manutenção e reparação e outros custos associados ao seu uso são reconhecidos nos resultados do período em que foram incorridos.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, que corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

Tipo de activo tangível	Anos de vida útil
Imóveis	50
Obras em edifícios arrendados	10 a 50
Equipamento	4 a 14

O Banco efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Os custos em edifícios alheios são depreciados em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis excede o seu valor recuperável é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de venda, e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no final da vida útil definida. O Banco reverte as perdas por imparidade nos resultados do período até à produção do valor de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, como se o activo não tivesse sido objecto de imparidade, caso se verifique um aumento subsequente no valor recuperável do activo.

Anualmente, é efectuado o teste de imparidade para a carteira de imóveis próprios com base no modelo de rentabilidade. Para os imóveis cujo resultado do teste seja positivo, mantém-se a imparidade existente, enquanto que, para os imóveis com resultado negativo — como é o caso desta carteira —, o processo de reavaliação ocorre a cada 3 a 5 anos. Neste contexto, realiza-se o haircut do valor de mercado da última avaliação, utilizando o modelo de descontos do Banco de Portugal, para efeitos de apuramento do valor a considerar na comparação com o valor atual.

O custo associado ao Activo por Imposto Diferido (AID) –, referente à imparidade não aceite fiscalmente, é registado como ajuste extracontabilístico, permitindo separar o efeito fiscal do contabilístico e reflectir o impacto económico no resultado sem alterar a base fiscal.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido nos resultados do período.

7.11 Activos intangíveis (IAS 38)

O Banco regista como activos intangíveis os custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso próprio de aplicações informáticas ("software"). Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na IAS 38, os custos internos directos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como activos intangíveis.

Quando adquiridos individualmente os activos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, podendo os mesmos deter vida útil definida ou perpétua:

- Para os activos intangíveis com vida útil definida, são deduzidas as amortizações acumuladas do valor de aquisição. As amortizações são registadas numa base sistemática, ao longo da vida útil estimada destes activos normalmente. O período de amortização e o método de amortização dos activos intangíveis com vida útil definida são revistos no final de cada período e as alterações na vida útil esperada são registadas como alterações de estimativa.
- Para os activos intangíveis com vida útil perpétua, são deduzidas as imparidades acumuladas do seu valor de aquisição. As imparidades são registadas ao abrigo da Norma Internacional de Contabilidade IAS 38 - Activos Intangíveis, com base num teste anual de imparidade efectuado sobre estas licenças, o que implica comparar a sua quantia recuperável com a sua quantia escriturada.

7.12 Passivos financeiros (IAS 32 e IFRS 9)

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende dos respectivos objectivos e características.

Os passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de contratação, pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e outros recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Um passivo financeiro deixa de ser reconhecido quando a respectiva obrigação é satisfeita, cancelada ou expira. Quando o passivo é substituído por outro do mesmo mutuário em condições substancialmente distintas, ou quando as condições de um passivo existente são substancialmente modificadas, tal modificação ou troca é tratada como o reconhecimento de um novo passivo, e consequentemente o desconhecimento do passivo original, sendo a diferença entre os respectivos montantes reconhecidos nos resultados do período.

Os passivos financeiros apenas são compensados, e o seu valor líquido apresentado no balanço, quando o Banco tem o direito de proceder à sua compensação e pretende liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo.

7.13 Impostos sobre os lucros (IAS 12)

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

Imposto corrente

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A

taxa legal de imposto usado para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de imposto em situações em que a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretação e cria provisões, quando apropriado, com base nos valores que se espera pagar às autoridades fiscais. A Autoridade Tributária pode efectuar correcções em sede de imposto sobre o rendimento até 5 anos para trás.

Os impostos retidos na fonte resultantes da taxa liberatória de 20% são reconhecidos como gasto de imposto na Demonstração dos Resultados.

Imposto diferido

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros que resulta de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: (a) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou (b) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que:

- não resultam de uma concentração de actividades empresariais;
- à data da transacção não afectam o resultado contabilístico ou fiscal; e
- à data da transacção não dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não são reconhecidas na medida em que:

- a empresa-mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e
- é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

7.14 Benefícios dos empregados (IAS 19)

A responsabilidade com planos de benefícios definidos de reforma relativa aos colaboradores do antigo Banco de Fomento foi incorporada no passivo do Banco ao abrigo da escritura de fusão datada de 4 de Dezembro de 2003.

O extinto Banco de Fomento subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) de 30 de dezembro de 1997, que vigora para o sector bancário, com base no qual os seus colaboradores contratados localmente e as respectivas famílias têm direito a prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência.

Estas prestações são calculadas em função do tempo de serviço dos colaboradores e da respectiva retribuição à data da reforma e actualizadas com base nas tabelas salariais anexas ao ACT que são revistas anualmente.

No entanto, uma vez que os trabalhadores estão inscritos no Instituto Nacional da Segurança Social, as responsabilidades do Banco consistem no pagamento de complementos das respectivas reformas. À data de 31 de Dezembro de 2025 estes complementos abarcavam 55 colaboradores do antigo Banco de Fomento, conforme a nota 9.30.

O valor das responsabilidades por serviços passados é determinado anualmente, por actuários especializados, utilizando o método da Unidade de Crédito Projectada ("Projected Unit Credit") e pressupostos actuariais considerados adequados. O Banco reconhece na rubrica de Gastos com Pessoal (Nota 9.8) os impactos com os serviços correntes e os custos com juros, calculados pelo actuário em cada exercício.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais são reconhecidos no Capital Próprio, na rubrica de "Reservas de remensuração de planos de benefícios

definidos'. O Banco não possui um fundo constituído para cobertura das responsabilidades do plano de benefícios definidos. Sendo assim, a responsabilidade é reconhecida directamente no passivo e assumida integralmente com os activos do Banco. Na data da transição, o Banco adoptou a excepção prevista na IFRS 1, de não recalcularem os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos.

7.15 Provisões e passivos contingentes (IAS 37)

O Banco constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. As provisões são mensuradas numa óptica de valor presente, sendo que o efeito de actualização do seu valor temporal é reconhecido como gasto com provisões.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- (i) Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respectivos clientes; e,
- (ii) Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da actividade do Grupo BCI.

7.16 Garantias (IFRS 9)

No decorrer da sua actividade, o Banco concede garantias, cartas de crédito e avais. Tais garantias são registadas em contas extrapatrimoniais e são analisadas periodicamente para determinação do risco de crédito a que o Banco se encontra exposto e reconhecimento de imparidade. Estas garantias são divulgadas como passivos contingentes.

Estas operações são analisadas periodicamente para determinação do risco de crédito a que o Banco se encontra exposto e reconhecimento de imparidade, sendo, para o efeito, sujeitas à metodologia aplicada para a carteira de crédito, com a particularidade de serem utilizados Factores de Conversão em Crédito (CCFs) para o cálculo da exposição em risco.

Para os limites (Linhas não utilizados) são aplicados CCFs resultantes do processo de calibração dos factores de risco do Modelo de Imparidades e para as restantes operações são utilizados CCFs regulamentares definidos no âmbito do Aviso nº 11/GBM/2013 do Banco de Moçambique.

7.17 Acções próprias (IAS 32)

As acções próprias do Banco são deduzidas nos capitais próprios e não são reconhecidos nas demonstrações financeiras quaisquer ganhos ou perdas realizadas aquando da venda. As retribuições recebidas são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica de reservas de acções próprias.

7.18 Dividendos de acções ordinárias (IAS 10)

Os dividendos de acções ordinárias são reconhecidos como um passivo e deduzidos aos capitais próprios quando são declarados e já não se encontram à disposição do Banco.

7.19 Continuidade das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

A Comissão Executiva reviu os orçamentos do Banco e as previsões de fluxos de caixa para os próximos três anos e considerou que o Banco tem a capacidade de continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade nas condições económicas actuais e previstas. Estes orçamentos e previsões de fluxos de caixa incluem projecções de impacto no capital, financiamento e necessidades de liquidez do Banco, que se mantiveram todos dentro dos objectivos internos e acima dos requisitos regulamentares.

Com base nesta revisão, e considerando a actual posição financeira e o histórico das transacções rentáveis, a Comissão Executiva está convicta de que o Banco dispõe de recursos adequados para continuar em actividade num futuro previsível e, portanto, o pressuposto da continuidade mantém-se, é aplicável e foi adoptado na preparação destas demonstrações financeiras anuais.

8. Principais estimativas e interpretações associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias, e são uma base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelo Banco são analisadas como se segue:

Imparidade de crédito a clientes (nota 9.37)

As perdas por imparidade de crédito a clientes são determinadas de acordo com a metodologia definida na nota 9.37 a. Risco de

crédito. Deste modo, a determinação da imparidade de activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros (PD, LGD, CCF e BM) baseados no histórico e com a incorporação do *forward looking*, determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta os princípios definidos pela IFRS 9.

Na determinação das perdas por imparidade, o banco efectua os seguintes julgamentos:

✓ Significant Increase in credit risk (SICR)

O Banco avalia a ocorrência de alguma degradação significativa no risco de crédito das exposições, desde a data inicial do seu reconhecimento no balanço. Esta avaliação é baseada na degradação dos níveis de rating para os clientes do segmento de Empresas-não-financeiras, tendo sido definidos thresholds em função do subsegmento (Grandes, Médias ou Pequenas Empresas). Adicionalmente é avaliada a degradação da PD do Modelo de Imparidades desde a data inicial do reconhecimento da exposição, sendo o threshold de 200%. Esta metodologia abrange a totalidade da carteira incluindo o segmento de empresas-não-financeiras. A degradação com a quebra dos thresholds, implica a passagem da referida exposição do *Stage 1* para *2*, resultando no aumento do reconhecimento das perdas esperadas.

✓ Forward Looking

No processo de estimação dos factores de risco (PDs e LGDs) o Banco aplica ajustamentos em função da projecção das variáveis macroeconómicas, caso nas análises de regressões se registem impactos materiais face às estimativas exclusivamente baseadas no histórico. Esta análise é baseada na definição de 3 cenários macroeconómicos (Base, Favorável e Adverso) e com ponderações distintas.

✓ Definição de Default

A cada reporte, o Banco avalia a existência de eventos adicionais que podem implicar a passagem de um cliente e/ou exposição de Performing para Non Performing, resultando no agravamento das perdas esperadas, pelo agravamento das respectivas PDs (100%) e eventual agravamento da LGD.

Justo valor de instrumentos financeiros (nota 9.39)

A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros para os quais não exista preço de mercado observável requer a utilização de técnicas de avaliação cuja base se encontra descrita na nota 9.39. Relativamente aos instrumentos financeiros que não sejam objecto de negociação frequente e cujo preço de mercado se apresente como pouco transparente, a determinação do justo valor é menos objectiva, requerendo grau de julgamento variáveis, dependendo da concentração de liquidez, incerteza quanto aos valores de mercado, pressupostos de fixação de preços e outros riscos que afectam os instrumentos específicos.

Benefícios dos empregados (Nota 9.30)

As responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego concedidos aos seus empregados, caso existam, são determinadas anualmente com base em avaliações actuariais levadas a cabo por peritos independentes. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos à mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e pensões, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus actuários quanto ao comportamento futuro das variáveis. Devido à natureza de longo prazo destes planos, tais estimativas estão sujeitas a uma incerteza significativa.

Impostos sobre os lucros (Nota 9.11)

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual pode ser revisto em função do posicionamento e interpretação das Autoridades Fiscais.

Imparidade de activos não financeiros

Os imóveis em uso registados na rubrica de Propriedades e equipamentos, as Propriedades de investimento, e os imóveis registados em Activos Não Correntes Detidos para Venda estão sujeitos a perdas por imparidade conforme referido na nota 7.8.

Para os imóveis em uso, a cada data de relato, o Conselho de Administração verifica se existem indicadores de imparidade tendo por base a rentabilidade dos imóveis próprios e o pressuposto de continuidade das operações do banco. Para os imóveis cujo resultado do teste seja positivo, mantém-se a imparidade existente, enquanto que, para os imóveis com resultado negativo — como é o caso desta carteira —, o processo de reavaliação ocorre a cada 3 a 5 anos. Neste contexto, realiza-se o haircut do valor de mercado da última avaliação, utilizando o modelo de descontos do Banco de Portugal, para efeitos de apuramento do valor a considerar na comparação com o valor actual.

Para as Propriedades de Investimento e Activos Não Correntes Detidos para Venda é efectuado o cálculo do justo valor dos activos tendo por base metodologias de avaliação suportadas maioritariamente em avaliações externas, as quais recorrem a diferentes técnicas de apuramento de justo valor, considerando as estimativas do órgão de gestão, as condições de mercado em que actuam e determinados pressupostos ou julgamentos. As Propriedades de investimento são avaliadas com recurso à

análise do método do rendimento, e os Activos Não Correntes Detidos para Venda com recurso ao Valor de Venda imediata, em conformidade com o entendimento da gestão e políticas contabilísticas destes activos no Banco.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas podem ter como resultado um nível diferente de imparidade destes activos.

Provisões e passivos contingentes

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respectiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pelo Conselho de Administração quanto aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização dos fluxos de caixa futuros, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

9. Outras notas às contas consolidadas e individuais

9.1 Margem financeira estrita

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Juros e rendimentos similares				
Juros de aplicações em instituições de crédito	3 527 349 762	1 765 521 837	3 527 349 762	1 765 521 837
Juros de crédito a clientes	13 154 956 270	14 411 304 891	13 165 055 043	14 426 699 516
Juros de activos financeiros	6 981 804 894	8 565 611 528	6 981 804 894	8 565 611 528
	23 664 110 926	24 742 438 256	23 674 209 699	24 757 832 881
Juros e encargos similares				
Juros de recursos de Bancos Centrais	2 197 712	5 521 505	2 197 712	5 521 505
Juros de recursos de outras instituições de crédito	57 800 829	95 676 499	57 800 829	89 856 712
Juros de depósitos de clientes	5 603 302 132	7 806 270 020	5 603 302 132	7 806 270 020
Juros de recursos consignados	239 161 397	363 123 792	239 161 397	363 123 792
Outros juros e encargos similares	80 359 628	25 729 209	106 812 911	29 112 210
	5 982 821 698	8 296 321 025	6 009 274 981	8 293 884 239
	17 681 289 228	16 446 117 231	17 664 934 718	16 463 948 642

A rubrica de juros de activos financeiros encontrava-se decomposta da seguinte forma:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Juros de activos financeiros				
Activos financeiros ao custo amortizado	6 025 842 751	7 396 703 582	6 025 842 751	7 396 703 582
Activos financeiros detidos para negociação	67 136	-	67 136	-
Activos financeiros com acordo de recompra	1 061 234	-	1 061 234	-
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	954 833 773	1 168 907 946	954 833 773	1 168 907 946
	6 981 804 894	8 565 611 528	6 981 804 894	8 565 611 528

9.2 Comissões líquidas associadas ao custo amortizado

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado				
De crédito a clientes	69 859 596	96 983 726	69 859 596	96 983 726
	69 859 596	96 983 726	69 859 596	96 983 726
Comissões pagas associadas ao custo amortizado				
De outras operações	90 002 269	87 975 730	90 002 269	87 975 730
	90 002 269	87 975 730	90 002 269	87 975 730
	(20 142 673)	9 007 996	(20 142 673)	9 007 996

No âmbito de campanhas de angariação de crédito específicas, o banco paga prémios de colocação de crédito a colaboradores das áreas comerciais em função de critérios de desempenho. Estes prémios são periodificados pelo prazo de maturidade do crédito concedido, e registados na rubrica de Comissões pagas ao Custo amortizado.

9.3 Ganhos/ (perdas) de desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Ganhos	26 439 674	40 119 711	26 439 674	40 119 711
Perdas	-	(1 823 241)	-	(1 823 241)
	26 439 674	38 296 470	26 439 674	38 296 470

9.4 Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Rendimentos				
Em entidades residentes	3 963 591	1 684 685	3 963 591	1 684 685
Emose	-	-	-	-
	3 963 591	1 684 685	3 963 591	1 684 685

A rubrica de rendimentos de instrumentos de capital regista os dividendos recebidos da Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE), por contas das ações detidas pelo Banco tendo o montante ascendido a 3.963.591,00 MZN (2024: 1.684.685,00 MZN).

9.5 Rendimento Líquido de Taxas e Comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Rendimentos de taxas e comissões				
Por garantias prestadas	303 784 150	337 500 850	303 784 150	337 500 850
Por serviços prestados	341 441 709	375 346 473	341 441 709	375 346 473
Por operações realizadas por conta de terceiros	124 565 229	107 101 060	124 565 229	107 101 060
Banca Electrónica	1 451 305 606	1 203 173 252	1 451 305 606	1 203 173 252
Outros rendimentos de comissões	982 309 980	776 218 248	982 309 980	776 218 248
	3 203 406 674	2 799 339 883	3 203 406 674	2 799 339 883
Gastos com taxas e comissões				
Por serviços prestados por terceiros	8 577 475	4 413 981	2 426 759	3 872 022
Banca Electrónica	965 771 871	802 468 508	965 771 871	802 468 508
Comissões de correspondentes	101 241 037	91 537 514	101 241 037	91 537 514
Outros gastos com comissões	262 502 196	205 601 852	262 502 196	205 601 852
	1 338 092 579	1 104 021 855	1 331 941 863	1 103 479 896
	1 865 314 095	1 695 318 028	1 871 464 811	1 695 859 987

A rubrica de Outros rendimentos de comissões inclui comissões que anteriormente estavam classificadas em outros rendimentos operacionais no valor de 224.469.956,00 MZN (2024: 209.703.503,00 MZN).

9.6 Resultados Líquidos em Operações Financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Ganhos em operações financeiras				
Operações cambiais	155 911 504 087	127 406 303 081	155 911 504 087	127 406 303 081
Outras Operações	190 416 877	152 814 453	190 416 877	152 814 453
	156 101 920 964	127 559 117 534	156 101 920 964	127 559 117 534
Perdas em operações financeiras				
Operações cambiais	153 621 542 865	124 895 063 392	153 621 542 865	124 895 063 392
Outras Operações	8 139 160	2 958 334	8 139 160	2 958 334
	153 629 682 025	124 898 021 726	153 629 682 025	124 898 021 726
Resultados em operações financeiras	2 472 238 939	2 661 095 808	2 472 238 939	2 661 095 808

9.7 Outros Resultados de Exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Outros rendimentos de exploração				
Emissão de extractos, cheques	9 489 099	10 806 002	9 489 099	10 806 002
Livro de cheque/caderneta poupança	141 326 746	151 068 469	141 326 746	151 068 469
Prestação de serviços diversos	106 542	124 307	106 542	124 307
Reembolso de custos	140 724 352	114 238 240	140 724 352	114 238 240
Outros rendimentos operacionais	855 959 694	859 718 872	841 572 998	839 474 578
	1 147 606 433	1 135 955 890	1 133 219 737	1 115 711 596
Outros gastos de exploração				
Quotizações e donativos	16 214 929	21 276 212	16 214 929	21 276 212
Impostos e taxas	13 259 947	11 901 121	11 490 462	8 401 249
Perdas em outros activos tangíveis	37 710 665	17 706 308	37 710 665	17 706 308
Encerramento de contas	215 615 742	218 704 032	215 615 742	218 704 032
Outros gastos operacionais	499 394 025	255 385 163	497 545 739	254 817 197
	782 195 308	524 972 836	778 577 537	520 904 998
Outros resultados de exploração	365 411 125	610 983 054	354 642 200	594 806 598

Outros rendimentos operacionais - o montante de 841.572.998,00 MZN (2024: 839.474.578,00 MZN) na linha de 'Outros rendimentos operacionais do banco', inclui os proveitos gerados pelas propriedades de investimento no valor de 31.532.448,00 MZN (2024: 43.909.563,00 MZN) e as recuperações de juros

incobráveis e juros de mora na ordem de 358.204.144,00 MZN (2024: 326.832.609,00 MZN).

9.8 Gastos com Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Remuneração dos Órgãos de gestão e fiscalização	272 039 019	279 899 070	272 039 019	279 899 070
Remuneração dos empregados	4 841 413 850	4 647 084 832	4 837 418 297	4 643 579 574
Encargos Sociais Obrigatórios	169 265 940	198 252 706	169 096 212	198 088 744
Encargos Sociais facultativos	403 071 291	327 936 135	403 071 291	327 936 135
Responsabilidades com planos de benefícios definidos	54 815 000	29 743 000	54 815 000	29 743 000
Outros gastos com pessoal	98 637 992	97 502 076	97 697 933	96 625 319
	5 839 243 092	5 580 417 819	5 834 137 752	5 575 871 842

Nos períodos em análise, a rubrica de remunerações inclui os seguintes custos relativos a remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração do Banco:

- 180.042.739,00 MZN (2024: 189.807.178,00 MZN) relativos a remunerações mensais; e
- 91.996.281,00 MZN (2024: 90.091.892,00 MZN) relativos a outras remunerações.

O valor da contribuição do Banco para a segurança social ascende a 155.199.616,00 MZN (2024: 186.917.876,00 MZN). As responsabilidades com planos de benefícios definidos

representam um encargo do Banco e consubstanciam o reforço das responsabilidades por serviços passados.

O montante de Responsabilidades com pensões é composto por (i) custos com serviço corrente de 6.356.000,00 MZN (2024: 3.504.000,00 MZN) e (ii) custos com juros de 48.459.000,00 MZN (2024: 26.239.000,00 MZN).

Efectivos

Nos exercícios 2025 e 2024, o número de efectivos, em média e no final do período, eram os seguintes:

	Dez-25		Dez-24	
	Média do período	Final do período	Média do período	Final do período
Quadros superiores	143	147	137	132
Outros quadros	1 540	1 533	1 519	1 490
Administrativos	1 029	986	1 074	1 070
Outros colaboradores	41	36	44	48
	2 753	2 702	2 774	2 740

9.9 Outros Gastos Administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Fornecimentos de terceiros				
Água energia e combustíveis	191 585 830	216 112 124	191 494 200	215 927 301
Material de consumo corrente	162 954 327	140 351 699	162 954 327	140 351 699
Outros fornecimentos de terceiros	28 554 215	47 173 871	28 554 215	47 173 871
	383 094 372	403 637 694	383 002 742	403 452 871
Serviços de terceiros				
Informática	502 814 847	528 786 338	502 771 737	528 749 797
Deslocações estadias e representações	88 241 432	103 290 829	88 241 432	103 290 829
Publicidade e edição de publicações	105 911 654	131 704 622	105 911 654	131 704 622
Conservação e reparação	353 454 197	329 475 882	353 302 721	328 767 621
Serviços de consultoria	512 795 770	610 724 692	507 534 865	609 822 112
Serviços de limpeza	64 713 294	65 123 126	64 648 334	65 105 193
Rendas e alugueres	54 866 818	80 622 030	54 691 418	80 437 030
Comunicações e custos com expediente	598 732 316	612 245 533	598 732 316	612 245 533
Segurança e Vigilância	175 417 454	165 992 833	175 417 454	165 992 833
Transferência de fundos	98 204 243	110 540 034	98 204 243	110 540 034
Formação	35 324 218	76 986 585	35 324 218	76 986 585
Seguros	65 947 274	58 186 557	65 947 274	58 186 557
Recrutamento	2 821 577	5 131 286	2 821 577	5 131 286
Banco de dados	44 775 037	43 057 027	44 775 037	43 057 027
Outros Serviços de Terceiros	176 007 535	170 131 687	174 615 090	169 395 976
	2 880 027 666	3 091 999 061	2 872 939 370	3 089 413 035
	3 263 122 038	3 495 636 755	3 255 942 112	3 492 865 906

Os auditores externos não prestaram ao Banco nenhum serviço susceptível de gerar situações que configurem conflitos de interesse ou prejuízo para a qualidade do trabalho de auditoria, nomeadamente, em áreas relacionadas com tecnologia de informação financeira, auditoria interna, avaliações, defesa em justiça e recrutamento, entre outros.

O montante de 54.691.418,00 MZN (2024: 80.437.030,00 MZN), registado na rubrica de "Rendas e alugueres" inclui os valores de locações de curto prazo e locações de baixo valor, que ascende a 8.073.563,00 MZN (2024: 30.971.121,00 MZN).

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Tipo de locação				
Locações de baixo valor	4 542 717	8 893 235	4 542 717	8 893 235
Locações de curto prazo	3 530 846	22 077 886	3 530 846	22 077 886
	8 073 563	30 971 121	8 073 563	30 971 121



9.10 Imparidade de activos

O movimento da imparidade do Grupo durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2024	Constituições\ Reforços	Reversões	Utilizações	Ajustamentos	Saldo em 31.12.2025	Recuperação de crédito e juros
Imparidade de crédito a clientes (Nota 9.17)	6 789 517 592	8 742 295 176	(7 492 786 110)	(819 190 632)	335 577 439	7 555 413 465	(461 031 485)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 9.15)	74 447	1 367	(75 631)	-	-	183	-
Imparidade de activos financeiros (Nota 9.16)							
Activos financeiros ao custo amortizado	2 756 366 907	6 549 937 125	(59 961 276)	-	336 312 210	9 582 654 966	-
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	445 102 167	1 017 034 837	(44 023 524)	-	70 359 226	1 488 472 706	-
Imparidade de activos tangíveis (Nota 9.21)							
Imóveis em uso	176 708 643	3 892 969	(1 149 866)	-	-	179 451 746	-
Imparidade de activos não corrente detidos para venda (Nota 9.19)	1 532 678 116	191 670 267	(8 721 460)	(9 866 000)	-	1 705 760 923	-
Imparidade de propriedades de investimento (Nota 9.20)	43 163 826	581 350	-	-	1	43 745 177	-
Imparidade de activos intangíveis (Nota 9.22)	25 712 718	6 706 358	-	-	1	32 419 077	-
Imparidade de outros activos (Nota 9.24)	1 561 997 616	218 223 681	(329 044 997)	(91 174 929)	-	1 360 001 371	-
	13 331 322 032	16 730 343 130	(7 935 762 864)	(920 231 561)	742 248 877	21 947 919 614	(461 031 485)

	Saldo em 31.12.2023	Constituições\ Reforços	Reversões	Utilizações	Ajustamentos	Saldo em 31.12.2024	Recuperação de crédito e juros
Imparidade de crédito a clientes (Nota 9.17)	6 527 676 975	12 681 732 978	(11 575 963 494)	(1 040 529 282)	196 600 415	6 789 517 592	(336 456 537)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 9.15)	457 637	185 594	(572 931)	-	4 147	74 447	-
Imparidade de activos financeiros (Nota 9.16)							
Activos financeiros ao custo amortizado	2 69 871 509	2 530 776 345	(40 901 343)	-	(3 379 604)	2 756 366 907	-
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	21 981 075	423 121 092	-	-	-	445 102 167	-
Imparidade de activos tangíveis (Nota 9.21)							
Imóveis em uso	152 150 095	103 108 140	(78 549 592)	-	-	176 708 643	-
Imparidade de activos não corrente detidos para venda (Nota 9.19)	1 370 660 698	163 315 714	(774 310)	(523 986)	-	1 532 678 116	-
Imparidade de propriedades de investimento (Nota 9.20)	43 163 826	-	-	-	-	43 163 826	-
Imparidade de activos intangíveis (Nota 9.22)	17 365 912	8 346 806	-	-	-	25 712 718	-
Imparidade de outros activos (Nota 9.24)	1 259 751 456	518 583 889	(178 578 871)	(37 758 859)	-	1 561 997 616	-
	9 663 079 183	16 429 170 558	(11 875 340 541)	(1 078 812 127)	193 224 958	13 331 322 032	(336 456 537)

O movimento na imparidade do Banco durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2024	Constituições\ Reforços	Reversões	Utilizações	Ajustamentos	Saldo em 31.12.2025	Recuperação de crédito e juros
Imparidade de crédito a clientes (Nota 9.17)	6 789 517 592	8 742 295 176	(7 492 786 110)	(819 190 632)	335 577 439	7 555 413 465	(461 031 485)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 9.15)	74 447	1 367	(75 631)	-	-	183	-
Imparidade de activos financeiros (Nota 9.16)							
Activos financeiros ao custo amortizado	2 756 366 907	6 549 937 125	(59 961 276)	-	336 312 210	9 582 654 966	-
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	445 102 167	1 017 034 837	(44 023 524)	-	70 359 226.00	1 488 472 706	-
Imparidade de activos tangíveis (Nota 9.21)							
Imóveis em uso	176 708 643	3 892 969	(1 149 866)	-	-	179 451 746	-
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 9.19)	1 532 678 116	191 670 267	(8 721 460)	(9 866 000)	-	1 705 760 923	-
Imparidade de propriedades de investimento (Nota 9.20)	43 163 826	581 350	-	-	1	43 745 177	-
Imparidade de activos intangíveis (Nota 9.22)	25 712 718	6 706 358	-	-	1	32 419 077	-
Imparidade de outros activos (Nota 9.24)	1 557 391 326	218 223 681	(329 044 997)	(86 568 639)	-	1 360 001 371	-
	13 326 715 742	16 730 343 130	(7 935 762 864)	(915 625 271)	742 248 877	21 947 919 614	(461 031 485)

	Saldo em 31.12.2023	Constituições\ Reforços	Reversões	Utilizações	Ajustamentos	Saldo em 31.12.2024	Recuperação de crédito e juros
Imparidade de crédito a clientes (Nota 9.17)	6 527 676 975	12 681 732 978	(11 575 963 494)	(1 040 529 282)	196 600 415	6 789 517 592	(336 456 537)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 9.15)	457 637	185 594	(572 931)	-	4 147	74 447	-
Imparidade de activos financeiros (Nota 9.16)							
Activos financeiros ao custo amortizado	2 69 871 509	2 530 776 345	(40 901 343)	-	(3 379 604)	2 756 366 907	-
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	21 981 075	423 121 092	-	-	-	445 102 167	-
Imparidade de activos tangíveis (Nota 9.21)							
Imóveis em uso	152 150 095	103 108 140	(78 549 592)	-	-	176 708 643	-
Imparidade de activos não corrente detidos para venda (Nota 9.19)	1 370 660 698	163 315 714	(774 310)	(523 986)	-	1 532 678 116	-
Imparidade de propriedades de investimento (Nota 9.20)	43 163 826	-	-	-	-	43 163 826	-
Imparidade de activos intangíveis (Nota 9.22)	17 365 912	8 346 806	-	-	-	25 712 718	-
Imparidade de outros activos (Nota 9.24)	1 255 145 166	518 583 889	(178 578 871)	(37 758 859)	-	1 557 391 326	-
	9 658 472 893	16 429 170 558	(11 875 340 541)	(1 078 812 127)	193 224 958	13 326 715 742	(336 456 537)

De referir que o montante de 763.030.404,00 MZN (2024: 1.040.529.282,00 MZN) das utilizações de imparidade de crédito é referente aos abates de crédito efectuados durante o período.

Recuperação de crédito

No decurso de 2025 o Banco recebeu o valor de 461.031.485,00 MZN (2024: 336.456.537,00 MZN) referente à recuperação de várias operações de crédito, mediante acordo entre as partes. As referidas operações já se encontravam abatidas ao Activo. Este valor encontra-se registado na rubrica de imparidade de crédito a clientes (reversões).

9.11 Gasto de imposto

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de "Imposto sobre o rendimento do exercício" apresentava o seguinte detalhe:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Impostos:				
Imposto corrente				
Estimativa do imposto	816 383 156	620 355 422	806 334 401	618 619 758
Imposto retido (Taxa liberatória 20%)	1 991 699 838	1 900 532 770	1 991 699 838	1 900 532 770
Imposto relativo a exercícios anteriores	7 439 408	-	7 439 408	-
	2 815 522 402	2 520 888 192	2 805 473 647	2 519 152 528
Imposto diferido (9.23/ 9.29)	(3 426 034 265)	(1 294 223 381)	(3 426 034 265)	(1 294 127 381)
	(610 511 863)	1 226 664 811	(620 560 618)	1 225 025 147

A reconciliação da taxa efectiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é evidenciada como segue:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Resultado Antes do Imposto (RAI)	3 023 103 591	7 277 129 016	2 984 276 919	7 264 752 322
Imposto à taxa nominal (32%)	967 393 149	2 328 681 285	954 968 614	2 324 720 743
Correções fiscais				
Provisões e perdas por imparidade não dedutíveis	(447 046 446)	61 771 374	(447 046 446)	61 867 373
Outros não fiscalmente aceites	230 533 018	237 316 863	232 908 798	239 541 742
Juros líquidos sobre BT OT e permutas de liquidez	(1 368 830 992)	(1 401 104 711)	(1 368 830 992)	(1 401 104 711)
	(617 951 271)	1 226 664 811	(628 000 026)	1 225 025 147
Imposto relativo a exercícios anteriores	7 439 408	-	7 439 408	-
Gasto com Imposto	(610 511 863)	1 226 664 811	(620 560 618)	1 225 025 147
Taxa efectiva de imposto	-20,19%	16,86%	-20,79%	16,86%

A decomposição da estimativa de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é evidenciada como segue:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Resultado Antes do Imposto (RAI)	3 023 103 591	7 277 129 016	2 984 276 919	7 264 752 322
Imposto à taxa nominal (32%)	967 393 149	2 328 681 285	954 968 614	2 324 720 743
Correções fiscais				
Provisões e perdas por imparidade não dedutíveis	3 308 946 217	1 622 743 999	3 308 946 217	1 622 743 999
Imparidades de activos tangíveis de investimento	58 543 618	52 013 249	58 543 618	52 013 249
Outros não fiscalmente aceites	231 652 149	237 316 863	234 027 929	239 541 742
Reposições de provisões tributadas	(388 502 016)	(318 762 494)	(388 502 016)	(318 762 494)
Juros líquidos sobre BT OT e permutas de liquidez	(3 360 530 830)	(3 301 637 481)	(3 360 530 830)	(3 301 637 481)
Dupla tributação económica de lucros distribuídos	(1 119 131)	-	(1 119 131)	-
Imposto corrente	816 383 156	620 355 422	806 334 401	618 619 758
Imposto diferidos	(3 426 034 265)	(1 294 223 381)	(3 426 034 265)	(1 294 127 381)
Imposto retido (Taxa liberatória 20%)	1 991 699 838	1 900 532 770	1 991 699 838	1 900 532 770
Imposto relativo a exercícios anteriores	7 439 408	-	7 439 408	-
Gasto com Imposto	(610 511 863)	1 226 664 811	(620 560 618)	1 225 025 147
Taxa efectiva de imposto	-20,19%	16,86%	-20,79%	16,86%

A rubrica de Provisões e perdas por imparidade não dedutíveis inclui as imparidades de outros activos, incluindo activos financeiros, os quais não são aceites como custo fiscal em conformidade com o Código do IRPC, devendo ser acrescidas à matéria colectável. Consequentemente, o aumento significativo da imparidade sobre activos financeiros no exercício económico de 2025 (Nota 9.10) resultou num aumento muito significativo dos adicionamentos à matéria colectável. O banco considera que as imparidades de activos financeiros consubstanciam diferenças temporárias em termos fiscais, e efectua o respectivo registo do activo por imposto diferido à taxa de 32% (Nota 9.23).

9.12 Resultado básico e diluído por acção

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Resultado do Exercício (A)	3 633 615 454	6 050 464 205	3 604 837 537	6 039 727 175
Número total de acções (B)	1 000 000 000	1 000 000 000	1 000 000 000	1 000 000 000
Número de acções próprias (C)	27 806 020	27 806 020	27 806 020	27 806 020
Número médio de acções excluindo as acções próprias (B-C)	972 193 980	972 193 980	972 193 980	972 193 980
Resultado básico por acção [A/(B-C)]	3,74	6,22	3,71	6,21
Resultado diluído por acção [A/(B-C)]	3,74	6,22	3,71	6,21

O resultado básico e diluído por acção é obtido através da divisão do resultado do exercício pelo número médio de acções (número total de acções excluindo as acções próprias). No exercício findo não existiam instrumentos convertíveis pelo que o resultado diluído é o mesmo que o resultado básico e diluído por acção.

9.13 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Caixa	7 133 278 857	5 692 859 387	7 133 278 857	5 692 858 581
Depósitos no Banco de Moçambique	51 367 941 482	75 086 220 798	51 367 941 482	75 086 220 798
	58 501 220 339	80 779 080 185	58 501 220 339	80 779 079 379

A rubrica Depósitos no Banco de Moçambique inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências de constituição de reservas obrigatórias. O regime em vigor à data de 31 de dezembro de 2025, previsto no Aviso n.º 01/GBM/2023 do Banco de Moçambique, determina a manutenção de depósitos em moeda nacional junto do Banco Central, a um coeficiente de 29,00%, e de 29,50% em moeda estrangeira, sobre o saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado. Estes depósitos obrigatórios não são remunerados.

9.14 Disponibilidades sobre Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Depósitos à ordem e outras disponibilidades				
Em instituições de crédito no país	-	3 398	-	-
Em instituições de crédito no estrangeiro	3 435 206 049	472 116 948	3 435 206 049	472 116 948
	3 435 206 049	472 120 346	3 435 206 049	472 116 948
Cheques a cobrar				
Em instituições de crédito no país	19 045 671	31 957 550	19 045 671	31 957 550
Em instituições de crédito no estrangeiro	16 813 116	27 991 646	16 813 116	27 991 646
	35 858 787	59 949 196	35 858 787	59 949 196
	3 471 064 836	532 069 542	3 471 064 836	532 066 144

9.15 Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Aplicações em instituições de crédito no país				
Mercado monetário interbancário	33 500 001 341	100 000 252	33 500 001 341	100 000 252
Empréstimos - curto prazo	493 321	886 819	493 321	886 819
Empréstimos - médio e longo prazo	-	7 148 297	-	7 148 297
Depósitos	-	169 361 500	-	169 361 500
Juros a receber	16 537 622	751 503	16 537 622	751 503
	33 517 032 284	278 148 371	33 517 032 284	278 148 371
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro				
Aplicações a muito curto prazo	-	1 278 200 000	-	1 278 200 000
Depósitos	20 370 278 000	14 691 528 000	20 370 278 000	14 691 528 000
Juros a receber	38 862 536	16 591 374	38 862 536	16 591 374
	20 409 140 536	15 986 319 374	20 409 140 536	15 986 319 374
Imparidade (Nota 9.10)	(183)	(74 447)	(183)	(74 447)
	53 926 172 637	16 264 393 298	53 926 172 637	16 264 393 298

À data do balanço, o perfil da maturidade das aplicações em instituições de crédito era o seguinte:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Até 1 mês	52 559 949 577	16 257 319 391	52 559 949 577	16 257 319 391
Entre 1 e 3 meses	-	222 891	-	222 891
Entre 3 meses e 1 ano	1 366 223 243	923 940	1 366 223 243	923 940
Superior a 3 anos	-	6 001 523	-	6 001 523
	53 926 172 820	16 264 467 745	53 926 172 820	16 264 467 745
Imparidade (Nota 9.10)	(183)	(74 447)	(183)	(74 447)
	53 926 172 637	16 264 393 298	53 926 172 637	16 264 393 298

Abaixo segue o resumo das taxas médias ponderadas a data de 31/12/2025 de remuneração de aplicações em instituições de crédito por tipologia de aplicação (%):

	Dez-25	Dez-24
Aplicações em IC no país		
Depósitos	0,00%	7,10%
Empréstimos - curto prazo	39,52%	39,34%
Empréstimos - médio e longo prazo	0,00%	19,83%
Mercado monetário interbancário	9,51%	13,11%
Aplicações em IC no estrangeiro		
Depósitos	3,68%	4,41%

9.16 Activos Financeiros ao custo amortizado / ao justo valor através de outro rendimento integral

De acordo com a IFRS 9, o Banco classifica a sua carteira de títulos em três grupos:

- Activos financeiros ao custo amortizado;
- Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; e
- Activo financeiro ao justo valor através de resultados.

No exercício em análise a rubrica dos activos financeiros ao custo amortizado apresenta o seguinte detalhe para o Grupo e para o Banco:

Activos financeiros ao custo amortizado

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Instrumentos de dívida				
Emitido por entidades nacionais				
Obrigações do Tesouro	16 327 032 405	16 551 958 300	16 327 032 405	16 551 958 300
Bilhetes do Tesouro	28 222 837 178	25 932 044 525	28 222 837 178	25 932 044 525
Emitido por entidades estrangeiras				
Obrigações FAST FERRY	45 301 846	47 059 219	45 301 846	47 059 219
	44 595 171 429	42 531 062 044	44 595 171 429	42 531 062 044
Juros a receber	1 441 422 867	2 967 380 819	1 441 422 867	2 967 380 819
Imparidade (Nota 9.10)	(9 582 654 966)	(2 756 366 907)	(9 582 654 966)	(2 756 366 907)
	36 453 939 330	42 742 075 956	36 453 939 330	42 742 075 956

No exercício em análise, a rubrica dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral apresenta o seguinte detalhe para o Grupo e para o Banco:

Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Instrumentos de dívida				
Emitido por entidades nacionais				
Obrigações do Tesouro	2 160 571 985	2 211 430 687	2 160 571 985	2 211 430 687
Bilhetes do Tesouro	4 686 506 289	4 432 630 044	4 686 506 289	4 432 630 044
	6 847 078 274	6 644 060 731	6 847 078 274	6 644 060 731
Outros títulos (acções)				
EMOSE	254 157 780	254 157 780	254 157 780	254 157 780
SIMO	97 164 366	97 164 366	97 164 366	97 164 366
GCI	233 699	233 699	233 699	233 699
	351 555 845	351 555 845	351 555 845	351 555 845
Justo valor	31 878 382	59 238 545	31 878 382	59 238 545
Juros a receber	296 032 039	477 224 159	296 032 039	477 224 159
	7 526 544 540	7 532 079 280	7 526 544 540	7 532 079 280

Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Em relação aos instrumentos de capital, a sua composição é a seguinte:

Acções da EMOSE - o Banco detém 12.707.889 acções da EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, as quais estão classificadas ao justo valor através de outro rendimento integral, cuja variação acumulada do justo valor à data de 31/12/2025 se cifrava em -76.247.334,00 MZN (2024: 63.539.445,00 MZN), tendo estas acções gerado um dividendo ao Banco na ordem de 3.963.591,00 MZN (2024: 1.684.685,00 MZN).

Acções da SIMO - o Banco detém 971.643 acções da SIMO - Sociedade Interbancária de Moçambique, as quais estão classificadas ao justo valor através de outro rendimento integral,

Para efeitos de cálculo de imparidades, os instrumentos financeiros de dívida encontravam-se classificados em *Stage 3*, destacando-se a migração dos Bilhetes do Tesouro que em 2024 se encontravam classificados em *stage 2*. Os Bilhetes de Tesouro e as Obrigações do Tesouro não foram classificados como *Purchased or Originated Credit-Impaired (POCI)* porque, apesar de ter havido renovação da dívida, a mesma ocorreu sem aumento de exposição e através de uma troca de títulos que se vencem por

cujo justo valor à data de 31/12/2025 se cifrava em 12.962.610,00 MZN (2024: 13.541.377,00 MZN).

Acções da GCI - o Banco detém 18.899 acções da GCI - Sociedade Gestora de Capital de Risco, empresa do Grupo, as quais estão classificadas ao justo valor através de outro rendimento integral, cujo justo valor à data de 31/12/2025 se cifrava em 233.699,00 MZN, igual valor a 31/12/2024. Esta empresa encontra-se em actividade suspensa e em processo de dissolução.

Na tabela abaixo seguem as taxas médias ponderadas de remuneração de Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro em 2025 e 2024:

Descrição	2025	2024
OT	15,64%	16,10%
BT	12,36%	16,43%

novos títulos tendo sido por isso considerada uma modificação aos títulos existentes com a mesma contraparte. Adicionalmente, refira-se que o mercado secundário é muito residual e sem materialidade relevante.

Os movimentos ocorridos nos activos financeiros do Grupo e do Banco durante os exercícios em análise foram os seguintes:

	Dez-24	Adições	Deduções	Variação JV	Diferença cambial	Dez-25
Activos financeiros ao custo amortizado						
Obrigações do Tesouro	17 534 019 805	3 515 037 317	(4 041 070 343)	-	-	17 007 986 779
Bilhetes do Tesouro	27 905 502 727	69 811 650 875	(68 746 466 851)	-	-	28 970 686 751
Obrigações Fast Ferry	58 920 331	975	(8 252 010)	-	7 251 470	57 920 766
	45 498 442 863	73 326 689 167	(72 795 789 204)	-	7 251 470	46 036 594 296
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
Obrigações do Tesouro	2 500 753 650	444 380 586,00	(502 899 820,00)	(31 161 432,00)	-	2 411 072 984
Bilhetes do Tesouro	4 756 850 605	10 238 625 321,00	(10 158 280 665,00)	(9 994 826,00)	-	4 827 200 435
Outros títulos (acções)	274 475 025	-	-	13 796 096,00	-	288 271 121
	7 532 079 280	10 683 005 907	(10 661 180 485)	(27 360 162)	-	7 526 544 540
	53 030 522 143	84 009 695 074	(83 456 969 689)	(27 360 162)	7 251 470	53 563 138 836

	Dez-23	Adições	Deduções	Variação JV	Diferença cambial	Dez-24
Activos financeiros ao custo amortizado						
Obrigações do Tesouro	17 646 412 687	9 090 018 823	(9 202 411 705)	-	-	17 534 019 805
Bilhetes do Tesouro	22 233 842 706	37 277 595 443	(31 605 935 422)	-	-	27 905 502 727
Obrigações Fast Ferry	61 197 216	2 007 845	(941 185)	-	(3 343 545)	58 920 331
	39 941 452 609	46 369 622 111	(40 809 288 312)	-	(3 343 545)	45 498 442 863
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
Obrigações do Tesouro	1 889 457 249	1 144 747 854	(669 270 681)	135 819 228	-	2 500 753 650
Bilhetes do Tesouro	2 095 486 329	15 542 063 956	(12 866 177 026)	(14 522 654)	-	4 756 850 605
Outros títulos (acções)	244 424 181	-	-	30 050 844	-	274 475 025
	4 229 367 759	16 686 811 810	(13 535 447 707)	151 347 418	-	7 532 079 280
	44 170 820 368	63 056 433 921	(54 344 736 019)	151 347 418	(3 343 545)	53 030 522 143

Em termos de maturidade residual, os activos financeiros distribuem-se do seguinte modo:

Activos financeiros ao custo amortizado

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Maturidade de 1 mês	1 410 205 811	1 685 189 458	1 410 205 811	1 685 189 458
Maturidade superior a 1 mês < 6 meses	29 246 148 663	18 625 841 719	29 246 148 663	18 625 841 719
Maturidade superior a 6 meses < 12 meses	4 712 365 177	9 351 988 935	4 712 365 177	9 351 988 935
Maturidade superior a 12 meses	10 667 874 645	15 835 422 751	10 667 874 645	15 835 422 751
	46 036 594 296	45 498 442 863	46 036 594 296	45 498 442 863
Imparidade (Nota 9.10)	(9 582 654 966)	(2 756 366 907)	(9 582 654 966)	(2 756 366 907)
	36 453 939 330	42 742 075 956	36 453 939 330	42 742 075 956

Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Maturidade de 1 mês	-	265 231 705	-	265 231 705
Maturidade superior a 1 mês < 6 meses	3 963 589 081	2 912 747 202	3 963 589 081	2 912 747 202
Maturidade superior a 6 meses < 12 meses	923 254 610	1 653 793 872	923 254 610	1 653 793 872
Maturidade superior a 12 meses	2 639 700 849	2 700 306 501	2 639 700 849	2 700 306 501
	7 526 544 540	7 532 079 280	7 526 544 540	7 532 079 280

9.17 Crédito a Clientes

Em termos consolidados, o crédito a clientes apresenta-se como segue:

	Grupo			Banco		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
Crédito vincendo						
Empresas						
Empréstimos	3 990 552 443	7 769 644 746	11 760 197 189	3 242 146 232	6 886 423 307	10 128 569 539
Créditos em conta corrente	1 050 262 733	1 351 494 207	2 401 756 940	1 968 247 283	2 023 962 303	3 992 209 586
Locação financeira - mobiliário	178 948 270	-	178 948 270	316 069 358	-	316 069 358
Locação financeira - imobiliário	1 172 976 246	-	1 172 976 246	1 972 035 517	-	1 972 035 517
Cartões de crédito	141 816 265	-	141 816 265	132 203 752	-	132 203 752
Desconto de letras e livranças	82 750 874	-	82 750 874	226 593 241	47 932 500	274 525 741
Descobertos bancários	637 314 296	149 272 379	786 586 674	1 313 995 762	5 164 848	1 319 160 610
	7 254 621 127	9 270 411 332	16 525 032 458	9 171 291 146	8 963 482 958	18 134 774 104
Particulares						
Habitação	1 284 912 563	42 174 357	1 327 086 919	1 413 563 580	97 427 159	1 510 990 739
Consumo	40 945 703 844	5 477 104	40 951 180 948	39 953 190 378	6 168 444	39 959 358 822
Outros créditos	504 157 617	-	504 157 617	567 812 823	-	567 812 823
	42 734 774 024	47 651 461	42 782 425 484	41 934 566 782	103 595 603	42 038 162 385
Juros a receber - líquidos de rendimentos diferidos	1 051 694 010	58 226 853	1 109 920 863	812 405 361	85 289 805	897 695 166
			60 417 378 805			61 070 631 655
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(25 226 212)	(7 956 447)	(33 182 659)	(36 380 627)	(13 349 169)	(49 729 796)
Crédito e juros vencidos	11 545 545 710	278 062 443	11 823 608 153	13 478 592 872	3 601 210 482	17 079 803 354
Imparidade (Nota 9.10)	-	-	(7 555 413 465)	-	-	(6 789 517 592)
			64 652 390 834			71 311 187 621

Em termos individuais, o crédito a clientes apresenta-se como segue:

	Banco			Banco		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
Crédito vincendo						
Empresas						
Empréstimos	3 990 552 443	7 769 644 746	11 760 197 189	3 242 146 232	6 886 423 307	10 128 569 539
Créditos em conta corrente	1 111 662 299	1 351 494 207	2 463 156 506	2 073 616 353	2 023 962 303	4 097 578 656
Locação financeira - mobiliário	178 948 270	-	178 948 270	316 069 358	-	316 069 358
Locação financeira - imobiliário	1 172 976 246	-	1 172 976 246	1 972 035 517	-	1 972 035 517
Cartões de crédito	141 816 265	-	141 816 265	132 203 752	-	132 203 752
Desconto de letras e livranças	82 750 874	-	82 750 874	226 593 241	47 932 500	274 525 741
Descobertos bancários	637 314 296	149 272 379	786 586 674	1 313 995 762	5 164 848	1 319 160 610
	7 316 020 693	9 270 411 332	16 586 432 024	9 276 660 216	8 963 482 958	18 240 143 174
Particulares						
Habitação	1 284 912 563	42 174 357	1 327 086 919	1 413 563 580	97 427 159	1 510 990 739
Consumo	40 945 703 844	5 477 104	40 951 180 948	39 953 190 378	6 168 444	39 959 358 822
Outros créditos	504 157 617	-	504 157 617	567 812 823	-	567 812 823
	42 734 774 024	47 651 461	42 782 425 484	41 934 566 782	103 595 603	42 038 162 385
Juros a receber - líquidos de rendimentos diferidos	1 052 158 867	58 226 853	1 110 385 720	813 537 815	85 289 805	898 827 620
			60 479 243 228			61 177 133 179
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(25 226 212)	(7 956 447)	(33 182 659)	(36 380 627)	(13 349 169)	(49 729 796)
Crédito e juros vencidos	11 545 545 710	278 062 443	11 823 608 153	13 478 592 872	3 601 210 482	17 079 803 354
Imparidade (Nota 9.10)	-	-	(7 555 413 465)	-	-	(6 789 517 592)
			64 714 255 257			71 417 689 145

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a estrutura sectorial da carteira de crédito do Banco era a seguinte:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Agricultura e Pescas	228 704 220	383 025 467	228 704 220	383 025 467
Indústria	3 467 445 702	3 150 770 127	3 467 445 702	3 150 770 127
Energia	1 073 308 582	1 771 017 116	1 073 308 582	1 771 017 116
Construção	2 447 793 292	3 786 171 202	2 447 793 292	3 786 171 202
Hotelaria e Turismo	710 652 212	774 703 561	710 652 212	774 703 561
Comércio e Serviços	4 631 594 412	5 303 813 084	4 631 594 412	5 303 813 084
Transportes	6 817 766 772	10 103 607 904	6 817 766 772	10 103 607 904
Instituições Financeiras não monetárias	67 083 405	117 829 039	67 083 405	117 829 039
Particulares	45 402 562 831	44 972 855 704	45 402 562 831	44 972 855 704
Outros	6 284 154 666	6 888 946 640	6 345 554 232	6 994 315 710
	71 131 066 095	77 252 739 843	71 192 465 661	77 358 108 913
Juros a receber, líquidos de rendimentos diferidos	1 109 920 863	897 695 166	1 110 385 720	898 827 620
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(33 182 659)	(49 729 796)	(33 182 659)	(49 729 796)
Imparidade (Nota 9.10)	(7 555 413 465)	(6 789 517 592)	(7 555 413 465)	(6 789 517 592)
	64 652 390 834	71 311 187 621	64 714 255 257	71 417 689 145

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a maturidade residual do crédito vincendo incluindo os juros já decorridos apresentava a seguinte estrutura:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Até três meses	4 850 604 603	3 912 328 617	4 912 469 026	4 018 830 141
Superior a três meses e inferior a um ano	2 609 036 387	5 085 173 163	2 609 036 387	5 085 173 163
Superior a um ano e inferior a cinco anos	38 723 134 093	33 477 892 015	38 723 134 093	33 477 892 015
Superior a cinco anos	14 178 337 367	18 488 504 564	14 178 337 367	18 488 504 564
	60 361 112 449	60 963 898 358	60 422 976 872	61 070 399 882

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a maturidade residual do crédito vencido incluindo os juros já decorridos apresentava a seguinte estrutura:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Até três meses	766 963 467	927 246 509	766 963 467	927 246 509
Superior a três meses e inferior a um ano	428 795 058	347 023 095	428 795 058	347 023 095
Superior a um ano e inferior a cinco anos	4 536 030 443	8 142 100 452	4 536 030 443	8 142 100 452
Superior a cinco anos	6 148 085 541	7 770 166 594	6 148 085 541	7 770 166 594
	11 879 874 509	17 186 536 651	11 879 874 509	17 186 536 651

No mesmo período, a antiguidade do crédito e juros vencidos apresentava a seguinte estrutura:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Até três meses	1 615 615 908	8 553 105 554	1 615 615 908	8 553 105 554
De três a seis meses	2 416 956 361	1 660 366 310	2 416 956 361	1 660 366 310
De seis meses a um ano	2 217 475 749	352 762 537	2 217 475 749	352 762 537
De um a três anos	733 099 294	1 347 367 539	733 099 294	1 347 367 539
Mais de três anos	4 840 460 841	5 166 201 414	4 840 460 841	5 166 201 414
	11 823 608 153	17 079 803 354	11 823 608 153	17 079 803 354

9.18 Investimentos em subsidiárias

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a informação financeira das subsidiárias apresenta os seguintes dados:

Subsidiária	Tipo	Grupo				Banco			
		31-Dez-25		31-Dez-24		31-Dez-25		31-Dez-24	
		Participação (%)	Valor (MZN)	Participação (%)	Valor (MZN)	Participação (%)	Valor (MZN)	Participação (%)	Valor (MZN)
BPI MOÇAMBIQUE	Subsidiária	0,00%	-	100,00%	59	0,00%	-	100,00%	59
IMOBICI Lda	Subsidiária	10,00%	460 000	10,00%	460 000	10,00%	460 000	10,00%	460 000
			460 000		460 059		460 000		460 059
Imparidade			-		-		-		-
			460 000		460 059		460 000		460 059
Ajustamentos de		(460 000)		(460 059)		-		-	
			-		-		460 000		460 059

Os ajustamentos de consolidação acima mencionados referem-se à anulação dos saldos intragrupo entre o BCI e a IMOBICI.

Apesar da participação do Banco na IMOBICI ser de 10%, o Banco detém o controlo desta entidade, através da exposição e detenção de direitos sobre os retornos variáveis por via do seu relacionamento e capacidade de afectar esses retornos através do poder que exerce o que, de acordo com a IFRS 10, obriga a consolidar esta entidade pelo método integral e a considerá-la como subsidiária.

Abaixo apresenta-se uma breve descrição das empresas subsidiárias:

IMOBICI, Limitada é uma sociedade limitada, constituída em 28 de fevereiro de 1997, com sede social na Avenida 25 de Setembro,

nº1465, Maputo, Moçambique. O objecto principal da IMOBICI é a gestão de investimentos imobiliários, em todas as suas modalidades, nomeadamente, a realização de urbanizações, loteamento e empreendimentos imobiliários, a compra, venda, construção, manutenção e restauração de imóveis, administração e exploração de quaisquer bens imobiliários, a medição e comercialização imobiliária e a realização de estudos, consultoria e prestação de serviços conexos. No exercício económico de 2025, a IMOBICI registou:

Rubricas:	Dez-25	Dez-24
Resultado líquido do exercício	19.878.082	3.481.920
Total de activos correntes e não-correntes	248.146.415	521.549.878
Total de passivos correntes e não-correntes	127.101.993	420.266.521

BPI Moçambique, Sociedade de Investimento, S.A., é uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, constituída em 22 de julho de 1999, enquanto BPI Dealer - Sociedade Financeira de Corretagem (Moçambique), SA, por tempo indeterminado, e transformada em sociedade de investimento em 12 de julho de 2013, cuja actividade se iniciou a 17 de abril de 2014 após aprovação pelo Banco de Moçambique, e tem a sua sede em Maputo, na Rua dos Desportistas 833, Edifício JAT V - 1, 1º andar em Maputo.

No exercício económico de 2024 a BPI Moçambique estava inclusa nos saldos do Grupo BCI. A fusão entre o BCI e BPI Moçambique ocorreu em Dezembro de 2025, tendo sido concluído o processo de aprovação junto do Banco de Moçambique e das autoridades competentes. Abaixo apresenta-se o Balanço da BPI à data da incorporação:

BPI Moçambique - Sociedade de Investimentos, SA		
BALANÇO		
Rubricas	Nov-25	Dez-24
ACTIVOS		
Caixa e disponibilidade em inst. crédito	32 008 625	32 008 625
Outros activos tangíveis	-	-
Outros activos correntes - Antivos por impostos correntes	608 497	548 497
Impostos diferidos	246 781	1 148 647
Outros activos	8 499 188	13 061 478
<i>Cliente - BCI</i>	6 988 000	-
<i>Iva dedutível OBS</i>	506 188	-
<i>Devedores Ex-colaboradores</i>	1 005 000	-
Total do activo	41 363 092	46 767 248
PASSIVOS		
Empréstimos obtidos	-	-
Outros passivos correntes	70 220 000	74 761 850
<i>Credor - BCI</i>	70 220 000	-
Outros passivos	-	-
Total do passivo	70 220 000	74 761 850
CAPITAL PRÓPRIO		



Decorrente deste processo, para além dos Outros Activos existentes na entidade, foi gerado um goodwill no valor de MZN 28.856.967,00, o qual foi imediatamente desconhecido ao nível do Balanço do BCI por utilização da imparidade constituída para fazer face aos impactos decorrentes desta Fusão, dos quais se destacam:

- Utilização da imparidade existente para o abate dos saldos de Outros Activos existentes na BPI Moçambique não recuperáveis na ordem de MZN 38.213.720,00 e;
- Reversão da imparidade remanescente na ordem de MZN 32.045.280,00.

Nestas demonstrações financeiras do Banco, e do Grupo, os saldos resultantes da Fusão, e as rubricas afectadas pela mesma, referentes ao exercício económico de 2024 e 2025, são apresentadas pelo seu valor líquido.

9.19 Activos não correntes detidos para venda

Nesta rubrica encontram-se registados os imóveis que foram obtidos por recuperação de crédito, nas condições previstas na IFRS 5. Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a mesma apresentava-se da seguinte forma:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Valor Bruto				
Início do período	2 657 837 948	2 452 802 479	2 657 837 948	2 452 802 479
Alienações e abates	(202 866 000)	(2 523 986)	(202 866 000)	(2 523 986)
Reclassificações	(3 294 878)	207 559 455	(3 294 878)	207 559 455
	2 451 677 070	2 657 837 948	2 451 677 070	2 657 837 948
Imparidade (Nota 9.10)	(1 705 760 923)	(1 532 678 116)	(1 705 760 923)	(1 532 678 116)
Quantia escriturada	745 916 147	1 125 159 832	745 916 147	1 125 159 832

Os Activos não correntes detidos para Venda por categoria apresentam-se conforme a tabela abaixo:

Exercício de 2025	Tipologia	Quantidade	Saldo Valor		
			Bruto	Saldo Imparidade	
				Saldo Valor Actual	
	Agrícola	1	17 671 000	(8 024 000)	9 647 000
	Edifício Comercial	8	319 976 610	(182 722 636)	137 253 974
	Edifício Multifuncional	9	198 017 067	(101 426 239)	96 590 828
	Habitação	24	235 767 029	(185 673 686)	50 093 343
	Hoteleiro	4	556 846 543	(320 147 351)	236 699 192
	Industrial	6	945 490 379	(802 825 479)	142 664 900
	Terreno - urbano	1	43 968 497	(43 968 497)	-
	Unidade Hospitalar	2	133 939 945	(60 973 035)	72 966 910
	Total	55	2 451 677 070	(1 705 760 923)	745 916 147

Exercício de 2024	Tipologia	Quantidade	Saldo Valor		
			Bruto	Saldo Imparidade	
				Saldo Valor Actual	
	Agrícola	1	17 671 000	(6 768 800)	10 902 200
	Edifício Comercial	6	402 707 802	(198 317 378)	204 390 424
	Edifício Multifuncional	17	874 939 111	(469 708 751)	405 230 360
	Fábrica	4	421 920 458	(335 156 208)	86 764 250
	Habitação	24	261 285 570	(146 740 163)	114 545 407
	Hoteleiro	3	549 346 543	(320 147 351)	229 199 192
	Unidade Hospitalar	1	129 967 464	(55 839 465)	74 127 999
	Total	56	2 657 837 948	(1 532 678 116)	1 125 159 832

O apuramento do justo valor dos activos não correntes detidos para venda é feito por empresas especializadas as quais emitem relatórios de avaliação dos imóveis registados nesta categoria anualmente, a pedido do banco, sendo que para este efeito as empresas utilizam o método de rendimento (Valor de venda imediata). O justo valor para este tipo de imóveis é classificado em termos de hierarquia no nível 3.

9.20 Propriedades de investimento

A rubrica Propriedades de Investimento apresentou a seguinte evolução, relativa a valores brutos e depreciações, nos anos findos em 31 dezembro de 2025 e 2024:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Valor Bruto				
Início do período	855 706 359	863 838 154	301 694 551	309 826 346
Alienações e abates	(330 529 895)	-	-	-
Reclassificações	(40 706 800)	(8 131 795)	(40 706 800)	(8 131 795)
	484 469 664	855 706 359	260 987 751	301 694 551
Depreciação acumulada				
Início do período	121 551 474	102 900 964	51 798 741	44 117 628
Depreciação do período	11 595 105	21 108 068	7 033 385	10 138 671
Alienações e abates	(24 052 134)	-	-	-
Reclassificações	(28 304 730)	(2 457 558)	(28 304 730)	(2 457 558)
	80 789 715	121 551 474	30 527 396	51 798 741
Imparidade (Nota 9.10)	(43 745 177)	(43 163 826)	(43 745 177)	(43 163 826)
	359 934 772	690 991 059	186 715 178	206 731 984

O Banco detém uma carteira de propriedades de investimento mensurada ao custo, cujo justo valor à data de 31 de Dezembro de 2025, se cifrou em MZN 364.063.506,00 (2024: 384.626.133,00 MZN) para o Banco, tendo estes imóveis gerado proveitos de rendas na ordem de 31.532.448,00 MZN (2024: 43.909.563,00 MZN). Os rendimentos provenientes destas propriedades encontram-se registados na rubrica Outros resultados de exploração (Nota 9.7).

9.21 Propriedades e equipamentos e activos sob direito de uso

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Imóveis em uso	5 875 756 641	5 856 413 574	5 875 756 641	5 849 593 526
Activos sob direito de uso	1 042 945 954	435 675 238	1 234 393 624	449 005 168
Equipamento				
Mobiliário e material	484 365 929	460 363 653	484 052 207	459 781 355
Maquinas e ferramentas	210 326 239	181 609 687	210 326 239	181 609 687
Equipamento informático	2 353 738 234	2 198 135 547	2 353 648 214	2 195 399 835
Instalações interiores	12 320 903	12 320 903	12 320 903	12 320 903
Veículos	546 910 433	530 330 552	544 416 120	519 390 260
Equipamento de segurança	433 683 696	426 169 028	433 683 696	426 169 028
Outros equipamentos	2 100 729 665	1 778 103 888	2 099 061 489	1 776 435 712
Outros activos tangíveis	12 564 881	12 564 881	12 564 881	12 564 881
Activos em curso	1 502 653 333	844 649 456	1 433 149 188	821 259 533
	14 575 995 908	12 736 336 407	14 693 373 202	12 703 529 888
Depreciação acumulada	(6 629 338 693)	(6 132 096 739)	(6 660 853 724)	(6 110 478 652)
Imparidade acumulada (Nota 9.10)	(179 451 746)	(176 708 643)	(179 451 746)	(176 708 643)
	7 767 205 469	6 427 531 025	7 853 067 732	6 416 342 593

O movimento ocorrido nas propriedades e equipamentos e activos sob direito de uso do Grupo durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Imóveis em uso	Equipamento	Outros activos tangíveis	Activos em curso	Activos sob direito de uso	Total
Custo						
1 de Janeiro de 2024	5 726 260 195	5 282 878 978	12 564 881	656 891 216	1 032 716 161	12 711 311 431
Aquisições	-	1 602 080	-	994 159 855	-	995 761 935
Alienações e abates	(20 600 855)	(112 341 129)	-	-	-	(132 941 984)
Reavaliações	-	-	-	-	128 870 742	128 870 742
Reclassificações	(6 827 342)	(1 602 077)	-	(135 210 777)	(725 911 665)	(869 551 861)
Transferências	157 581 576	416 495 406	-	(671 190 838)	-	(97 113 856)
31 de Dezembro de 2024	5 856 413 574	5 587 033 258	12 564 881	844 649 456	435 675 238	12 736 336 407
Aquisições	-	-	-	1 436 638 545	625 734 285	2 062 372 830
Alienações e abates	(64 092 383)	(152 724 887)	-	-	(18 373 460)	(235 190 730)
Reavaliações	-	-	-	-	(90 109)	(90 109)
Reclassificações	(1 948 872)	(99 419 336)	-	113 935 718	-	12 567 510
Transferências	85 384 322	807 186 064	-	(892 570 386)	-	-
31 de Dezembro de 2025	5 875 756 641	6 142 075 099	12 564 881	1 502 653 333	1 042 945 954	14 575 995 908

Depreciação e imparidade acumulada						
1 de Janeiro de 2024	1 425 619 792	4 109 409 095	-	21 736 034	703 623 778	6 260 388 699
Depreciação do exercício	121 821 508	464 735 049	-	-	182 793 288	769 349 845
Imparidade do período	24 558 548	-	-	-	-	24 558 548
Alienações e abates	(3 643 529)	(34 530 230)	-	-	-	(38 173 759)
Reavaliações	-	-	-	-	130 053 313	130 053 313
Reclassificações	1 435 393	(70 907 486)	-	-	(767 899 171)	(837 371 264)
31 de Dezembro de 2024	1 569 791 712	4 468 706 428	-	21 736 034	248 571 208	6 308 805 382
Depreciação do exercício	121 789 703	449 808 027	-	-	177 481 212	749 078 942
Imparidade do período	2 743 103	-	-	-	-	2 743 103
Alienações e abates	(27 906 479)	(143 548 945)	-	-	-	(171 455 424)
Reclassificações	774 610	10 269 866	-	(251 883)	(91 174 157)	(80 381 564)
31 de Dezembro de 2025	1 667 192 649	4 785 235 376	-	21 484 151	334 878 263	6 808 790 439

Valor Líquido						
31 de Dezembro de 2025	4 208 563 992	1 356 839 723	12 564 881	1 481 169 182	708 067 691	7 767 205 469
31 de Dezembro de 2024	4 286 621 862	1 118 326 830	12 564 881	822 913 422	187 104 030	6 427 531 025

O movimento ocorrido nas propriedades e equipamentos e activos sob direito de uso do Banco durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Imóveis em uso	Equipamento	Outros activos tangíveis	Activos em curso	Activos sob direito de uso	Total
Custo						
1 de Janeiro de 2024	5 719 440 147	5 266 952 500	12 564 881	594 212 087	1 179 877 156	12 773 046 771
Aquisições	-	1 602 080	-	994 159 855	-	995 761 935
Alienações e abates	(20 600 855)	(112 341 129)	-	-	-	(132 941 984)
Reavaliações	-	-	-	-	(4 960 323)	(4 960 323)
Reclassificações	(6 827 342)	(1 602 077)	-	(95 921 571)	(725 911 665)	(830 262 655)
Transferências	157 581 576	416 495 406	-	(671 190 838)	-	(97 113 856)
31 de Dezembro de 2024	5 849 593 526	5 571 106 780	12 564 881	821 259 533	449 005 168	12 703 529 888
Aquisições	-	-	-	1 390 524 323	803 852 026	2 194 376 349
Alienações e abates	(57 272 335)	(141 364 640)	-	-	(18 373 460)	(217 010 435)
Reavaliações	-	-	-	-	(90 110)	(90 110)
Reclassificações	(1 948 872)	(99 419 336)	-	113 935 718	-	12 567 510
Transferências	85 384 322	807 186 064	-	(892 570 386)	-	-
31 de Dezembro de 2025	5 875 756 641	6 137 508 868	12 564 881	1 433 149 188	1 234 393 624	14 693 373 202

Depreciação e imparidade acumulada						
1 de Janeiro de 2024	1 429 102 192	4 105 011 740	-	-	821 352 574	6 355 466 506
Depreciação do exercício	121 821 508	464 639 509	-	-	215 748 659	802 209 676
Imparidade do período	24 558 548	-	-	-	-	24 558 548
Alienações e abates	(3 643 529)	(34 530 230)	-	-	-	(38 173 759)
Reavaliações	-	-	-	-	(19 502 412)	(19 502 412)
Reclassificações	1 435 393	(70 907 486)	-	-	(767 899 171)	(837 371 264)
31 de Dezembro de 2024	1 573 274 112	4 464 213 533	-	-	249 699 650	6 287 187 295
Depreciação do exercício	121 789 703	449 808 027	-	-	212 182 151	783 779 881
Imparidade do período	2 743 103	-	-	-	-	2 743 103
Alienações e abates	(21 086 429)	(132 188 699)	-	-	-	(153 275 128)
Reclassificações	774 610	10 269 866	-	-	(91 174 157)	(80 129 681)
31 de Dezembro de 2025	1 677 495 099	4 792 102 727	-	-	370 707 644	6 840 305 470

O movimento ocorrido nos activos intangíveis do Grupo durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Grupo		Total
	Sistema automático de tratamento de dados	Outros activos intangíveis	
Custo			
1 de Janeiro de 2024	810 743 412	425 457 887	1 377 497 189
Aquisições	-	-	50 077 101
Reclassificações	54 162 204	-	(85 631 508)
Transferências	5 611 612	-	(5 611 612)
31 de Dezembro de 2024	870 517 228	425 457 887	1 396 104 986
Aquisições	-	-	112 151 349
Alienações e abates	(485 385)	-	(485 385)
Reclassificações	-	-	(18 378 796)
Transferências	63 748 667	-	(63 748 667)
31 de Dezembro de 2025	933 780 510	425 457 887	1 489 392 154
Amortização e imparidade			
1 de Janeiro de 2024	736 457 496	421 773 632	1 158 305 624
Amortização do período	37 439 680	1 097 284	-
Imparidade (Nota 9.8)	8 346 806	-	-
Reclassificações	23 345 548	-	-
31 de Dezembro de 2024	805 589 530	422 870 916	1 228 534 942
Amortização do período	34 382 628	1 332 693	-
Imparidade (Nota 9.8)	6 706 358	-	-
Reclassificações	1 193 656	708 177	-
Alienações	(485 385)	-	(485 385)
31 de Dezembro de 2025	847 386 787	424 911 786	1 272 373 069
Valor Líquido			
31 de Dezembro de 2025	86 393 723	546 101	130 079 261
31 de Dezembro de 2024	64 927 698	2 586 971	100 055 375

O movimento ocorrido nos activos intangíveis do Banco durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Grupo		Total
	Sistema automático de tratamento de dados	Outros activos intangíveis	
Custo			
1 de Janeiro de 2024	810 150 829	425 457 887	1 376 697 352
Aquisições	-	-	50 077 101
Reclassificações	54 162 204	-	(85 631 508)
Transferências	5 611 612	-	(5 611 612)
31 de Dezembro de 2024	869 924 645	425 457 887	1 395 305 149
Aquisições	-	-	112 151 349
Reclassificações	-	-	(18 378 796)
Transferências	63 748 667	-	(63 748 667)
31 de Dezembro de 2025	933 673 312	425 457 887	1 489 077 702
Amortização e imparidade			
1 de Janeiro de 2024	735 785 279	421 720 508	1 157 505 787
Amortização do período	37 439 680	1 097 284	-
Imparidade (Nota 9.10)	8 346 806	-	-
Reclassificações	23 345 548	-	-
31 de Dezembro de 2024	804 917 313	422 817 792	1 227 735 105
Amortização do período	6 706 358	-	-
Imparidade (Nota 9.10)	1 193 656	708 177	-
Reclassificações	-	-	-
31 de Dezembro de 2025	847 199 955	424 858 662	1 272 058 617
Valor Líquido			
31 de Dezembro de 2025	86 473 357	599 225	129 946 503
31 de Dezembro de 2024	65 007 332	2 640 095	99 922 617

Nos exercícios em análise, os activos intangíveis em curso referem-se, essencialmente, a custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas e projectos de desenvolvimento que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

O Banco detém 2 activos intangíveis à data de 31 Dezembro 2025. Para os quais procedeu-se ao teste de imparidade anual de acordo com os pressupostos estabelecidos na norma contabilística, tendo-se concluído o seguinte:

- Um dos activos encontrava-se em imparidade, para o activo intangível com vida útil perpétua foi necessário o reforço a imparidade na ordem de 6.706.358,00 MZN, mantendo-se este em activo intangível com vida útil perpétua;
- Para o activo remanescente, concluiu-se que o mesmo não se encontrava em imparidade e continuava a reunir condições para ser classificado como activo intangível com vida útil perpétua.

9.23 Activos por impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Activos por impostos correntes				
IRPC a recuperar	189 331 582	588 183 374	189 331 582	577 290 244
Activos por impostos diferidos				
Por diferenças temporárias	5 908 484 535	2 488 755 570	5 908 484 535	2 487 606 923
	6 097 816 117	3 076 938 944	6 097 816 117	3 064 897 167

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos do Grupo durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Grupo					
	Por resultados		Por fundos próprios		Outros movimentos	Dez-25
	Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição		
Dez-24						
Activos por Impostos diferidos						
Imparidade credito a clientes	777 977 033	-	413 408 800	-	-	- 1 191 385 833
Imparidade de activos tangíveis	604 710 978	(1 641 298)	79 421 851	-	-	- 682 491 531
Justo valor de activos financeiros	33 830 117	-	-	(5 156 400)	-	- 28 673 717
Imparidade de activos financeiros	1 013 467 995	(5 377 224)	2 670 989 460	-	-	- 3 679 080 231
Remensuração de planos de benefícios definidos	57 620 800	-	-	-	-	- 57 620 800
Provisões	-	-	269 232 423	-	-	- 269 232 423
Prejuízos fiscais	1 148 647	-	-	-	(1 148 647)	-
	2 488 755 570	(7 018 522)	3 433 052 534	(5 156 400)	(1 148 647)	5 908 484 535
Dez-23						
Activos por Impostos diferidos						
Imparidade credito a clientes	496 453 508	-	281 523 525	-	-	- 777 977 033
Imparidade de activos tangíveis	510 244 119	(6 554 078)	101 020 937	-	-	- 604 710 978
Justo valor de activos financeiros	42 318 378	-	-	(8 488 261)	-	- 33 830 117
Imparidade de activos financeiros	95 330 999	(7 010 877)	925 147 873	-	-	- 1 013 467 995
Remensuração de planos de benefícios definidos	-	-	-	57 620 800	-	- 57 620 800
Prejuízos fiscais	1 874 375	-	(725 728)	-	-	- 1 148 647
	1 146 221 379	(13 564 955)	1 306 966 607	49 132 539	-	2 488 755 570

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos do Banco durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Banco					
	Por resultados		Por fundos próprios		Outros movimentos	Dez-25
	Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição		
Dez-24						
Activos por Impostos diferidos						
Imparidade credito a clientes	777 977 033	-	413 408 800	-	-	- 1 191 385 833
Imparidade de activos tangíveis	604 710 978	(1 641 298)	79 421 851	-	-	- 682 491 531
Justo valor de activos financeiros	33 830 117	-	-	(5 156 400)	-	- 28 673 717
Imparidade de activos financeiros	1 013 467 995	(5 377 224)	2 670 989 460	-	-	- 3 679 080 231
Remensuração de planos de benefícios definidos	57 620 800	-	-	-	-	- 57 620 800
Provisões	-	-	269 232 423	-	-	- 269 232 423
	2 487 606 923	(7 018 522)	3 433 052 534	(5 156 400)	-	5 908 484 535
Dez-23						
Activos por Impostos diferidos						
Imparidade credito a clientes	496 453 508	-	281 523 525	-	-	- 777 977 033
Imparidade de activos tangíveis	510 244 119	(6 554 078)	101 020 937	-	-	- 604 710 978
Justo valor de activos financeiros	42 318 378	-	-	(8 488 261)	-	- 33 830 117
Imparidade de activos financeiros	95 330 999	(7 010 877)	925 147 873	-	-	- 1 013 467 995
Remensuração de planos de benefícios definidos	-	-	-	57 620 800	-	- 57 620 800
	1 144 347 004	(13 564 955)	1 307 692 335	49 132 539	-	2 487 606 923

9.24 Outros Activos

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Devedores e outras aplicações				
Devedores empresas do grupo (Nota 9.36)	-	377 000	56 193 968	379 686 938
Outros devedores residentes	1 344 894 202	1 405 989 312	1 344 116 932	1 384 474 531
Devedores não residentes	154 068 804	137 540 264	153 148 804	136 620 264
	1 498 963 006	1 543 906 576	1 553 459 704	1 900 781 733
Rendimentos a receber				
Outros rendimentos a receber	22 869 627	46 719 964	22 869 627	46 719 964
	22 869 627	46 719 964	22 869 627	46 719 964
Custos com encargos diferidos				
Rendas	1 825 260	4 165 451	1 500 000	4 017 615
Seguros	1 925 704	1 874 143	1 925 704	1 874 143
Outras custos com encargos diferidos	393 380 507	415 941 274	393 380 507	415 941 274
	397 131 471	421 980 868	396 806 211	421 833 032
Outras contas de regularização				
Outras contas internas	219 756 582	316 381 684	219 756 582	315 376 684
	219 756 582	316 381 684	219 756 582	315 376 684
Imparidade (Nota 9.10)	(1 360 001 371)	(1 561 997 615)	(1 360 001 371)	(1 557 391 325)
	778 719 315	766 991 477	832 890 753	1 127 320 088

A rubrica de outros activos tem a seguinte composição:

Outros devedores residentes – nesta rubrica, o Banco regista os imóveis que recebeu em dação, mas que ainda não se encontram disponíveis para venda por se encontrarem sob processos administrativos ou legais de registo de propriedade, bem como devedores de processos em contencioso e cauções pagas.

Outros rendimentos a receber – o Banco regista na rubrica de Outros rendimentos a receber os valores das operações com clientes, quer por prestação de serviços, quer por via de locação.

Outras despesas com encargos diferidos – nesta rubrica, o Banco regista outras despesas com encargos diferidos, nomeadamente os valores das facturas cujo custo é referente a mais de um período (mês), de modo a reconhecer o custo no período ao qual o mesmo se refere.

Outras contas de regularização e contas de compensação – nesta rubrica, o Banco regista os saldos associados aos fluxos de compensação do sistema de pagamentos de cartões, transferências de clientes interbancárias e outras operações em suspenso por regularizar.

9.25 Recursos de bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Recursos de Bancos Centrais				
Empréstimos	19 693 248	32 822 081	19 693 248	32 822 081
Juros a pagar	53 336	82 055	53 336	82 055
	19 746 584	32 904 136	19 746 584	32 904 136



9.26 Recursos de Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Recursos de instituições de crédito no país				
Depósitos	266 712 955	409 947 238	266 712 955	409 947 238
Juros a pagar	60 664	75 182	60 664	75 182
	266 773 619	410 022 420	266 773 619	410 022 420
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro				
Depósitos	843 966 008	789 150 568	843 966 008	789 150 568
Juros a pagar	3 354 349	12 338 040	3 354 350	12 338 040
	847 320 357	801 488 608	847 320 358	801 488 608
	1 114 093 976	1 211 511 028	1 114 093 977	1 211 511 028

Na tabela abaixo seguem as taxas médias ponderadas de remuneração de Recursos de Outras Instituições de Crédito em 2025 e 2024:

Descrição	2025	2024
Depósitos à prazo	3,69%	6,91%

9.27 Recursos de Clientes

O Grupo tem a seguinte composição para esta rubrica:

	Dez-25			Dez-24		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
Depósitos a ordem	102 823 054 340	14 389 645 362	117 212 699 702	98 536 189 911	16 773 655 298	115 309 845 209
Depósitos com pré-aviso	29 512 347	37 658 900	67 171 247	41 342 665	26 295 702	67 638 367
Depósitos a prazo	45 320 719 383	28 460 229 779	73 780 949 162	44 412 783 740	22 873 114 280	67 285 898 020
Cheques e ordens a pagar	236 123 251	3 565 256	239 688 507	218 038 580	220 923	218 259 503
	148 409 409 321	42 891 099 297	191 300 508 618	143 208 354 896	39 673 286 203	182 881 641 099
Juros a pagar	222 305 277	166 199 694	388 504 971	411 911 370	157 520 608	569 431 978
	148 631 714 598	43 057 298 991	191 689 013 589	143 620 266 266	39 830 806 811	183 451 073 077

O Banco tem a seguinte composição para esta rubrica:

	Dez-25			Dez-24		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
Depósitos a ordem	102 823 054 340	14 389 645 362	117 212 699 702	98 568 196 192	16 773 655 356	115 341 851 548
Depósitos com pré-aviso	29 512 347	37 658 900	67 171 247	41 342 665	26 295 702	67 638 367
Depósitos a prazo	45 320 719 383	28 460 229 779	73 780 949 162	44 412 783 740	22 873 114 280	67 285 898 020
Cheques e ordens a pagar	236 123 251	3 565 256	239 688 507	218 038 580	220 923	218 259 503
	148 409 409 321	42 891 099 297	191 300 508 618	143 240 361 177	39 673 286 261	182 913 647 438
Juros a pagar	222 305 277	166 199 694	388 504 971	411 911 370	157 520 608	569 431 978
	148 631 714 598	43 057 298 991	191 689 013 589	143 652 272 547	39 830 806 869	183 483 079 416

Os depósitos a prazo que estão a garantir operações de crédito de clientes no exercício findo a 31 de Dezembro de 2025 ascendem ao montante de 3.778.243.594,00 MZN (2024: 2.589.014.938,00 MZN).

Na tabela abaixo constam as taxas médias ponderadas de remuneração de Recursos de Clientes em 2025 e 2024:

Descrição	2025	2024
Depósitos à ordem	0,57%	1,32%
Depósitos à prazo	4,26%	6,99%

A maturidade residual das operações a prazo, incluindo os depósitos com pré-aviso, apresentava a seguinte estrutura:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Ate 1 mes	40 565 356 596	30 690 439 306	40 565 356 596	30 690 439 306
Entre 1 e 3 meses	18 343 820 961	26 938 769 185	18 343 820 961	26 938 769 185
Entre 3 meses e 1 ano	14 399 035 895	9 183 131 979	14 399 035 895	9 183 131 979
Entre 1 e 3 anos	186 516 594	183 821 795	186 516 594	183 821 795
Superior 3 anos	353 390 363	357 374 122	353 390 363	357 374 122
	73 848 120 409	67 353 536 387	73 848 120 409	67 353 536 387

A distribuição dos recursos de cliente (depósitos a ordem, a prazo e com pré-aviso) apresentava a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Tipos de clientes				
Empresas	123 617 308 582	116 267 129 012	123 617 308 582	116 299 135 351
Particulares	67 443 511 529	66 396 252 584	67 443 511 529	66 396 252 584
	191 060 820 111	182 663 381 596	191 060 820 111	182 695 387 935

9.28 Recursos consignados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
USAID	8 199 324	8 199 324	8 199 324	8 199 324
Direcção Nacional do Tesouro	18 512 866	18 512 866	18 512 866	18 512 866
ANE/Fundo de Estradas	1 934 248 014	3 353 179 847	1 934 248 014	3 353 179 847
Outros	16 572 373	15 656 950	16 572 373	15 656 950
	1 977 532 577	3 395 548 987	1 977 532 577	3 395 548 987
Juros a pagar	11 774 143	23 157 470	11 774 143	23 157 470
	1 989 306 720	3 418 706 457	1 989 306 720	3 418 706 457

Os Recursos consignados ANE/Fundo de Estradas referem-se a fundos para financiamento do desenvolvimento de infraestruturas sob gestão da Administração Nacional de Estradas. Os mesmos foram concedidos no âmbito de um Acordo celebrado entre o Governo de Portugal e o Governo de Moçambique, tendo os desembolsos sido efectuados directamente pela CGD, na qualidade de representante do Governo de Portugal, para pagamento das facturas das construtoras que efectuaram as obras nas suas contas domiciliadas nessa instituição, e sendo os reembolsos deste financiamento efectuados directamente pelo Governo de Moçambique à CGD. O BCI é um mero intermediário, com funções de garantir a gestão operacional do Acordo em Moçambique, não tendo conseqüentemente qualquer receita associada aos recursos ou ao financiamento, nem qualquer exposição a risco de crédito nesta operação. Pelos serviços prestados, o banco auferiu uma comissão de intermediação estabelecida no Acordo.

9.29 Passivos por impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Passivos por impostos correntes				
IRPC a pagar	215 991 807	-	217 781 792	-
Passivos por impostos diferidos				
Por diferenças temporárias	163 033 888	244 809 276	163 033 888	244 809 276
	379 025 695	244 809 276	380 815 680	244 809 276

O montante de impostos diferidos por diferenças temporárias decorre da aplicação do IRPC sobre a reserva de reavaliação de justo valor da carteira de activos financeiros e as responsabilidades de planos de benefícios definidos.

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Activo/ (Passivos) por impostos correntes				
Retenções de impostos	46 068 816	43 859 479	46 068 816	43 524 627
Pagamento por conta	554 322 533	1 170 953 019	542 483 794	1 152 385 375
Pagamento especial por conta	-	230 000	-	-
Estimativa de imposto a pagar	(816 383 156)	(626 859 124)	(806 334 402)	(618 619 758)
	(215 991 807)	588 183 374	(217 781 792)	577 290 244

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos do Grupo durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Grupo				
	Dez-24	Por resultados		Por fundos próprios	
		Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição
Passivos por Impostos diferidos					
Justo valor de activos financeiros	232 940 476	-	-	(156 344 348)	76 596 128
Remensuração de planos de benefícios definidos	11 868 800	-	-	74 568 960	86 437 760
	244 809 276	-	-	74 568 960	(156 344 348)
					163 033 888

	Grupo				
	Dez-23	Por resultados		Por fundos próprios	
		Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição
Passivos por Impostos diferidos					
Justo valor de activos financeiros	50 564 871	-	-	-	182 375 605
Remensuração de planos de benefícios definidos	11 868 800	-	-	-	11 868 800
	62 433 671	-	-	-	182 375 605
					244 809 276

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos do Banco durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Banco				
	Dez-24	Por resultados		Por fundos próprios	
		Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição
Passivos por Impostos diferidos					
Justo valor de activos financeiros	232 940 476	-	-	(156 344 348)	76 596 128
Remensuração de planos de benefícios definidos	11 868 800	-	-	74 568 960	86 437 760
	244 809 276	-	-	74 568 960	(156 344 348)
					163 033 888

	Banco				
	Dez-23	Por resultados		Por fundos próprios	
		Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição
Passivos por Impostos diferidos					
Justo valor de activos financeiros	50 564 871	-	-	-	182 375 605
Remensuração de planos de benefícios definidos	11 868 800	-	-	-	11 868 800
	62 433 671	-	-	-	182 375 605
					244 809 276

Para o cálculo do imposto diferido, o Grupo aplicou a taxa de imposto de 32%.

número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma.

9.30 Responsabilidades com planos de benefícios definidos

Ao abrigo do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em vigor no sector bancário, que havia sido subscrito pelo extinto Banco de Fomento, os colaboradores contratados localmente e as suas famílias têm o direito a prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência. O quadro abaixo mostra o

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Número de Participantes				
População Activa	51	54	51	54
População Reformada	4	14	4	14
	55	68	55	68

De acordo com a política contabilística adoptada pelo Banco, a responsabilidade por pensões de reforma dos colaboradores, baseada no cálculo do valor actuarial dos benefícios projectados, é analisada como se segue:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Responsabilidades com serviços passados	155 635 000	164 588 000	155 635 000	164 588 000
Responsabilidades com reformados	24 770 000	196 376 000	24 770 000	196 376 000
Responsabilidades por serviços totais	180 405 000	360 964 000	180 405 000	360 964 000
Custo do ano	54 815 000	29 743 000	54 815 000	29 743 000

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos na IAS 19 e são analisados como se segue:

	Dez-25	Dez-24
Taxa de crescimento salarial	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento das pensões	3,00%	3,00%
Taxa de desconto	9,50%	13,50%
Tábua de mortalidade	TV - 73/77	TV - 73/77
Idade normal de reforma		
Homens	60	60
Mulheres	55	55

É daqui o futuro.

Aos trabalhadores do Banco abrangidos por este plano de pensões será atribuído um complemento de reforma que é calculado com base na aplicação do esquema de benefícios do ACT do Sector Bancário deduzido das prestações que venham a receber do Instituto Nacional da Segurança Social.

O complemento de reforma não possui fundo constituído e, portanto, toda a responsabilidade calculada é integralmente assumida com base nos Activos do Banco.

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define uma quantia do benefício de pensões que um empregado terá direito a receber aquando da data da sua reforma, dependendo de um ou mais factores como a idade, anos de serviço e salário.

A taxa média de idade dos colaboradores que beneficiam deste complemento de pensão é de 50,1 anos e o cálculo da pensão poderá ser calculado por mais 6,6 anos.

De acordo com o resultado do relatório actuarial, o valor actual das responsabilidades a cargo do Banco, em 31 de Dezembro de 2025, é de MZN 180.405.000,00, face aos MZN 360.964.000 verificados no ano de 2024, esta variação é justificada pelos seguintes factores:

- Alteração do método de cálculo do complemento de reforma por velhice ou invalidez considerado na avaliação de 31 de Dezembro, tendo-se implementado a base utilizada pelo Instituto de Segurança Social, de acordo com os artigos 29, 30 e 31 do Decreto 51/2017;
- Redução da população de reformados;
- Decréscimo da responsabilidade face a alteração da taxa de desconto de 13.5% para 9.5%;

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Responsabilidade em 01 de Janeiro	360 964 000	153 323 000	360 964 000	153 323 000
Custo com serviço corrente	6 356 000	3 504 000	6 356 000	3 504 000
Custo com juros	48 459 000	26 239 000	48 459 000	26 239 000
Ganhos/perdas actuariais nas responsabilidades	(267 274 000)	87 726 000	(267 274 000)	87 726 000
Ganho / Perda de benefícios	(16 734 000)	(9 434 000)	(16 734 000)	(9 434 000)
Alteração da taxa de desconto	48 634 000	99 606 000	48 634 000	99 606 000
Responsabilidade em 31 de Dezembro	180 405 000	360 964 000	180 405 000	360 964 000

De acordo com o estudo actuarial o montante de reconhecimento de perda bruto é de 54.815.000,00 MZN (2024: 29.743.000,00 MZN).

Taxa de desconto	Dez-25		Dez-24	
	(Ganhos) / Perdas actuarial		(Ganhos) / Perdas actuarial	
	Valor	%	Valor	%
Aumento 1,0%	(14 908 621)	-8,3%	(32 209 869)	-8,9%
Diminuição 1,0%	17 424 240	9,7%	37 786 189	10,5%
Aumento 2,5%	1 (33 522 353)	-18,6%	(72 235 606)	-20,0%
Diminuição 2,5%	49 585 032	27,5%	107 863 903	29,9%
Aumento 5,0%	(57 182 897)	-31,7%	(122 717 935)	-34,0%
Diminuição 5,0%	126 621 471	70,2%	277 124 953	76,8%

9.31 Outros passivos

A rubrica de Outros passivos apresenta a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Credores				
Credores accionistas (Nota 9.36)	427 510	3 684 161 185	427 510	3 684 161 185
Fornecedores	271 880 930	235 474 031	271 880 930	235 474 031
Passivos de locação (IFRS 16)	749 977 455	210 198 352	915 740 874	222 657 144
Outros credores	983 934 986	471 327 146	983 934 986	471 327 146
Impostos retidos	167 591 571	252 056 063	166 898 970	251 336 199
	2 173 812 452	4 853 216 777	2 338 883 270	4 864 955 705
Encargos a pagar				
Gastos com pessoal	605 482 190	546 409 218	605 482 190	546 409 218
Rendas	10 511 827	22 437 357	4 766 262	21 011 357
Outros encargos a pagar	810 738 820	1 210 156 388	808 363 383	1 207 921 633
	1 426 732 837	1 779 002 963	1 418 611 835	1 775 342 208
Rendimentos diferidos				
Outros rendimentos diferidos	277 721 949	231 481 730	277 721 949	231 481 730
	277 721 949	231 481 730	277 721 949	231 481 730
Outras contas de regularização				
Operações cambiais	3 836 107	2 889 572	3 836 107	2 889 572
Contas de compensação	244 303 745	336 938 680	244 303 745	336 938 680
Outras contas Internas	1 803 280 826	2 000 121 010	1 803 280 826	2 000 121 010
	2 051 420 678	2 339 949 262	2 051 420 678	2 339 949 262
	5 929 687 916	9 203 650 732	6 086 637 732	9 211 728 905

A rubrica de Outros passivos inclui, fundamentalmente:

- Credores accionistas: Esta rubrica no ano de 2024, apresentava o montante de dividendos líquidos de imposto, referentes ao exercício económico de 2023, devidamente aprovados, que se encontravam em processo de pagamento aos accionistas do Banco;
- Passivo de locação: montante actualizado do passivo de locação (movimentos ocorridos durante o período);
- Gastos com pessoal: fundamentalmente composto pelo montante do subsídio de férias a pagar no ano seguinte;
- Outros encargos a pagar: encargos a pagar relativos aos serviços prestados por diversos fornecedores.

A decomposição do passivo de locação por período de vencimento, apresentava a seguinte estrutura:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Até 1 ano	165 260 435	72 199 326	195 928 630	76 474 777
De 1 a 5 anos	584 220 686	136 122 968	719 315 910	144 306 309
Superior a 5 anos	496 334	1 876 058	496 334	1 876 058
	749 977 455	210 198 352	915 740 874	222 657 144

9.32 Provisões

O movimento ocorrido nas Provisões durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Provisões para garantias e compromissos				
Em 1 de Janeiro	54 402 684	107 429 883	54 402 684	107 429 883
Reforço líquido da provisão no período	8 592 264	(52 705 939)	8 592 264	(52 705 939)
Ajustamentos	453 073	(321 260)	453 073	(321 260)
	63 448 021	54 402 684	63 448 021	54 402 684
Provisões para operações qualificadas				
Em 1 de Janeiro	12 929 655	12 929 655	12 929 655	12 929 655
	12 929 655	12 929 655	12 929 655	12 929 655
Provisões diversas				
Em 1 de Janeiro	1 190 996 933	1 289 578 839	1 190 996 932	1 289 578 838
Reforço líquido da provisão no período	1 130 514 845	115 657 264	1 130 514 845	115 657 264
Utilizações	(431 884 852)	(206 382 547)	(431 884 852)	(206 382 547)
Ajustamentos	16 730 940	(7 856 623)	16 730 940	(7 856 623)
	1 906 357 866	1 190 996 933	1 906 357 865	1 190 996 932
	1 982 735 541	1 258 329 271	1 982 735 541	1 258 329 271

Provisões para garantias e compromissos:

Em 31/12/2025, o Banco tinha constituído o montante de 63.448.021,00 MZN de imparidades respeitantes a Garantias Prestadas, Créditos Documentários de Importação e Linhas de Crédito não Utilizadas, cuja exposição no momento de *default* (EAD) é apurada através de aplicação de Credit Conversion Factor (CCF).

Provisões para operações qualificadas:

O montante de 12.929.655,00 MZN é respeitante às provisões constituídas no âmbito da *due diligence* realizada aquando do processo de fusão por incorporação do Banco de Fomento no BCI (30.11.2003). Neste processo, foram identificadas nas carteiras de crédito dos dois Bancos algumas operações com divergência quanto ao grau da sua cobrabilidade, o que exigiu o conforto de ambas as partes. Os saldos atuais da conta de Provisões representam o potencial reembolso aos accionistas em virtude das recuperações registadas neste grupo de clientes.

Provisões diversas:

O montante de 1.906.357.865 MZN a 31/12/2025 é maioritariamente constituído por provisões para devoluções a clientes conforme instrução do Banco de Moçambique, cujo processo de devolução ainda se encontra em curso. Estas provisões foram apuradas num trabalho conjunto entre diferentes departamentos do banco e baseiam-se em montantes que efectivamente se espera que tenham de ser devolvidos aos clientes, com base em dados extraídos do sistema. Este montante também inclui provisões para processos jurídicos nos quais o banco é parte, que se encontram em curso nos Tribunais. Os montantes aprovados foram estimados com base em pareceres de advogados internos e externos, face ao seu acompanhamento da evolução dos casos.

9.33 Capital social

A actual estrutura accionista do BCI – Banco Comercial e de Investimentos, S.A. decompõe-se da seguinte forma:

	Dez-25			Dez-24		
	Nº de acções	%	Valor	Nº de acções	%	Valor
Accionista						
PARBANCA SGPS S.A.	510 000 000	51,00%	5 100 000 000	510 000 000	51,00%	5 100 000 000
BPI	356 731 952	35,67%	3 567 319 520	356 731 952	35,67%	3 567 319 520
Caixa Geral de Depósitos S.A.	105 074 967	10,51%	1 050 749 670	105 074 967	10,51%	1 050 749 670
BCI (Acções Próprias)	27 806 020	2,78%	278 060 200	27 806 020	2,78%	278 060 200
Outros	387 061	0,04%	3 870 610	387 061	0,04%	3 870 610
	1 000 000 000	100%	10 000 000 000	1 000 000 000	100%	10 000 000 000

As contas do BCI são consolidadas ao nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A., entidade que controla o Banco.

9.34 Reservas e resultados transitados

O movimento ocorrido no Grupo durante o período em análise foi o seguinte:

	Grupo					
	Reserva Legal	Reservas de Justo valor	Resultados transitados	Outras Reservas	Remensuração de planos de benefícios definidos	Total
Saldo 1 de Janeiro 2024	7 449 556 356	17 523 797	(22 465 080)	5 371 833 645	98 869 428	12 915 318 146
Retenção de resultados 2023	2 551 586 623	-	201 861	623 446 840	-	3 175 235 324
Outras transacções	-	405 585 718	-	-	(122 444 200)	283 141 518
Saldo 31 de Dezembro 2024	10 001 142 979	423 109 515	(22 263 219)	5 995 280 485	(23 574 772)	16 373 694 988
Saldo 1 de Janeiro 2025	10 001 142 979	423 109 515	(22 263 219)	5 995 280 485	(23 574 772)	16 373 694 988
Retenção de resultados 2024	905 959 076	-	3 481 918	5 133 768 099	-	6 043 209 093
Outras transacções	-	1 167 198 073	24 656 932	-	158 459 040	1 350 314 045
Saldo 31 de Dezembro 2025	10 907 102 055	1 590 307 588	5 875 631	11 129 048 584	134 884 268	23 767 218 126

O movimento ocorrido no Banco durante o período em análise foi o seguinte:

	Banco					
	Reserva Legal	Reservas de Justo valor	Resultados transitados	Outras Reservas	Remensuração de planos de benefícios definidos	Total
Saldo 1 de Janeiro 2024	7 448 413 377	17 523 797	-	5 369 183 922	98 869 428	12 933 990 524
Retenção de resultados 2023	2 551 586 623	-	-	623 446 840	-	3 175 033 463
Outras transacções	-	405 585 718	-	-	(122 444 200)	283 141 518
Saldo 31 de Dezembro 2024	10 000 000 000	423 109 515	-	5 992 630 762	(23 574 772)	16 392 165 505
Saldo 1 de Janeiro 2025	10 000 000 000	423 109 515	-	5 992 630 762	(23 574 772)	16 392 165 505
Retenção de resultados 2024	905 959 076	-	-	5 133 768 099	-	6 039 727 175
Outras transacções	-	1 167 198 073	-	(2)	158 459 040	1 325 657 111
Saldo 31 de Dezembro 2025	10 905 959 076	1 590 307 588	-	11 126 398 859	134 884 268	23 757 549 791

Não existem restrições estatutárias à distribuição de reservas livres e/ou resultados transitados.

A proposta de aplicação do resultado de 2025, aprovada em Assembleia Geral, encontra-se especificada no Relatório de Gestão. Os dividendos relativos às acções próprias não podem ser distribuídos ao detentor das acções no âmbito do art.º 367 do Decreto-Lei 01/2022 - Código Comercial, e são reconhecidos nas demonstrações financeiras na rubrica de reservas de acções próprias.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 o Banco detinha as seguintes reservas:

Reserva legal: a reserva legal é de carácter obrigatório, de acordo com a Lei 15/2020 (Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras), e é composta por uma parcela do lucro líquido do exercício. A 31 de Dezembro de 2025 o Banco deve reforçar o valor de 15% do resultado líquido em Reserva Legal, em conformidade com os critérios descritos na Lei 15/2020, dado que o valor total da Reserva Legal iguala o montante do Capital integralmente subscrito;



Reserva de justo valor: a reserva de justo valor regista a variação acumulada líquida de imposto diferido dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;

Responsabilidade com planos de benefícios definidos (Reserva actuarial): a responsabilidade com planos de benefícios definidos (Reserva actuarial) compreende a variação actuarial em planos de pensão ao abrigo do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em vigor no sector bancário, que havia sido subscrito pelo extinto Banco de Fomento;

Reservas livres: as reservas livres são aquelas que não têm uma utilização pré-estabelecida pelos accionistas, são constituídas quando os accionistas deliberam nesse sentido e podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos, para investimentos e para distribuição aos accionistas mediante aprovação em Assembleia Geral; e

Reservas de acções próprias: a reserva de acções próprias regista o montante de dividendos que remuneram as acções próprias do Banco.

9.35 Rubricas extrapatrimoniais

De forma a satisfazer as necessidades dos seus clientes, o Banco assume diversos compromissos e tem passivos contingentes. Apesar das obrigações associadas poderem não ser reconhecidas no balanço, possuem um risco de crédito inerente e, portanto, constituem uma parte do risco a que o Banco se encontra exposto.

Os passivos contingentes globais do Grupo e do Banco apresentam-se da seguinte forma:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Passivos contingentes				
Garantias Financeiras	12 414 283 096	12 467 484 103	12 499 249 497	12 549 587 615
Cartas de créditos	2 166 454 537	2 121 281 310	2 166 454 537	2 121 281 310
Linhas de crédito não utilizados	6 056 769 674	7 416 286 138	6 056 769 674	7 416 286 138
	20 637 507 307	22 005 051 551	20 722 473 708	22 087 155 063

Activos financeiros abatidos por *cash flows*:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Créditos abatidos com <i>cash flows</i> expirados	3 606 042 329	3 690 168 254	3 606 042 329	3 690 168 254
Créditos abatidos com <i>cash flows</i> ainda não expirados	2 940 397 347	2 638 283 100	2 940 397 347	2 638 283 100
	6 546 439 676	6 328 451 354	6 546 439 676	6 328 451 354

As cartas de crédito ou créditos documentários comprometem o Banco a efectuar pagamentos por conta dos seus clientes caso ocorra uma situação específica, geralmente relacionada com a importação ou exportação de bens. As garantias e os créditos documentários, pela sua natureza, encontram-se expostos a risco de crédito semelhante.

9.36 Partes relacionadas

Nos termos da IAS 24, são entidades relacionadas aquelas nas quais o Banco exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira (Associadas e Subsidiárias) e aquelas que exercem influência significativa sobre a gestão do Banco (Pessoal chave: Membros do Conselho de Administração e Directores Centrais).

Com as entidades relacionadas ocorrem diversas transacções bancárias, depósitos, garantias e outras operações, realizadas numa base comercial no decurso normal do negócio. As transacções realizadas durante o ano com as entidades relacionadas e os respectivos saldos em 31 de Dezembro de 2025 eram as seguintes:

	Accionistas	Associadas	Pessoal Chave	Total
Activo				
Disponibilidades sobre instituições de crédito (i)	408 677 340	-	-	408 677 340
Aplicações em instituições de crédito (ii)	2 294 260 109	-	-	2 294 260 109
Crédito a clientes (iii)	-	474 825	5 590 164	6 064 989
Outros activos	609 452	278 657	-	888 109
	2 703 546 901	753 482	5 590 164	2 709 890 547
Passivo				
Recursos de instituições de crédito (iv)	838 345 186	-	-	838 345 186
Recursos consignados (v)	1 934 248 014	-	-	1 934 248 014
Recursos de clientes	-	-	180 352 360	180 352 360
Outros passivos	15 128 494	166 697 224	-	181 825 718
	2 787 721 694	166 697 224	180 352 360	3 134 771 278
Proveitos				
Juros e rendimentos similares	110 061 287	9 463 913	57 383 295	176 908 495
Rendimento de taxas e comissões	-	-	473 059	473 059
	110 061 287	9 463 913	57 856 354	177 381 554
Custos				
Juros e encargos similares	255 491 821	2 041 408	2 678 566	260 211 795
Gastos com taxas e comissões	47 928 947	-	182 402	48 111 349
	303 420 768	2 041 408	2 860 967	308 323 143
Extrapatrimoniais				
Garantias Recebidas	79 456 031	180 000 000	1 127 360 687	1 386 816 718
Garantias Prestadas	4 970 408 336	-	437 197	4 970 845 533
	5 049 864 367	180 000 000	1 127 797 884	6 357 662 251

Crédito a pessoal chave inclui crédito à habitação, consumo, cartões de crédito, garantias prestadas, créditos documentários e outros créditos do balanço.

O Crédito concedido a pessoal chave do Banco está de acordo com as condições aprovadas para todos os colaboradores, tanto em termos de prazo como de taxas. O Crédito encontra-se a taxas bonificadas em função do prazo e da finalidade do mútuo, podendo ser fixas ou indexadas à Prime Rate do sistema, dependendo da sua tipologia e em conformidade com a política interna do Banco aplicável a todos os financiamentos a colaboradores.

- Os valores das disponibilidades sobre instituições de crédito correspondem a depósitos à ordem junto do Grupo CGD, no montante de 408.677.340,00 MZN (equivalentes a USD 6.394.576,00);
- O montante de 2.294.260.109,00 MZN das aplicações em instituições de crédito corresponde à cedência do Banco feita à Caixa Geral de Depósitos;
- O crédito concedido às subsidiárias corresponde ao crédito em conta corrente à IMOBICI, incluindo juros corridos, no valor de 61.399.566,00 MZN;

(iv) Os recursos de instituições de crédito dizem respeito a depósitos dos accionistas no Banco, provenientes da Caixa Geral de Depósitos, no valor global de 838.345.186,00 MZN, dos quais 836.844.000,00 MZN são referentes a um depósito a prazo da CGD remunerado à taxa de 3,90% e o remanescente de 1.501.186,00 MZN referente a um depósito à ordem da CGD;

(v) O valor de 1.934.248.014,00 MZN dos recursos consignados diz respeito ao Acordo entre o Governo de Portugal e o Governo de Moçambique, referente à linha de financiamento para a ANE/Fundo de Estradas, desembolsada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., na qual o BCI é mero intermediário;

Nos períodos em análise, a rubrica de remunerações inclui os seguintes custos relativos a remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração do Banco:

- 180.042.739,00 MZN (2024: 189.807.178,00 MZN) relativos a remunerações mensais; e
- 91.996.281,00 MZN (2024: 90.091.892,00 MZN) relativos a outras remunerações.

O valor da contribuição do Banco em 2025 para a segurança social ascendeu a 155.199.616,00 MZN (2024: 186.917.876,00 MZN).

Em 31 de Dezembro de 2025, o montante global dos activos, passivos, gastos e rendimentos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas e membros chave da Gestão tinha a seguinte composição:

	Accionistas	Associadas	Pessoal Chave	Total
Activo				
Disponibilidades sobre instituições de crédito (i)	132 873 729	-	-	132 873 729
Aplicações em instituições de crédito (ii)	1 760 888 600	-	-	1 760 888 600
Crédito a clientes (iii)	-	106 501 524	12 326 241	118 827 765
Outros activos	668 942	379 686 938	-	380 355 880
	1 894 431 271	486 188 462	12 326 241	2 392 945 974
Passivo				
Recursos de instituições de crédito (iv)	783 528 290	-	-	783 528 290
Recursos consignados (v)	3 353 179 847	-	-	3 353 179 847
Recursos de clientes	1 456	32 006 281	168 961 898	200 969 635
Outros passivos	3 712 278 176	3 772 308	-	3 716 050 484
	7 848 987 769	35 778 589	168 961 898	8 053 728 256
Proveitos				
Juros e rendimentos similares	143 443 214	15 345 713	60 378 360	219 167 287
Rendimento de taxas e comissões	-	-	395 598	395 598
	143 443 214	15 345 713	60 773 958	219 562 885
Custos				
Juros e encargos similares	361 578 245	2 773 683	4 443 943	368 795 871
Gastos com taxas e comissões	30 910 795	-	14 367	30 925 162
	392 489 040	2 773 683	4 458 310	399 721 033
Extrapatrimoniais				
Garantias Recebidas	68 142 371	180 000 000	1 081 844 819	1 329 987 190
Garantias Prestadas	2 827 026 661	-	333 856	2 827 360 517
Compromissos com Terceiros	134 064	-	-	134 064
	2 895 303 096	180 000 000	1 082 178 675	4 157 481 771

Abaixo a listagem das entidades relacionadas com o Grupo BCI:

Entidades:	
Caixa Participações SGPS, S.A	Accionista
Caixa Geral de Depósitos, S.A	Accionista
Banco BPI, S.A	Accionista
BPI Moçambique, Sociedade de Investimento, S.A	Associada
IMOBICI, Limitada	Associada

9.37 Gestão de Risco

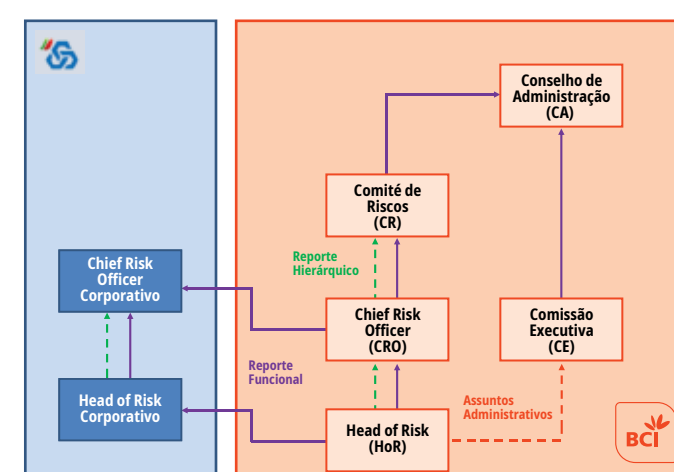
O Conselho de Administração (CA) garante que o sistema de gestão de risco implementado, bem como os processos e medidas destinadas a assegurar que os limites de risco definidos são cumpridos, e são adequados para o correcto desenvolvimento da estratégia do negócio, tendo em conta o perfil e a dimensão do Banco. De acordo com as melhores práticas, e para assegurar o controlo dos riscos incorridos, o Banco tem formalizado o seu apetite pelo risco, aprovado pelo Conselho de Administração através de dois documentos (o *Framework* de Apetência pelo Risco – *Risk Appetite Framework* - e a Declaração de Apetência pelo Risco – *Risk Appetite Statement*) que identificam os riscos relevantes, definem as métricas para a sua avaliação e indicam os limites, os níveis de tolerância para o seu controlo e os respectivos *triggers* de recuperação.

A gestão do risco constitui para o BCI uma actividade de elevada importância, para a qual se encontram definidos, nas Políticas de Gestão de Risco e no seu Programa de Gestão de Riscos, os princípios orientadores, a estrutura organizativa, as suas responsabilidades e o sistema de avaliação e monitorização. O perfil de risco do Banco é prudente, quer pelas características do modelo de *governance* da instituição e dos seus principais accionistas financeiros (CGD e BPI), quer pela sua dimensão e antiguidade, quer ainda pela própria exigência regulamentar da supervisão interna e externa. A política de gestão de riscos do Banco procura manter uma relação adequada entre os capitais próprios, sustentabilidade e rentabilidade. Neste âmbito, o acompanhamento e controlo dos riscos assumem especial relevância.

A função de gestão dos riscos do BCI enquadra-se no modelo base de organização da função corporativa de risco do Grupo CGD e pretende, simultaneamente, respeitar as melhores

práticas na matéria e garantir solidez e eficácia ao sistema de identificação, medição, monitorização, reporte e controlo dos riscos financeiros (crédito, mercado, liquidez e taxa de juro do balanço) e não financeiros (estratégia e negócio, operacional, IT, reputacional, climático/ambiental, compliance, entre outros) a que o Banco está ou poderá vir a estar exposto.

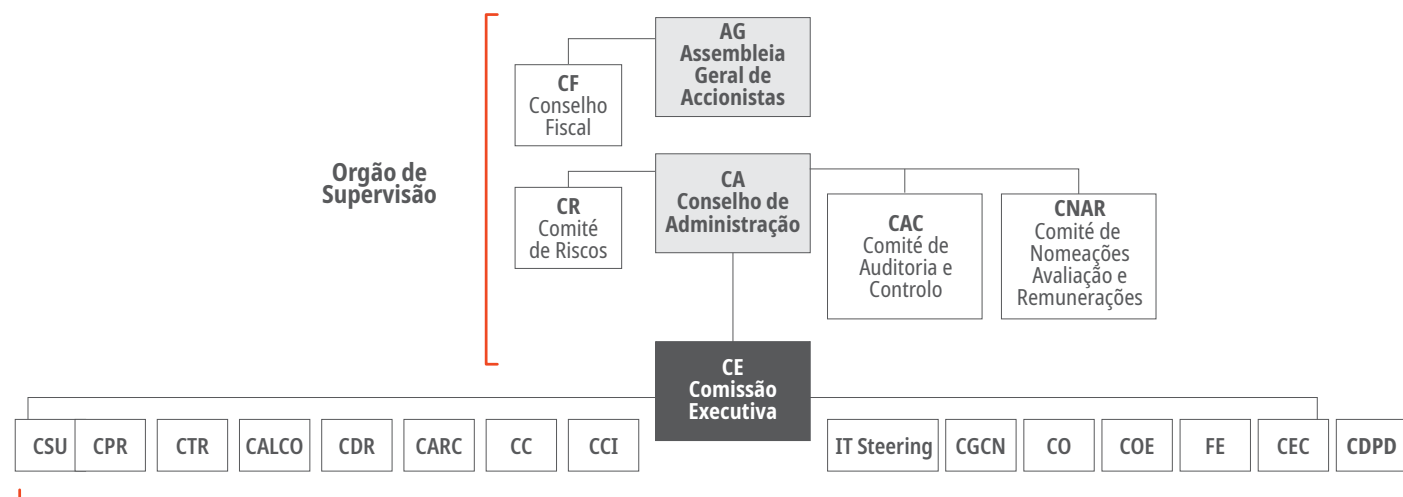
O responsável máximo pela Função de Gestão de Risco do BCI é o “*Chief Risk Officer*” (“CRO”), que reporta hierárquica e funcionalmente à Comité de Riscos do BCI e ao CRO da CGD e tem total independência em relação à Comissão Executiva. O CRO é globalmente responsável pela monitorização do quadro de gestão de risco do Banco e, em particular, por zelar pelo funcionamento adequado e eficaz da Função de Gestão de Risco, competindo-lhe igualmente informar e esclarecer os membros dos órgãos de administração e fiscalização sobre os riscos incorridos, o perfil global de risco e o grau de cumprimento dos níveis de tolerância aos riscos definidos.



O controlo e acompanhamento dos riscos é efectuado por uma estrutura dedicada, a Direcção de Gestão de Risco (DGR), sob a responsabilidade directa do "Head of Risk" (HoR). A Direcção de Gestão de Risco desenvolve funções na área da gestão e do controlo dos riscos do Banco, com objectivos de estabilidade, solvabilidade e solidez financeira, garantindo as funções de identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento, controlo e reporte dos riscos a que o Banco se encontra exposto e das inter-relações existentes entre eles, por forma a assegurar a coerente integração dos seus contributos parcelares, que aqueles se mantêm ao nível da apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração e que não afectarão significativamente a situação financeira da instituição, assegurando continuamente o cumprimento e conformidade com as normas externas e requisitos legais e regulatórios nestas matérias. A DGR coordena

a realização de exercícios transversais, no âmbito de processos regulatórios ou enquadrados em iniciativas internas, controla e promove a resolução das recomendações identificadas interna e externamente, contribuindo para a eficácia do Sistema de Controlo Interno, e dissemina e melhora a cultura de risco por todo o Banco, aumentando a eficácia e eficiência na gestão de risco.

Para uma melhor separação entre as funções de supervisão e de gestão, como recomendam as boas práticas, o Comité de Auditoria e Controlo, o Comité de Riscos e o Comité de Nomeações, Avaliação e Remunerações dependem directamente do Conselho de Administração, sendo que os restantes Comités e Comissões dependem da Comissão Executiva, conforme organograma abaixo:



- Legenda:**
- CSU Comité de Sustentabilidade
 - CPR Comité de Produtos
 - CALCO Comité de Gestão de Capital Activos e Passivos
 - CDR Conselho Delegado de Rating
 - CARC Comité de Acompanhamento de Risco de Crédito
 - CC Conselho de Crédito
 - CCI Comité de Custos e Investimentos
 - CTR Comité de Transformação

- Legenda:**
- IT Steering Comité de Sistemas
 - CGCN Comité Geral de Continuidade de Negócio
 - CO Comité Operacional
 - COE Comité de Operações com o Estrangeiro
 - FE Fórum Estratégico
 - CEC Comité de Experiência do Cliente
 - CDPD Conselho Delegado de Protecção de Dados

a. Risco de Crédito

O Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados e/ou no capital devido à incapacidade de uma contraparte cumprir com os seus compromissos financeiros perante o Banco.

O BCI tem estabelecido um sistema de identificação, avaliação e controlo de risco da sua carteira que abrange todos os segmentos de cliente e é activo, tanto no momento de concessão de crédito, como na monitorização do risco ao longo da vida das operações. Dada a natureza da actividade bancária, o Risco de Crédito reveste-se de uma importância especial, face à sua materialidade, não obstante a sua interligação com os restantes riscos.

A análise específica das operações de crédito segue os princípios e procedimentos estabelecidos no Regulamento Geral de Crédito para fixar o perfil de risco, essencialmente através da avaliação, entre outros, dos seguintes indicadores:

- Limites de exposição ao Risco de Crédito, capacidade actual de endividamento e avaliação da capacidade previsionial de reembolso da dívida com base nos cash-flows. No caso dos clientes particulares, o limite de crédito e a avaliação da capacidade previsionial de reembolso da dívida é baseado, entre outros aspectos, no cálculo da taxa de esforço ou da estimativa do valor dos rendimentos/património dos proponentes, fiadores e/ou avalistas.
- Incidentes e incumprimentos, penhoras ou dívidas ao fisco e a segurança social;
- Valor, robustez e liquidez das garantias reais e/ou pessoais para a cobertura do crédito e a consequente mitigação do risco associado em caso de execução por incumprimento.

Estão definidos três níveis essenciais de competências (Conselho de Crédito, Conselho Delegado de Crédito e Instâncias Delegadas) para a aprovação de operações de crédito, consoante esta competência seja originária ou delegada.

Pretende-se com a descentralização das decisões de aprovação de crédito assegurar maior celeridade e eficácia do processo de análise e concessão de crédito, acautelando o risco.

Determina o nível de competência de aprovação de crédito:

- O Limite Acumulado por Cliente/Grupo;
- A verificação de condições de exclusão da Delegação

de Competências (por exemplo, existência de crédito irregular, crédito correlacionado).

Posteriormente, o Banco mantém vigilância constante sobre o comportamento da evolução da carteira (por área geográfica, sector de actividade, segmento de Crédito, contraparte, moeda e maturidade), e sobre os resultados e rendibilidades alcançadas face aos riscos assumidos.

Regularmente, são também analisados os créditos problemáticos, o grau da sua cobertura por imparidades/provisões, a evolução dos créditos abatidos ao activo (*write-offs*) e as recuperações.

Durante o ano, a procura pela melhoria contínua dos processos e procedimentos internos, e pelas melhores práticas e ferramentas para a identificação, avaliação, gestão e controlo do Risco de Crédito, manteve-se como um dos principais objectivos para elevar a qualidade da carteira de crédito do Banco e consequentemente reduzir as probabilidades de perda por incumprimento.

Adicionalmente, no âmbito da Gestão e Controlo do Risco de Crédito e do cumprimento da apetência pelo risco da instituição, foram actualizados os vários normativos inerentes e procedeu-se a um acompanhamento contínuo da evolução da carteira, com particular enfoque na análise da Concentração do Crédito (cliente/grupo, produto, maturidade, prazo residual, sector de actividade e região), Crédito Correlacionado (accionistas, empresas participadas e do Grupo, e colaboradores) e Crédito em Grandes Riscos (Créditos a Clientes/grupos com exposição igual ou superior a 10% do valor dos Fundos Próprios do Banco), e Crédito em *default* (NPL/NPE).

Riscos relacionados com o crédito

O BCI coloca Créditos por Assinatura à disposição dos seus Clientes (garantias bancárias e créditos documentários), os quais representam uma obrigação do Banco perante os beneficiários. Estes produtos expõem o Banco a riscos semelhantes aos dos empréstimos por desembolso concedidos e são mitigados através de processos semelhantes.

Exposição máxima ao risco de crédito sem tomar em consideração quaisquer garantias

O quadro abaixo apresenta a exposição máxima ao Risco de Crédito por produto e por sector de actividade. A exposição máxima é apresentada em valores brutos, não tomando em consideração os possíveis efeitos de quaisquer garantias/colaterais.

A exposição máxima, por activo financeiro, em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	58 501 220 339	80 779 080 185	58 501 220 339	80 779 079 379
Disponibilidades sobre instituições de crédito	3 471 064 836	532 069 542	3 471 064 836	532 066 144
Activos financeiros ao custo amortizado	36 453 939 330	42 742 075 956	36 453 939 330	42 742 075 956
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	7 526 544 540	7 532 079 280	7 526 544 540	7 532 079 280
Aplicações em instituições de crédito	53 926 172 637	16 264 393 298	53 926 172 637	16 264 393 298
Crédito a clientes - Banca de Retalho				
Créditos hipotecários	1 415 195 633	1 617 154 420	1 415 195 633	1 617 154 420
Vendas a prestações e locações financeiras	43 362 734 932	42 599 907 983	43 362 734 932	42 599 907 983
Créditos - Cartão	443 906 738	444 781 235	443 906 738	444 781 235
Outros Créditos e adiantamentos	4 378 682 949	5 579 609 636	4 378 682 949	5 579 609 636
Crédito a clientes - Banca Empresarial e de Investimentos				
Créditos a Grandes Empresas	21 530 545 843	27 011 286 569	21 591 945 409	27 116 655 639
Juros corridos	1 109 920 863	897 695 166	1 110 385 720	898 827 620
Exposições ao risco de crédito relativas a itens extrapatrimoniais:				
- Linhas de crédito não utilizadas	3 737 366 490	5 422 802 433	3 737 366 490	5 422 802 433
- Cartas de crédito	1 565 228 883	1 430 585 921	1 565 228 883	1 430 585 921
- Garantias financeiras	12 148 184 926	12 250 404 643	12 148 184 926	12 250 404 643
Total	249 570 708 938	245 103 926 267	249 632 573 361	245 210 423 587

O quadro acima representa o pior cenário de exposição do Grupo e do Banco em termos de risco de crédito à data de 31 de Dezembro de 2025 e 2024. Relativamente aos activos apresentados no balanço, a exposição acima apresentada é feita com base no valor bruto contabilístico, excepto quanto aos itens extrapatrimoniais ao valor nominal, aos quais são aplicados rácios de conversão e outros tratamentos.

O Banco está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e sustentar níveis de exposição mínimos, em termos do risco de crédito decorrente da sua carteira de crédito a clientes e dos investimentos em subsidiárias, com base no seguinte:

- Os empréstimos hipotecários e as locações financeiras são suportados por garantias robustas e com valor.
- As grandes empresas têm gestores que acompanham o desempenho, a evolução do negócio dos clientes e outros factores que permitem identificar atempadamente indícios de potenciais incumprimentos.

No conjunto dos activos financeiros, 61,31% (2024: 61,31%) foram emitidos pelo Banco de Moçambique e 37,89% (2024: 37,89%) emitidos pelo Governo de Moçambique, incluindo instrumentos emitidos e/ou garantidos pelo Tesouro.

Garantias e/ou colaterais

Para fazer face ao risco de crédito, o Banco pode aceitar Garantias e/ou Colaterais cujo tipo e valor depende da avaliação do risco de crédito da contraparte.

Estas garantias e/ou colaterais são susceptíveis a desvalorização durante o ciclo de vida do crédito associado, registando-se desta forma uma degradação do seu nível de cobertura. Para acompanhamento do grau de cobertura, devem ser efectuadas avaliações frequentes (por avaliadores independentes), à luz do Aviso 11/GBM/2013 (máximo de 3 em 3 anos) ou quando o Banco assim o entender.

A tabela abaixo, apresenta os principais tipos de colaterais:

Descrição de garantias e/ou colaterais	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Aval e/ou fiança dos sócios/accionistas e/ou terceiros	10 105 374 463	10 783 184 836	10 105 374 463	10 783 184 836
Carta conforto das empresas-mãe	13 401 465 586	3 709 001 712	13 401 465 586	3 709 001 712
Consignação de rendimentos	-	55 833 869 029	-	55 833 869 029
Garantias prestadas pelo Estado	18 538 609 923	18 004 618 069	18 538 609 923	18 004 618 069
Garantias prestadas por outras instituições de crédito	154 833 451	155 110 244	154 833 451	155 110 244
Hipotecas sobre habitações próprias	6 281 663 759	8 044 083 233	6 281 663 759	8 044 083 233
Hipotecas sobre imóveis industriais e/ou comerciais	6 236 707 137	15 805 957 910	6 236 707 137	15 805 957 910
Outros	-	24 158 661 480	-	24 158 661 480
Penhor de acções/equipamentos/valores mobiliários	-	140 000 000	-	140 000 000
Penhor de depósitos junto do BCI e/ou juntos dos accionistas financeiros (CGD/BPI)	3 551 129 660	3 021 795 681	3 551 129 660	3 021 795 681
Total	58 269 783 978	139 656 282 194	58 269 783 978	139 656 282 194



Qualidade do crédito por classe de activo

Os empréstimos e adiantamentos com vencimentos inferiores a 90 dias não são considerados como tendo o seu valor recuperável reduzido, a menos que haja informação a indicar o contrário. Relativamente a 31 de Dezembro de 2025, o valor era de 1.615.615.908,00 MZN (2024: 8.553.105.553,00 MZN).

O quadro abaixo representa a qualidade do crédito por classe de activo do Grupo:

	Vincendo sem imparidade individual	Vencido sem imparidade individual	Total crédito sem imparidade individual	Vincendo e vencido com imparidade individual	Total de Crédito	Garantias líquidas contra empréstimos	Imparidade total	Empréstimos líquidos de imparidade
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	57 799 196 995	3 902 836 345	61 702 033 340	10 538 953 617	72 240 986 958	6 605 887 184	7 555 413 465	64 685 573 493
Banca de Retailho	45 176 663 882	3 106 437 056	48 283 100 938	1 317 419 308	49 600 520 246	944 693 231	3 106 004 189	46 494 516 057
Empréstimos hipotecários	1 317 580 392	88 108 713	1 405 689 105	9 506 528	1 415 195 633	37 672 216	71 490 466	1 343 705 167
Vendas a prestações e locações financeiras	40 951 346 933	2 374 363 106	43 325 710 040	37 024 892	43 362 734 932	137 363 059	1 458 236 292	41 904 498 640
Cartões de crédito	415 795 552	28 111 186	443 906 738	-	443 906 738	-	33 424 290	410 482 448
Outros empréstimos e adiantamentos	2 491 941 004	615 854 051	3 107 795 056	1 270 887 888	4 378 682 944	769 657 955	1 542 853 141	2 835 829 803
Banca empresarial e de investimento	12 144 692 264	781 843 473	12 926 535 738	8 604 010 106	21 530 545 843	5 661 193 954	4 449 409 276	17 081 136 567
Empréstimos a grandes empresas	12 144 692 264	781 843 473	12 926 535 738	8 604 010 106	21 530 545 843	5 661 193 954	4 449 409 276	17 081 136 567
Juros corridos	477 840 849	14 555 816	492 396 664	617 524 204	1 109 920 868	-	-	1 109 920 868
Em 31 de Dezembro de 2025	57 799 196 995	3 902 836 345	61 702 033 340	10 538 953 617	72 240 986 958	6 605 887 184	7 555 413 465	64 685 573 493
Em 31 de Dezembro de 2024	60 559 589 795	14 409 477 124	74 969 066 919	3 181 368 090	78 150 435 009	14 556 194 654	6 789 517 591	71 360 917 417

O quadro abaixo representa a qualidade do crédito por classe de activo do Grupo:

	Vincendo sem imparidade individual	Vencido sem imparidade individual	Total crédito sem imparidade individual	Vincendo e vencido com imparidade individual	Total de Crédito	Garantias líquidas contra empréstimos	Imparidade total	Empréstimos líquidos de imparidade
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	57 861 061 418	3 902 836 345	61 763 897 763	10 538 953 617	72 302 851 381	6 605 887 184	7 555 413 465	64 747 437 916
Banca de Retailho	45 176 663 882	3 106 437 056	48 283 100 938	1 317 419 308	49 600 520 246	944 693 231	3 106 004 189	46 494 516 057
Empréstimos hipotecários	1 317 580 392	88 108 713	1 405 689 105	9 506 528	1 415 195 633	37 672 216	71 490 466	1 343 705 167
Vendas a prestações e locações financeiras	40 951 346 933	2 374 363 106	43 325 710 040	37 024 892	43 362 734 932	137 363 059	1 458 236 292	41 904 498 640
Cartões de crédito	415 795 552	28 111 186	443 906 738	-	443 906 738	-	33 424 290	410 482 448
Outros empréstimos e adiantamentos	2 491 941 004	615 854 051	3 107 795 056	1 270 887 888	4 378 682 944	769 657 955	1 542 853 141	2 835 829 803
Banca empresarial e de investimento	12 206 091 830	781 843 473	12 987 935 304	8 604 010 106	21 591 945 409	5 661 193 954	4 449 409 276	17 142 536 133
Empréstimos a grandes empresas	12 206 091 830	781 843 473	12 987 935 304	8 604 010 106	21 591 945 409	5 661 193 954	4 449 409 276	17 142 536 133
Juros corridos	478 305 706	14 555 816	492 861 522	617 524 204	1 110 385 725	-	-	1 110 385 725
Em 31 de Dezembro de 2025	57 861 061 418	3 902 836 345	61 763 897 763	10 538 953 617	72 302 851 381	6 605 887 184	7 555 413 465	64 747 437 916
Em 31 de Dezembro de 2024	60 666 091 319	14 409 477 124	75 075 568 443	3 181 368 090	78 256 936 533	14 556 194 654	6 789 517 591	71 467 418 941

Decomposição do crédito vencido

Em 31 de Dezembro de 2025, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte composição por classe de incumprimento de acordo com as regras do Banco de Moçambique (Aviso nº 16/GBM/2013), segundo as quais a exposição integral da operação é classificada como vencida se pelo menos uma prestação de capital e/ou juros registar atrasos a partir de um (1) dia¹:

	Até três meses	De três a seis meses	De seis meses a um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Crédito Vencido						
Valor Bruto	1 615 615 908	2 416 956 361	2 217 475 749	733 099 294	4 840 460 841	11 823 608 153
Imparidade	(103 208 317)	(562 251 042)	(979 992 268)	(552 913 190)	(1 633 746 675)	(3 832 111 492)
	1 512 407 591	1 854 705 319	1 237 483 481	180 186 103	3 206 714 166	7 991 496 661

Em 31 de Dezembro de 2024, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte composição por classe de incumprimento:

	Até três meses	De três a seis meses	De seis meses a um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Crédito Vencido						
Valor Bruto	8 553 105 554	1 660 366 310	352 762 537	1 347 367 539	5 166 201 414	17 079 803 354
Imparidade	(301 981 210)	(807 280 637)	(223 324 439)	(1 109 907 514)	(562 517 702)	(3 005 011 502)
	8 251 124 344	853 085 674	129 438 098	237 460 025	4 603 683 712	14 074 791 852

Imparidade

O modelo de imparidade do crédito, desenvolvido pelo BCI no âmbito da IFRS 9, permite mensurar as perdas esperadas (imparidade) segundo a qualidade do crédito dos mutuários, o segmento de risco em que se encontram classificados e atendendo ao nível dos colaterais existentes, mediante a afectação dos créditos aos seguintes macro segmentos:

- **Stage 1** - Crédito em cumprimento, sem indícios de degradação significativa do risco de crédito;
- **Stage 2** - Crédito sem incumprimento, mas em que foram identificados critérios de degradação significativa do risco de crédito. Neste segmento estão incluídas as reestruturações por dificuldades financeiras do cliente que não tenham activado critérios de incumprimento;
- **Stage 3** - Crédito em incumprimento (*default*).

Os factores de risco utilizados no modelo de imparidade do crédito (PD a 12 meses, *PD lifetime*, *LGD*, Maturidade Comportamental e *Credit Conversion Factor*) são actualizados anualmente e são objecto de *backtesting* e de ajustamentos *point-in-time* para garantir que reflectem adequadamente as condições de mercado.

Os cenários macroeconómicos que suportam a vertente forward-looking dos factores de risco são actualizados também anualmente, considerando as projecções macroeconómicas mais recentes disponibilizadas pela CGD em conjugação com as disponibilizadas por Outras Instituições (por exemplo, pelo FMI, Banco Mundial e Banco de Moçambique). No cálculo de

imparidade são considerados três cenários macroeconómicos (favorável, central e adverso) cuja ponderação é definida pelo Gabinete de Estudos da CGD/BCI.

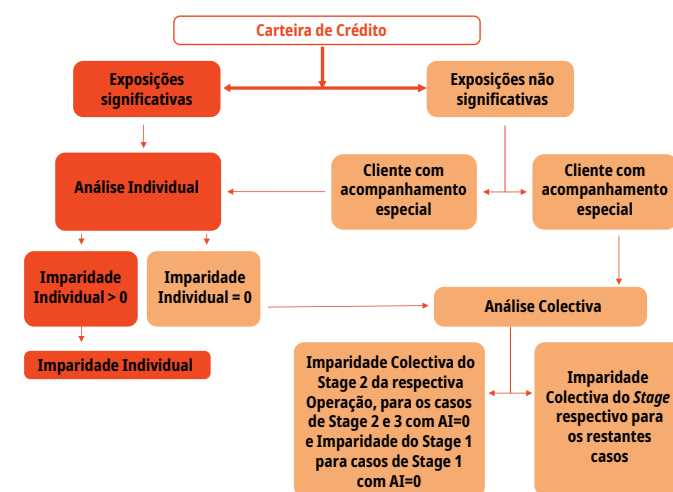
Cenário Base: 60,00%
Cenário Favorável: 18,75%
Cenário Adverso: 21,25%

O modelo de imparidade do crédito mantém os conceitos de imparidade colectiva e de imparidade individual, conforme descritos abaixo:

- **Análise individual de imparidade** - nos clientes com exposições consideradas individualmente significativas é efectuada uma avaliação individual. O processo envolve as áreas comerciais do Banco, a Direcção de Análise de Crédito, Direcção de Recuperação de Crédito e Direcção de Gestão de Risco, com uma validação final pelo Conselho de Crédito.
- **Análise colectiva de imparidade** - todas exposições são sujeitas a esta análise, sendo determinada a perda esperada por subsegmentos de risco, que englobam activos com características de risco similares (segmento de crédito, tipo de crédito ou finalidade, histórico de comportamento de pagamento, entre outras) e baseando-se nos factores de risco (PD, LGD, CCF e BM);
- **Consolidação de imparidade** - atribuição de imparidade colectiva caso a individual seja nula e individual caso esta seja superior a 0%.

Avaliação de imparidade

De acordo com IFRS 9, todos os créditos devem ser submetidos à avaliação de imparidade. O esquema abaixo sintetiza o processo de cálculo de imparidades no BCI.



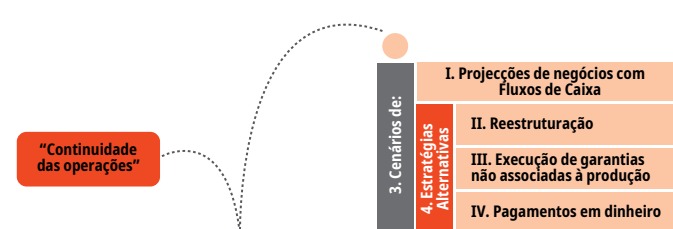
Análise Individual

O Banco determina a imparidade individual adequada para cada crédito com exposição significativa numa base individual através da avaliação de diversos factores, tais como, a evolução financeira histórica da contraparte, o seu plano de negócio futuro, a capacidade de melhoria do seu desempenho económico após o surgimento de alguma dificuldade económica, a existência de outras fontes de suporte financeiro e o valor realizável de garantias/colaterais recebidas.

Em termos de metodologia de análise individual de imparidade, o BCI observa as seguintes dimensões:

- **Abordagem Going Concern** (empresa em actividade, não sendo previsível a sua liquidação) - o devedor irá continuar a gerar fluxos de caixa operacionais que podem ser utilizados para o reembolso da dívida a todos os credores. Adicionalmente, o colateral pode ser considerado na medida em que não influencie os fluxos de caixa operacionais. Esta abordagem é considerada mais provável se os fluxos de caixa futuros do devedor são materiais e podem ser estimados de forma fiável e/ou se o nível de colateralização da exposição é limitado.

De forma resumida, a imagem abaixo evidencia as quatro estratégias possíveis nesta abordagem:



- **Abordagem Gone Concern** (empresa em liquidação ou com risco de liquidação) - o colateral é executado e cessam os fluxos de caixa operacionais da entidade.

De forma resumida, a imagem abaixo sintetiza as estratégias possíveis:



No cenário de execução de garantias, o analista responsável pela análise individual deve estimar os parâmetros abaixo para apurar os fluxos de caixa que cobrirão o valor em dívida:

- o Tempo de reposição;
- o Valor futuro esperado;
- o Tempo adicional para vender;
- o Desconto da venda; e
- o Custos incorridos.

As fichas de análise individual têm uma validade anual para exposições classificadas no Nível 1 (*Stage 1*), trimestral e trimestral para exposições classificadas nos Níveis 2 e 3 (*Stage 2 e 3*), respectivamente, não invalidando a sua actualização pontual desde que existam eventos de perda ou alterações significativas na envolvente do cliente que assim o determinem.

No contexto da avaliação individual de imparidade dos clientes com grande exposição, a análise está centrada, essencialmente, nas seguintes dimensões:

- Cumprimento das condições contratuais acordadas com o Banco;
- Avaliação da situação económico-financeira actual e prospectiva;
- Perspectivas sobre a evolução da actividade do cliente;
- Verificação da existência de operações com crédito e juros vencidos no sistema financeiro;
- Adequação de garantias e de colaterais para mitigação do crédito concedido;
- Análise de informação histórica sobre o comportamento de bom pagamento do cliente.

Para as exposições significativas avaliadas individualmente em que não foram identificadas situações objectivas de imparidade, procede-se ao apuramento de uma imparidade colectiva em conformidade com os factores de risco determinados para créditos com características semelhantes.

Análise colectiva

O Banco efectua a avaliação da imparidade colectiva para todos os créditos que não tenham individualmente exposição significativa, bem como para créditos com exposição significativa para os quais não existe prova objectiva de imparidade individual. A avaliação é efectuada mediante a desagregação dos créditos em segmentos homogêneos de risco. O cálculo da *Expected Credit Loss* (ECL) através de análise colectiva tem por base parâmetros de risco como *Credit Conversion Factor* (CCF), Probabilidade de *Default* (PD), *Loss Given Default* (LGD) e Maturidade Comportamental (BM) e pressupõe uma projecção de fluxos de caixa associados ao contrato para cálculo da exposição em determinado período.

Probabilidade de default

A Probabilidade de *Default* (PD) é a probabilidade de um empréstimo entrar em incumprimento dentro de um horizonte de tempo determinado (ou num dado momento no tempo) com base no estado do empréstimo no momento de análise. De acordo com a metodologia desenvolvida para cálculo de ECL, a probabilidade de incumprimento associada a uma operação deve ser estimada seguindo duas abordagens distintas: estimação da *PD Lifetime* considerando a vida útil da operação e estimação da PD a 12 meses. Ambas as estimativas de PD representam a probabilidade de a operação de crédito entrar em incumprimento até à maturidade da operação ou ao período de tempo considerado para cálculo. A *PD Lifetime*, estimada ao longo da maturidade, é aplicável apenas a operações em que se verifique uma deterioração significativa do risco de crédito associado (e consideradas em *Stage 2*), enquanto a PD a 12 meses é aplicada a operações identificadas em *Stage 1*.

As curvas de PDs são calculadas com base nas informações históricas das operações de crédito do Banco (7,5 anos).

O comportamento dos créditos no passado e as taxas de incumprimento observadas (ODR's - *Observed Default Rates*), ajustadas com base nas previsões macroeconómicas (*forward looking*), são aspectos utilizados para estimar o desempenho futuro das operações com características semelhantes, ou seja, do mesmo segmento de risco.

¹ Nos casos de reestruturação sem o pagamento de juros/capital vencidos e/ou reforço de garantias, a contagem dos dias de atraso não deve ser interrompida.

Actualmente, o Banco tem definido os seguintes segmentos:

- Instituições financeiras, sector público, empresas do grupo e institucionais
- Grandes e médias empresas
- Pequenos negócios
- Consumo
- Habitação
- Cartões de crédito
- Descobertos
- Outros créditos

As características dos contratos são configuradas pelo Banco e servem como parâmetros para segmentar a carteira de crédito. Recorrendo a métodos estatísticos, o Banco calcula as curvas de PDs para cada segmento e nível de imparidade.

Loss Given default

A *Loss Given Default* (LGD), ou perda dado o incumprimento, representa a percentagem do valor de um crédito que o Banco espera perder quando esse crédito entrar em incumprimento. A LGD está dependente do número de anos para o qual o mutuário da operação esteja em situação de incumprimento, da existência de colaterais da operação, do valor dos colaterais, o valor do direito legal sobre esses colaterais, probabilidades de execução dos colaterais e custos suportados nos processos de recuperação.

Todos os créditos com pelo menos um incumprimento observado, dentro do período histórico seleccionado, são utilizados para o cálculo estatístico da LGD. No caso das LGDs, o objecto do estudo estatístico não é o próprio crédito, mas sim cada estado de incumprimento, o que significa que cada entrada “nova” no estado de incumprimento é considerada como uma nova observação. Assim, as observações tomadas em consideração para o cálculo de LGDs serão o número de entradas e reentradas em incumprimento para cada empréstimo de todo o portfólio. Importa referir que esta estimação é alvo da incorporação da componente de forward looking e sujeita ao exercício de *backtesting*.

A metodologia de cálculo das LGDs baseia-se na identificação de estratégias de recuperação após a observação do incumprimento. Para cada uma das estratégias de recuperação e para cada segmento será calculada uma LGD, com base nos seguintes parâmetros:

- Probabilidade da estratégia – representa a probabilidade de um crédito que está em incumprimento atingir

um determinado perfil de recuperação. Para o cálculo da probabilidade são utilizados dados históricos de incumprimentos observados (7,5 anos) ponderados pela exposição em caso de incumprimento;

- Perda por estratégia – representa a perda esperada para uma estratégia específica. Para o cálculo da probabilidade são utilizados dados históricos de recuperações observadas (7,5 anos) ponderados pela exposição em caso de incumprimento.

Adicionalmente a metodologia actual de LGD pode ser dividida em dois tipos de LGD:

- LGD *cash* - corresponde à LGD baseada nas probabilidades de perda observadas para esse segmento, uma vez que as perdas são calculadas com base na diferença entre o montante em dívida de cada mês após a data de incumprimento;
- LGD colateral - LGD apurada com base no cálculo do montante futuro que se espera vir a recuperar através do colateral, actualizado para o momento actual.

Credit Conversion Factor

O *Credit Conversion Factor* (CCF), ou factor de conversão de crédito, representa a percentagem da exposição extrapatrimonial que poderá ser convertida numa exposição patrimonial até ao *default*. A metodologia desenvolvida pelo Banco é aplicada a operações com limites de utilização de crédito *revolving*, tais como Cartões de Crédito, Descobertos e Contas Correntes. Para Garantias Bancárias e Créditos Documentários são usados os CCF regulamentares.

Behavioural Maturity

Behavioural Maturity (BM), ou maturidade comportamental, pretende identificar o período durante o qual a instituição se encontra exposta ao risco de crédito. Este parâmetro é tipicamente calculado para operações em que a data de vencimento da operação não se encontra definida (e.g. Créditos *Revolving*). Desta forma, a metodologia definida pressupõe que a maturidade comportamental seja estimada para os seguintes tipos de crédito: Descobertos, Contas Correntes e Cartões de Crédito. Os factores de risco são actualizados anualmente com base em informação histórica.

A imparidade de acordo com o modelo pode ser verificada abaixo:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Imparidade patrimonial				
- Imparidade individual	3 466 979 685	2 108 856 295	3 466 979 685	2 108 856 295
- Imparidade colectiva	4 088 433 780	4 680 661 297	4 088 433 780	4 680 661 297
	7 555 413 465	6 789 517 592	7 555 413 465	6 789 517 592
Imparidade extrapatrimonial	63 596 287	54 402 681	63 596 287	54 402 681
	63 596 287	54 402 681	63 596 287	54 402 681

A imparidade Colectiva a 31 de Dezembro de 2025 inclui o saldo de *Overlays* de 1.987.722.672,00 MZN (2024: 2.317.548.757,00 MZN).

O Banco mantém um saldo de *Overlays* nas suas contas para fazer face à potencial degradação do risco da carteira de crédito, com base na análise de sensibilidade efectuada sobre a potencial migração para *Stage 2* de créditos com *rating* entre 1/10 a 4/10,

e para *Stage 3* no caso de créditos com *rating* entre 5/10 a 10/10. Este exercício pretende antecipar eventuais efeitos desfavoráveis nos sectores de actividade que foram mais impactados pelo contexto macroeconómico emergente da tensão pós-eleitoral e que também resultou numa degradação da classificação de *rating* atribuída pelas agências internacionais.

A análise do crédito bruto a clientes por classe apresenta-se como se segue, para o Banco:

Empréstimos e adiantamentos a 31 de Dezembro de 2025

	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
	Crédito a habitação	1 420 432 622	1 338 387 881	15 519 995
<i>Do qual reestruturado</i>	43 526 125	-	-	43 526 125
Crédito ao consumo	43 731 697 571	39 828 044 866	2 680 700 858	1 222 951 847
<i>Do qual reestruturado</i>	227 912 023	-	17 462 601	210 449 422
Outros créditos a particulares	627 598 490	480 793 448	65 842 147	80 962 895
<i>Do qual reestruturado</i>	49 320 495	-	7 194 145	42 126 350
Total de crédito a particulares	45 779 728 683	41 647 226 194	2 762 063 001	1 370 439 488
Crédito a grandes e medias empresas	19 526 702 157	11 684 771 636	944 209 262	6 897 721 259
<i>Do qual reestruturado</i>	5 261 028 361	-	790 115 227	4 470 913 135
Crédito a Pequenos Negócios	448 395 525	250 689 416	68 552 125	129 153 984
<i>Do qual reestruturado</i>	120 273 052	-	50 185 457	70 087 595
Crédito a Institucionais	6 548 025 016	2 006 288 214	752 430 617	3 789 306 185
<i>Do qual reestruturado</i>	-	-	-	-
Total de crédito a empresas	26 523 122 698	13 941 749 266	1 765 192 004	10 816 181 428
Total	72 302 851 381	55 588 975 460	4 527 255 005	12 186 620 916

Empréstimos e adiantamentos a 31 de Dezembro de 2024

	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
	Crédito a habitação	1 623 665 028	1 499 297 127	24 072 905
<i>Do qual reestruturado</i>	41 890 847	-	-	41 890 847
Crédito ao consumo	42 969 292 923	40 341 323 504	1 509 711 658	1 118 257 761
<i>Do qual reestruturado</i>	300 840 000	-	42 858 927	257 981 074
Outros créditos a particulares	759 235 198	551 830 685	89 219 577	118 184 937
<i>Do qual reestruturado</i>	68 646 285	-	24 972 422	43 673 863
Total de crédito a particulares	45 352 193 149	42 392 451 315	1 623 004 139	1 336 737 695
Crédito a grandes e medias empresas	24 298 471 626	14 863 259 734	6 092 230 568	3 342 981 323
<i>Do qual reestruturado</i>	5 988 401 011	-	5 381 000 304	607 400 706
Crédito a Pequenos Negócios	411 154 733	198 861 118	124 380 483	87 913 132
<i>Do qual reestruturado</i>	47 817 450	-	6 157 774	41 659 676
Crédito a Institucionais	8 195 117 025	381 862 305	7 813 254 720	-
Total de crédito a empresas	32 904 743 384	15 443 983 157	14 029 865 771	3 430 894 456
Total	78 256 936 533	57 836 434 472	15 652 869 911	4 767 632 150

As imparidades por classe apresentam-se como segue:

Empréstimos e adiantamentos a 31 de Dezembro de 2025

	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
	Crédito a habitação	71 490 466	10 708 633	1 659 427
<i>Do qual reestruturado</i>	42 637 058	-	-	42 637 058
Crédito ao consumo	1 457 783 783	339 662 429	308 964 547	809 156 807
<i>Do qual reestruturado</i>	157 375 272	-	2 287 568	155 087 705
Outros créditos a particulares	92 127 556	2 532 153	5 000 212	84 595 190
<i>Do qual reestruturado</i>	37 817 238	-	629 766	37 187 472
Total de crédito a particulares	1 621 401 805	352 903 214	315 624 186	952 874 405
Crédito a grandes e medias empresas	4 906 648 939	75 932 624	2 061 446 004	2 769 270 312
<i>Do qual reestruturado</i>	1 337 685 010	-	63 302 078	1 274 382 932
Crédito a Pequenos negócios	124 074 475	6 318 692	7 858 517	109 897 266
<i>Do qual reestruturado</i>	65 524 274	-	6 312 722	59 211 552
Crédito a Institucionais	903 288 246	1 288	139 643 504	763 643 454
<i>Do qual reestruturado</i>	-	-	-	-
Total de crédito a empresas	5 934 011 660	82 252 604	2 208 948 024	3 642 811 031
Total	7 555 413 465	435 155 819	2 524 572 210	4 595 685 436

Imparidade de Empréstimos e adiantamentos a 31 de Dezembro de 2024

	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
	Crédito a habitação	92 845 647	4 857 020	2 720 629
<i>Do qual reestruturado</i>	41 885 690	-	-	41 885 690
Crédito ao consumo	1 473 129 154	637 230 739	49 343 607	786 554 808
<i>Do qual reestruturado</i>	209 307 096	-	1 709 252	207 597 844
Outros créditos a particulares	122 013 090	6 597 163	12 025 801	103 390 126
<i>Do qual reestruturado</i>	41 465 837	-	4 231 114	37 234 722
Total de crédito a particulares	1 687 987 891	648 684 922	64 090 037	975 212 932
Crédito a grandes e medias empresas	4 127 595 978	97 225 236	1 744 183 901	2 286 186 841
<i>Do qual reestruturado</i>	715 390 802	-	128 474 895	586 915 907
Crédito a Pequenos negócios	85 981 390	3 241 037	4 011 696	78 728 657
<i>Do qual reestruturado</i>	41 079 447	-	583 631	40 495 816
Crédito a Institucionais	887 952 333	2 364 492	885 587 841	-
Total de crédito a empresas	5 101 529 701	102 830 765	2 633 783 438	2 364 915 499
Total	6 789 517 592	751 515 687	2 697 873 475	3 340 128 431

Crédito a cliente por sector, no *stage 3*, apresenta-se como segue:

Sector	Dez-25		Dez-24	
	Empréstimos e adiantamentos Stage 3	Imparidades Stage 3	Empréstimos e adiantamentos Stage 3	Imparidades Stage 3
Agricultura	19 096 787	13 433 452	21 331 942	18 731 815
Comércio e serviços	1 932 643 460	1 060 006 306	2 165 024 751	1 213 065 941
Construções	10 645 124	9 168 843	25 495 555	19 561 610
Ensino e educação	348 649 968	295 997 909	412 934 288	351 759 069
Hotelaria e Turismo	146 528 739	141 241 478	151 099 380	145 683 237
Indústria	261 885 375	256 190 798	321 675 446	301 384 183
Outros sectores empresariais	4 086 462 594	1 025 753 247	292 313 328	276 768 893
Particulares	1 370 433 440	952 868 357	1 336 166 565	974 906 190
Transportes	4 010 275 429	841 025 047	41 590 896	38 267 493
Total	12 186 620 916	4 595 685 436	4 767 632 150	3 340 128 431

Crédito a cliente por produtos, no *stage 3*, apresenta-se como se segue:

Produto	Dez-25		Dez-24	
	Crédito - Stage 3	Imparidades Stage 3	Crédito - Stage 3	Imparidades Stage 3
Cartões de crédito	24 977 249	37 532 677	29 435 926	23 469 857
Contas Correntes Caucionadas	523 792 315	306 993 971	272 521 992	269 469 807
Crédito Geral/Financiamento	8 896 081 383	2 279 637 330	1 817 288 204	898 562 845
Crédito de rendas	2 539 536 005	1 832 264 196	2 438 986 074	1 984 412 761
Descobertos	22 113 309	16 081 912	86 464 326	60 162 804
Livranças	56 989 849	30 586 853	1 204 062	819 695
Leasing	123 130 807	92 588 497	121 731 567	103 230 661
Total	12 186 620 916	4 595 685 436	4 767 632 150	3 340 128 431

É daqui o futuro.

Crédito a cliente por colateral, no *stage 3*, apresenta-se como se segue:

Sector	Dez-25			Dez-24		
	Crédito - Stage 3	Colateral	Imparidades Stage 3	Crédito - Stage 3	Colateral	Imparidades Stage 3
Aval (outros)	1 078 236 503	1 955 194 901	698 771 112	131 731 620	167 116 983	124 472 747
Aval do Estado	6 638 206 800	13 009 475 782	1 697 052 569	1 607 416 902	3 868 744 346	690 923 427
Hipotecas de Imóveis	1 277 290 374	1 542 233 421	1 108 514 626	1 518 168 589	1 420 735 257	1 384 058 327
Outras Garantias	230 562 405	233 202 707	188 179 148	1 025 838 513	1 303 528 121	707 437 495
Penhor de depósitos no BCI	2 053 166	13 675 067	2 162 255	5 090 674	4 560 625	564 763
Sem garantia	2 960 271 667	480 318 024	901 005 725	479 385 852	38 456 099	432 671 671
Total	12 186 620 916	17 234 099 902	4 595 685 436	4 767 632 150	6 803 141 431	3 340 128 431

Tipo de Colateral	Dez-25	Dez-24
Hipotecas de Imóveis	44.958.210	37.009.428
Penhor de depósitos no BCI	5.000.000	94.875.000

Imparidade de Empréstimos e adiantamentos a 31 de Dezembro 2025

	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
	Saldo no início do período	6 527 676 976	751 515 687	2 697 873 475
Stage 1				
Transferência do Stage 2 para 1	(49 395 796)	5 577 717	(54 973 513)	-
Transferência do Stage 3 para 1	(25 694 834)	331 166	-	(26 026 000)
Stage 2				
Transferência do Stage 1 para 2	167 736 525	(34 130 690)	201 867 215	-
Transferência do Stage 3 para 2	(47 434 216)	-	8 502 168	(55 936 384)
Stage 3				
Transferência do Stage 1 para 3	281 343 591	(8 465 158)	-	289 808 749
Transferência do Stage 2 para 3	1 562 365 208	-	(105 137 815)	1 667 503 024
Créditos abatidos	(819 190 632)	-	-	(819 190 632)
Aumento e diminuição de imparidades	(303 833 974)	(279 672 904)	(223 559 319)	199 398 248
Saldo no fim do período	7 555 413 465	435 155 819	2 524 572 210	4 595 685 436

Imparidade de empréstimos e adiantamentos a 31 de Dezembro 2024

	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
	Saldo no início do período	6 527 676 976	872 548 787	2 554 402 206
Stage 1				
Transferência do Stage 2 para 1	(48 109 975)	14 571 278	(62 681 253)	-
Transferência do Stage 3 para 1	(131 734 069)	2 439 548	-	(134 173 616)
Stage 2				
Transferência do Stage 1 para 2	55 563 905	(47 635 293)	103 199 198	-
Transferência do Stage 3 para 2	(99 929 832)	-	13 807 609	(113 737 442)
Stage 3				
Transferência do Stage 1 para 3	317 665 176	(9 230 318)	-	326 895 494
Transferência do Stage 2 para 3	150 093 118	-	(16 769 280)	166 862 398
Créditos abatidos	(1 040 529 282)	-	-	(1 040 529 282)
Aumento e diminuição de imparidades	1 058 821 575	(81 178 314)	105 914 993	1 034 084 896
Saldo no fim do período	6 789 517 592	751 515 687	2 697 873 475	3 340 128 431

Análise de sensibilidade

Com o objectivo de promover a fiabilidade das estimativas obtidas no cálculo da imparidade são realizadas as seguintes análises de sensibilidade relativamente à Imparidade Colectiva:

- Aumento de 5% nas curvas PD;
- Aumento de 5% nas curvas LGD.

	Cenário Aprovado	Cenário Aumento PD	Cenário Aumento da LGD
Imparidade Consolidada	7 619 462 260	7 654 969 487	7 719 254 997
Impactos	-	35 507 226	64 285 510
Impacto total		99 792 736	

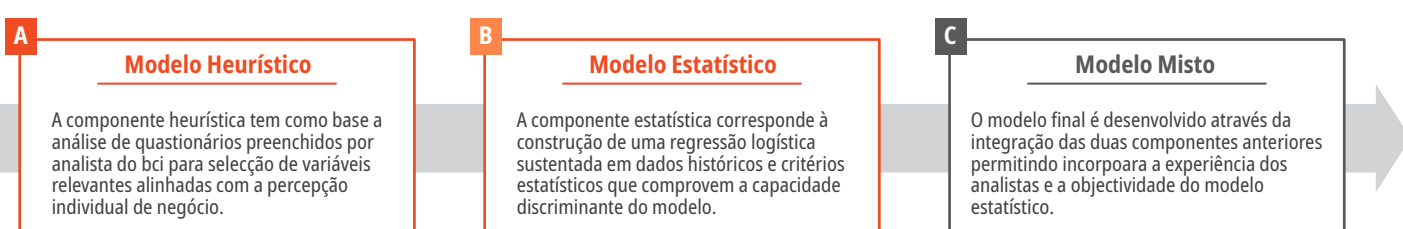
Existe imparidade de crédito nas seguintes classes de crédito a clientes no Banco:

	Empréstimos hipotecários	Vendas a prestações e locações financeiras	Empréstimos cartões	Outros empréstimos e adiantamentos	Empréstimos a grandes empresas	Total
Crédito vencido						
Saldo no início do ano	75 553 797	656 771 621	15 893 876	165 610 967	2 091 181 241	3 005 011 502
Contas fechadas com imparidade	-	-	-	-	(343 307 968)	(343 307 968)
Imparidade líquida do exercício	(23 254 161)	57 745 875	2 195 444	6 326 017	1 127 394 784	1 170 407 959
Em 31 de Dezembro de 2025	52 299 636	714 517 495	18 089 320	171 936 984	2 875 268 057	3 832 111 492
Crédito vincendo						
Saldo no início do ano	17 291 850	816 357 533	11 205 516	15 284 107	2 924 367 085	3 784 506 090
Imparidade líquida do exercício	1 898 980	(72 638 736)	4 129 454	(4 460 976)	9 867 161	(61 204 118)
Em 31 de Dezembro de 2025	19 190 830	743 718 797	15 334 970	10 823 131	2 934 234 245	3 723 301 973
	71 490 466	1 458 236 292	33 424 290	182 760 114	5 809 502 303	7 555 413 465

Modelos de Rating

O Banco dispõe de Modelos de notação de risco para o segmento de empresas não financeiras, com o objectivo de avaliar a capacidade creditícia de determinado cliente, através da atribuição de uma classificação de risco associada à probabilidade de o cliente entrar em incumprimento no horizonte temporal de 12 meses.

Assim, e tendo em consideração a informação financeira disponível, o modelo é misto, considerando o desenvolvimento e integração de duas componentes individuais – heurística e estatística.



Adicionalmente, existe uma componente complementar qualitativa, baseada no preenchimento de um questionário de análise qualitativa que, ainda que não seja integrado no *rating* final atribuído pelo modelo, é aplicado como informação complementar de suporte à decisão final da notação de *rating* atribuída pelo modelo misto.

Para o efeito, a carteira de clientes de empresas não financeiras é discriminada em 3 segmentos:

- ✓ Grandes Empresas,
- ✓ Médias Empresas, e
- ✓ Pequenos Negócios.

Exposição (crédito patrimonial e extrapatrimonial) por notação de *rating*:

Rating (Mscale)	PD (Mscale)	31 de Dezembro de 2025				
		Segmento (MZN)			Total	%
		GE	ME	PN		
1	20,65%	10 831 823 501	150 162 668	77 948 799	11 059 934 968	31,05%
2	16,47%	6 765 417 632	404 384 724	-	7 169 802 356	20,13%
3	0,14%	-	-	62 210 054	62 210 054	0,17%
4	15,70%	6 255 188 712	807 195 019	-	7 062 383 731	19,83%
5	13,67%	1 836 609 944	179 005 197	108 662 110	2 124 277 251	5,96%
6	11,33%	423 131 780	226 430 613	27 892 512	677 454 905	1,90%
7	0,78%	7 720 304	29 593 214	19 665 814	56 979 333	0,16%
8	0,66%	151 530 570	202 477 394	-	354 007 964	0,99%
9	0,01%	-	-	4 377 472	4 377 472	0,01%
10	0,01%	-	-	2 940 540	2 940 540	0,01%
D	20,58%	6 341 663 650	643 702 634	62 720 111	7 048 086 395	19,79%
Total		32 613 086 094	2 642 951 463	366 417 413	35 622 454 970	100%

Rating (Mscale)	PD (Mscale)	31 de Dezembro de 2024				
		Segmento (MZN)			Total	%
		GE	ME	PN		
1	0,54%	9 733 787 144,00	228 823 932,00	117 727 670,00	10 080 338 746,00	25,01%
2	1,12%	12 558 854 062,00	556 153 185,00	-	13 115 007 247,00	32,53%
3	2,30%	-	-	44 544 482,00	44 544 482,00	0,11%
4	4,67%	3 460 932 705,00	779 746 681,00	-	4 240 679 386,00	10,52%
5	9,24%	2 486 236 221,00	335 666 376,00	236 965 773,00	3 058 868 370,00	7,59%
6	17,48%	906 286 156,00	155 251 726,00	34 820 702,00	1 096 358 584,00	2,72%
7	30,60%	-	42 267 875,00	10 604 820,00	52 872 695,00	0,13%
8	47,85%	4 799 358 500,00	338 529 366,00	-	5 137 887 866,00	12,75%
9	65,62%	-	-	10 259 137,00	10 259 137,00	0,03%
10	79,89%	-	-	8 426 089,00	8 426 089,00	0,02%
D	N/A	2 688 695 241,00	671 470 930,00	105 115 737,00	3 465 281 908,00	8,60%
Total		36 634 150 029	3 107 910 071	568 464 410	40 310 524 510	100%

Exposição à dívida soberana

Enquadramento

A perturbação pós-eleitoral entre o final de 2024 e inícios de 2025, impactou negativamente na colecta fiscal e consequentemente na liquidez disponível do Governo de Moçambique, facto que agravou a situação orçamental e os atrasos no cumprimento das responsabilidades financeiras do Estado.

Como consequência, algumas das agências de *rating* que cobrem a realidade moçambicana, vieram a reduzir a classificação de crédito soberano em moeda local em Moçambique, bem como alterar o *outlook* da mesma, destacando-se a *Standard & Poors* (S&P) que baixou o *Rating* do País nesta moeda para o *Selective Default* (SD) a 21 de Março 2025 tendo mantido a avaliação em Outubro de 2025.

Este enquadramento veio a determinar por parte do Banco uma abordagem mais conservadora do que a adoptada em anos anteriores para o risco de crédito soberano, tendo resultado, no final de 2024, na classificação das Obrigações do Tesouro (OTs) em *Stage 3* e a restante carteira (Bilhetes do Tesouro (BTs), Crédito directo e com Aval do Estado) em *Stage 2*, com o consequente reforço das coberturas por Imparidades (atribuição de Imparidades *lifetime*).

Já em 2025, tendo em conta a prevalência e o agravamento dos incumprimentos, que se alargaram aos BTs e Crédito directo e com Aval do Estado o BCI classificou toda exposição soberana em *Stage 3*.

As coberturas por Imparidades foram reforçadas para a totalidade da carteira incluindo os BTs, instrumento que em 2024 não registava qualquer incumprimento, mas que em 2025 veio a registar, ainda que com níveis significativamente inferiores ao da restante dívida soberana.

O crédito directo ao Estado e com Aval do Estado também registou atrasos e modificações nos termos acordados tendo sido aplicada uma imparidade individual de acordo com o modelo de imparidade de crédito mas com uma LGD específica para a dívida soberana.

Apesar das várias renovações da dívida que ocorreram durante o ano, as OTs assim como os BTs não foram classificados como *Purchased or Originated Credit-Impaired* (POCI) porque ocorreram sem aumento de exposição e por troca na data de vencimento, consistindo numa gestão de maturidades, na ausência de um mercado secundário com materialidade. Os novos títulos foram assim considerados modificações à dívida mantendo a contraparte e o risco.

Composição da exposição soberana:

A exposição (patrimonial e/ou extrapatrimonial) ao Estado moçambicano, a 31 de Dezembro de 2025 apresentava a seguinte tipologia:

- ✓ Crédito directo ao Estado;
- ✓ Crédito com aval do Estado;
- ✓ Obrigações do tesouro; e
- ✓ Bilhetes do tesouro.

Classificação dos Instrumentos financeiros:

A maior parte da exposição soberana tem por base o modelo de negócio do Banco enquadrado nas IFRS 9 como *hold to collect*, sendo por isso mensurada ao custo amortizado, representando 88% da exposição. Os restantes 12% das obrigações e bilhetes do tesouro são geridos tendo por base o modelo de negócio *hold to collect and sale*, estando por isso mensuradas ao justo valor sendo as respectivas variações contabilizadas em outro rendimento integral.

Avaliação do aumento significativo do risco de crédito (*staging*):

Para avaliar o potencial aumento significativo do risco de crédito desta exposição, o Banco segue os mesmos critérios da restante carteira de activos financeiros.

Em linhas gerais, o aumento significativo do risco de crédito desta carteira tem em conta os eventos de risco registados pela contraparte e/ou na operação, tanto quantitativos como qualitativos, como por exemplo:

- Operações reestruturadas por dificuldades financeiras que não se enquadrem nos critérios de *stage 3*;
- Operações com atrasos superiores a 30 dias;
- Operações com indicador de insolvência activo que não se enquadrem nos critérios de *stage 3*;
- Atrasos no pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social;
- Cliente com eventual necessidade de alterações contratuais por dificuldades financeiras face ao aumento dos preços da energia;
- Clientes que apresentem uma degradação significativa do risco de crédito, avaliada através da comparação *PD Lifetime Forward Looking* da operação à data de relato face à *PD Lifetime Forward Looking* à data de reconhecimento inicial.

A activação do *default* (*Stage 3*) é baseada essencialmente, na identificação dos seguintes eventos:

- Atrasos superiores a 90 dias com quebra de materialidade;
- Atribuição de Imparidade por análise individual;
- Reestruturação com perda económica superior a 1%;
- Contágio de incumprimento em grupo de clientes interligados;
- Entre outros.

Apuramento das perdas esperadas de crédito:

No cálculo das perdas esperadas da exposição soberana a 31 de Dezembro de 2025, foram apuradas as mesmas coberturas para toda a carteira, com um racional diferenciado entre os BTs e a restante carteira soberana. Esta diferenciação assenta na atribuição aos BTs de Imparidades do Modelo e na alocação em Overlays do diferencial face à cobertura definida para esta exposição, e atribuição de Imparidades individuais à restante carteira.

Exposição Soberana por Stage

Tipo de exposição	Stage	Dez-24				Dez-25				Variação		
		Exposição	Overlays	Imparidade Total	Cobertura	Exposição	Overlays	Imparidade Total	Cobertura	Exposição	Overlays	Imparidade Total
Crédito Directo	1	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0	0	0
	2	3 649 927 351	242 865 240	285 563 973	7,8%	0	0	0	0,0%	(3 649 927 351)	(242 865 240)	(285 563 973)
	3	0	0	0	0,0%	3 789 646 862	0	763 712 109	20,2%	3 789 646 862	0	763 712 109
	Subtotal	3 649 927 351	242 865 240	285 563 973	7,8%	3 789 646 862	0	763 712 109	20,2%	139 719 511	(242 865 240)	478 148 136
Crédito com Aval do Estado	1	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0	0	0
	2	4 604 513 555	746 972 163	801 638 627	17,4%	0	0	0	0,0%	(4 604 513 555)	(746 972 163)	(801 638 627)
	3	1 607 416 902	0	690 923 427	43,0%	5 426 169 664	0	1 452 795 658	26,8%	3 818 752 762	0	761 872 231
	Subtotal	6 211 930 457	746 972 163	1 492 562 054	24,0%	5 426 169 664	0	1 452 795 658	26,8%	(785 760 793)	(746 972 163)	(39 766 396)
Crédito + Avalizado (Estado)	9 861 857 808	989 837 403	1 778 126 027	18,0%	9 215 816 526	0	2 216 507 767	24,1%	(646 041 281)	(989 837 403)	438 381 740	
Obrigações de Tesouro	1	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0	0	0
	2	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0	0	0
	3	17 018 418 475	1 489 590 733	1 705 319 185	10,0%	17 319 442 250	0	3 490 316 709	20,2%	301 023 775	(1 489 590 733)	1 784 997 524
	Subtotal	17 018 418 475	1 489 590 733	1 705 319 185	10,0%	17 319 442 250	0	3 490 316 709	20,2%	301 023 775	(1 489 590 733)	1 784 997 524
Bilhetes de Tesouro	1	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0	0	0
	2	29 637 316 000	992 127 324	992 127 324	3,3%	0	0	0	0,0%	(29 637 316 000)	(992 127 324)	(992 127 324)
	3	0	0	0	0,0%	29 943 628 019	5 356 846 702	6 034 417 489	20,2%	29 943 628 019	5 356 846 702	6 034 417 489
	Subtotal	29 637 316 000	992 127 324	992 127 324	3,3%	29 943 628 019	5 356 846 702	6 034 417 489	20,2%	306 312 019	4 364 719 378	5 042 290 165
Crédito Titulado_Custo amortizado	46 655 734 475	2 481 718 058	2 697 446 510	5,8%	47 263 070 269	5 356 846 702	9 524 734 198	20,2%	607 335 794	2 875 128 644	6 827 287 689	
Bilhetes de Tesouro	1	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0	0	0
	2	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0	0	0
	3	2 300 775 800	243 205 838	277 354 254	12,1%	2 355 010 848	0	474 595 752	20,2%	54 235 048	(243 205 838)	197 241 498
	Subtotal	2 300 775 800	243 205 838	277 354 254	12,1%	2 355 010 848	0	474 595 752	20,2%	54 235 048	(243 205 838)	197 241 498
Bilhetes de Tesouro	1	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0	0	0
	2	5 060 404 000	167 747 912	167 747 912	3,3%	0	0	0	0,0%	(5 060 404 000)	(167 747 912)	(167 747 912)
	3	0	0	0	0,0%	5 031 000 000	890 777 359	1 013 876 955	20,2%	5 031 000 000	890 777 359	1 013 876 955
	Subtotal	5 060 404 000	167 747 912	167 747 912	3,3%	5 031 000 000	890 777 359	1 013 876 955	20,2%	(29 404 000)	723 029 447	846 129 043
Crédito Titulado_Justo Valor	7 361 179 800	410 953 749	445 102 166	6,0%	7 386 010 848	890 777 359	1 488 472 706	20,2%	24 831 048	479 823 610	1 043 370 541	
Crédito Titulado_Total	54 016 914 275	2 892 671 807	3 142 548 675	5,8%	54 649 081 117	6 247 624 061	11 013 206 905	20,2%	632 166 842	3 354 952 254	7 870 658 229	
Total (Estado)	63 878 772 083	3 882 509 210	4 920 674 702	7,7%	63 864 897 643	6 247 624 061	13 229 714 671	20,7%	(13 874 440)	2 365 114 851	8 309 039 970	

Resumo da exposição soberana e detalhe da imparidade total registada por stage, para os exercícios apresentados:

Exposição Soberana por Stage_Análise de sensibilidade

Tipo de exposição	Stage	Dez-24			Dez-25			Variação	
		Exposição	Imparidade Total	Cobertura	Exposição	Imparidade Total	Cobertura	Imparidade Total	Cobertura
Crédito Directo	1	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0,0%
	2	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0,0%
	3	3 789 646 862	763 712 109	20,2%	3 789 646 862	947 411 716	25,0%	183 699 607	4,8%
	Subtotal	3 789 646 862	763 712 109	20,2%	3 789 646 862	947 411 716	25,0%	183 699 607	4,8%
Crédito com Aval do Estado	1	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0,0%
	2	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0,0%
	3	5 426 169 664	1 452 795 658	26,8%	5 426 169 664	1 644 276 435	30,3%	191 480 777	3,5%
	Subtotal	5 426 169 664	1 452 795 658	26,8%	5 426 169 664	1 644 276 435	30,3%	191 480 777	3,5%
Crédito + Avalizado (Estado)	9 215 816 526	2 216 507 767	24,1%	9 215 816 526	2 591 688 150	28,1%	375 180 384	4,1%	
Obrigações de Tesouro	1	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0,0%
	2	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0,0%
	3	19 674 453 098	3 964 912 461	20,2%	19 674 453 098	4 918 613 275	25,0%	953 700 813	4,8%
	Subtotal	19 674 453 098	3 964 912 461	20,2%	19 674 453 098	4 918 613 275	25,0%	953 700 813	4,8%
Bilhetes de Tesouro	1	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0,0%
	2	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0,0%
	3	34 974 628 019	7 048 294 444	20,2%	34 974 628 019	8 743 657 005	25,0%	1 695 362 561	4,8%
	Subtotal	34 974 628 019	7 048 294 444	20,2%	34 974 628 019	8 743 657 005	25,0%	1 695 362 561	4,8%
Crédito Titulado	54 649 081 117	11 013 206 905	20,2%	54 649 081 117	13 662 270 279	25,0%	2 649 063 375	4,8%	
Total (Estado)	63 864 897 643	13 229 714 671	20,7%	63 864 897 643	16 253 958 430	25,5%	3 024 243 758	4,7%	

Análise de Sensibilidade:

A análise efectuada consistiu em considerar um agravamento da LGD em 5 pontos percentuais, resultando no acréscimo de MZN 3.024 milhões em Imparidades

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de uma instituição enfrentar dificuldades em cumprir as suas obrigações (sobretudo, as de curto prazo), à medida que vencem, ou em assegurar o refinanciamento dos activos detidos no seu balanço, sem incorrer em custos ou perdas significativas. A mitigação deste risco é feita com recurso à gestão dos activos, com base na sua liquidez e o controlo periódico dos fluxos de caixa futuros.

A gestão e o controlo do risco de liquidez são feitos com o recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço para evidenciar, em cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de entrada e saída de caixa, bem como a magnitude dos respectivos gaps de liquidez. Os saldos das contas de Depósitos à Ordem são repartidos pelos prazos de maturidade de acordo com uma chave de replicação, a qual foi definida após um estudo da estabilidade histórica dos saldos dos Depósitos à Ordem – as práticas internacionais apontam para este tipo de tratamento por forma a reflectir a natureza e estrutura do balanço na gestão dos gaps.

Adicionalmente, é usada como base da gestão e controlo de liquidez, o grau de cobertura do passivo de curto prazo pela reserva de activos líquidos, como forma de evidenciar a facilidade de fazer face às obrigações quando elas vencem, sem incorrer em custos adicionais ao recorrer ao mercado.

A política e a estratégia de gestão, relacionada com o risco de liquidez, é definida pelo Conselho de Administração e acompanhada pelo Comité de Capital, Activos e Passivos (CALCO), sendo implementada pela Direcção de Mercados Financeiros (DMF) e controlada pela Direcção de Gestão de Risco (DGR). As análises do risco de liquidez são efectuadas nas reuniões semanais de risco de liquidez e de mercado, bem como em reuniões de CALCO, mensalmente. É de referir que diariamente é partilhado o relatório diário de KPIs de liquidez. Na gestão da liquidez excedentária, o Banco tem acedido a leilões de compra de Bilhetes de Tesouro com acordo de revenda (Reverse Repo), junto do Banco de Moçambique (BM), bem como em cedências de liquidez a Outras Instituições de Crédito (OICs).

É de referir que até 31 de Dezembro de 2025, o BM intervinha no mercado semanalmente, com vendas de Bilhetes de Tesouro com acordo de recompra ou compra de Bilhetes de Tesouro com acordo de revenda, dependendo do nível de necessidades do mercado.



Adicionalmente, o Banco tem efectuado também aplicações em leilões de Bilhetes de Tesouro e de Obrigações de Tesouro, que permitem aceder à Facilidade Permanente de Cedência de liquidez (FPC), disponível para as tomadas de fundos por parte dos Bancos

Comerciais junto do BM, em circunstância de défice de liquidez, sendo que estes fundos são disponibilizados até ao valor descontado da carteira de títulos elegível e pelo prazo de um (1) dia.

Sumário dos itens do balanço do Grupo por prazos de maturidade, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024:

31 de Dezembro de 2025	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	58 501 220 339	-	-	-	-	58 501 220 339
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	3 471 062 620	-	-	-	-	3 471 062 620
Aplicações em instituições de crédito	52 637 149 244	-	1 382 739 163	-	-	54 019 888 407
Activos financeiros	1 380 121 210	19 723 136 101	16 919 219 113	8 216 513 088	4 910 470 900	51 149 460 412
Activos não corrente detidos para venda	58 009 321	3 296 689 263	2 170 601 784	1 646 311 088	1 038 036 486	8 209 647 942
Crédito a clientes	7 501 324 600	5 097 616 619	21 166 464 182	41 065 192 944	27 647 269 331	102 477 867 676
Total do Activo	123 548 887 334	28 117 441 983	41 639 024 242	50 928 017 120	33 595 776 717	277 829 147 396
Recursos de bancos centrais	-	-	20 439 950	-	-	20 439 950
Recursos de outras instituições de crédito	986 749 839	129 826 975	-	-	-	1 116 576 814
Recursos de clientes	88 640 954 690	20 391 484 508	24 130 202 099	24 065 743 249	35 991 145 817	193 219 530 363
Recursos consignados	10 351 414	23 858 004	1 333 146 627	946 607 798	16 384 340	2 330 348 183
Total do Passivo	89 638 055 943	20 545 169 487	25 483 788 676	25 012 351 047	36 007 530 157	196 686 895 310
GAP de Liquidez em MZN	33 910 831 391	7 572 272 496	16 155 235 566	25 915 666 073	(2 411 753 440)	81 142 252 086
GAP de Liquidez Acumulado	33 910 831 391	41 483 103 887	57 638 339 453	83 554 005 526	81 142 252 086	-

31 de Dezembro de 2024	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Valor contabilístico
Total do Activo	108 321 076 059	20 316 635 528	45 022 808 028	59 754 564 285	40 751 831 413	274 166 915 313
Total do Passivo	79 214 641 125	29 654 034 776	20 623 674 718	26 321 537 523	36 036 102 967	191 849 991 109
GAP de Liquidez em MZN	29 106 434 934	(9 337 399 248)	24 399 133 310	33 433 026 762	4 715 728 446	82 316 924 204
GAP de Liquidez Acumulado	29 106 434 934	19 769 035 686	44 168 168 996	77 601 195 758	82 316 924 204	-

Sumário dos itens do balanço do Banco por prazos de maturidade, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024:

31 de Dezembro de 2025	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	58 501 220 339	-	-	-	-	58 501 220 339
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	3 471 062 620	-	-	-	-	3 471 062 620
Aplicações em instituições de crédito	52 637 149 244	-	1 382 739 163	-	-	54 019 888 407
Activos financeiros	1 380 121 210	19 723 136 101	16 919 219 113	8 216 513 088	4 910 470 900	51 149 460 412
Activos não corrente detidos para venda	58 009 321	3 296 689 263	2 170 601 784	1 646 311 088	1 038 036 486	8 209 647 942
Crédito a clientes	7 563 189 023	5 097 616 619	21 166 464 182	41 065 192 944	27 647 269 331	102 539 732 099
Total do Activo	123 610 751 757	28 117 441 983	41 639 024 242	50 928 017 120	33 595 776 717	277 891 011 819
Recursos de bancos centrais	-	-	20 439 950	-	-	20 439 950
Recursos de outras instituições de crédito	986 749 839	129 826 975	-	-	-	1 116 576 814
Recursos de clientes	88 640 954 690	20 391 484 508	24 130 202 099	24 065 743 249	35 991 145 817	193 219 530 363
Recursos consignados	10 351 414	23 858 004	1 333 146 627	946 607 798	16 384 340	2 330 348 183
Total do Passivo	89 638 055 943	20 545 169 487	25 483 788 676	25 012 351 047	36 007 530 157	196 686 895 310
GAP de Liquidez em MZN	33 972 695 814	7 572 272 496	16 155 235 566	25 915 666 073	(2 411 753 440)	81 204 116 509
GAP de Liquidez Acumulado	33 972 695 814	41 544 968 310	57 700 203 876	83 615 869 949	81 204 116 509	-

31 de Dezembro de 2024	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Valor contabilístico
Total do Activo	108 382 940 482	20 316 635 528	45 022 808 028	59 754 564 285	40 751 831 413	274 228 779 736
Total do Passivo	79 214 641 125	29 654 034 776	20 623 674 718	26 321 537 523	36 036 102 967	191 849 991 109
GAP de Liquidez em MZN	29 168 299 357	(9 337 399 248)	24 399 133 310	33 433 026 762	4 715 728 446	82 378 788 627
GAP de Liquidez Acumulado	29 168 299 357	19 830 900 109	44 230 033 419	77 663 060 181	82 378 788 627	-

Os fluxos de caixa contratuais dos passivos de locação apresentam-se como se segue:

	Grupo		Banco	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
Até 1 ano	165 260 435	72 199 326	195 928 630	76 474 777
De 1 a 5 anos	584 220 686	136 122 968	719 315 910	144 306 309
Superior a 5 anos	496 334	1 876 058	496 334	1 876 058
	749 977 455	210 198 352	915 740 874	222 657 144

c. Risco de taxa de juro

O Risco de taxa de juro é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfazamentos de maturidades ou de prazos de refixação das mesmas, da ausência de correlação perfeita entre as taxas das operações activas e passivas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais. Este risco ocorre sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, o Banco contrata operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

A gestão e controlo do risco de taxa de juro do balanço e da carteira bancária são suportados por um conjunto de *guidelines* que incluem a fixação de limites para as variáveis consideradas significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objectivo do cumprimento dessas *guidelines* é assegurar que o Banco possui, a todo o tempo, condições para gerir o *trade-off* rentabilidade-risco no que se refere à

gestão do balanço, e que simultaneamente está em condições de fixar o nível de exposição mais adequado e de controlar os resultados das diferentes políticas e posições de risco assumidas.

A gestão e o controlo do risco de taxa de juro recorre quer a modelos simplificados de gaps de taxa de juro (agregação em intervalos residuais de revisão de taxa de juro de todos os activos e passivos sensíveis à sua variação, obtendo-se, desse modo, os *mismatches* correspondentes) quer a modelos robustos de técnicas de simulação onde se enquadram o *Economic Value of Equity at Risk* (impacto no valor económico do capital de variações adversas das taxas de juro).

A política e a estratégia de gestão relacionada com o risco de taxa de juro são definidas pelo Conselho de Administração e acompanhadas pelo Comité de Risco e pelo Comité de Capitais, Activos e Passivos (CALCO), sendo implementadas pela Direcção de Mercados Financeiros (DMF) e controladas pela Direcção de Gestão de Risco (DGR).

Sumário dos itens do balanço do Grupo sensíveis à alteração da taxa de juro, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024:

31 de Dezembro de 2025	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Não Sensível a taxa de juro	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	-	-	-	-	-	58 501 220 339	58 501 220 339
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	3 471 062 620	3 471 062 620
Aplicações em instituições de crédito	52 584 062 637	-	1 342 110 000	-	-	-	53 926 172 637
Activos financeiros	3 466 110 130	26 363 649 385	18 550 494 500	4 578 531 500	927 938 900	(9 906 240 545)	43 980 483 870
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	19 679 983 126	7 510 585 870	12 241 874 162	18 707 712 682	14 461 413 305	(7 949 178 311)	64 652 390 834
Total do Activo	75 730 155 893	33 874 235 255	32 134 478 662	23 286 244 182	15 389 352 205	44 116 864 103	224 531 330 300
Recursos de bancos centrais	-	-	19 746 584	-	-	-	19 746 584
Recursos de outras instituições de crédito	980 855 388	129 823 574	-	-	-	3 415 015	1 114 093 977
Recursos de clientes	40 626 287 819	18 150 225 041	14 984 376 621	20 059 682	-	117 908 064 426	191 689 013 589
Recursos consignados	80 220 570	65 137 114	1 843 949 036	-	-	-	1 989 306 720
Total do Passivo	41 687 363 777	18 345 185 729	16 848 072 241	20 059 682	-	117 911 479 441	194 812 160 870
GAP da Taxa de Juro	34 042 792 116	15 529 049 526	15 286 406 421	23 266 184 500	15 389 352 205	(73 794 615 338)	29 719 169 430
GAP Acumulado da Taxa de Juro	34 042 792 116	49 571 841 642	64 858 248 063	88 124 432 563	103 513 784 768	29 719 169 430	-

31 de Dezembro de 2024	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Não Sensível a taxa de juro	Valor contabilístico
Total do Activo	33 649 862 790	10 163 025 189	30 471 972 947	34 163 528 220	25 180 569 746	64 633 644 328	198 262 603 220
Total do Passivo	27 238 559 703	17 514 656 803	15 576 613 603	2 259 495 300	891 744 492	101 488 050 673	164 969 120 574
GAP da Taxa de Juro	6 411 303 087	(7 351 631 614)	14 895 359 344	31 904 032 920	24 288 825 254	(36 854 406 345)	33 293 482 646
GAP Acumulado da Taxa de Juro	6 411 303 087	(940 328 527)	13 955 030 817	45 859 063 737	70 147 888 991	33 293 482 646	-

É daqui o futuro.

Sumário dos itens do balanço do Banco sensíveis à alteração da taxa de juro, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024:

31 de Dezembro de 2025	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Não Sensível a taxa de juro	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	-	-	-	-	-	58 501 220 339	58 501 220 339
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	3 471 062 620	3 471 062 620
Aplicações em instituições de crédito	52 584 062 637	-	1 342 110 000	-	-	-	53 926 172 637
Activos financeiros	3 466 110 130	26 363 649 385	18 550 494 500	4 578 531 500	927 938 900	(9 906 240 545)	43 980 483 870
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	19 741 847 549	7 510 585 870	12 241 874 162	18 707 712 682	14 461 413 305	(7 949 178 311)	64 714 255 257
Total do Activo	75 792 020 316	33 874 235 255	32 134 478 662	23 286 244 182	15 389 352 205	44 116 864 103	224 593 194 723
Recursos de bancos centrais	-	-	19 746 584	-	-	-	19 746 584
Recursos de outras instituições de crédito	980 855 388	129 823 574	-	-	-	3 415 015	1 114 093 977
Recursos de clientes	40 626 287 819	18 150 225 041	14 984 376 621	20 059 682	-	117 908 064 426	191 689 013 589
Recursos consignados	80 220 570	65 137 114	1 843 949 036	-	-	-	1 989 306 720
Total do Passivo	41 687 363 777	18 345 185 729	16 848 072 241	20 059 682	-	117 911 479 441	194 812 160 870
GAP da Taxa de Juro	34 104 656 539	15 529 049 526	15 286 406 421	23 266 184 500	15 389 352 205	(73 794 615 338)	29 781 033 853
GAP Acumulado da Taxa de Juro	34 104 656 539	49 633 706 065	64 920 112 486	88 186 296 986	103 575 649 191	29 781 033 853	-

31 de Dezembro de 2024	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Não Sensível a taxa de juro	Valor contabilístico
Total do Activo	40 435 969 209	27 229 238 420	40 000 371 695	21 162 959 552	19 313 304 600	71 316 439 206	219 458 282 682
Total do Passivo	31 750 807 017	26 909 647 235	12 895 517 538	1 718 291	-	116 588 510 956	188 146 201 037
GAP da Taxa de Juro	8 685 162 192	319 591 185	27 104 854 157	21 161 241 261	19 313 304 600	(45 272 071 750)	31 312 081 645
GAP Acumulado da Taxa de Juro	8 685 162 192	9 004 753 377	36 109 607 534	57 270 848 795	76 584 153 395	31 312 081 645	-

A sensibilidade da margem financeira e do valor económico são medidas que se complementam e que permitem uma visão global do risco estrutural de taxa de juro, no curto prazo e médio-longo prazo, respectivamente.

No quadro que segue apresenta-se a sensibilidade da margem financeira e do valor económico dos activos e passivos sensíveis ao risco de taxa de juro a 31 de Dezembro de 2025, para uma variação instantânea das taxas em 400 bps:

Valores em % do cenário base	Impacto da Δ -400bps	Limite Estabelecido no RAS
Impacto em Resultados do Repricing Gap (Δ 400bps)	-6.03	≥ -8
Valor Económico do Capital em Risco em % dos FP	-3.94	≥ -15.0

d. Risco de Taxa de Câmbio

O Risco de Taxa de Câmbio é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio que decorre da existência de gaps entre o valor dos activos e passivos detidos em determinada moeda.

A política e a estratégia de gestão relacionada com o risco cambial são definidas pelo Conselho de Administração e acompanhadas pelo Comité de Capital, Activos e Passivos (CALCO), e implementadas pela Direcção de Mercados Financeiros (DMF) e controladas pela Direcção de Gestão de Risco (DGR).

As posições cambiais são controladas, diariamente, com base nos limites internos definidos pelo CALCO, e nos rácios e limites prudenciais fixados pelo Banco de Moçambique.

A DMF procede diariamente ao fecho das posições cambiais denominadas em EUR e ZAR, mantendo posições abertas apenas em USD, de acordo com o limite autorizado. Estas posições são diariamente controladas, tanto pela Direcção de Gestão de Risco do Banco como pela Direcção de Gestão de Risco da CGD. Esta última calcula diariamente o VaR e valor de mercado de acordo com a seguinte metodologia:

VaR (Value-at-Risk): estimativa da perda máxima para um determinado período de detenção e um dado nível de confiança, assumindo comportamentos normais do mercado. A metodologia utilizada é a da simulação histórica (os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados). Os parâmetros do modelo são:

- ✓ Período de detenção: n dias (n=10);
- ✓ Nível de confiança: 99% (n=10).

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a exposição do Grupo ao risco moeda apresenta-se da seguinte forma:

31 de Dezembro de 2025	USD	EUR	ZAR	Outras Moedas	Operações não sensíveis à variação cambial	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	13 236 166 499	223 093 033	80 107 297	-	44 961 853 510	58 501 220 339
Disponibilidades sobre instituições de crédito	3 003 363 189	315 192 243	72 238 247	61 136 994	19 134 163	3 471 064 836
Aplicações em instituições de crédito	17 920 440 358	825 150 109	1 536 519 964	127 030 108	33 517 032 098	53 926 172 637
Activos financeiros	-	-	-	-	43 980 483 870	43 980 483 870
Crédito a clientes	7 193 485 223	2 159 750 438	107 898 893	-	55 191 256 280	64 652 390 834
Outros activos	34 139 167	162 528 685	58 226 965	908	15 711 715 180	15 966 610 905
Total do Activo	41 387 594 436	3 685 714 507	1 854 991 366	188 168 010	193 381 475 102	240 497 943 421
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	19 746 584	19 746 584
Recursos de outras instituições de crédito	2 015 312	39 342	13	-	1 112 039 309	1 114 093 976
Recursos de clientes	40 023 812 024	1 224 319 370	1 633 328 444	170 306 263	148 637 247 488	191 689 013 589
Recursos consignados	734 558	1 946 060 230	14 073 332	-	28 438 600	1 989 306 720
Outros passivos	1 361 032 542	515 295 566	207 589 577	17 861 747	6 370 074 720	8 471 854 152
Total do Passivo	41 387 594 436	3 685 714 508	1 854 991 366	188 168 010	156 167 546 701	203 284 015 021
Total dos Fundos Próprios	-	-	-	-	37 213 928 400	37 213 928 400
Total do Passivo e Fundos Próprios	41 387 594 436	3 685 714 508	1 854 991 366	188 168 010	193 381 475 101	240 497 943 421
Diferencial de Moeda	(0)	(1)	(0)	(0)	1	-

31 de Dezembro de 2024	USD	EUR	ZAR	Outras Moedas	Operações não sensíveis à variação cambial	Valor contabilístico
Total do Activo	40 374 937 102	4 967 966 636	1 712 437 974	171 608 069	184 189 118 482	231 416 068 263
Total do Passivo	40 374 937 152	4 967 966 633	1 712 437 974	91 320 283	152 035 285 935	199 181 947 977
Total dos Fundos Próprios	-	-	-	80 287 806	32 153 832 480	32 234 120 286
Total do Passivo e Fundos Próprios	40 374 937 152	4 967 966 633	1 712 437 974	171 608 089	184 189 118 415	231 416 068 263
Diferencial de Moeda	(50)	3	-	(20)	67	-

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a exposição do Banco ao risco moeda apresenta-se da seguinte forma:

31 de Dezembro de 2025	USD	EUR	ZAR	Outras Moedas	Operações não sensíveis à variação cambial	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	13 236 166 499	223 093 033	80 107 297	-	44 961 853 510	58 501 220 339
Disponibilidades sobre instituições de crédito	3 003 363 189	315 192 243	72 238 247	61 136 994	19 134 163	3 471 064 836
Aplicações em instituições de crédito	17 920 440 358	825 150 109	1 536 519 964	127 030 108	33 517 032 098	53 926 172 637
Activos financeiros	-	-	-	-	43 980 483 870	43 980 483 870
Crédito a clientes	7 193 485 223	2 159 750 438	107 898 893	-	55 253 120 703	64 714 255 257
Outros activos	34 139 167	162 528 685	58 226 965	908	15 678 989 287	15 933 885 012
Total do Activo	41 387 594 436	3 685 714 507	1 854 991 366	188 168 010	193 410 613 632	240 527 081 951
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	19 746 584	19 746 584
Recursos de outras instituições de crédito	2 015 312	39 342	13	-	1 112 039 310	1 114 093 977
Recursos de clientes	40 023 812 024	1 224 319 370	1 633 328 444	170 306 263	148 637 247 488	191 689 013 589
Recursos consignados	734 558	1 946 060 230	14 073 332	-	28 438 600	1 989 306 720
Outros passivos	1 361 032 542	515 295 566	207 589 577	17 861 747	6 528 814 521	8 630 593 953
Total do Passivo	41 387 594 436	3 685 714 508	1 854 991 366	188 168 010	156 326 286 503	203 442 754 823
Total dos Fundos Próprios	-	-	-	-	37 084 327 128	37 084 327 128
Total do Passivo e Fundos Próprios	41 387 594 436	3 685 714 508	1 854 991 366	188 168 010	193 410 613 631	240 527 081 951
Diferencial de Moeda	(0)	(1)	(0)	(0)	1	-

31 de Dezembro de 2024	USD	EUR	ZAR	Outras Moedas	Operações não sensíveis à variação cambial	Valor contabilístico
Total do Activo	40 374 937 102	4 967 966 636	1 712 437 974	131 404 775	184 189 118 482	231 375 864 969
Total do Passivo	40 374 937 152	4 967 966 633	1 712 437 974	131 404 795	152 035 285 935	199 222 032 489
Total dos Fundos Próprios	-	-	-	-	32 153 832 480	32 153 832 480
Total do Passivo e Fundos Próprios	40 374 937 152	4 967 966 633	1 712 437 974	131 404 795	184 189 118 415	231 375 864 969
Diferencial de Moeda	(50)	3	-	(20)	67	-

A mitigação e/ou o controlo do risco de taxa de câmbio é feito através de definição de limites de exposição, que se consubstanciam nos limites de consumo do VaR e Fundos Próprios.

Em dezembro de 2025, a dimensão da exposição ao risco de taxa de câmbio mantém o cumprimento do respectivo nível de apetência pelo risco estabelecido na Declaração da Apetência pelo Risco do BCI, em conformidade com as políticas corporativas, permitindo assegurar um nível de risco de taxa de câmbio controlado e alinhado com o foco da banca comercial.

No quadro que segue apresenta-se os valores das métricas de taxa de câmbio a 31 de dezembro de 2025:

Métricas	Unidade	Dez_25
Exposição Absoluta Total Líquida a Risco Cambial – Regulamentar Global	%	-0.13
VaR da Posição Cambial	M MZN	7,93

e. Risco de impactos ambientais

O Banco considera o risco de impactos ambientais como o risco de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes de mudanças climáticas e que afecta sistemas (naturais e humanos) e regiões.

Moçambique é propenso a mudanças climáticas (secas, ciclones e cheias) que poderão impactar a actividade económica e os recursos humanos. Dependendo do tipo das alterações climáticas poderão levar a redução do negócio e do resultado do Banco existindo por isso um risco.

O Banco assume o compromisso de assegurar a Continuidade de Negócio em caso de ocorrência de eventos anómalos que possam comprometer o funcionamento normal da sua actividade através da Implementação de um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio (SGCN). Ainda, o Banco conduz um programa de testes de esforço suportado por normativo próprio, o qual tem como objectivos: informar a identificação de novos riscos ou riscos emergentes, avaliar a exposição aos riscos materiais em condições específicas, e suportar a avaliação da adequação do capital interno.

9.38 Capital

O BCI mantém uma gestão activa de capital que lhe permite cobrir os riscos inerentes à sua actividade. A gestão do capital do Banco é feita através das regras e de acordo com os rácios e limites prudenciais estabelecidos pelo Banco de Moçambique, cumprindo integralmente com os requisitos mínimos impostos.

Gestão de Capital

O principal objectivo da gestão de capital é assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos e a manutenção de rácios saudáveis para assegurar a continuidade e sustentabilidade do negócio e maximizar o valor dos accionistas.

Mediante alterações das condições económicas e características de risco da actividade do Banco, a estrutura de capitais pode sofrer ajustamentos para melhor se adequar à nova situação. Os objectivos, as políticas e os processos, referentes à gestão de capital do Banco foram reforçados significativamente, em particular no exercício de cálculo da adequação interna de capital no âmbito do ICAAP e de *Stress Testing*.

	Dez-25	Dez-24
Capital social	10 000 000 000	10 000 000 000
Ações próprias	(278 060 200)	(278 060 200)
	9 721 939 800	9 721 939 800
Reservas de Justo valor	1 590 307 587	423 109 515
Outras Reservas e Resultados Transitados	25 181 458 417	18 983 272 203
Reservas de transição IFRS 9	(3 014 216 213)	(3 014 216 213)
	23 757 549 791	16 392 165 505
Resultado do exercício	3 604 837 537	6 039 727 175
	37 084 327 127	32 153 832 480

Risco de solvência

O capital e as reservas sem imparidade são evidência do compromisso dos accionistas em garantir a continuidade das operações e a solvência do Banco. O risco de insolvência é medido pelo rácio de solvabilidade. O Banco e os seus accionistas estão comprometidos em deter capital suficiente para manter o rácio de solvabilidade confortavelmente acima do mínimo exigido pelo Banco de Moçambique. Em 31 de Dezembro de 2025, o rácio de

solvabilidade era de 31,44% (2024: 23,33%). O mesmo manteve-se acima do exigido pelo Banco de Moçambique (14%), facto que comprova a solidez financeira do BCI.

Na estratégia de gestão de solidez do Banco destaca-se a capacidade de geração interna de fundos próprios decorrentes dos lucros da actividade do Banco e do aumento considerável das reservas.

	Dez-25	Dez-24
Fundos próprios de base		
Capital realizado	10 000 000 000	10 000 000 000
Prémios de Emissão de Capital	864 265 127	864 265 127
Reservas, resultados retidos	24 093 684 790	17 895 498 575
Reservas de reavaliação negativas, activos intangíveis e outros elementos dedutíveis	(3 541 714 574)	(3 485 559 175)
Tier I Capital Total	31 416 235 343	25 274 204 527
Empréstimos subordinados	-	-
Outros	727 715 541	203 035 495
Tier II Capital total	727 715 541	203 035 495
Dedução aos fundos próprios totais	(628 450 276)	(673 320 786)
Fundos próprios elegíveis	31 515 500 608	24 803 919 235
Activos ponderados pelo risco de crédito		
No balanço	88 217 959 058	92 547 713 736
Fora do balanço	8 399 056 453	8 541 988 359
Risco Operacional	3 311 715 915	3 145 251 635
Risco de Mercado	320 102 523	2 084 370 484
Rácio de adequação de fundos próprios de base (<i>Tier I</i>)	31,34%	23,77%
Rácio de adequação de fundos próprios de base (<i>Tier II</i>)	0,73%	0,19%
Rácio de Solvabilidade	31,44%	23,33%

Risco de mercado

	Dez-25		Dez-24	
	Posições Líquidas		Posições Líquidas	
	Longas	Curtas	Longas	Curtas
DIVISAS:				
USD	63 269 795	-	2 066 873 584	-
EUR	161 513 223	-	-	1 547 320
ZAR	87 574 354	-	9 692 528	-
GBP	3 030 350	-	2 202 188	-
DKK	1 022 057	-	711 908	-
JPY	145 071	-	86 277	-
NOK	1 112 521	-	448 316	-
SEK	433 515	-	536 471	-
CHF	643 892	-	227 133	-
AUD	516 653	-	555 557	-
CNY	841 092	-	3 036 522	-
Total	320 102 523	-	2 084 370 484	1 547 320
Cobertura do Risco Cambial	320 102 523	-	2 084 370 484	-

Risco operacional

	Dez-25			Dez-24		
	Ano n-2	Ano n-1	Ano n	Ano n-2	Ano n-1	Ano n
Juros e rendimentos similares (+)	21 924 211 703	23 905 263 286	24 558 651 027	18 667 861 609	21 924 211 703	23 905 263 286
Juros e encargos similares (-)	6 306 616 072	8 422 830 148	8 293 884 239	5 344 321 899	6 306 616 072	8 422 830 148
Rendimentos de instrumentos de capital (+)	12 645 387	2 963 353	1 684 685	-	12 645 387	2 963 353
Comissões recebidas (+)	3 471 709 672	3 368 983 664	2 686 620 106	3 471 160 044	3 471 709 672	3 368 983 664
Comissões pagas (-)	1 042 356 420	1 547 859 874	1 191 455 625	897 296 003	1 042 356 420	1 547 859 874
Resultados de operações financeiras (+)	2 161 734 047	2 604 635 734	2 699 392 278	1 662 062 614	2 161 734 047	2 604 635 734
Outros resultados operacionais (+)	107 936 264	3 755 431 176	1 777 458 288	1 349 714 556	107 936 264	3 755 431 176
Total das Actividades ao Método do Indicador Básico	20 329 264 582	23 666 587 189	22 238 466 520	18 909 180 922	20 329 264 582	23 666 587 189
Média para o Cálculo dos Requisitos	22 078 106 097			20 968 344 231		
Mínimos de Capitais						
Taxa de ponderação			15%			15%
Risco Operacional			3 311 715 915			3 145 251 635

9.39 Classificação contabilística e justo valor de activos e passivos financeiros

Quando o justo valor dos activos e passivos financeiros reconhecidos no balanço não pode ser determinado com base na cotação num mercado activo, a determinação é feita através da utilização de técnicas de avaliação que incluem a utilização de modelos matemáticos. Os inputs utilizados nos referidos modelos são baseados em informações disponíveis no mercado, contudo, sempre que tal não é praticável são efectuados julgamentos na determinação dos justos valores dos instrumentos financeiros.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados de activos são baseados em preços de mercado cotados ou cotações de preços do revendedor. Para os outros instrumentos financeiros, o Banco determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido, os modelos de fluxos de caixas descontados e outros modelos de avaliação. Os pressupostos e inputs utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro de referência, os "spreads" de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, os preços de Obrigações e Bilhetes do Tesouro e as taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é determinar o justo valor que reflecta o preço do instrumento financeiro na data do

relatório, isto é, o que teria sido determinado pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

Em 31 de Dezembro de 2025, os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, pela hierarquia de justo valor apresentam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Obrigações e outros títulos			
Bilhetes de tesouro	-	4 827 200 435	-
Obrigações de tesouro	-	2 411 072 984	-
Outros títulos	-	178 144 145	110 126 976
	-	7 416 417 564	110 126 976

Em 31 de Dezembro de 2024, os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, pela hierarquia de justo valor, apresentavam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Obrigações e outros títulos			
Bilhetes de tesouro	-	4 756 850 614	-
Obrigações de tesouro	-	2 500 753 644	-
Outros títulos	-	190 852 033	83 622 989
	-	7 448 456 291	83 622 989

No nível 3 do justo valor estão classificadas as acções que o Banco detém na SIMO e o seu justo valor é apurado a partir de inputs não observáveis, uma vez que não existe modo de aplicar métricas de Nível 1 ou Nível 2 para mensuração do activo financeiro, pois a entidade não é cotada em Bolsa, não existem entidades em Moçambique semelhantes, e não existem transacções de capital a considerar como referência, pelo que é aplicada uma métrica de Nível 3. Por forma a avaliar esta métrica é obtido o relatório

e contas mais actualizado da SIMO e é apurado o total de capital próprio, por forma a calcular o valor da percentagem detida pelo Banco na SIMO.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a classificação contabilística e o justo valor dos activos e passivos financeiros do Grupo apresenta-se como se segue:

31 de Dezembro de 2025	Valor ao Custo Amortizado	Justo valor			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros					
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	58 501 220 339	-	-	58 501 220 339	58 501 220 339
Disponibilidades sobre instituições de crédito	3 471 064 836	-	-	3 471 064 836	3 471 064 836
Aplicações em instituições de crédito	53 926 172 637	-	-	53 926 172 637	53 926 172 637
Activos financeiros ao custo amortizado					
Obrigações do Tesouro	13 118 801 146	-	13 606 890 123	-	13 606 890 123
Bilhetes do Tesouro	23 335 138 184	-	23 592 998 261	-	23 592 998 261
	36 453 939 330	-	37 199 888 385	-	37 199 888 385
Crédito a clientes	64 652 390 834	-	-	64 652 390 834	64 652 390 834
Total de activos financeiros ao custo amortizado	217 004 787 976	-	37 199 888 385	180 550 848 646	217 750 737 031
Passivo financeiros					
Recursos de Bancos Centrais	19 746 584	-	-	19 746 584	19 746 584
Recursos de instituições de crédito	1 114 093 976	-	-	1 114 093 976	1 114 093 976
Recursos de clientes	191 689 013 589	-	-	191 689 013 589	191 689 013 589
Recursos Consignados	1 989 306 720	-	-	1 989 306 720	1 989 306 720
Total de passivos financeiros ao custo amortizado	194 812 160 869	-	-	194 812 160 869	194 812 160 869
Elementos extrapatrimoniais					
Garantias Financeiras	12 414 283 096	-	-	12 414 283 096	12 414 283 096
Cartas de créditos	2 166 454 537	-	-	2 166 454 537	2 166 454 537
Linhas de crédito não utilizadas	6 056 769 674	-	-	6 056 769 674	6 056 769 674
Total de elementos extrapatrimoniais	20 637 507 307	-	-	20 637 507 307	20 637 507 307

É daqui o futuro.

31 de Dezembro de 2024	Valor ao Custo Amortizado	Justo valor			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros					
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	80 779 080 185	-	-	80 779 080 185	80 779 080 185
Disponibilidades sobre instituições de crédito	532 069 542	-	-	532 069 542	532 069 542
Aplicações em instituições de crédito	16 264 393 298	-	-	16 264 393 298	16 264 393 298
Activos financeiros ao custo amortizado					
Obrigações do Tesouro	16 445 097 611	-	17 821 368 512	-	17 821 368 512
Bilhetes do Tesouro	26 296 978 345	-	30 150 900 404	-	30 150 900 404
	42 742 075 956	-	47 972 268 916	-	47 972 268 916
Crédito a clientes	71 311 187 621	-	-	71 311 187 621	71 311 187 621
Total de activos financeiros ao custo amortizado	211 628 806 602	-	47 972 268 916	168 886 730 646	216 858 999 562
Passivo financeiros					
Recursos de Bancos Centrais	32 904 136	-	-	32 904 136	32 904 136
Recursos de instituições de crédito	1 211 511 028	-	-	1 211 511 028	1 211 511 028
Recursos de clientes	183 451 073 077	-	-	183 451 073 077	183 451 073 077
Recursos Consignados	3 418 706 457	-	-	3 418 706 457	3 418 706 457
Total de passivos financeiros ao custo amortizado	188 114 194 698	-	-	188 114 194 698	188 114 194 698
Elementos extrapatrimoniais					
Garantias Financeiras	12 467 484 103	-	-	12 467 484 103	12 467 484 103
Cartas de créditos	2 121 281 310	-	-	2 121 281 310	2 121 281 310
Linhas de crédito não utilizados	7 416 286 138	-	-	7 416 286 138	7 416 286 138
Total de elementos extrapatrimoniais	22 005 051 551	-	-	22 005 051 551	22 005 051 551

O Banco assume que o justo valor dos instrumentos financeiros se aproxima ao valor pelo qual estão reconhecidos nas demonstrações financeiras do seguinte modo:

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a classificação contabilística e o justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco apresenta-se como segue:

31 de Dezembro de 2025	Valor ao Custo Amortizado	Justo valor			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros					
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	58 501 220 339	-	-	58 501 220 339	58 501 220 339
Disponibilidades sobre instituições de crédito	3 471 064 836	-	-	3 471 064 836	3 471 064 836
Aplicações em instituições de crédito	53 926 172 637	-	-	53 926 172 637	53 926 172 637
Activos financeiros ao custo amortizado					
Obrigações do Tesouro	13 118 801 146	-	13 606 890 123	-	13 606 890 123
Bilhetes do Tesouro	23 335 138 184	-	23 592 998 261	-	23 592 998 261
	36 453 939 330	-	37 199 888 385	-	37 199 888 385
Crédito a clientes	64 714 255 257	-	-	64 714 255 257	64 714 255 257
Total de activos financeiros ao custo amortizado	217 066 652 399	-	37 199 888 385	180 612 713 069	217 812 601 454
Passivo financeiros					
Recursos de Bancos Centrais	19 746 584	-	-	19 746 584	19 746 584
Recursos de instituições de crédito	1 114 093 977	-	-	1 114 093 977	1 114 093 977
Recursos de clientes	191 689 013 589	-	-	191 689 013 589	191 689 013 589
Recursos Consignados	1 989 306 720	-	-	1 989 306 720	1 989 306 720
Total de passivos financeiros ao custo amortizado	194 812 160 870	-	-	194 812 160 870	194 812 160 870
Elementos extrapatrimoniais					
Garantias Financeiras	12 499 249 497	-	-	12 499 249 497	12 499 249 497
Cartas de créditos	2 166 454 537	-	-	2 166 454 537	2 166 454 537
Linhas de crédito não utilizados	6 056 769 674	-	-	6 056 769 674	6 056 769 674
Total de elementos extrapatrimoniais	20 722 473 708	-	-	20 722 473 708	20 722 473 708

31 de Dezembro de 2024	Valor ao Custo Amortizado	Justo valor			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros					
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	80 779 079 379	-	-	80 779 079 379	80 779 079 379
Disponibilidades sobre instituições de crédito	532 066 144	-	-	532 066 144	532 066 144
Aplicações em instituições de crédito	16 264 393 298	-	-	16 264 393 298	16 264 393 298
Activos financeiros ao custo amortizado					
Obrigações do Tesouro	16 445 097 611	-	17 821 368 512	-	17 821 368 512
Bilhetes do Tesouro	26 296 978 345	-	30 150 900 404	-	30 150 900 404
	42 742 075 956	-	47 972 268 916	-	47 972 268 916
Crédito a clientes	71 417 689 145	-	-	71 417 689 145	71 417 689 145
Total de activos financeiros ao custo amortizado	211 735 303 922	-	47 972 268 916	168 993 227 966	216 965 496 882
Passivo financeiros					
Recursos de Bancos Centrais	32 904 136	-	-	32 904 136	32 904 136
Recursos de instituições de crédito	1 211 511 028	-	-	1 211 511 028	1 211 511 028
Recursos de clientes	183 483 079 416	-	-	183 483 079 416	183 483 079 416
Recursos Consignados	3 418 706 457	-	-	3 418 706 457	3 418 706 457
Total de passivos financeiros ao custo amortizado	188 146 201 037	-	-	188 146 201 037	188 146 201 037
Elementos extrapatrimoniais					
Garantias Financeiras	12 549 587 615	-	-	12 549 587 615	12 549 587 615
Cartas de créditos	2 121 281 310	-	-	2 121 281 310	2 121 281 310
Linhas de crédito não utilizados	7 416 286 138	-	-	7 416 286 138	7 416 286 138
Total de elementos extrapatrimoniais	22 087 155 063	-	-	22 087 155 063	22 087 155 063

O Banco assume que o justo valor dos instrumentos financeiros se aproxima ao valor pelo qual estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

9.40 Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço e até à data em que as demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram autorizadas para emissão não ocorreram quaisquer acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis.



30

anos

É daqui o futuro.

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO I
Balanco - Contas Consolidadas (Activo)

Rubricas	Activo	31-Dez-25									31-Dez-24	
		A. Perimetro Consolidação NIC/NIRF			B. Ajustamentos B=A-(C+D+E)	C. Actividade Bancária			D. Outras actividades			
		1 Valor Antes de Imparidade e Amortizações	2 Imparidade e Amortizações	3=1-2 Valor Líquido		1 Valor Antes de Imparidade e Amortizações	2 Imparidade e Amortizações	3=1-2 Valor Líquido	1 Valor Antes de Imparidade e Amortizações	2 Imparidade e Amortizações		3=1-2 Valor Líquido
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	58 501 178 270	-	58 501 178 270	-	58 501 178 270	-	58 501 178 270	-	-	-	80 779 055 226
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	3 471 064 840	-	3 471 064 840	-	3 471 064 840	-	3 471 064 840	-	-	-	532 069 548
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda	7 526 544 550	-	7 526 544 550	-	7 526 544 550	-	7 526 544 550	-	-	-	7 532 079 290
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito	53 926 172 820	180	53 926 172 640	-	53 926 172 820	180	53 926 172 640	-	-	-	16 264 393 310
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes	72 240 986 937	7 555 413 470	64 685 573 467	(61 864 423)	72 302 851 360	7 555 413 470	64 747 437 890	-	-	-	71 360 917 436
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade	36 453 939 330	-	36 453 939 330	-	36 453 939 330	-	36 453 939 330	-	-	-	42 742 075 960
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda	2 451 677 070	1 705 760 920	745 916 150	-	2 451 677 070	1 705 760 920	745 916 150	-	-	-	1 125 159 830
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento	434 207 344	-	434 207 344	-	260 987 750	-	260 987 750	173 219 594	-	173 219 594	785 953 625
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	14 762 877 344	6 914 578 040	7 848 299 304	-	14 693 373 200	6 914 578 040	7 778 795 160	69 504 144	-	69 504 144	6 344 769 950
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis	1 489 077 700	1 272 058 620	217 019 080	-	1 489 077 700	1 272 058 620	217 019 080	-	-	-	167 570 050
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(1)	-	(1)	(460 000)	459 999	-	459 999	-	-	-	-
300	Activos por impostos correntes	779 674 175	-	779 674 175	-	777 884 190	-	777 884 190	1 789 985	-	1 789 985	1 206 803 130
301	Activos por impostos diferidos	5 908 484 530	-	5 908 484 530	-	5 908 484 530	-	5 908 484 530	-	-	-	2 488 755 567
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos	2 028 377 900	1 360 001 370	668 376 530	(57 804 130)	2 082 549 338	1 360 001 370	722 547 968	3 632 692	-	3 632 692	528 468 975
	Total do Activo	259 974 262 809	18 807 812 600	241 166 450 209	(120 128 553)	259 846 244 947	18 807 812 600	241 038 432 347	248 146 415	-	248 146 415	231 858 071 897

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO I
Balanco - Contas Consolidadas (Passivo)

Rubricas (Referências Indicativas Para a Coluna de Actividade Bancária)	Passivo	31-Dez-25				31-Dez-24
		A. Perimetro de Consolidação NIC/NIRF	B. Ajustamentos B=A-(C+D+E)	C. Actividade bancária	D. Outras actividades	
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais	19 746 590	-	19 746 590	-	32 904 140
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito	1 114 082 069	(61 864 423)	1 114 082 070	61 864 422	1 211 499 370
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	191 689 013 580	-	191 689 013 580	-	183 451 073 061
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
44	Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-	-	-	-
47	Provisões	1 982 735 540	-	1 982 735 540	-	1 258 329 270
490	Passivos por impostos correntes	806 334 400	-	806 334 400	-	618 619 760
491	Passivos por impostos diferidos	163 033 890	-	163 033 890	-	244 809 280
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos	8 186 592 581	(57 804 130)	8 179 159 140	65 237 571	12 814 175 835
	Total de Passivo	203 961 538 650	(119 668 553)	203 954 105 210	127 101 993	199 631 410 716
55	Capital	10 000 000 000	(4 600 000)	10 000 000 000	4 600 000	10 000 000 000
602	Prémios de emissão	864 265 130	-	864 265 130	-	864 265 130
57	Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-
-56	Acções próprias	(278 060 200)	-	(278 060 200)	-	(278 060 200)
58 + 59	Reservas de reavaliação	1 590 307 590	-	1 590 307 590	-	423 109 510
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados	21 312 633 714	(86 909 706)	21 302 977 080	96 566 340	15 086 320 353
64	Resultado do exercício	3 624 715 619	-	3 604 837 537	19 878 082	6 043 005 095
-63	(Dividendos antecipados)	-	-	-	-	-
62	Interesses Minoritários	91 049 706	-	91 049 706	-	88 021 293
	Total de Capital	37 204 911 559	(460 000)	37 084 327 137	121 044 422	32 226 661 181
	Total de Passivo + Capital	241 166 450 209	(120 128 553)	241 038 432 347	248 146 415	231 858 071 897

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO II
Demonstração de Resultados - Contas Consolidadas

Rubricas		31-Dez-25				31-Dez-24
		A. Perimetro de Consolidação NIC/NIRF	B. Ajustamentos B=A-(C+D+E)	C. Actividade bancária	D. Outras actividades	
79 + 80	Juros e rendimentos similares	23 502 689 407	(10 098 773)	23 512 788 180	-	24 640 240 128
66 + 67	Juros e encargos similares	(6 072 823 957)	36 552 056	(6 099 277 240)	(10 098 773)	(8 384 296 755)
	Margem financeira	17 429 865 450	26 453 283	17 413 510 940	(10 098 773)	16 255 943 373
82	Rendimentos de instrumentos de capital	3 963 590	-	3 963 590	-	1 684 685
81	Rendimentos com serviços e comissões	2 978 936 710	-	2 978 936 710	-	2 589 636 390
68	Encargos com serviços e comissões	(1 338 090 669)	-	(1 331 941 870)	(6 148 799)	(1 104 021 849)
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	27 272 730	-	27 272 730	-	4 819 390
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	26 439 670	-	26 439 670	-	38 296 470
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial	2 289 961 230	-	2 289 961 230	-	2 511 239 690
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos	199 870 860	-	199 870 860	-	151 769 220
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	1 006 046 692	(52 137 372)	995 277 767	62 906 297	1 150 410 611
	Produto bancário	22 624 266 263	(25 684 089)	22 603 291 627	46 658 275	21 599 777 980
70	Custos com pessoal	(5 607 961 980)	-	(5 602 856 640)	(5 105 340)	(5 381 235 965)
71	Gastos gerais administrativos	(3 263 122 036)	-	(3 255 942 110)	(7 179 926)	(3 495 636 755)
77	Amortizações do exercício	(796 389 371)	34 700 939	(826 528 590)	(4 561 720)	(828 994 876)
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	(1 139 107 100)	-	(1 139 107 100)	-	(62 951 335)
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(8 712 421 970)	-	(8 712 421 970)	-	(4 018 378 250)
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(82 158 300)	-	(82 158 300)	-	(535 451 780)
	Resultados antes de impostos	3 023 105 506	9 016 850	2 984 276 917	29 811 739	7 277 129 019
650	Impostos Correntes	(2 807 967 897)	-	(2 798 034 240)	(9 933 657)	(2 520 888 194)
651	Correção de imposto relativos a exercícios anteriores	(7 439 410)	-	(7 439 410)	-	-
74 - 86	Diferidos	3 426 034 270	-	3 426 034 270	-	1 294 223 380
640	Resultados após impostos	3 633 732 469	9 016 850	3 604 837 537	19 878 082	6 050 464 205
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
641	Interesses minoritários	-	-	-	-	-
	Resultados consolidados do exercício	3 633 732 469	9 016 850	3 604 837 537	19 878 082	6 050 464 205

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III
Balanco - Contas Individuais (Activo)

Rubricas	Activo	31-Dez-25			31-Dez-24
		Valor antes de provisões imparidade e amortizações	Provisões imparidade e amortizações	Valor Líquido	
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	58 501 178 270	-	58 501 178 270	80 779 054 420
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	3 471 064 840	-	3 471 064 840	532 066 150
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda	7 526 544 550	-	7 526 544 550	7 532 079 290
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito	53 926 172 820	180	53 926 172 640	16 264 393 310
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes	72 302 851 360	7 555 413 470	64 747 437 890	71 467 418 960
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade	36 453 939 330	-	36 453 939 330	42 742 075 960
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra	-	-	-	-
21	Derivados de cobertura	-	-	-	-
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda	2 451 677 070	1 705 760 920	745 916 150	1 125 159 830
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento	434 207 344	-	260 987 750	301 694 550
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	14 693 373 200	6 914 578 040	7 778 795 160	6 321 380 030
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis	1 489 077 700	1 272 058 620	217 019 080	167 570 050
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	459 999	-	459 999	460 059
300	Activos por impostos correntes	777 884 190	-	777 884 190	1 195 910 000
301	Activos por impostos diferidos	5 908 484 530	-	5 908 484 530	2 487 606 920
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 -					

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III
Balanco - Contas Individuais (Passivo)

Rubricas	Passivo	31-Dez-25	31-Dez-24
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais	19 746 590	32 904 140
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito	1 114 082 070	1 211 499 370
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	191 689 013 580	183 483 079 400
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos	-	-
44	Derivados de cobertura	-	-
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-
47	Provisões	1 982 735 540	1 258 329 270
490	Passivos por impostos correntes	806 334 400	618 619 760
491	Passivos por impostos diferidos	163 033 890	244 809 280
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital	-	-
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados	-	-
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos	8 179 159 140	12 802 593 410
	Total de Passivo	203 954 105 210	199 651 834 630
55	Capital	10 000 000 000	10 000 000 000
602	Capital	864 265 130	864 265 130
57	Prémios de emissão	-	-
-56	Outros instrumentos de capital	-	-
58 + 59	Ações próprias	(278 060 200)	(278 060 200)
60 - 602 + 61	Reservas de reavaliação	1 590 307 590	423 109 510
64	Outras reservas e resultados transitados	21 302 977 080	15 104 790 870
-63	Resultado do exercício	3 604 837 537	6 039 727 175
62	(Dividendos antecipados)	-	-
	Interesses minoritários	-	-
	Total de Capital	37 084 327 137	32 153 832 485
	Total de Passivo + Capital	241 038 432 347	231 805 667 115

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO IV
Demonstração de Resultados - Contas Individuais

Rubricas		31-Dez-25	31-Dez-24
79 + 80	Juros e rendimentos similares	23 512 788 180	24 655 634 753
66 + 67	Juros e encargos similares	(6 099 277 240)	(8 381 859 969)
	Margem financeira	17 413 510 940	16 273 774 784
82	Rendimentos de instrumentos de capital	3 963 590	1 684 685
81	Rendimentos com serviços e comissões	2 978 936 710	2 589 636 390
68	Encargos com serviços e comissões	(1 331 941 870)	(1 103 479 890)
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	27 272 730	4 819 390
- 694 + 834+832	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	26 439 670	38 296 470
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial	2 289 961 230	2 511 239 690
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos	199 870 860	151 769 220
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	995 277 767	1 134 234 155
	Produto bancário	22 603 291 627	21 601 974 894
70	Custos com pessoal	(5 602 856 640)	(5 376 689 988)
71	Gastos gerais administrativos	(3 255 942 110)	(3 492 865 906)
77	Amortizações do exercício	(826 528 590)	(850 885 310)
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	(1 139 107 100)	(62 951 335)
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(8 712 421 970)	(4 018 378 250)
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(82 158 300)	(535 451 780)
	Resultados antes de impostos	2 984 276 917	7 264 752 325
650	Impostos	(2 798 034 240)	(2 519 152 530)
651	Correntes	(7 439 410)	-
74 - 86	Correção de imposto relativos a exercícios anteriores	3 426 034 270	1 294 127 380
640	Diferidos	-	-
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Resultados após impostos	3 604 837 537	6 039 727 175
	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas	-	-

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

As presentes demonstrações financeiras anuais do Banco Comercial e de Investimentos, S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de Março de 2026 e vão ser assinadas em seu nome por:


Dr. Francisco Pinto Machado Costa
(Presidente da Comissão Executiva)


Raúl Correia Saralva de Almeida
(Administrador Financeiro)



CONSELHO FISCAL

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2025

Aos Senhores Acionistas do BCI - Banco Comercial e de Investimentos, SA, Moçambique

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal (CF) do BCI acompanhou a atividade do Banco ao longo do exercício de 2025, verificou a exatidão dos documentos de prestação de contas e o cumprimento rigoroso das políticas e das práticas contabilísticas prosseguidas.

Nos termos da lei apresenta-se o Relatório relativo à acção fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, no decurso do ano de 2025, e emite-se o parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O parecer do Conselho Fiscal sobre a Proposta de Aplicação de Resultados do exercício de 2025 do Conselho de Administração (CA) do Banco é apresentado em documento autónomo.

Relatório

O Conselho Fiscal do BCI acompanhou, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, a evolução do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis, com base na informação fornecida pelo Conselho de Administração, de natureza contabilística, financeira, de gestão de riscos, de compliance e de auditoria interna, bem como a fornecida pelos Auditores Externos - PricewaterhouseCoopers (PwC). O Conselho Fiscal do BCI obteve do CA e das diversas Direcções e Serviços do Banco as informações e os esclarecimentos que lhes foram solicitados.

Ao longo do exercício de 2025 o CF reuniu por diversas vezes com a PwC para analisar informações que entendeu esclarecer.

O Conselho Fiscal do BCI realizou os procedimentos necessários para verificar, nos aspetos materialmente relevantes, a adequação e a eficácia da cultura organizacional em vigor na Instituição e dos seus Sistemas de Governo e de Controlo Interno.

Com a colaboração dos Auditores (PwC), o Conselho Fiscal apresentou em devido tempo o Relatório de Autoavaliação sobre os Sistemas de Governo e Controlo Interno.

Ainda no âmbito do Sistema de Controlo Interno do BCI, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Direcção de Gestão de Risco, da Direcção de Auditoria e Inspeção, da Direcção de Monitorização Interna e da Direcção de Compliance, tendo realizado as reuniões e os contactos que se revelaram necessários para uma adequada apreciação das atividades desenvolvidas e para a discussão das informações produzidas por estes Órgãos de Estrutura do Banco.

O CF acompanhou regularmente a execução dos Planos Anuais de Atividades de 2025 da Direcção de Auditoria e Inspeção e da Direcção da Função Compliance.

Adicionalmente verificou que as recomendações em aberto de Inspeções do Banco de Moçambique têm sido adereçadas pelas Direcções responsáveis do Banco e estão em processo de resolução. De sublinhar ainda que o CF dedicou uma especial atenção ao acompanhamento da resolução das Deficiências de Controlo Interno.

De referir ainda que o CF tem acompanhado de perto todas as questões relacionadas com os impactos na Dívida Soberana resultantes do *downgrade* do *rating* da República de Moçambique.

O Presidente do CF reuniu em 12 de Setembro de 2025 com a Comissão de Auditoria da CGD, onde foram analisados diversos temas do Banco e apreciado o acompanhamento realizado pelo Conselho Fiscal à atividade do Banco.

O Conselho Fiscal participou em todas as reuniões do Conselho de Administração e manteve contactos permanentes com os membros da Comissão Executiva, bem como reuniu com diversas Direcções do Banco para poder acompanhar e aprofundar a respetiva atividade e para poder zelar pela observância da estratégia de gestão, da disciplina financeira e da política de controlo de riscos, avaliando, da forma que considera adequada, a eficácia do Sistema de Controlo Interno do BCI.

Os membros da Comissão Executiva e alguns dos principais Diretores do BCI participaram, sempre que necessário, nas reuniões do Conselho Fiscal, conforme se encontra registado nas respetivas atas.

O Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, reportadas a 31 de dezembro de 2025 elaboradas em conformidade com as regras do Banco de Moçambique e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

O ativo total líquido do Banco aumentou 3,96% relativamente ao ano anterior, passando a ser de MT 240.527,1 milhões.

Fruto da conjuntura da economia moçambicana, nomeadamente a desaceleração verificada na actividade económica e a redução do investimento, verificou-se uma redução no Crédito Bruto a Clientes de 7,6%, registando no final de 2025 o valor de MT 72.269,7 milhões, tendo-se verificado um aumento dos Recursos de Clientes de 4,47% para MT 191,689 milhões.

Apesar da redução do Crédito a Clientes, houve um aumento da carteira de crédito a particulares, com particular destaque para o crédito de prestação fixa.

O crescimento dos recursos de clientes verificou-se tanto no moeda nacional como em moeda estrangeira.

Como resultado do acima exposto, o rácio de transformação total reduziu de 42,26% em final de 2024 para 37,2% no final do exercício de 2025.

Em consequência do desempenho comercial, globalmente favorável, do Banco em 2025, o BCI continua a ser líder de mercado em Moçambique, apesar de ter reduzido a sua quota de mercado para 24,32% nos Depósitos (25,78% no final de 2024) e para 24,64% no Crédito (26,9% no final de 2024). Em termos de Ativos a quota de mercado foi de 21,96%. De referir que, no final de 2025, o BCI serve cerca de 2.482 milhões de Clientes no mercado doméstico, o que corresponde a um aumento de 4,81% face ao ano anterior.

Em 2025 o resultado líquido reduziu 40,31%, de MT 6.039,7 para MT 3.604,8 milhões, quando comparado com o ano anterior.

Para este resultado concorreu, em especial, o significativo aumento das imparidades para a Dívida Soberana em carteira (Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro), contabilizadas no exercício de 2025, decorrentes da classificação em stage 3 da totalidade da Dívida Soberana constante do ativo do Banco.

De destacar também o desafio operacional, e respetivos custos, que o Banco enfrentou nos anos de 2023, 2024 e 2025 relativos à migração para a nova plataforma de meios de pagamento (EURONET), decorrente da sua liderança de mercado em meios de pagamento, número de clientes e elevada transaccionalidade. Desafio esse que se encontra ultrapassado à data de reporte, com a estabilização dos diversos processos.

Em 2025, tal como já tinha feito em 2024, muito influenciado pelo acima referido, o BCI reforçou significativamente as imparidades e provisões em 121,31%, quando comparadas com o ano anterior, para um montante total MT 9.472,7 milhões (MT 4.280,3 milhões no final de 2024). Este nível de imparidades reflecte a prudência da gestão no âmbito da deterioração do contexto económico e do risco país.

O custo do risco de crédito foi de 0,95% no ano de 2025 (1,01% no final do ano anterior).

Os Fundos Próprios, calculados com base no estabelecido pelo Banco de Moçambique, que reflecte as Regras de Basileia II, totalizam MT 31.515,5 milhões, mais 27,05% do que no ano anterior.

Apesar do substancial reforço das imparidades, o BCI continua a demonstrar um adequado rácio de solvabilidade - 31,44% no fecho de 2025 face a 23,33% no fecho de 2024. O rácio de liquidez prudencial, calculado conforme a metodologia do Banco de Moçambique situou-se em 56,96% face aos 41,03% de 2024. Ambos situaram-se significativamente acima dos mínimos regulamentares, ou seja, superiores a 25%.

O Conselho Fiscal apreciou, ainda, o Relatório dos Auditores Externos (PwC), relativo às Demonstrações Financeiras do BCI, referentes a 31 de dezembro de 2025.

O Conselho Fiscal dedicou especial atenção ao acompanhamento das imparidades do BCI, tendo analisado e discutido, tanto com a Comissão Executiva e com o Conselho de Administração como com os Auditores Externos, a respetiva adequação e suficiência.

Parecer

De sublinhar que em 31 de Dezembro de 2025 o rácio de solvabilidade e o rácio Core Tier I foram de 31,44%, evidenciando estes indicadores uma situação confortável.

A rentabilidade dos capitais próprios médios (*return on equity*) registou, em 2025, um valor de 10,15%, inferior à de 2024 (19,26%), em consequência do significativo reforço das imparidades, tendo a actividade core do banco registado uma evolução positiva.

Verificou-se uma melhoria do rácio dos custos operacionais sobre o produto bancário (*cost to income*), que passou de 46,21% (2024) para 44,32% (2025).


Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que, relativamente ao exercício de 2025, as Demonstrações Financeiras, tanto individuais como as consolidadas, e o Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Uma nota final para expressar ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva do CA, aos responsáveis Diretivos e a todos os Colaboradores do Banco com quem o Conselho Fiscal contactou em 2025 um agradecimento por toda a colaboração que lhe foi prestada no exercício da sua acção fiscalizadora.

20 de março de 2026

O Conselho Fiscal


Frederico Silva Pinto (Presidente)


José Manuel Nunes Liberato (Vogal)


Mário Vicente Sitoe (Vogal)



Relatório do auditor independente

Aos Acionistas do Banco Comercial e de Investimentos, S.A.

A nossa opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada e individual do Banco Comercial e de Investimentos, S.A. (respectivamente "o Grupo" e "o Banco") em 31 de Dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no ano então findo, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O que auditámos

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais do Banco Comercial e de Investimentos, S.A., apresentadas nas páginas 104 a 202, que compreendem:

- o balanço consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2025;
- a demonstração consolidada e individual dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025;
- a demonstração consolidada e individual do rendimento integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025;
- a demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025;
- a demonstração individual das alterações nos capitais próprios para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025;
- a demonstração consolidada e individual dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025; e
- as notas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais, incluindo informações materiais sobre a política contabilística e outras informações explicativas.

Base para a opinião

Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Independência

Somos independentes do Grupo de acordo com o Código de Ética (incluindo as normas internacionais de independência) do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e outros requisitos de independência aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com o Código de Ética do IESBA e com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique.

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
Av. Vladimir Lenine, 174, 4.º andar, Edifício Millennium Park, Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique
T: (+258) 21 350400, (+258) 21 307615/20, F: (+258) 21 307621/320099, E: mv_maputo@pwc.com
www.pwc.com

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
Número de matrícula: 101181995 - NÚT: 400502516 - Capital Social: 28.600,00 MZN



Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação abrange a informação incluída no documento intitulado "Relatório e contas 2025".

A outra informação não inclui as demonstrações financeiras consolidadas e individuais nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas e individuais consiste na leitura da outra informação acima identificada e, ao fazê-lo, considerar até que ponto a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, ou com o entendimento que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho que efectuámos, concluirmos que existe uma distorção material na outra informação é-nos exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras consolidadas e individuais

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que o Conselho de Administração determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que estejam isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade do Grupo e do Banco prosseguirem em continuidade, divulgando, conforme aplicável, os assuntos relativos à continuidade, e por usar o pressuposto da continuidade a não ser que o Conselho de Administração tencione liquidar o Grupo ou o Banco, ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Grupo e do Banco.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou agregadas, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos ceticismo profissional e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de



auditoria que respondam a esses riscos e obtenmos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo e do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso do pressuposto da continuidade pelo Conselho de Administração e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Grupo e do Banco continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que o Grupo ou o Banco descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transacções e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.
- Obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou actividades de negócio no Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria ao Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria.

Comunicamos aos encarregados da governação, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
Registada sob o n.º 11/SAC/OCAM/2014, representada por:


João Veiga
Auditor Certificado 70/CA/OCAM/2014
Maputo, 20 de Março de 2026



30
anos

É daqui
o futuro.




BCI

30
anos

**É daqui
o futuro.**